



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI SUP. ÚNICO AO Nº 84, QUARTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2021

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de abril de 2021 4

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de maio de 2021 73

1.2 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2021 126

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2021 155

1.3 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2021 181





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, no Plenário Virtual do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Nilda Gondim, Esperidião Amin, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Telmário Mota, Cid Gomes e Fabiano Contarato, e ainda dos Senadores não membros Luis Carlos Heinze e Carlos Fávaro. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Antonio Anastasia, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Ouvir na qualidade de convidado o Excelentíssimo Senhor General Walter Souza Braga Netto - Ministro da Defesa, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto art 103, § 2º do RISF. **Participantes:** General Walter Souza Braga Netto, Ministro da Defesa; Almirante Almir Garnier Santos, Comandante da Marinha.; General Paulo Sérgio Nogueira, Comandante do Exército.; e Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, Comandante da Aeronáutica.. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/04/29>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem como objetivo cumprir o disposto no art. 103, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Para a reunião, foram convidadas as seguintes autoridades: General Walter Souza Braga Netto, Ministro de Estado da Defesa; Almirante Almir Garnier Santos, Comandante da Marinha; General Paulo Sérgio Nogueira, Comandante do Exército; Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, Comandante da Aeronáutica.

A Presidência informa ao Plenário que serão adotados os seguintes procedimentos para o andamento da nossa reunião: será inicialmente dada a palavra aos convidados e, após a fala dos convidados – do Ministro da Defesa e dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica –, será aberta a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, organizados em blocos, dispondo cada Senador de cinco minutos para as suas perguntas. Lembro aos colegas Senadores que o tempo é cronometrado não por mim, mas pelo sistema Prodasen, e que, ao final de cinco minutos, a palavra é encerrada, mesmo contra a minha vontade. Os convidados disporão também de cinco minutos para responder à totalidade das questões do bloco. Os Senadores terão posteriormente dois minutos se tiverem interesse pela réplica. As inscrições dos Senadores presentes remotamente serão feitas através do sistema remoto. As mãos serão abaixadas no sistema remoto, neste momento, e serão abertas as inscrições.

Eu gostaria inicialmente de dar as boas-vindas aos nossos Comandantes, Generais, ao Ministro da Defesa e de dizer que é uma postura regimental o convite para virem aqui no dia de hoje. No início de toda legislatura, eles vêm até o Senado Federal, também aproveitando a TV Senado, para falar com o povo brasileiro sobre o trabalho importantíssimo das Forças Armadas no Brasil, do Ministério da Defesa, para que o povo brasileiro, que já tanto admira as Forças Armadas e que tem um bem-querer especial por todos eles, possa, cada vez mais, especialmente os jovens do Brasil, conhecer esse trabalho magnífico, extraordinário que as Forças Armadas fazem por todos os brasileiros. As Forças Armadas, em todas as pesquisas de opinião pública sobre respeitabilidade, sobre admiração e confiança – o Exército, a Marinha e a Aeronáutica –, estão sempre no topo da lista da preferência dos brasileiros. E isto nos traz muita alegria: essa admiração que o povo brasileiro tem por suas Forças Armadas. Nós confiamos que eles protegem, que eles cuidam, que eles dão sustentação, principalmente, à nossa democracia, que nós tanto preservamos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de pedir aos nossos convidados, no dia de hoje... Eu não pretendo ler aqui o currículo de cada um, porque nós poderíamos ter que usar muitas horas para ouvir currículos tão extraordinários como os que cada um deles tem. Então, eu prefiro que cada um se apresente, que fale sobre o seu pequeno histórico e aí, sim, poderemos falar, principalmente, sobre o plano nacional de defesa, muito bem elaborado pelas Forças Armadas, com muita consistência, com muito estudo, porque se tem um quesito que eu descobri que as Forças Armadas não cortam no seu orçamento é o item educação. Eles podem cortar despesas em vários lugares quando as coisas estão apertadas, quando vem corte de verbas do Governo Federal, mas a área de educação é sempre preservada no sentido de aplicar na formação de todo o quadro do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Eu louvo isso, parabenizo as Forças Armadas por essa atitude, por dar esse exemplo a todos nós, brasileiros, do quanto a educação é importante para que nós nos tornemos um país cada vez melhor, um país cada vez maior.

Eu apenas menciono que o Almirante de Esquadra Almir Garnier, que é o Comandante da Marinha, tem 61 anos de idade, uma pessoa bastante jovem, nasceu no Rio de Janeiro. Também é vascaíno – é bom sempre lembrar – e sempre que pode, em todos os momentos, está sempre citando a senhora sua mãe, D. Sulair, com as frases e os princípios que deu a ele desde a sua infância. Começou na Marinha aos 10 anos de idade, no curso de formação de operários daquele tempo. Tem mestrado nos Estados Unidos e é sempre o primeiro colocado em tudo o que faz. Também a sua esposa já é uma aposentada da Marinha – com certeza devem ter se conhecido nas Forças. E eu quero parabenizá-lo pelo seu grande trabalho.

O General Paulo Sérgio, Comandante do Exército, é do Ceará, tem a minha idade, 59 anos. É um general quatro estrelas. O general de que nós gostamos tanto, o General Eduardo Villas Bôas, tem um carinho muito especial por ele. Muito obrigada aqui pela sua presença.

O Comandante Brigadeiro Carlos de Almeida Baptista também é do Ceará, tem 60 anos – todos os três são bastante jovens – e ocupa hoje o mesmo cargo que o seu pai, Carlos de Almeida Baptista, ocupou no passado, como Comandante da Aeronáutica entre 1999 e 2003. Imaginem a alegria da sua família e o orgulho de estar ocupando agora o lugar que foi do seu pai, no Governo Fernando Henrique Cardoso, de 1999 a 2003. É uma curiosidade que eu gostaria de passar a todos que nos assistem: ele é um piloto de caça, tem 4 mil horas de voo, sendo 2,2 mil horas em aeronaves de caça. Isso é um grande feito, muito importante. Que nós todos possamos conhecer esses detalhes, porque são generais, são militares, mas são grandes seres humanos, assim como todos nós.

E o nosso Ministro da Defesa, General Braga Netto. O General Braga Netto é das Minas Gerais, um orgulho para os mineiros. Sempre muito conhecido como uma pessoa bastante durona, mas muito experiente. Tem quase 50 anos de vida militar, dedicação total e exclusiva ao longo de sua carreira. Ganhou grandes prêmios, grandes menções honrosas. Foi adido militar em vários países, tem uma experiência diplomática exemplar e pode, com certeza, nos ajudar muito aqui na CRE com essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência que o senhor traz de por onde passou, de grandes países como os Estados Unidos e como o Canadá.

Então, mais uma vez, eu agradeço a presença de todos. Cumprimento a todos em nome do nosso Presidente Rodrigo Pacheco. Agradeço a presença dos nossos colegas Senadores, titulares e suplentes, da CRE que prestigiam a nossa audiência no dia de hoje.

Pergunto ao Comandante, que é o Ministro-Chefe da Defesa, como ele pensa em fazer a ordem das falas. O senhor pretende dar aos Comandantes primeiro? O senhor fala primeiro? O que o senhor pretende? Fique à vontade.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Primeiramente, eu gostaria de agradecer à Senadora a oportunidade que a Defesa tem de mostrar aos senhores e à população que nos assiste diversas informações sobre a Defesa que muitas vezes não são conhecidas.

O militar normalmente segue a antiguidade. Então, a nossa ideia, nós já acertamos: eu faço uma visão geral da Defesa, e depois as Forças falam pela antiguidade delas: Marinha, Exército e Força Aérea.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com certeza, General Ministro da Defesa. O senhor tem a palavra pelo tempo que necessitar.

Obrigada.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Muito obrigado, Senadora.

Autorizado pela Senadora, na fala eu vou retirar a máscara, porque nós estamos a uma distância segura. Depois eu a colocarei novamente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com certeza. Desculpe-me, General, eu me esqueci de informar que todos nós que estamos aqui no *bunker* do Prodasen – câmeras, fotografos, todos – estamos de máscara, mantendo o distanciamento. E será permitida a retirada da máscara apenas para quem for fazer uso da palavra.

Obrigada.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Posso começar?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone.*) – Pode.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Então, muito obrigado.

Prezada Senadora Kátia Abreu, mais uma vez muito obrigado à senhora por nos receber.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Comandantes de Força, vou evitar mencioná-los porque a Senadora já fez a menção; então, vou evitar nominar para não me alongar.

Sras. e Srs. Senadores, obrigado pela presença, pelo prestígio. E, público que a nós assiste, obrigado pela possibilidade de esclarecer diversas atividades da nossa Defesa.

Pode colocar, por favor, a nossa palestra?

Os senhores receberam a imagem, não?

Nós vamos fazer uma rápida passagem pelas atividades da Defesa, que são complexas. E eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que, muitas vezes, no Brasil, uma coisa que eu vi nas oportunidades que eu tive fora foi essa falta de mentalidade de defesa que existe no País como um todo. O País não tem essa noção de ameaça, não tem essa noção que se vê em outros países. Os senhores terão a oportunidade de, na palestra, observar um eslaide que mostra exatamente essa percepção de ameaça que existe fora do País.

Vamos seguir... Será bem rápido.

Aí é uma introdução do Ministério da Defesa, de uma maneira geral, as diversas atividades, para verem como é complexa e como é diversificada essa atuação do ministério, e dois eslaides de conclusão.

Eu gostaria de observar aos senhores que as Forças Armadas fazem parte da formação da nacionalidade. As três Forças estão nesses eslaides. Então, os senhores podem ver: em 1567, a Marinha, quando nós repelimos a invasão francesa na Guanabara; em 1648, Guararapes, berço da nacionalidade, a primeira vez que se usou a palavra "pátria"; em 1941, a Força Aérea Brasil, o Senta a Pua nos campos da Itália. Então, os valores e tradições fazem parte dessa atividade, das Forças Armadas, de uma maneira geral.

A pergunta, normalmente, é: por que Forças Armadas hoje? Muitas pessoas perguntam isso. Um filmete de alguns segundos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Como os senhores podem ver, as Forças Armadas atuam em todo o Território nacional e fora das fronteiras do País também, na projeção e auxiliando as nossas relações internacionais.

Eu não vou ler o que está colocado, mas só chamar a atenção para alguns detalhes.

Nós somos o quinto maior país em extensão territorial. Nós somos o terceiro maior país em extensão de fronteiras, sendo que nós fazemos fronteira... Curiosamente, a maior fronteira terrestre da França é com o Brasil, na Guiana Francesa. Nós temos dez países limítrofes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos observar a Marinha. Os senhores vejam: a Marinha tem que tomar conta de 3,5 milhões de quilômetros quadrados de mar territorial, com riquezas inestimáveis. O Comandante, Almirante Garnier, vai mostrar isso para os senhores.

E a Força Aérea tem a dimensão de 22 milhões de quilômetros quadrados para cumprimento dos acordos internacionais, observando, defendendo o nosso espaço.

Para tudo isso, nós temos que ter presença e nós temos que ter poder de dissuasão exatamente para evitar qualquer tipo de conflito.

Eu gostaria de chamar aqui um dos heróis nacionais. Eu estou roubando essa imagem – eu pedi autorização ao Ministro França – do nosso Barão de Rio Branco. Ele diz: "Nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte". E uma frase dele, muito característica, que reflete isso: "É muito bom discutir acordos tendo, por trás de si, uma esquadra com credibilidade".

A missão constitucional nossa não merece maiores esclarecimentos, porque ela é bem clara. Ela está prevista no art. 142: é a defesa da Pátria – as Forças Armadas são baseadas na hierarquia e na disciplina –, a garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses Poderes, da lei e da ordem.

A função precípua do Ministério da Defesa é exatamente trabalhar para que as Forças estejam em condições, em pleno estado de prontidão, para que possam cumprir essas missões previstas no art. 142, e também dar apoio à política externa brasileira, a fim de contribuir com o esforço nacional de defesa.

Base legal para tudo isso que eu falei para os senhores está prevista na Política Nacional de Defesa, que estabelece o que fazer e traz os objetivos nacionais de defesa. A Estratégia Nacional de Defesa define como fazer e dá as diretrizes. E o Livro Branco provê a transparência para gerar confiança mútua, basicamente no ambiente internacional. Todos esses três documentos foram entregues aqui no Congresso no dia 22 – o jornal é de 23, mas a data foi 22. No dia 22, eles foram entregues exatamente para observações e considerações dos senhores sobre o que nós apresentamos.

Projetos estratégicos. Os projetos estratégicos vão ser abordados com algum detalhe maior pelos três Comandantes, cada um na sua área. Ontem mesmo, nós tivemos o lançamento da licitação, de quem venceu a licitação, não é, B.J.?

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR (*Fora do microfone.*) – As empresas que vão trabalhar em Alcântara.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – As empresas que venceram a licitação para trabalhar em Alcântara nos nossos satélites.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos o Programa Nuclear; nós temos a Defesa Cibernética, que é uma grande preocupação; nós temos o KC-390, que os senhores veem voando agora, atuando durante a pandemia; a questão do submarino nuclear, que não é só defesa; o Guarani; o Gripen; e o Sisfron.

Eu gostaria de observar aos senhores que isso não é só combate. A maior parte desses projetos tem efeito *dual*, eles refletem na economia, como eu vou mostrar para os senhores.

O problema nosso na Defesa... Se os senhores falarem "Ministro, cite o problema da Defesa", eu direi que o problema da Defesa é exatamente recurso, porque capacidade, profissionalismo, tudo isso nós temos. Falta recurso para implementar.

Na LOA, os senhores podem observar, no quadro à direita, exatamente a necessidade que nós teríamos e como está o nosso orçamento hoje. O reflexo disso no nosso planejamento os senhores vão observar que é exatamente a questão do alongamento dos projetos estratégicos. Eu gostaria de ressaltar que não é somente o alongamento, como o fato de que nós começamos também a ter que reduzir o projeto. Não adianta eu ter o planejamento de uma aquisição... Hoje em dia, todos os projetos são de alta tecnologia – eles envolvem uma tecnologia muito alta. Se eu alongo um projeto que deveria terminar em 2028 e ele vai para 2041, eu já vou receber um instrumento obsoleto. Então, isso se reflete nos nossos projetos estratégicos. Os senhores podem ver nitidamente o alongamento deles.

A questão não é só na defesa. A redução do impacto atinge todos os projetos, mas atinge, principalmente, o Prosub, o Sisfron e o caça FX-2.

E observem: atinge a Base Industrial de Defesa. A Base Industrial de Defesa, hoje, conta com 1.130 empresas específicas para a defesa, 5,6 mil empresas que fabricam algum item de defesa, 285 mil empregos diretos e 850 mil empregos indiretos. Cada real investido em defesa – este é um dado geral no mundo inteiro – gera, no PIB, um valor muito maior do que o que foi investido. Então, cada real no Brasil – o dado é da Fiesp – reflete um valor de 9,8 no PIB. O Brasil, no ano passado, exportou US\$3,6 bilhões. Nós já temos negociação com diversos países, neste ano, firmada a US\$4,5 bilhões. O nosso maior problema é a garantia do empréstimo. Isso representa a ordem de 4% do PIB. Os investimentos estão fortemente relacionados à tecnologia, ciência e inovação.

Eu gostaria de chamar a atenção para o caráter *dual* da defesa. O exemplo que está na transparência fala somente dos respiradores, mas os senhores podem ver que, na história do mundo, internet, satélites, tudo isso parte de uma pesquisa de defesa. A Marinha, a Força Aérea e o Exército vão mostrar para os senhores exatamente outras aplicações que vêm nessa indústria de defesa, que é prejudicada exatamente pelo orçamento.

Há outro assunto que eu gostaria de mostrar para os senhores. Nós temos dados de 2020 e de 2021 sobre o gasto mundial militar global. O gasto global tem aumentado em defesa no mundo inteiro. Existe uma percepção de necessidade de defesa exatamente por causa da questão das carências e das riquezas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os senhores podem observar que o *Money Times* mostra um aumento de 2,6%, mesmo durante a pandemia, nos gastos de defesa. E aí os senhores veem... Vamos ver o Brasil! Como é o Brasil no mundo nesse gasto com defesa? Nós somos o 85º país do mundo em relação ao PIB, à porcentagem do PIB, no investimento de defesa. Os senhores podem pensar: "Mas esse é o mundo. Vamos ver a América do Sul". Na América do Sul, nós somos o 7º país, atrás de Colômbia, Equador, Uruguai, Venezuela, Chile e Bolívia. Isso mostra uma preocupação que nós temos em cima disso.

Retorno a um dado da Fipe e também da Abimde, da indústria brasileira de defesa, sobre o indicador de giro na economia em defesa. Os senhores podem observar que até mesmo a construção perde nesse giro na economia quando nós falamos em defesa.

O emprego nosso se dá não só na defesa externa, nós somos empregados também na Garantia da Lei e da Ordem. E, normalmente, quando se fala em Garantia da Lei e da Ordem, vem logo à mente das pessoas, tropa na rua. Veem-me como um interventor ainda! É tropa na rua! Muito bem! Ali tenho apenas um eslaide. Eu deveria até ter corrigido, para colocar mais. A GLO, Garantia da Lei e da Ordem, exatamente para nos dar um aparo, reflete-se não somente na garantia da segurança pública, mas também no combate ao desmatamento, no combate à poluição – a Marinha atuou quando houve aquela questão do derramamento de óleo –, no combate às queimadas, no combate a ilícitos. Tudo isso está na Garantia da Lei e da Ordem. Os senhores têm uma linha do tempo ali em cima, como podem observar.

E também atuamos nos grandes eventos. Eu tive a oportunidade de participar de todos eles, como os senhores podem ver aí. Em todos os grandes eventos que ocorreram sem problema, a Defesa esteve envolvida.

Eu coloquei isso sobre a segurança das fronteiras. A segurança das fronteiras não é uma obrigação das Forças Armadas somente. A segurança das fronteiras é uma operação interagências. A Operação Ágata, que nós colocamos aí como exemplo para os senhores, vai ocorrer agora, do dia 3 ao dia 12. Ontem, eu fui assistir a uma parte da reunião. Nós tínhamos lá a Polícia Rodoviária, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, o Ministério do Meio Ambiente, a Receita Federal, todos envolvidos na operação. Então, são operações que contribuem para coibir ilícitos, etc., aqui no nosso Território.

Nós temos a Operação Acolhida, um sucesso! A ONU já reconheceu a Operação Acolhida como um sucesso, com mais de 265 mil refugiados venezuelanos, com 890 mil atendimentos realizados na fronteira. Nós já interiorizamos 43 mil.

Nós temos as operações das Nações Unidas.

E eu gostaria de chamar atenção. Na realidade, está faltando uma moça ali, que é exatamente uma oficial de Marinha que recebeu um prêmio das Nações Unidas. O Prêmio de Defensora Militar do Gênero das Nações Unidas foi recebido das mãos do Secretário-Geral pela Capitã de Corveta Marcia Andrade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Braga – e não é minha parente. E nós temos outras oficiais que representam ali: nós temos uma do Exército, uma da Marinha também.

São mais de 70 anos de operações, cerca de 55 mil civis e militares estiveram presentes. Das 72 operações realizadas na ONU, em 50 nós estivemos presentes. Hoje nós temos 76 militares como observadores nos mais diversos locais, como Costa do Marfim, Congo... Comandantes de diversas operações são brasileiros ou foram brasileiros.

Apoio ao desenvolvimento nacional. Nós temos o Calha Norte. O Calha Norte já foi estendido. Antigamente, ele ficava somente ao norte da calha do Amazonas-Solimões, hoje ele já desce até a região de Mato Grosso do Sul. São 10 Estados, 442 Municípios, com 465 convênios celebrados em 2018; depois 471, em 2019; 378, em 2020. Nos últimos 12 anos, o Calha Norte beneficiou diversos Municípios. E ele tem uma vertente civil e uma vertente militar, ele atua nas duas vertentes.

São diversos projetos sociais de Defesa. Os senhores vejam o Profesp que, em 16 anos, tem quase 30 mil crianças atendidas em 139 Municípios. E os senhores observem: 23 etnias são atendidas nos pelotões de fronteira. Nós temos o Projeto João do Pulo para pessoas com deficiência no Rio de Janeiro. Nós temos o Projeto Rondon, que é conhecido de quase todos. Nós temos o Programa de Atletas de Alto Rendimento; esse projeto rendeu resultado no último Pan-Americano e nos Jogos Olímpicos de 2016; nós já temos hoje, do projeto, 52 atletas classificados para a Olimpíada. Há o Projeto Soldado-Cidadão em que o soldado que serve recebe uma qualificação para quando voltar à sua vida civil.

Agora, abordo um assunto mais atual que é a Covid – esses aqui são só alguns detalhes, porque Covid não é assunto, isso aí é uma panorâmica do trabalho realizado pela Defesa.

Há o apoio a comunidades indígenas. Até o momento, 221, com 196.320 indígenas vacinados. Os senhores podem ver que a Defesa montou, no início da pandemia, dez comandos conjuntos, que estão ativados até o momento, estão ativados ainda. Cada comando conjunto recebeu um Dsei de difícil acesso. Nós temos sete áreas de difícil acesso, que são apoiadas pelo Comando Conjunto da Amazônia; no Comando Conjunto do Norte são três; no Comando Conjunto do Oeste são mais três.

Temos diversos postos de vacinação instalados. Estaremos instalando um posto de vacinação segunda-feira em Brasília, pelo Comando Conjunto do Planalto, a cargo do Exército – a Marinha já instalou, a Força Aérea já instalou. Esse posto de vacinação vai trabalhar num horário diferenciado: naquele horário em que não se tem atendimento, esse posto vai atuar. Militar não recebe hora extra.

Nós temos a Operação Covid também, e eu gostaria de chamar atenção para a quantidade de militares empregados até o momento: 25 mil militares, 847 viaturas, embarcações, navios.

A Força Aérea, por exemplo, já deu atualmente acho que 60 voltas ao mundo... *(Pausa.)*

Sessenta e seis? *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cinquenta e seis voltas ao mundo, se nós contarmos o total de apoio que a Força Aérea fez.

Nós temos inspeção naval, conscientização, descontaminação de locais públicos, apoio a diversos órgãos de saúde. Hoje mesmo o Exército estava transportando alimentação no Estado de São Paulo.

Credibilidade. Com tudo isso que eu mostrei para os senhores, daí vem exatamente a credibilidade e a confiança que a população tem nas Forças Armadas brasileiras. Nós somos considerados uma das instituições mais confiáveis do País, como os senhores podem ver.

Concluindo a minha parte, eu gostaria de deixar que a prioridade da Defesa é exatamente o que os senhores podem ver na transparência: prosseguir com os projetos estratégicos, chamando a atenção dos senhores para a questão da dualidade dos projetos, dos benefícios que ele traz para a população, não só na questão da segurança do País. Os senhores vão ver na apresentação dos comandantes a riqueza que nós protegemos. Talvez alguns dos senhores e, particularmente, a população que está nos assistindo não tenham conhecimento das elevações que a Marinha, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, tem defendido na defesa das nossas riquezas. Então, prossigo: para que possamos garantir a dissuasão e termos a presença das Forças Armadas em todo o Território; e contribuir para a estabilidade, o desenvolvimento e a paz social.

As Forças Armadas continuem, senhores, um verdadeiro patrimônio da Nação brasileira. A Defesa e as Forças Armadas são o principal seguro que o País tem. Podem não ser utilizadas por vários anos, mas não podem nunca deixar de estar prontas para serem utilizadas no minuto em que for necessário.

Eu agradeço a todos os senhores a atenção. E depois estarei aberto a qualquer tipo de questionamento que os senhores tenham no tocante a esse assunto do Ministério da Defesa.

Se a senhora permitir, agora é o Comandante da Marinha.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, General Braga Netto pelas suas exposições, pelas suas palavras iniciais.

Parabéns, mais uma vez, ao trabalho das Forças!

Eu convido, então, o Almirante Almir Garnier Santos, Comandante da Marinha, que será o primeiro a se pronunciar, entre os três comandantes, pela antiguidade. A Marinha é a Força mais antiga que o Brasil tem.

Por favor, Almirante.

O SR. ALMIR GARNIER SANTOS (Para expor.) – Sra. Senadora, muito obrigado pela oportunidade. A Marinha do Brasil se sente honrada não só com esta republicana oportunidade que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado oferece, mas também pela deferência com que a senhora recebeu aqui o seu Comandante no dia de hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a permissão do Ministro Braga Netto, eu gostaria que a minha apresentação fosse colocada, enquanto eu saúdo os Srs. Senadores que estão prestigiando esta audiência; saúdo também os patriotas que estão nos assistindo, aqueles que querem conhecer e apoiar suas Forças Armadas também pela TV Senado, pela internet. É um prazer estar aqui no dia de hoje. Iniciando a nossa apresentação, eu gostaria de realçar que toda a minha apresentação é pautada no lema da Marinha, que é o lema que traduz o que a gente pensa, planeja e faz: proteger nossas riquezas e cuidar da nossa gente. É isso que a Marinha se propõe a fazer todos os dias em que ela começa a trabalhar.

Vou dividir a minha apresentação, senhoras e senhores, nesses tópicos principais: vou colocar a missão estatuída da Marinha, falar alguma coisa sobre o patrimônio que nós observamos, as ameaças e os consequentes programas estratégicos para contrabalançar a visão de ameaças, e algumas breves considerações finais.

A missão da Marinha é preparar e empregar o poder naval com várias tarefas, dentre as quais eu destaquei a defesa da Pátria e o apoio à política externa, já que nós estamos aqui nesta audiência da CRE. Por conta disso, a gente vai pautar alguns tópicos, especialmente por conta da visão de soberania e visão de relacionamento externo do nosso País.

É fácil observar que a Marinha do Brasil é uma Marinha "multitarefa", digamos assim. Em outros países, as atividades que a Marinha do Brasil desenvolve são realizadas por outras instituições. No Brasil, a Marinha congrega atividades, missões, que em outros países são atribuídas a guardas costeiras, a polícias de diversos segmentos, questões ambientais, controles de fronteiras. No nosso caso, além de tudo isso que os senhores podem ver em algumas dessas matérias que eu destaquei na parte esquerda do eslaide, nós temos também grande contribuição – como o nosso Ministro já falou – para o desenvolvimento da tecnologia, da indústria nacional, espalhando conhecimento, emprego e renda. Então, ao abrir a reunião, a nossa Presidente, Senadora Kátia Abreu, já disse do empenho que as nossas forças têm para a capacitação tecnológica, porque o pessoal é o que vai fazer a diferença no final das contas.

Eu tenho até ali uma notícia de jornal mostrando o empenho que nós temos com essa área de capacitação na interoperabilidade total: um oficial nosso teve um grande destaque no prestigiado Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

Com relação ao patrimônio que os brasileiros possuem e que confiam na Marinha para sua defesa, o Sr. Ministro corretamente citou 3,6 milhões de quilômetros quadrados na sua apresentação, mas, na verdade, isso é o que as Nações Unidas, a Comissão de Limites das Nações Unidas já reconheceu como patrimônio marítimo lideiro, adjacente ao nosso Estado Nacional. Mas, na verdade, com um trabalho muito hercúleo, eu diria, de pesquisa e de desenvolvimento no mar, capitaneado pela Marinha mas com a contribuição de vários ministérios – eu vou até mostrar, ao final da apresentação, o conjunto desses ministérios –, nós pleiteamos e temos muita base técnica e científica para acreditar que teremos sucesso: o patrimônio no mar dos brasileiros será de 5,7 milhões de quilômetros quadrados. É a esse patrimônio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adicionado às águas interiores, com cerca de 60 mil quilômetros de hidrovias, que nós chamamos de Amazônia Azul. São as águas jurisdicionais brasileiras.

Essa região que... À guiza de comparação, nosso território tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente; a Amazônia Legal tem cerca de 4,7 milhões de quilômetros quadrados. Então, é um território no mar que possui riquezas e pode ser, com base na economia azul que vem sendo desenvolvida, a garantia de um futuro mais próspero para a nossa Nação.

A Marinha do Brasil tem a missão de proteger todo esse patrimônio para as futuras gerações de brasileiros e fazemos isso com muito empenho. O nosso mapa deveria ser apresentado em todas as escolas, com todos esses contornos azuis em formatos não muito precisos, porque eles mostram, na realidade, aquilo que os brasileiros têm e podem esperar do seu futuro. Não é só a parte terrestre que é nossa, mas a parte também aquática e subaquática, em muitos casos. O que está no leito marinho, o que está na coluna d'água tem precipuamente que ser explorado por brasileiros, ou por concessão de brasileiros. E é nosso dever, como nacionalistas e patriotas, proteger esse patrimônio.

Essa Amazônia Azul possui o quê? Bom, ela possui muita coisa que eu procuro resumir, para a audiência hoje, falando em coisas que estão mais ou menos bem catalogadas: 95% do petróleo explorado no Brasil e 80% do gás natural vêm do território aquático brasileiro; cerca de 45% do pescado também estão nessa região do mar e mais de 95% em volume do comércio exterior precisa de proteção e precisa de controle. As linhas de comunicação marítima que trazem tudo o que a gente consome no nosso País e que exportam tudo aquilo que é importante para a nossa Nação para contrabalançar, para fazer crescer o nosso Produto Interno Bruto passam pelo mar.

Então, esses são os principais aspectos de que podemos falar, já bem catalogados. Agora, nós podemos imaginar, prever qual será o desenvolvimento do turismo marítimo no futuro próximo ou no futuro mais distante? Qual o percentual de recursos não vivos que ainda exploraremos? Por exemplo, existem navios de pesquisa de vários países que ficam buscando fazer pesquisas naquela região da elevação do Rio Grande, ao Sul do Brasil, porque ali já se sabe que há nódulos polimetálicos de grande valor comercial e que por questões de tecnologia, em algum momento se tornarão rentáveis e lucrativos para a exploração comercial.

Nós temos também, ainda, uma falta de conhecimento firme sobre qual o percentual de recursos biotecnológicos que se encontra nessa Amazônia Azul. Então, é algo que nós não podemos abrir mão de proteger e cuidar, até que a nossa tecnologia, até que os nossos dirigentes, governantes possam e queiram explorar esse patrimônio, em benefício da Nação.

Em termos de compromisso internacional. Um compromisso internacional muito importante diz respeito à salvaguarda da vida humana no mar. Juntamente com a Força Aérea Brasileira, aquela linha desenhada em verde, próxima ao nosso território, que vai além da metade do Oceano Atlântico, é área de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade do Brasil, com cerca de 14 milhões de quilômetros quadrados. É uma área de responsabilidade do Comandante da Marinha, outorgada pela Lei Complementar 97. O Comandante da Marinha é a autoridade marítima do Brasil para diversas ações, incluindo-se a salvaguarda da vida humana no mar. Náufragos, pessoas que eventualmente ficam doentes, passam mal a bordo de navios, em toda essa extensão territorial, precisam ser resgatadas e essas ações são coordenadas pela Marinha e pela Força Aérea Brasileira. Então, é um compromisso internacional muito importante e tem uma extensão que, pelo que os senhores podem imaginar, em muitos momentos fica mais perto do território africano do que do território da América do Sul.

Outra questão importante, já que estamos falando também de defesa nacional, é uma análise do entorno estratégico do ambiente marítimo. O entorno estratégico marítimo nós avaliamos em cerca de 55 milhões de quilômetros quadrados. Esse entorno é delimitado também na nossa política nacional de defesa, na nossa estratégia nacional de defesa, e olha principalmente – nós todos já devemos ter ouvido falar na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul –, mas ele vai além, os nossos interesses no entorno estratégico também vão às proximidades do Equador, à região do Caribe, porque para operações marítimas é uma região de influência.

Se nós observarmos, por exemplo, um país limero da costa oeste da África, a Namíbia, tem o seu comandante, o almirante comandante da marinha da Namíbia foi formado na Escola Naval Brasileira, senhores. Isso é um orgulho muito grande para nós marinheiros e para nós brasileiros, porque outro país, de um continente diferente do nosso, confiou na Marinha do Brasil para formar seus oficiais, para formar a sua defesa nacional. E eles falam português como nós, aprenderam na nossa Escola Naval, usam os nossos uniformes. Isso é uma questão de soberania em relações exteriores de que poucos países do mundo podem se orgulhar, e o Brasil tem esse orgulho de ter essa irmandade e essa ligação tão forte com a Namíbia, um povo irmão africano. Falam português só os oficiais e alguns praças da marinha da Namíbia, porque a população em geral não fala português.

Nós temos também questões importantes que nos afetam, que dizem respeito aos nossos interesses comerciais e também aos interesses diplomáticos no Golfo da Guiné, naquela região onde há grande exposição dos navios do tráfego marítimo a roubo, chamada informalmente de pirataria. E todas as potências estrangeiras têm interesse em coibir isso, mas é uma zona de influência nossa, do Atlântico Sul, região em que nós brasileiros queremos acreditar que o Brasil é o País com maior razão de predominar, uma vez que é o País que tem a maior costa, a maior capacidade náutica de marinha.

Temos também interesses projetados e protegidos pela Marinha juntamente com pesquisadores brasileiros lá na Antártica. Desde 1982, a Marinha estabeleceu o seu ponto de operação e acolhe pesquisas que são muito importantes para o clima e para, eventualmente, após a reestruturação do Tratado Antártico, na década de 30/40 deste século, esse tratado dizer quem vai explorar essa região no futuro. Há ainda preocupações como um todo para que nós tenhamos capacidade operacional plena para manter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potências de outras regiões em seus próprios territórios e nós tenhamos a hegemonia na nossa região, o Atlântico Sul.

Com relação aos nossos programas estratégicos. Por que ter programas e projetos estratégicos? Por diversas razões, tanto a defesa da Pátria, da soberania, onde nós vemos ameaças ao nosso patrimônio, à nossa Amazônia Azul, e também questões ligadas ao próprio apoio a ações sociais à nossa população.

O pessoal é o nosso maior patrimônio, e eu não preciso fazer uma grande defesa disso, pois a própria Senadora Kátia Abreu já fez essa defesa ao iniciar o nosso trabalho aqui na CRE hoje. Nós investimos muito na formação de pessoal, porque, com esse pessoal capacitado, nós podemos obter capacidade operacional plena, construindo navios modernos, projetando, construindo e operando submarinos, navios de superfície com tecnologias mais avançadas, trabalhando também em desenvolvimentos tecnológicos mais complexos.

Talvez o Programa Nuclear da Marinha seja o projeto estratégico de maior duração, de mais longo alcance, vem de longa data. Há um prêmio que o CNPq outorga que se chama Almirante Álvaro Alberto, um visionário que estimulou as pesquisas na área nuclear – não só, mas também – no nosso País.

E, principalmente, temos o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, que tem necessidade de ampliação para que nós possamos melhor controlar esse patrimônio do nosso futuro.

Com relação à Construção do Núcleo do Poder Naval, eu vou dar um breve número para os senhores. O programa que constrói submarinos, o Prosub, gera 24 mil empregos diretos, 40 mil empregos indiretos e vem arrecadando impostos, desde o seu início, em 2008, de cerca de R\$1 bilhão.

O Programa das Fragatas Classe Tamandaré, cujos trabalhos já começaram em Itajaí – a primeira chapa será cortada no primeiro trimestre do ano que vem –, já está gerando 2 mil empregos diretos e, estima-se, gerará 6 mil indiretos. Esse programa é um programa de custo reduzido, porque foi aprovada pelo Congresso Nacional uma lei que capitalizou uma empresa pública, fazendo com que a gente tivesse em caixa os recursos antes de começar o projeto. Com isso, os custos financeiros e outros *overheads* foram muito reduzidos. Então, é um projeto que tem uma relação custo/benefício muito elevada.

O Programa Nuclear da Marinha tem diversos *spin-offs*, diversos espalhamentos tecnológicos para setores não militares, característica totalmente dual, como já mencionou o nosso Ministro. As nossas usinas que geram energia elétrica a partir de urânio, de fissão de urânio, de fusão de urânio usam combustível enriquecido em centrífugas da Marinha. Nós temos capacidade de produzir radiofármacos com pequenos investimentos. Com certeza, na área agrícola, a irradiação de alimentos traz várias vantagens e benefícios em termos de durabilidade, em termos de transporte, são *spin-offs* do Programa Nuclear da Marinha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desses programas estratégicos todos, o que ganhou maior relevância recentemente, por conta de um crime ambiental perpetrado contra a sociedade brasileira, por conta dessas manchas de óleo que tomaram conta do nosso litoral, é o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. Esse sistema é um sistema de sistemas, com vários subsistemas interligados, que visam a melhor monitorar e contribuir mais para a proteção da Amazônia Azul, reduzindo muito a probabilidade – não impedindo, porque isso é praticamente impossível – de que algo dessa natureza volte a acontecer no nosso País.

De certa forma, como todos os principais programas estratégicos, ele tem forte apelo dual. Ele é, a um só tempo, protetor da soberania nacional e também protetor da biodiversidade, do meio ambiente e da vida humana no mar.

Esse programa estratégico é conduzido pela Marinha, mas ele é também capitaneado por uma plêiade de outros ministérios e órgãos importantes do Governo, na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. E nós temos, inclusive, uma ação orçamentária. Aqueles Parlamentares que se identificam com a causa, eu concito os senhores a apoiarem esse esforço da Marinha e da Cirm em geral, concedendo-nos recursos para que esse desenvolvimento seja mais rápido. Essa é a Ação Orçamentária 2E97.

Em termos de considerações finais, já encerro aqui a minha exposição, muito satisfeito com a oportunidade. Nós trabalhamos ali... A Marinha é um dos tijolinhos que, juntamente com o Exército, com a Força Aérea e sob a liderança e as diretrizes do Ministro da Defesa, busca criar condições tanto de pessoal, quanto de material, quanto de treinamento de pessoal para que as ameaças previsíveis sejam contrabalançadas e que os recursos do contribuinte brasileiro sejam muito bem-empregados para o futuro e o desenvolvimento das próximas gerações.

Sr. Ministro, Sra. Senadora, muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigado, Almirante Garnier. Parabéns pela sua apresentação, pelo seu trabalho.

Concedemos agora a palavra ao General Paulo Sérgio Nogueira, Comandante do Exército Brasileiro.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (Para expor.) – Muito bom-dia a todos!

Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Sras. e Srs. Senadores da República; Ministro da Defesa, nosso General Braga Netto; senhores comandantes de Força; povo brasileiro que nos assiste pela televisão, pessoal da internet, é uma satisfação muito grande, recém-assumindo o comando da Força, poder, numa oportunidade ímpar, me dirigir ao povo brasileiro, ao Senado Federal, nesta Comissão tão importante para todos nós, que cuida da defesa nacional.

Eu pediria que já projetássemos a minha apresentação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Início com esta frase que já virou um mantra, emblemática, verdadeira: "Exército brasileiro – braço forte, mão amiga". Quem de nós não conhece essa frase nos dias atuais? Ela reflete muito bem a nossa missão. A gente vê um soldado pronto para defender a sua Pátria, o "braço forte", e, do lado, a imagem de um soldado socorrendo um cidadão brasileiro numa catástrofe, a nossa "mão amiga", tão importante nos dias atuais.

Esse é o nosso Exército, que nasceu em Guararapes, como disse o nosso Ministro da Defesa, na união de raças – brancos, negros e índios –, para expulsar o invasor estrangeiro. E ali, pela primeira vez, a expressão, a palavra "pátria". Aí surgiu o Exército brasileiro, Força que participou, ao longo da história, praticamente de todos os fatos mais importantes históricos da vida da Nação brasileira: na República; nas duas grandes guerras: em uma, ainda que com um efetivo pequeno do pessoal de saúde, a primeira, mas, na segunda, já com uma Divisão de Infantaria Expedicionária, nossos heróis febianos, na guerra contra o nazifascismo lá na Europa, na Itália. Uma Força que tem participado ativamente de missões de paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas. Esse é o Exército brasileiro, uma instituição em constante evolução, e nós vamos apresentar no decorrer essa evolução, que preserva os mais fortes sentimentos de orgulho pelo País e de amor por sua gente, e que existe para defender a nossa Pátria.

Então, ontem, hoje e sempre o nosso Exército brasileiro.

E qual é o tamanho, qual é a grandeza dessa instituição? Uma instituição com uma capilaridade impressionante, presente em todos os Estados da Federação. Senhores, são 874 quartéis espalhados pelo Brasil em 373 cidades brasileiras. Eu acredito que não há família no Brasil que não tenha alguém que não serviu ao Exército brasileiro, ou à Marinha, ou à Força Aérea Brasileira.

O nosso efetivo hoje gira em torno de 216 mil homens e mulheres, uma frota de mais de 26 mil viaturas de diversas categorias, pequenas, médias e maiores, viaturas blindadas, uma frota de helicóptero, tudo isso espalhado pelo Brasil inteiro, levando cidadania através do serviço militar, em que anualmente incorporamos cerca de 60 mil jovens, difundindo valores, empregando pessoal, capacitando cada vez mais o nosso pessoal e, ao final do serviço militar, por exemplo, como já foi citado pelo nosso Ministro, devolvendo à sociedade brasileira um cidadão capacitado, formado, e assim por diante.

Então, bem sumariamente, esse é o tamanho do nosso Exército. Um Exército espalhado pelos quatro cantos do Brasil. Nós temos 26 brigadas de infantaria em todo o Brasil, de diversas especialidades. E uma presença realmente maciça são os nossos 216 mil militares, homens e mulheres, espalhados por este Brasil continente.

Eu faço um destaque aqui. Nós somos divididos em oito comandos militares de área: o Comando Militar da Amazônia; o Comando Militar do Norte, abrangendo ali o Pará, o Maranhão e o Amapá, que eu tive a honra de comandar – pude ali conviver com aquele povo bom e ordeiro durante dois anos e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro meses; o Comando Militar do Nordeste; o Comando Militar do Leste, ali em Minas Gerais, Rio e Espírito Santo; o Comando Militar do Planalto, aqui no centro; o Comando Militar do Sudeste, que abrange o Estado de São Paulo; o Sul, com Rio Grande, Santa Catarina e Paraná; o Comando Militar do Oeste, com Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. São oito comandos militares de área. Uma presença nacional realmente.

Eu destaco aqui a nossa fronteira. Eu sou uma amazônida. Apesar de ter origem cearense, como disse a nossa Senadora Kátia Abreu, passei dez anos da minha vida na Amazônia, e aí eu faço o meu tributo, a minha homenagem ao soldado amazônida, projetando aí os nossos pelotões de fronteira na Amazônia Oriental, Ocidental e, caindo mais aqui para o Sul, os oito pelotões de fronteira que temos no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul.

Então, é uma missão diferenciada, árdua, e a gente tem que manter, dentro de projetos estratégicos que mostrarei mais à frente, a garantia dessa nossa soberania, da nossa preocupação eterna com a nossa Amazônia brasileira.

E aí está. Eu separei nesse eslaide propriamente dito. É meia dúzia, são seis brigadas de infantaria de selva. E aí, só para os senhores terem uma ideia, é um efetivo aproximadamente de 30 mil homens em toda a Amazônia, considerando a Oriental e a Ocidental: em torno de 10 mil militares na Oriental – Pará, Amapá e Maranhão – e em torno de 20 mil militares na Amazônia Ocidental – Estado do Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia.

Então, eu tenho um carinho todo especial por essa área e é uma preocupação do Exército Brasileiro priorizar a nossa Amazônia, porque as riquezas, o potencial da Amazônia, a preocupação com a questão do meio ambiente, isso é pauta diária da nossa Força na defesa e na proteção das nossas florestas, da nossa Amazônia.

O que nós entregamos para a sociedade brasileira? Recebemos da sociedade um orçamento, recebemos toda a pujança das responsabilidades que impõe a missão da Força e nós devolvemos, eu citei algumas: a defesa da Pátria, a mais importante; a manutenção da paz, a que já me referi, nas missões de paz, na Operação Acolhida, lá na Venezuela – operação humanitária de acolhimento e de interiorização de amigos e irmãos venezuelanos que acorrem ao Brasil na busca de um emprego, de alguma coisa melhor –; a garantia da lei e da ordem, tão bem falada aqui pelo nosso Ministro na sua introdução; e o apoio à Defesa Civil. Não há catástrofe, não há nenhuma coisa mais grave que aconteça na Nação brasileira em que a nossa Defesa, em que as nossas Forças Armadas não estejam ombreadas na solução do problema, como no projeto Forças no Esporte, na distribuição de água no Semiárido nordestino, na perfuração de poços artesianos, na construção de estradas com o emprego da nossa engenharia.

Eu cito o exemplo bem característico, recente, da nossa BR-163, no sul do Pará. Eu estava lá e vi a inauguração daquele trecho. Todo ano havia aquele problema por conta da chuva, e hoje nós temos, pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

BR-163, o transporte de grãos do norte de Mato Grosso e do sul do Pará na direção do Porto de Miritituba e dali para o mundo inteiro. Esse é um exemplo que a gente cita sobre a participação da nossa engenharia militar nos contratos e nos acordos com o Dnit e com o Governo Federal.

Há o apoio à saúde indígena, o apoio na pandemia. Nós estamos, há um ano e dois meses, nos dez Comandos Conjuntos, vivendo diuturnamente o apoio à população brasileira nessa pandemia.

Há fiscalização de produtos controlados e operações como Verde Brasil e Ágata no combate aos ilícitos ambientais e fronteiriços.

São essas as principais entregas do Exército Brasileiro à sociedade da nossa Nação.

O Brasil, nos últimos 20 anos, vem evoluindo, obtendo progresso e acompanhando o desenvolvimento, a globalização, em todos os sentidos. Há 20 anos, o Estado-Maior do Exército, o Exército Brasileiro criou o grande programa estratégico do Exército. São três subportfólios: um deles é a "Defesa da Sociedade", como a gente vê na elipse verde; na elipse azul, vemos a "Geração de Força"; e, na elipse marrom, há a "Dimensão Humana da Força", que cuida dos nossos recursos humanos. São 17 programas nos últimos 20 anos, e vão se desenrolar, até 2039, 40.

Eu cito ali, na "Defesa da Sociedade", o Programa Guarani, com a produção de blindados com engenharia nossa, com tecnologia, como disse o Ministro da Defesa, inclusive com a possibilidade de exportação; o nosso Sisfron (Sistema de Monitoramento de Fronteiras), que é muito importante principalmente na coibição do tráfico internacional de drogas; o Astros 2020, que é artilharia pura na defesa da Pátria; o Ocop nosso, que é interno; a aviação do Exército, que já passa de 20 anos e tem que ser modernizada. Há helicópteros que têm que ser potencializados. Helicópteros novos têm de ser adquiridos. Tudo isso é voltado para a defesa da Pátria. E há um programa específico para isso. E, na área de defesa cibernética, nem se fala! Hoje em dia, não há nação, não há país no mundo que queira ter um posicionamento em alto nível se não tiver um programa de defesa cibernética atuante. Há o Proteger, a Defesa Antiaérea, o projeto Lucerna, que está na área de inteligência.

Na "Geração de Força", há a parte de gestão de tecnologia da informação, de logística, da área de engenharia.

Na "Dimensão Humana da Força", há a parte educacional e cultural, tão bem relatada no início da nossa audiência pela nossa Presidente. É fundamental o sistema educacional. A base do Exército Brasileiro e das Forças Armadas está na qualificação dos seus recursos humanos. É prioridade número um essa formação. E a força da Nossa Força, em que a gente abrange vários subprogramas, principalmente na área pessoal, saúde e assim por diante.

Essas capacidades e benefícios advindos desses três subportfólios e programas aos quais me referi anteriormente nos dão: capacidade de dissuasão – também já referido pelo nosso Ministro e tão bem dita





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na frase do nosso Barão do Rio Branco –; projeção internacional; apoio às ações de segurança pública, nas operações interagências – olha, eu já tenho uns 47 anos de serviço, e nunca nos integramos tanto com as agências governamentais e os órgãos de segurança pública de todos os Estados –; na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação – um orgulho para nós ontem participar de uma solenidade lá na Força Aérea Brasileira, a respeito de lançamento em Alcântara, isso é mudança de perspectiva para melhor –; estímulo ao desenvolvimento nacional.

Como disse o Ministro também, eu faço esta referência: como a Defesa é rentável. Nós temos um trabalho feito por outras organizações, inclusive com a Confederação Nacional da Indústria, em que chegamos à conclusão de que, para cada R\$1 investido na Defesa, o retorno é de R\$3,66 – mais do que na metalurgia, nas telecomunicações, na informática. Isso não é número à toa, isso é verificado, realmente, em pesquisas, em outros trabalhos.

Vejam o potencial de geração, até 2039, desses projetos estratégicos, destes 17 programas aos quais me referi anteriormente – também não são números ao léu. São R\$112 bilhões em valor para a economia nacional; R\$60 bilhões em acréscimo ao PIB – isso claro, de dez, quinze anos para trás, até 2039; 36 mil empregos por ano nessa geração; R\$20 bilhões em tributos, impostos arrecadados; são 187 Municípios envolvidos nesses programas; praticamente toda a Federação, os 26 Estados da Federação têm alguma dessas 1.441 empresas ligadas diretamente a estes programas estratégicos da Força.

E atualmente, no presente, no combate a essa pandemia, em um ano e dois meses, praticamente: criação dos dez Comandos Conjuntos e trabalhando incessantemente em prol da sociedade brasileira; controle das fronteiras; apoio logístico de transporte, na distribuição de alimentação, de cestas básicas; doação de sangue – o Exército já tem hoje quase 60 mil militares que doaram sangue nesse último ano, reforçamos todos os hemocentros dos Estados –; capacitação de pessoal para a descontaminação de ambiente público; campanhas de conscientização, para que a gente tenha mais resultado; 1.810 localidades atendidas; inúmeras evacuações aeromédicas realizadas com apoio do nosso pessoal de saúde; militares empregados na vacinação indígena e atualmente na vacinação no Brasil inteiro. Hoje, em praticamente em todos os Estados, nós temos nossas Forças Armadas na campanha de vacinação da população brasileira.

Como disse o Ministro, eu faço até a propaganda para Brasília: nós estamos participando atualmente em dois postos de vacinação em Brasília, mas, no que a gente vai inaugurar segunda-feira, nós vamos atuar de 18h às 24h, ou seja, no contrafluxo do horário de expediente normal, para que a gente possa ter mais oportunidade e vacinar mais, chegarmos a 2 milhões/dia. E, se for preciso, faremos 24 horas por dia. E é só solicitar apoio que a Força está pronta para apoiar nessas campanhas de vacinação em qualquer local do nosso Brasil: produção de EPI, apoio aos órgãos de saúde... Eu citei aí algumas, mas há várias outras ações, eventos que foram, estão sendo e poderão ser realizados durante essa Operação Covid no apoio ao combate à pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí estão fotografias que ilustram bem tudo isso a que eu tenho me referido, que eu tenho falado.

Esse é o nosso Exército. O tempo que nos foi dado foi de 10 a 15 minutos para que a gente fizesse um resumo do que é a Força, com prioridade principalmente nos projetos estratégicos, para que a gente pudesse mostrar em que nós estamos evoluindo e progredindo. Tudo isso para estarmos prontos sempre para cumprir a nossa missão constitucional, tão bem escrita na nossa Constituição, na nossa Carta Magna. Cultuando valores e tradições e valorizando os nossos recursos humanos, a nossa gente, o nosso povo, que são os nossos maiores patrimônios – esses valores e as tradições e a nossa gente –, não tem como não dar certo. E é nesse sentido que agradeço a oportunidade à CRE de poder me dirigir neste momento e falar desse Exército Brasileiro, dessa soma de raças.

E mais uma vez: iniciei e termino com o "braço forte e mão amiga", porque não há brasileiro que não conheça esse ditado, esse mantra da nossa Força terrestre. Braço forte, na defesa da Pátria, na garantia da lei e da ordem e na garantia dos Poderes constitucionais; mão amiga na atuação na Covid, na ajuda humanitária lá na fronteira com a Venezuela, por exemplo, e na cooperação com órgãos públicos da nossa engenharia.

Mais uma vez, a minha continência, a minha vibrante continência a todos. Quero agradecer... Eu sei que aí na telinha – perdoem-me até um pouco a tranquilidade – há Senadores que já tiveram a oportunidade... Por exemplo, vejo o Senador Nelsinho Trad – não sei se está ainda na linha –, que tive a honra de receber lá no Oiapoque, em uma visita de Parlamentares, Deputados e Senadores, para conhecerem a nossa fronteira norte, lá no Amapá. E isso aconteceu em várias outras épocas, na Amazônia Ocidental, Oriental, no Mato Grosso do Sul, e a gente quer sempre a presença dos nossos Parlamentares, para conhecerem de perto o trabalho da nossa Força.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, General, Comandante do Exército Brasileiro. Eu tenho a convicção de que todos que nos assistem na TV Senado, que nos assistem aí na tela, remotamente, e os nossos Senadores ficaram bastante entusiasmados e emocionados com a força da sua palavra e o amor que o senhor tem ao Exército, que o senhor representa tão bem. Isso só aumenta o nosso orgulho e a emoção em nossos corações.

Eu conheço Pacaraima, em Roraima. Já visitei Pacaraima, na divisa, e fiquei muito impressionada com o trabalho da defesa que vocês fazem naquela região. Muito obrigada, General.

Passo agora a palavra para o nosso último convidado: Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, Comandante da Aeronáutica do Brasil.

Com a palavra. Obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, Sr. Ministro da Defesa, meus companheiros comandantes da Marinha e do Exército Brasileiro.

Eu queria iniciar lembrando a última vez que tive a oportunidade de vir à CRE, quando nós estávamos tramitando o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os Estados Unidos para exploração do programa espacial brasileiro.

Eu queria fazer uma recordação aqui do então Vice-Presidente, que nos deixou, que é de saudosa memória para mim, que era o Senador Arolde de Oliveira. Então, em nome do Senador Arolde de Oliveira eu dedico a apresentação, Senadora Kátia Abreu, porque o Ministro da Defesa iniciou as palavras dele falando do evento de ontem, em que nós comunicamos o início da exploração comercial para lançamentos não militares da nossa Base de Alcântara. A CRE e a CREDN, também, tiveram uma grande participação, após 20 anos de tentativas de tramitação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, e ontem foi o exemplo da importância disso.

Como também já ficou claro, a Força Aérea é a última a apresentar porque ela é mais moderna.

Gostaria de colocar a apresentação na tela.

Ela é a mais moderna, mas ela representa as asas que protegem o nosso País. E ela é mais moderna porque as guerras, até o início do século XX, eram travadas basicamente nos ambientes terrestre e marítimo. Por isso, até o início da década de 1910, não havia forças aéreas estruturadas. Existia até aviação nas tropas navais, da Marinha e do Exército Brasileiro, e nós fomos criados graças ao invento de Santos Dumont, o nosso patrono da Aeronáutica brasileira, que mudou a guerra. A inclusão, na Primeira Guerra Mundial, do avião, tanto em apoio às forças de superfície quanto para impedir a utilização dos céus, dá início à criação das forças aéreas ao redor do mundo.

Então nós viemos, como mostra esse eslaide, desde a Primeira Guerra com uma atuação ainda bastante incipiente das forças aéreas, mas desde esse início... E aí nós vemos as bandeiras dos países que foram criando suas forças aéreas, a nossa em 1941. De lá para cá, a utilização do poder aéreo e a preponderância do poder aéreo em qualquer tipo de conflito é crescente. Então, de um combate simples, ou de uma missão de reconhecimento ou de observação aérea da Primeira Guerra, nós assistimos hoje a guerras, batalhas que acontecem às vezes em 15 minutos, com a utilização do poder aéreo.

O problema é que esse aumento da preponderância do poder aéreo traz consigo desafios tecnológicos, traz consigo o limite da tecnologia. Isso acontece não só nas Forças Aéreas – logicamente que também no Exército e na Marinha. As guerras modernas e a utilização do poder aéreo tornaram o emprego militar mais caro, porque esse conflito passou a ser muito baseado em tecnologia de ponta, que induz à necessidade de aporte de recursos muito mais vultosos do que antigamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim nasce a Força Aérea Brasileira – o próximo eslaide acho que não está passando aqui. Então, assim nasce a Força Aérea Brasileira em 1941, irmanada com a Marinha e o Exército Brasileiro, para tomar conta da guerra no ar, que é a parte aérea, e no espaço. Por isso, nós falamos do poder aeroespacial.

A Força Aérea, como também já foi dito, nasce da fusão das aviações do Exército e da Marinha, e o primeiro Ministro nosso, com muito orgulho, o Dr. Salgado Filho, era um civil. Então, nós temos, desde a nossa origem, uma visão muito voltada para a sociedade, uma visão dual em quase todas as nossas atividades, mas também muito voltada para o emprego na defesa do País.

Nós nascemos e fomos batizados nos céus da Itália – o 1º Grupo de Aviação de Caça, os nossos Jambocks, em plena guerra. Nosso batismo foi de fogo, durante a Segunda Guerra Mundial. Desde então, nós temos uma visão e as nossas prioridades muito focadas no emprego da defesa da Pátria.

Nós nascemos Aeronáutica Brasileira. E muitas pessoas se perguntam... E aí vai para todos os espectadores da internet, da Rádio e TV Senado. Há muitas confusões acerca da Aeronáutica Brasileira e da Força Aérea Brasileira. A Aeronáutica como um todo é formada pela Força Aérea Brasileira, que é o braço armado da Aeronáutica, pela aviação civil, pela indústria aeronáutica e pela infraestrutura aeroportuária. Logicamente, desde a nossa criação, a aviação civil migrou e hoje está no Ministério da Infraestrutura; a indústria aeronáutica, a partir de 1994, foi privatizada, principalmente pela Embraer e outras indústrias; e a infraestrutura aeroportuária, aí representada pela Infraero, hoje também está no Ministério da Infraestrutura.

Nós estamos espalhados em todo o Brasil. Logicamente, não temos a capilaridade do Exército Brasileiro, por causa das nossas próprias características, mas temos uma boa abrangência de nossas bases, de nossas organizações militares, em todo o País.

Se eu tiver que transformar esta apresentação em apenas um eslaide, é esta a concepção operacional do que nós somos. Não há como falar de uma Força Aérea sem essas três vertentes: a de controlar, ou seja, eu preciso saber primeiro quem está usando o espaço aéreo, para que eu possa identificar quem deveria estar e quem não está, quem está autorizado e quem não está autorizado, para controlar essas aeronaves; defender, e não é à toa que o defender ocupa a posição central deste eslaide, porque esta é a nossa missão síntese: defender a nossa soberania no espaço aéreo; e, como eu disse, nós nascemos duais, pois nós nascemos, assim como as outras Forças, com uma aproximação, uma vontade de apoiar o desenvolvimento nacional, uma vontade de estar presente no desenvolvimento e no apoio à sociedade, e aí está representado por integrar.

Este conceito da Dimensão 22 também já foi falado. Nós temos que controlar 22 milhões de quilômetros quadrados – o Almirante Garnier já explicou melhor –, porque nós temos compromissos internacionais de busca e salvamento até o meridiano 10. Então, os senhores se lembram, por exemplo, daquele acidente do Air France 447, que foi lá no limite da separação da nossa área de responsabilidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a do Senegal. E nós fomos lá, Força Aérea e Marinha, fazer o resgate daquele avião e dos corpos – os que foram possíveis –, para entender quais eram as origens daquele acidente, principalmente para que não ocorra novamente. Aquele acidente do Air France 447 foi uma demonstração da eficiência, sim, da Força Aérea e da Marinha nesse nosso compromisso de busca e salvamento em todos esses 22 milhões de quilômetros quadrados.

Logicamente, no nosso espaço territorial, espaço aéreo territorial – e aí incluem-se tanto a parte de solo quanto as águas jurisdicionais brasileiras –, nós temos a responsabilidade de defender esse nosso patrimônio. E, dentro do nosso País, já na parte terrestre, nós temos o apoio a toda a nossa população, o apoio a todas as medidas governamentais e às agências que cooperam para isso em todas as esferas.

Este eslaide faz um resumo dos nossos maiores projetos estratégicos. É através desses projetos de satélites, de aeronaves, de veículos lançadores, de veículos não tripulados, de armamentos que nós iremos cumprir a nossa missão. Eles são o que nós temos de mais caro e são chamados de estratégicos porque somente a partir da concepção dos seus objetivos é que a nossa Força Aérea poderá sair do patamar atual para o patamar superior.

Na área do controlar, apesar de nós termos aquele mapa das organizações militares, esta é a cobertura de todos os radares que temos em solo. No centro de cada circunferência desta, existe uma organização militar da Força Aérea mantendo radar, mantendo a parte meteorológica, mantendo as comunicações.

O Brasil foi pioneiro num sistema de controle do espaço aéreo e da navegação aérea no mundo. Geralmente os países mais ricos ou os países que não usam esse conceito... E nós fomos pioneiros nisto na década de 60, a partir de 1967: nós utilizamos os mesmos meios para fazer o controle do tráfego aéreo civil que nós usamos para fazer o controle da defesa aérea. É por isso que nós chamamos de Sisdacta (Sistema de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo). Isso reduz muito as nossas necessidades, isso melhora muito a coordenação entre a parte de defender e a parte da segurança da navegação aérea das aeronaves. Hoje nós temos orgulho do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro, que está sob nossa responsabilidade. Nós estamos entre os três países mais bem avaliados pela Organização da Aviação Civil Internacional e pela Iata, que é a associação das empresas de transporte aéreo. Temos níveis de segurança e de eficiência comparáveis aos dos melhores países do mundo.

Passando para o meio, para o conceito de defender, que não fique qualquer dúvida de que, por mais orgulho que nós tenhamos, como diz o Exército, da mão amiga, nós temos certeza de que o defender ocupa e deve ocupar posição central no equipamento e em todas as ações da Força Aérea Brasileira.

O projeto Gripen é um projeto que levou 25 anos para ser aprovado por diversas questões. Ele está em pleno andamento, é uma aeronave e um sistema de armas de Primeiro Mundo, moderníssimo. Não ficaremos em nada a dever aos demais países do mundo que operam aeronaves de caça dessa geração,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas ele é um sistema em que existe uma quantidade a ser comprada, existe uma parceria com a Suécia, com a empresa Saab da Suécia, com diversas empresas daqui do Brasil. Logicamente, as limitações que nós sofremos permanentemente quanto aos orçamentos prejudicam, como também já foi falado. Aqui eu coloquei alguns exemplos de empresas que estão nesse projeto. É um projeto de mais de US\$5,5 bilhões para aquisição de 36 aeronaves, logística e armamento. A cada redução, a cada insuficiência de recursos orçamentários, existe uma consequência para cada um dos empregados dessas empresas e de dezenas de outras empresas fornecedoras do sistema.

A Força Aérea também se orgulha – e é pioneira nisto – da transferência de tecnologia para o Brasil, para nossas empresas em todos os nossos contratos de aquisição. Nós não saímos suprimindo nossas necessidades de material apenas comprando na prateleira de um fornecedor, sempre exigimos a transferência de tecnologia, seja através de *offsets* tecnológicos, seja através de compensações industriais para as nossas empresas.

O segundo projeto, que passa tanto pelo defender – pois ele será imprescindível para qualquer conflito armado na mobilização, no assalto aeroterrestre, no lançamento de paraquedistas ou de mobilidade e logística –, mas também tem trabalhado muito no integrar, é o KC-390. É um projeto orgulho da nossa indústria brasileira, uma parceria da Embraer com o Ministério da Defesa e a Força Aérea Brasileira, que também tem sofrido restrições grandes que podem nos levar a rever os escopos de aquisição. O KC-390, como os senhores têm acompanhado durante esta pandemia, é um avião recém-incorporado à Força Aérea que tem superado muito o desempenho esperado quando da sua idealização. Ele traz aspectos econômicos em termos de exportações, nós já exportamos para dois países, para a Hungria e para Portugal. Temos previsões muito próximas de exportação em boas quantidades para outros países. Ele traz a geração de empregos diretos e indiretos ao nosso País. Ele é um avião tecnologicamente de ponta, é o avião, eu diria hoje, mais moderno da sua categoria.

Logicamente, ele tem uma característica de integração regional. Nós temos subsistemas dele, materiais dele produzidos por subcontratação do Brasil em outros países. E ele tem uma capacidade de projeção global que o transforma num vetor estratégico.

Ele foi desenhado, ele foi idealizado para ser o melhor lançador de cargas e tropas. Os senhores já o viram na mídia fazendo lançamento de paraquedistas para o Exército Brasileiro, fazendo lançamento de cargas para a Marinha do Brasil lá na base da Antártica, quando não se pode pousar por condições meteorológicas. Ele apoiou agora a operação do Exército Brasileiro no exercício Culminating, nos Estados Unidos, e foi um grande sucesso.

Ele também irá operar no combate a incêndio em prol da nossa sociedade, do meio ambiente. Os senhores têm acompanhado a ajuda humanitária, com transporte de vacinas e de oxigênio durante a Operação Covid. E trabalhará na vertente defender como um reabastecedor tático dos nossos aviões de caça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós falamos do papel da Forças Aérea de integrar, eu mostro este mapa. Na década de 50, essas eram as pistas de pouso da Amazônia que nós tínhamos disponíveis. A Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, que é subordinada ao Comando da Aeronáutica, logicamente em parceria com diversos órgãos governamentais de todas as esferas, transformou este mapa neste outro mapa. Então, essas são as pistas que nós ajudamos a construir em toda a Amazônia, que levam a integração, que levam o desenvolvimento, que levam a possibilidade de essas populações, dos amazônidas se integrarem como cidadãos ao nosso País. Certamente nós precisamos manter essa condição. Há falta de recursos também, apesar do apoio que nós temos recebido da Secretaria de Aviação Civil e do Ministério da Infraestrutura. Os orçamentos sempre restritos poderão um dia – espero que não – reduzir a quantidade de aeródromos que nós temos disponíveis.

Também do integrar, o que é mais visto pela sociedade são nossas participações em apoio à sociedade civil. É a Força Aérea que vai começar agora, no período da seca na Amazônia, novamente a ajudar o esforço nacional de combate ao desmatamento, ao incêndio florestal, aos incêndios que ocorrem nesta região do Arco de Fogo. É a Força Aérea que levou, durante 24 horas por dia, oxigênio líquido, oxigênio gasoso para Manaus durante esta pandemia, há cerca de dois meses. É a Força Aérea que, diuturnamente transporta, dentro do Sistema Nacional de Transplantes, órgãos e que salva vidas todos os dias, porque cada órgão tem um tempo de isquemia, ou seja, se o coração for retirado e, em quatro horas, não chegar ao recebedor, nós vamos perder um órgão. Aí, a Força Aérea se utiliza da sua principal característica, que é a velocidade, para cooperar com a sociedade. E, logicamente, nós estamos, como as outras Forças, na vacinação, na doação de sangue, nos projetos sociais do Ministério da Defesa.

O Ministro falou das 56 voltas que nós já demos voando ao mundo, mas as 56 voltas são apenas para a Operação Covid, Ministro. Em todas as atividades de apoio à sociedade, nos últimos meses, nós demos 107 voltas em torno da Terra, ou seja, somando-se o apoio à Covid, a retirada de doentes de Covid de Manaus – nós retiramos mais de 850 pacientes de lá – às demais ações que nós fazemos em prol da sociedade, nós voamos o equivalente ou o suficiente para 107 voltas em torno da Terra.

Já me encaminhando para o final...

Senhora?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone.*) – Desde a existência da Força Aérea?

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR – Não, nos últimos 12 meses.

Já me encaminhando para o final, gostaria de colocar luz no programa espacial. É um projeto estratégico do Ministério da Defesa que cabe grande parte à Força Aérea, mas que logicamente conta com a atuação de todos os órgãos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciei a minha apresentação falando do quão imprescindível era a aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas nesta Casa e na Câmara dos Deputados. E ontem nós vimos a concretização do primeiro passo.

O programa espacial se insere no emprego dual civil e militar. Ele servirá para a segurança pública, para o planejamento urbano, para o uso da terra, para aumentar a nossa produtividade agrícola ainda mais com a agricultura de ponta. Ele tem, no Centro de Operações Espaciais, a capacidade de nós controlarmos com total soberania todos os satélites brasileiros.

Este é o futuro. O futuro hoje passa pelo espaço. O futuro hoje passa pela exploração das comunicações via satélite, dos sensores via satélite, dos sistemas de posicionamento, dos sistemas de mapeamento, e tudo isso estará lá em cima no espaço, que, com muita honra, cabe a nós coordenar juntamente com os outros órgãos.

Este é o Centro de Operações Espaciais. Convido todos os Senadores e Senadoras para visita, quando quiserem. Nós estamos falando aqui também de tecnologia de um centro de operações de primeiro mundo, que foi construído numa parceria do Ministério da Defesa com a Telebras.

No final do ano passado – o Almirante Garnier, inclusive, era o Secretário-Geral do Ministério da Defesa –, nós iniciamos a aquisição de um satélite radar para o Brasil do Projeto Lessonia. E muito se discutiu à época, inclusive aqui nesta Casa, a aplicabilidade desse satélite, a oportunidade do satélite, o custo envolvido.

O satélite não tem limites. O satélite vai manter uma órbita ao redor da Terra. Então, muitas vezes, nós, por desconhecimento, olhamos para o satélite como uma ferramenta de utilização pontual, por exemplo, para o desmatamento da Amazônia. Este mesmo satélite Lessonia, cuja aquisição foi iniciada no final do ano passado, servirá, sim, para a Amazônia, para a gente controlar o desmatamento, mas ele também poderá servir para o sistema da Amazônia Azul da Marinha, de controle das embarcações e do tráfego fluvial; ele também servirá para nós utilizarmos no Rio Grande do Sul. Ou seja, a qualquer tentativa de pontuar o satélite para uma missão muito estreita, nós podemos estar incorrendo num sério risco.

Por que investir em satélite? Qual é a prioridade? Já dei alguns exemplos aqui. O satélite, hoje, é imprescindível para a defesa nacional, que é a missão do Ministério da Defesa e de nossas três Forças Armadas, mas ele também é necessário para a segurança das fronteiras, em apoio, por exemplo, ao Sisfron do Exército. Ele também é necessário para coibir o tráfico que ocorre diariamente no Lago de Itaipu ou no início do Rio Solimões. Então, eles são sensores que apenas estarão muito alto, possibilitando que a gente veja todo o nosso Território brasileiro. E aí ele ajuda a coibir a evasão de divisas, esses crimes transnacionais, a melhorar a produtividade agrícola; ele hoje é uma ferramenta... A Senadora Kátia Abreu certamente sabe disto: hoje, com o satélite de posicionamento global, nós podemos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programar tanto colheitadeiras como as máquinas que vão colocar insumos para correção da terra. E isso tudo hoje é dependente do satélite.

O acesso às informações e comunicações. Nós lançamos, há pouco tempo, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações, que está levando hoje comunicações, sim, lá para os pelotões de fronteira do Exército, mas também para a escola de Pacaraima e também para os quilombolas de Alcântara. E, dentro do Governo digital, ele está levando acesso à cultura, à educação e à internet para todos os brasileiros em áreas onde economicamente as demais empresas não veem motivo de exploração. E, logicamente, o desenvolvimento industrial.

Senadora Kátia Abreu, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu gostaria de encerrar deixando uma reflexão. Eu pautei minha apresentação no trinômio controlar, defender e integrar. E acho que todos nós deixamos muito clara a necessidade de orçamentos previsíveis nos valores adequados para que as Forças Armadas possam cumprir sua destinação constitucional. Em cada uma das Forças, os senhores viram, os senhores e senhoras repararam a nossa preocupação com a mão amiga do Exército, com o apoio à sociedade, com o apoio ao desenvolvimento. Se nós falharmos em levar o órgão, é possível a contratação de uma empresa para levar esse órgão. Se alguém falhar, se uma das Forças falhar no apoio à vacinação do indígena, é possível a Funai contratar funcionários para vacinar esses índios. Sim, nós fazemos todo esse apoio à sociedade, todo esse apoio ao desenvolvimento de forma muito, muito internalizada em cada um dos nossos militares, mas, se nós falharmos na defesa do País, ninguém vai nos substituir.

Então, os nossos projetos estratégicos de defesa têm que ocupar, na nossa sociedade, para os nossos formadores de opinião, uma posição de importância central, porque, em todo o resto que nós fazemos que não seja defender a nossa Pátria, alguém poderá nos substituir, mas, se nós formos ameaçados, só nós poderemos resolver isto, e isso vai depender das nossas condições, da nossa prontidão operacional, dos nossos equipamentos e do preparo que cada um dos nossos homens e mulheres terão naquele momento.

Agradeço novamente a oportunidade de, mais uma vez, voltar à CRE, lembrando, mais uma vez, o meu amigo Senador Arolde de Oliveira, ex-tenente do Exército Brasileiro, e agradecendo a todos aqueles que aqui sempre nos acolhem com muito carinho, com um diálogo num nível muito adequado entre autoridades.

Muito obrigado à senhora, Senadora Kátia Abreu; muito obrigado a todos os Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, por suas palavras, por seus pedidos de reflexão. Nós não temos dúvida nenhuma: de fato, na defesa da Pátria, da nossa soberania, nós não temos substitutos à altura, nem que quiséssemos, das nossas Forças Armadas. Nós temos um gasto, hoje, com as Forças Armadas, de em torno de 1,35% do PIB, e os números indicados mundialmente para uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defesa eficiente seriam de 2% do PIB. Nós precisamos alcançar essa meta para que estejamos à altura, preparados para a defesa da Pátria.

Eu tenho muitas perguntas, mas, na verdade, eu vou dar oportunidade aos meus colegas, porque muitas das minhas podem ser as deles, e nós já vamos economizando o tempo de todos. Então, eu passo primeiro a palavra aos três primeiros Senadores, em bloco de três, para que os senhores possam responder.

Eu queria pedir aos colegas que fossem objetivos nas perguntas a quem são dirigidas, porque, às vezes, há colegas que não têm perguntas, apenas um comentário, apenas uma reflexão, mas, se forem perguntas dirigidas, que nós pudéssemos indicar para a substituição aqui, na cadeira. É uma questão apenas prática aqui, física, porque não temos cadeira e microfone para todos ao mesmo tempo; senão, seria mais fácil.

Então, eu inicio com o bloco: Senador Esperidião Amin, Senador Nelsinho Trad e Senadora Mara Gabrilli. Os três Senadores, primeiramente, cada um por cinco minutos.

Por favor, Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Muito bom dia a todos!

Meus cumprimentos, Senadora Kátia Abreu, pela realização deste evento, não apenas previsto no nosso Regimento, mas, acima de tudo, necessário, até porque nós estamos com essas dificuldades operacionais, e esse encontro, ainda que remoto, atualiza a nossa relação tanto com o Ministério da Defesa quanto com as nossas Forças Armadas.

Eu quero, na pessoa de todos, cumprimentar o General Braga Netto, que eu considero um exemplo de uma espécie de Indiana Jones, que liderou aquela intervenção federal no Rio de Janeiro junto com o General Richard, que tinha feito estágio em Florianópolis, naturalmente, e conseguiu preservar a imagem do Exército numa intervenção federal que eu, pessoalmente, considere mais um malabarismo legislativo do que uma decisão política, que conseguiu preservar as nossas Forças Armadas diante dos riscos institucionais que as Forças correram.

Quero centralizar o meu comentário no aspecto da guerra cibernética. Queria pedir à assessoria, ao próprio Tarcísio, que fez a Nota Informativa nº 2.043, de maio do ano passado, para que disponibilizasse aos chefes das Forças Armadas e ao Ministro da Defesa, que é a última atualização que nós temos desse assunto.

A principal dificuldade, como, de regra, é a dificuldade, bem salientada pela Senadora Kátia Abreu, são os recursos financeiros. O entrelaçamento das Forças Armadas confere à Força Aérea Brasileira a preocupação com o espaço, que foi objeto do último eslaide, muito bem apresentado pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso Comandante da Força Aérea. Na questão nuclear, atômica, a Marinha, digamos, ficou com a especialidade, e o Exército ficou com a questão da defesa cibernética – não centralizado nele, mas responsável pela operacionalização e atualização dessa preocupação.

Então, essa nota informativa chama a nossa atenção, General Braga Netto, para que nós tenhamos um marco nacional visando congregar as normas infralegais que orientam a política nacional de defesa cibernética e aperfeiçoá-la como lei federal ou mesmo norma constitucional, mas a iniciativa disso tem de ser do Executivo, sob pena de nós cometermos uma infração quanto à iniciativa do processo legislativo. Se um Senador apresenta esse projeto, eu acho que vai ficar difícil compatibilizar a iniciativa com o preceito constitucional. Então, queria chamar a sua atenção para essa necessidade.

Finalmente, eu também homenageio o meu querido amigo, saudoso amigo do ramo das telecomunicações, Arolde de Oliveira, porque, juntamente com o nosso querido Nelsinho Trad, que vai falar em seguida, prestigiamos o último exercício de ataque cibernético, no qual o Exército nos disponibilizou a participação lá no Forte Rondon, se não me engano, que é onde está o Comando de Defesa Cibernética – naquela época era mais fácil eu entrar nela, porque o Comandante era o General Amin; isso poderia representar uma facilidade, mas a verdade é que o General Amin agora é Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia e, pelo que sei, a Defesa Cibernética está a cargo do General Heber Garcia Portella. Não sei se vai haver o exercício de ataque cibernético abrangendo o sistema financeiro, mas acho que ele pode motivar a nossa Comissão a lutar por mais recursos para as Forças Armadas e, especialmente, para a Defesa Cibernética.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Esperidião Amin.

Agora eu passo a palavra, por cinco minutos, para o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Senadora Kátia Abreu, nobre Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, digo aqui que me sinto honrado e privilegiado por ter V. Exa. presidindo estes trabalhos e muitos outros que haverão de ser desenvolvidos nesta importante Comissão, principalmente diante do que nós estamos vivenciando. E mais honrado fico por estar no meio de dois Senadores de que gosto e que admiro, como a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Esperidião Amin, que ainda há pouco falou.

Eu gostaria de cumprimentar o nosso Ministro Braga Netto, Ministro da Defesa, cumprimentar o Almirante Almir Garnier, da Marinha, cumprimentar o Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, da Aeronáutica, e também, com muito prazer, cumprimentar o General Paulo Sérgio Nogueira, do Exército Brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui dar testemunho de que realmente a gente participou de uma missão, a convite do Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro. Nós fomos até a Região Norte do nosso querido Brasil, e lá eu pude testemunhar algo que levo de lição na minha vida. Um comandante tem que ser admirado não pelo temor que ele impõe, mas principalmente pelo carinho e pelo respeito com que ele acaba contagiando os seus comandados. Isso é muito forte e foi observado no comando do General Paulo Sérgio lá na Amazônia, onde a gente via os seus comandados tê-lo como uma verdadeira referência, um verdadeiro símbolo de uma pessoa que realmente se incorporou àquela região e soube nos passar muito bem todas as missões que ali eram desenvolvidas.

A minha pergunta é sobre dois assuntos. Um, que é muito afeito ao meu Estado, a respeito do programa do Sisfron, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. Também já tive a oportunidade de visitar lá, na divisa com o Paraguai, na cidade de Ponta Porã, e eu gostaria que o General Paulo Sérgio pudesse me dizer como está esse programa – esses resultados são extremamente promissores – de Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, e se há alguma expectativa de o Exército ampliar essa execução para o restante das fronteiras do nosso País, uma vez que lá no meu Estado praticamente está pronto, mas ele precisa de uma interligação com as demais fronteiras. Essa é uma pergunta.

A resposta da outra eu acho que deve ser aqui do General Braga Netto, até para esclarecer este assunto: foi noticiado na imprensa que os hospitais das Forças Armadas apresentam 85% de leitos ociosos. Isso é verdade? Isso procede? Porque a gente precisa saber, realmente, a versão de quem não foi ouvido nessa história. Pelo que eu li na reportagem, parece que vocês não foram ouvidos nessa questão. Então, a gente precisa saber exatamente o que está acontecendo em relação a essa questão.

No mais, Senadora Kátia Abreu, parabéns por, mesmo de forma remota, dar sequência a esses trabalhos tão importantes que esta Comissão norteia. Estamos sempre prontos para poder atender ao chamamento de V. Exa. quando precisar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) –
Obrigada, Senador Nelsinho Trad.

Eu só recomendo ao Comandante do Exército que, quando for fazer a sua resposta, faça uma explicação resumida de o que é o Sisfron, para que aqueles que estão nos acompanhando na TV Senado saibam também do que se trata.

Passo a palavra para a nossa queridíssima Senadora Mara Gabrilli, que está lá de São Paulo falando conosco nesta manhã.

Por favor, Senadora Mara.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Senadora Kátia Abreu, nossa Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Parabéns, Senadora Kátia, por convocar esta importante audiência pública!

Eu quero agradecer também a presença do Sr. Ministro General Walter Souza Braga Netto e seus respectivos comandantes.

Eu queria aproveitar esta oportunidade para destacar as semelhanças dos dois princípios desta Comissão permanente, que são as relações exteriores e a defesa nacional. Há uma ligação muito forte entre ambas que são as duas políticas de Estado do Brasil.

Sra. Presidente, eu acho tão perigoso quando a gente mistura política de Governo e política de Estado. Diplomacia, assim como Defesa, são instituições acima de nossas discussões partidárias e interesses políticos efêmeros. Os políticos passam, mas o Estado fica. E hoje a gente vê uma tentativa de politização das Forças Armadas, em desrespeito à própria legislação militar, como o Regulamento Disciplinar do Exército, que proíbe manifestação pública sobre política a militares da ativa.

Eu gostaria de fazer a seguinte pergunta para o Ministro Braga Netto: sobre a securitização das fronteiras, desde o início da pandemia da Covid-19, o Governo Federal tem emitido unilateralmente atos executivos, como portarias e decretos, que são absolutamente contrários à nossa Lei de Migração e ao nosso Estatuto dos Refugiados, além de diversas convenções da ONU das quais o Brasil é signatário. A Portaria 652, da Casa Civil, que foi assinada pelo senhor em 5 de janeiro deste ano, manteve o fechamento das fronteiras e exigiu a comprovação de entrada regular no País sem a possibilidade de os imigrantes poderem se regularizar em Território nacional. Isso é o que prevê a nossa progressista Lei de Migração. Com isso, o que está acontecendo? Uma epidemia de indocumentados no Brasil.

Nessa pandemia, isso aqui abre brechas para mais fome, para mais desigualdade social, para mais vulnerabilidade, já que os nossos imigrantes e os nossos refugiados não conseguem acessar os direitos básicos sem documentação. Eu chamei atenção para esse problema na última reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados junto ao Senador Paulo Paim e à Deputada Bruna Furlan.

É muito contraditório, Ministro, porque o Ministério da Defesa, ao mesmo tempo em que promove a Operação Acolhida como uma política de Estado das fronteiras, toma essas medidas de repressão, na contramão dos direitos humanos de imigrantes e refugiados. Sr. Ministro, essa visão ultrapassada de imigrantes e refugiados como uma ameaça já foi superada pela nossa Lei de Migração, que é extremamente bem reconhecida internacionalmente como modelo de direitos humanos a ser seguido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, no Ministério da Defesa, Sr. Ministro, eu lhe pergunto: a gente vai seguir com um modelo de criminalização das pessoas que atravessam as nossas fronteiras ou vai haver medidas que garantam os direitos humanos dessas pessoas que queiram entrar e prosperar no nosso País?

E a outra pergunta, Ministro, é sobre a contradição também gritante nessas relações entre defesa nacional e relações exteriores.

Os gastos para as missões de paz da ONU atingiram a mínima histórica e, ao mesmo tempo, o orçamento da defesa cresceu muito com o Governo Bolsonaro. Eu concordo com a Senadora Kátia Abreu que a nossa meta de 2% de gasto do PIB com defesa nacional é fundamental, mas, Sr. Ministro, a gente tem um orçamento de defesa que não foi traduzido em uma melhor inserção internacional brasileira no campo da paz, que sempre foi muito útil no nosso *soft power*.

O Brasil é um país historicamente pacífico, que tradicionalmente sempre contribuiu para a paz internacional, desde a primeira missão de paz da ONU em 1956, com o nosso famoso Batalhão de Suez. Desde então, o Brasil já participou de mais de 50 operações da ONU, com mais de 55 mil militares policiais e civis participando. Há cinco anos, o Brasil comandava três importantes missões na ONU – Líbano, Congo e Haiti – e a gente tinha a presença de tropas brasileiras nos continentes e em zonas estratégicas para a paz internacional. E hoje? A gente acabou, em dezembro de 2020, com a Unifil; a Minusca não existe mais; no Congo, não temos mais tropas. E agora? O Brasil teve uma contribuição histórica nas Nações Unidas, que é uma organização de respeito. Além de tudo que as Nações Unidas trazem, eu ainda tive a oportunidade de ser eleita e sou atualmente perita da ONU no Comitê sobre Direito das Pessoas com Deficiência – imagine o tamanho do respeito.

Então, eu pergunto, Sr. Ministro: voltaremos a investir com mais tropas e mais comando militar nas missões de paz da ONU, para garantir uma maior inserção internacional da defesa?

Muito obrigada, Sr. Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senadora Mara Gabrilli.

Eu passo a palavra para o General Braga Netto, que poderá encaminhar a complementação de resposta aos três Comandantes das Forças.

Obrigada.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Eu queria agradecer a todos os três Senadores pelas perguntas e pela oportunidade de esclarecer alguns itens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, Senador Esperidião Amin, eu queria garantir ao senhor que... Por coincidência, ontem, nós tocamos nesse assunto da questão estratégica dissuasória da defesa cibernética. Agora, tem que ficar claro que o Exército é responsável pela defesa cibernética das Forças, não do País, embora nisso ele acabe sendo um polo de multiplicação – inclusive, os outros órgãos têm nos procurado como referência para isso. E o problema nosso, realmente, é o recurso, mas está previsto o exercício, e o senhor está sempre convidado exatamente pelo que o senhor tem nos ajudado e pelo interesse que o senhor demonstra no assunto, como eu também tenho no assunto. A defesa cibernética não tem fronteiras, a cibernética não tem fronteiras. É uma preocupação mundial a questão cibernética. O custo é baixo, e o retorno é muito alto. Nós conversamos sobre isso ontem no Ministério da Defesa. Mas o problema, realmente, é recurso.

Quanto à pergunta do senhor com relação ao exercício, está previsto o exercício. O Amin continua ligado à cibernética. É o DCT responsável lá. Então, o senhor, por favor, pode perfeitamente falar com o Amin. Ele está com Covid, mas está bem. Ele está se recuperando bem.

Senador Nelsinho Trad, o Sisfron... Eu vou deixar o Paulo Sérgio depois fazer uma explicação mais detalhada, mas, como eu era chefe estadual do Exército, digo ao senhor que existe a previsão de ampliação do Sisfron. São várias fases. Inclusive, a primeira é para levá-lo para o Sul; depois, ele vem para o Norte. Foram distribuídos materiais individualmente, mas não dentro de um contexto de sistema. O Paulo Sérgio pode explicar isso.

Com relação aos leitos...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O que é o Sisfron?

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Sobre o Sisfron, o Paulo Sérgio vai... O Sisfron é o Sistema de Monitoramento de Fronteiras. Ele tem a condição de fazer um trabalho interagências na defesa das fronteiras. O combate ao crime organizado ou o combate às drogas não é missão do Exército, ou melhor, das Forças, mas ele contribui com as agências, com a Polícia Federal e com os demais ministérios no tocante a isso. O problema nosso é a defesa da fronteira, da integridade nacional.

Com relação aos leitos, foi feita uma nota. A reportagem foi de determinado jornal de São Paulo. Foi feita uma nota, que foi publicada, retificando aquilo que o jornalista fez.

Na realidade, o índice de contaminação dentro da família militar é maior, é bem maior do que o da população em geral. E o sistema de saúde nosso prevê a evacuação dos postos mais afastados para os sistemas centrais de atendimento médico. Então, é exatamente o contrário: nós não temos disponibilidade, e o nosso índice de contaminação é maior quando se conta a família militar como um todo, porque a nossa faixa etária da família militar, que abrange o pessoal da Reserva etc., é maior. O nosso pessoal que estava no comboio, o nosso pessoal que estava na linha de frente, curiosamente, começou a se contaminar porque não estava prevista a vacinação desse pessoal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, esse pessoal, quando fez a reportagem, considerou uma enfermaria de quartel. Vou dar um exemplo aleatório. Pegaram uma enfermaria de um quartel em uma cidade pequena do interior de São Paulo em que há seis camas; não são leitos hospitalares. E dessas seis camas... É para um soldado que, em uma atividade física, torce o pé ou se machuca ou passa mal na formatura possa ir ali para se deitar. Nessa enfermaria de quartel, havia um leito ocupado e cinco camas vazias. E o repórter, desinformado ou mal-intencionado, comparou isso a mais de 80% de leitos vagos.

Esse não é o mote da nossa apresentação aqui, mas nós estamos disponíveis para o senhor. Se o senhor quiser saber detalhes, posso mandar para o senhor toda a informação que foi enviada para aquele jornal. O repórter a retificou, mas, como o senhor sabe, isso não tem repercussão.

O fato é que não existe hoje leito disponível, não existe leito, vamos dizer, ocioso – não é disponível – nos nossos hospitais. Os nossos hospitais estão completos. O leito que está vago serve exatamente ao rodízio: quem está na UTI sai da UTI para entrar um que está pior na UTI. Nós podemos apresentar isso para os senhores.

Com relação à Senadora Mara Gabrilli, primeiramente, eu queria dizer à senhora o seguinte: não existe politização nas Forças Armadas. Isso aí é uma ideia, vamos dizer, equivocada. Houve uma troca de ministros e, por uma questão funcional, houve a troca dos comandantes, por uma questão até de antiguidade. Os civis normalmente não entendem muito a questão da antiguidade, mas isso para nós é muito importante. Essa troca foi feita, e as Forças Armadas permanecem seguindo a linha da hierarquia, disciplina, defesa da Constituição e da liberdade do povo brasileiro. A primeira questão é essa. Então, não há politização.

Com relação à imigração que a senhora tocou, o que acontece é o seguinte: quem fecha a fronteira, quem toma conta da fronteira para fechar é o Ministério da Justiça; ele provoca o Ministério da Saúde, que provoca a Anvisa, que solta um parecer técnico no tocante ao fechamento ou não da fronteira. O fechamento não é feito para uma determinada categoria específica. Os fechamentos foram feitos por orientação da Anvisa. Existe uma nova regulamentação de erro grosseiro que, se nós não observarmos o parecer técnico, nós podemos responder judicialmente. E o que foi feito foi um fechamento da fronteira, como países do mundo durante a pandemia, de uma maneira até mais rigorosa, fecharam. É uma questão sanitária. Não existe uma discriminação de imigrantes ou não imigrantes.

Com relação a gastos de Defesa, é ao contrário. Se a senhora observar a apresentação que nós mostramos, o gasto, o nosso orçamento, em virtude da questão do teto de gasto, da nova conjuntura que foi feita, diminuiu. Não houve um aumento de gastos com a Defesa no Governo. Houve até uma redução em virtude da política econômica que existe, que é uma regra que vem desde 2016.

O SR. ALMIR GARNIER SANTOS – EC 95.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – EC 95, está me ajudando aqui o Garnier, a emenda constitucional.

E sobre missão de paz, só para a senhora ter conhecimento também, nós estamos prontos para as missões de paz. O problema continua o mesmo, é o que eu disse no início da minha apresentação: o problema é orçamentário. Inclusive, eu acho que, semana que vem, a Defesa – eu não tenho o dado aqui agora –, por esses dias, a ONU está inspecionando, porque ela tem vários níveis de tropas em prontidão, nós estamos apresentando, se não me falha a memória, três unidades para plena prontidão de emprego para tropa na ONU. São vários níveis. Nós estamos fazendo uma *apply* para um nível acima, que é a tropa que fica pronta para ser acionada. Agora, o problema é recurso para mandar a tropa para fora.

Eu não sei se eu respondi a todas, mas foi o que eu anotei.

Eu queria passar para o Paulo Sérgio, para ele falar do sistema de fronteiras.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (Para expor.) – Então, o Sisfron é um sistema de vigilância e proteção da nossa fronteira. Ele surgiu lá em 2010, 2011. Coincidentemente, Senador, eu era Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Oeste, lá em Campo Grande, assim que surgiu o Sisfron. Então, o projeto piloto era na área da 4ª Brigada C Mec de Dourados. E, pela facilidade, pela disposição das tropas do Exército ali naquela área, a facilidade logística, construiu-se esse projeto piloto, mas com a promessa de subir na direção da Amazônia; aí a brigada vizinha, perdão, a do Mato Grosso; depois chegar à 17ª, de Rondônia; e também para o Sul, na 15ª Brigada, de Cascavel; e também para o Rio Grande do Sul e o Paraná.

Senador, o problema todo cai no orçamento. Então, é um projeto de 12 bilhões, e até o presente momento, ou seja, em dez anos mais ou menos, nós tivemos em torno de apenas 2 bilhões disponíveis para o projeto Sisfron. Com geração de emprego, integração nacional, emprego dual, muita ciência e tecnologia, um monitoramento e a presença física, uma integração internacional com os nossos países vizinhos, uma vigilância 24 horas e proteção; tudo isso, quando o projeto estiver todo completo, nós teremos essa capacidade, mas, infelizmente, por conta desse orçamento, em que às vezes temos contingenciamento e tudo mais, acaba se esticando um pouco, e a gente não consegue o ideal. Há alguns equipamentos que são muito importantes de a gente priorizar e já lançar em outras áreas, seja para o Norte, seja para o Sul, de maneira que hoje ele está em dia, está em funcionamento. Nas Operações Ágata, a gente vê números, a gente vê resultados, e vários equipamentos foram adquiridos – o soldado lá da 4ª Brigada C Mec tem um equipamento especializado para o Sisfron –, mas é claro que o tempo é quem vai dizer do sucesso final desse programa, de acordo com o orçamento.

Então, era isso que eu queria falar para o senhor, Senador, e estou à disposição para a gente conversar sobre esse assunto, particularmente, no privado, e assim por diante.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Só um complemento aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o seguinte: o Almirante me passou agora, com relação à questão do emprego de nossas Forças no exterior, que a Marinha irá assumir o comando da Força Tarefa 151, no combate à pirataria no Chifre da África, a partir de junho de 21, a partir de junho deste ano. Então, isso é só um exemplo de que nós continuamos com essa questão de emprego no exterior. O problema nosso é sempre o mesmo, de orçamento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada pelas respostas.

Passo agora para o segundo bloco: Senador Marcos do Val, Senador Fabiano Contarato e Senador Telmário Mota.

Com a palavra o Senador Marcos do Val. *(Pausa.)*

Ele se desconectou. Vamos aguardar o seu retorno.

Passamos a palavra, então, para o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Sra. Presidente, quero parabenizá-la por esta iniciativa; agradecer o comparecimento de todos os representantes das Forças Armadas; dizer que as Forças Armadas reconquistaram um prestígio a duras penas, após 21 anos de ditadura; mas também quero fazer um alerta aos comandantes das Forças Armadas: a partir do momento em que os senhores ocupam esses cargos, os senhores passam a responder por um CNPJ, não são mais um CPF. Quero aqui parabenizar o Comandante do Exército, que já falou publicamente, inclusive, em excluir sua conta do Twitter. Eu acho que, em determinadas posições ocupadas nas instituições, nós temos que nos abster de opiniões pessoais sobre a política. Se não, nós estamos politizando as Forças Armadas. O Governo passa, as instituições permanecem. Então, eu quero que tenham plena convicção disso.

Eu presenciei, foi publicizado também, por exemplo, que o Comandante da Aeronáutica faz declarações abertamente nas redes sociais em apoio ao Presidente Jair Bolsonaro, ataques contra a esquerda, contra a imprensa, críticas ao Supremo Tribunal Federal por ter decidido uma ação judicial envolvendo um ex-Presidente. Então, eu acho que isso é muito delicado quando nós estamos utilizando um CNPJ, e não mais um CPF.

Diante disso, eu queria fazer alguns questionamentos de forma objetiva, e peço a compreensão da minha querida Senadora Kátia Abreu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em repetidas oportunidades, o Presidente da República tem se referido ao "meu Exército", sinalizando que este não cumpriria o *lockdown*. Assim, a minha pergunta é simples: o Exército Brasileiro é do Presidente Jair Bolsonaro ou é do povo brasileiro?

As medidas de isolamento social, inclusive o *lockdown*, se necessário, vão salvar vidas. Enquanto isso, o Presidente adota um discurso e toma medidas que colocam essas vidas em risco. De forma mais específica, eu pergunto: há qualquer cenário em que o Exército, a Aeronáutica e a Marinha atuariam em sentido contrário às determinações referentes ao isolamento social de Estados e Municípios, ou desobedeceriam às regras de isolamento decididas pelos entes federados? Esse é o meu primeiro questionamento.

O segundo é: o General Otávio Rêgo Barros afirmou, recentemente, que o Presidente Bolsonaro não tem – aspas – "amadurecimento intelectual" – fecha aspas – e que deseja transformar o Exército Brasileiro em – aspas – "estrutura de apoio político". O General foi porta-voz da Presidência da República por um ano e meio. Obviamente, conviveu e conhece bem o Presidente.

Diante disso, devo perguntar aos senhores: os senhores eventualmente recusariam o cumprimento de qualquer ordem que objetive concretizar esses planos de politizar o Exército e as demais Forças Armadas, mas também assumiriam o compromisso de denunciar às autoridades competentes para investigar qualquer comportamento nesse sentido, como o próprio Congresso e o próprio Supremo Tribunal Federal?

Mais um questionamento é: a militarização do Governo Federal, no entanto, não se restringiu – nós sabemos – ao Ministério da Saúde, ao Pazuello. São diversos militares, da ativa e da reserva, ocupando cargos de ministros, presidentes de estatais, diretores de agências reguladoras, entre outros. Um levantamento de julho de 2020 mostrava um aumento de 33% na presença de militares da ativa no Governo, com mais de 2.500 integrantes das Forças Armadas em cargos comissionados. Apesar do conhecimento técnico dos militares em diversas searas, reputo absolutamente inadequado que um Governo civil seja de tal forma ocupado por militares. Uma das razões para isso é justamente o risco da contaminação política das Forças Armadas, que devem ser instituições de Estado e não de Governo.

Dessa forma, eu pergunto como enxergam essa questão e se os senhores pretendem tomar alguma atitude ou medidas para reduzir a militarização do Governo Federal, estabelecendo regras ou limitações para a cessão de militares da ativa para outros órgãos.

Só para finalizar, Sra. Presidente, peço só mais um tempinho.

O Clube Militar, recentemente, afirmou que grande parte da população brasileira tem saudades do período da ditadura militar. Infelizmente, encorajados pelo Presidente da República e vários dos seus seguidores, têm de fato se multiplicado as manifestações públicas pedindo intervenção militar, defendendo o fechamento do Supremo, do Congresso Nacional, a substituição da Constituição de 1988.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse cenário, não seria de se esperar maior responsabilidade por parte dos militares da ativa e da reserva ao condenar qualquer manifestação ou reivindicação favorável à tomada de ações antidemocráticas e inconstitucionais? Não cabe aos comandantes das Forças Armadas, ao Ministro da Defesa repudiar esse tipo de manifestação vindo de agentes militares contra o Estado democrático de direito?

Eu agradeço, Sra. Presidente, e com todo respeito me coloco também à disposição para uma eventual réplica.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Fabiano Contarato.

Passo a palavra para o Senador Telmário Mota, do PROS, de Roraima.

Com a palavra, Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Está me ouvindo, Senadora Kátia?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Perfeitamente. E vendo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar.) – Primeiro, eu quero parabenizá-la. Como você sempre... A Senadora Kátia tem essa capacidade de, num momento desse tão importante para o nosso País, fazer uma audiência desse nível.

Mas eu quero aqui começar parabenizando o nosso Ministro da Defesa Walter Braga Netto. Quero desejar muito sucesso nessa nova missão. Não tenho nenhuma dúvida de que é um homem preparadíssimo para comandar a defesa nacional, como Ministro da Defesa.

Quero aqui saudar também o Almirante Almir Garnier Santos, Comandante da Marinha. Quero saudar o General Paulo Sérgio Nogueira, Comandante do Exército Brasileiro. Quero saudar o Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, Comandante da Aeronáutica. Todos devem ir conhecer o meu querido Estado de Roraima, porque eu creio que é uma honra para todos.

Ministro, eu quero ser bem breve. Não tenho nenhuma dúvida do compromisso das Forças Armadas brasileiras com a democracia, com a nossa soberania e com o nosso País. Eu vejo as pessoas fazendo tempestade em copo d'água. O Brasil vivendo uma pandemia, vivendo uma necessidade de unidade, eu acho que tem hora em que até o nosso generalato fica sorrindo com tanta bobagem que agora as redes sociais ajudam a expandir. Então, eu tenho segurança absoluta quanto às Forças Armadas, quanto ao compromisso com o nosso País, com a nossa soberania, com tudo o mais. O povo brasileiro acredita nas Forças Armadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou à minha primeira pergunta que quero fazer ao General Paulo Sérgio Nogueira. Comandante, nós sabemos que a Venezuela vive hoje uma crise humanitária, uma crise econômica e uma crise política sem precedentes e de forma lamentável, porque é um país que sempre foi nosso vizinho, nosso parceiro em vários tipos de relações comerciais, culturais, de longa data. Agora, esta crise venezuelana tem provocado uma enxurrada de migração, e o Brasil tem sido uma dessas portas a que tem chegado essa crise migratória. Quem tem comandado isso é a acolhida no meu Estado de Roraima feita pelo Exército brasileiro, à qual sempre fui contra. Eu acho que o apoio aos venezuelanos tinha que ser feito como no Haiti, dentro da própria Venezuela, mas foi assim determinado. Eu quero aqui saudar o Exército, cuja acolhida tive a oportunidade de conhecer, e conversar com organismos internacionais dizendo que, se não for a melhor, está entre a melhor no Brasil. Então, eu queria perguntar como você vê essa migração, como você vê essa acolhida e a situação principalmente do Estado de Roraima, que é o Estado mais pobre do Brasil e que não tem políticas públicas para dar a devida acomodação. Essa é uma pergunta ao nosso Comandante do Exército.

Quero também falar aqui com o Comandante da Marinha. Eu tive a oportunidade de pegar em Caracaí, indo até Boa Vista, esse navio da Marinha que dá toda assistência aos ribeirinhos, às pessoas mais necessitadas. Então, eu queria fazer a pergunta. Para a Região Amazônica, um assunto que é sempre muito relevante são os navios da esperança, também conhecidos como navios da assistência hospitalar da Marinha brasileira. Eu gostaria de perguntar sobre as últimas regiões visitadas e sobre a existência de programas para a região do meu Estado e do Amazonas.

Eu queria fazer essas duas perguntas, minha Presidente Kátia, e fico satisfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Telmário Mota.

Agora eu passo a palavra para o terceiro Senador deste bloco, o Senador Carlos Viana. Com a palavra, por favor, Senador Carlos Viana, das Minas Gerais.

Posteriormente, eu vou chamar mais uma vez o Senador – ausente – Marcos do Val e o Senador Roberto Rocha.

O Senador Carlos Viana está presente? (*Pausa.*)

Senador Carlos Viana. Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O senhor tem cinco minutos para usar a palavra.

Obrigada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar.) – Eu agradeço, Senadora Kátia Abreu, pela possibilidade de, primeiro, dar as boas-vindas aos nossos convidados, ao Ministro da Defesa, aos comandantes das nossas forças. Serão sempre bem-vindos aqui, como disse a nossa Presidente Kátia Abreu, a esta Casa do Senado, à Casa da República.

Quero saudar a nossa Presidente e todos os companheiros Senadores que estão participando.

Eu gostaria de deixar algumas questões já dirigidas aos nossos participantes, caminhando no que foi apresentado pelo Ministro Braga e também no comentário feito em boa parte pelo Senador Esperidião Amin.

Nós estamos vivendo um momento em todo o Planeta em que o conceito de defesa substituiu o conceito de ministério de guerra. Nós estamos tratando hoje do orçamento da defesa, da formação das nossas forças profissionais militares dentro do conceito de melhora das condições do País no multiatendimento e principalmente do desenvolvimento de novas tecnologias. Nós sabemos que a questão da guerra digital é o panorama futuro, caso exista algum conflito. Hoje, você pode fazer com que um inimigo tenha confundidas todas as suas informações, os sistemas de abastecimento de energia elétrica, os sistemas de abastecimento de água e esgoto, todos eles controlados por dados. Portanto, o País tem que mudar o patamar das Forças Armadas para um tempo de nova tecnologia e, naturalmente, um tempo de produção de equipamentos que possam servir para a defesa deste tempo digital.

Meus primeiros questionamentos serão para o Ministro da Defesa, Sr. Braga Netto. Eu gostaria que o senhor nos deixasse aqui bem claro como a indústria de defesa pode contribuir para a recuperação econômica do Brasil, nesse período, inclusive, de pandemia, considerando a relevância para o PIB para que o senhor chamou a atenção: para cada real investido, quase quatro vêm. E eu gostaria que o senhor também falasse, General Braga Netto... Normalmente a ideia dos críticos ao orçamento da Defesa é a de que nós estamos comprando armas, e armas, naturalmente, entram naquela discussão toda, se armas são boas ou não são boas para o País. Armas não fazem nada sozinhas. Então, quando nós falamos em equipamentos de defesa, nós estamos falando em tecnologia, em patentes. Gostaria que o senhor deixasse isso bem claro aqui para os nossos telespectadores da TV Senado e aqueles que nos acompanham também pela Rádio Senado. É o meu questionamento.

Ao Comandante da Marinha, eu gostaria de pedir ao senhor que nos falasse sobre notícias recentes que preocupam muito a todos nós. Há a questão do submarino Nanggala, de lá da Indonésia, que naufragou com 53 tripulantes mortos. Também a Argentina viveu a mesma preocupação com o submarino San Juan, com perda total da tripulação. Nós temos um programa de submarinos hoje muito avançado. Eu gostaria que o senhor nos falasse sobre o que aconteceu lá na Indonésia, quais as possíveis causas, e, principalmente, o que tem sido feito aqui para salvaguardar a vida dos nossos marinheiros, para o nosso programa de submarinos não enfrentar futuramente uma situação semelhante à que foi divulgada em todo mundo. É um primeiro ponto que eu gostaria que o Comandante da Marinha comentasse. E, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão submarinos, eu gostaria também de saber em que estágio se encontra o Prosub, o projeto de desenvolvimento de submarinos, como será aproveitado o Complexo Industrial Naval de Itaguaí para conclusão dentro do Orçamento Federal. Eu gostaria que o senhor colocasse sobre esse assunto.

Para o nosso Comandante do Exército, eu quero deixar aqui que o senhor, por favor, nos informasse sobre o Sisfron (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras). Está transcorrendo essa implantação de que maneira? Em que estágio estamos? Nós já temos prisões de criminosos? O senhor disse que a fronteira – eu observei bastante aqui – é uma questão de multidisciplinas e também de multiações. Eu gostaria que o senhor falasse conosco sobre o Sisfron, fundamentalmente sobre a questão da defesa em fronteiras.

Ao nosso Comandante da Aeronáutica, eu gostaria que o senhor nos falasse sobre o andamento dos projetos estratégicos da FAB – nosso F-39 Gripen, o Millennium –, dentro também dessa perspectiva de nós esclarecermos, Sr. Brigadeiro, a população brasileira do quanto é importante nós investirmos na tecnologia, termos autonomia, termos a nossa soberania em equipamentos, mas também podermos vender isso ao mundo, essa tecnologia, como fonte de recurso para o nosso País, saindo do conceito de que estamos comprando, investindo em armas, mas estarmos trabalhando tecnologia, autonomia e, naturalmente, soberania do Brasil na área tecnológica.

São os meus questionamentos, Senadora Kátia Abreu.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) –
Obrigada, Senador Carlos Viana.

Eu vou ler a pergunta deixada pelo Senador Roberto Rocha. Ele está em um voo, mas fez questão de deixar a sua pergunta.

Ontem, na Base Aérea de Brasília, representei o Maranhão na cerimônia de divulgação das empresas selecionadas para operação do Centro Espacial de Alcântara.

Fico satisfeito em perceber que o Governo brasileiro, através da Força Aérea Brasileira e do Ministério da Ciência e Tecnologia, está conseguindo tirar as ações do papel e colocá-las em prática.

Nesse sentido, queria que o Ministro comentasse sobre a importância desse passo dado ontem para a população do meu Maranhão e do nosso Brasil, especialmente para a população quilombola de Alcântara.

Meus cumprimentos especiais ao Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Baptista Junior.

Assinado, Senador Roberto Rocha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós temos a última inscrita em réplica, eu vou já passar a palavra para a última oradora, Senadora Mara Gabrilli.

V. Exa. tem dois minutos para a réplica.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Senadora Kátia.

Sr. Ministro, eu entendo que a questão das fronteiras seja uma prerrogativa do Ministério da Justiça, mas a Portaria 652, que foi assinada pelo senhor, restringiu expressamente nos arts. 3º e 4º a fronteira com a República da Venezuela, o que dificulta o acesso do nosso maior fluxo de refugiados atualmente, deixando aberta a nossa fronteira com o Paraguai, o que, em termos sanitários, não faz sentido algum; em termos políticos, talvez faça. Além disso, o art. 8º da Portaria 652 diz que o descumprimento implica responsabilização penal, deportação imediata e inabilitação de pedido de refúgio. Essas previsões são absolutamente ilegais, nos termos da Lei de Imigração.

Sr. Ministro, agora, sobre o orçamento. O próprio Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa diz que os recursos utilizados pelo Governo brasileiro retornam ao País por meio de reembolso da ONU, com depósito em conta da União. Pensando assim, as despesas das missões não devem ser vistas como encargos atribuídos exclusivamente ao Brasil, e não podemos dizer que essas missões pesariam no orçamento da Defesa. Parece um mantra essa questão de não ter orçamento. Nesse caso, se o dinheiro volta, não faz muito sentido.

E, por fim, eu agradeço as informações prestadas pelo Almirante Almir Garnier sobre a nossa missão de combate à pirataria no Chifre da África. Fico muito satisfeita com essa notícia.

Muito obrigada, Senadora Kátia.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senadora Mara.

Passo a palavra ao General e Ministro Braga Netto.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Eu vou tentar ser bem objetivo para que os Comandantes possam falar também dentro do tempo previsto.

Eu começaria, primeiro, com o Senador Telmário Mota, agradecendo os cumprimentos, Senador. Eu não sou tudo isso, não, Senador, muito obrigado! A experiência foi muito interessante na intervenção.

E seguinte: com relação à acolhida – depois o General Paulo Sérgio vai abordar isto –, a acolhida não é uma responsabilidade do Exército, eu só queria deixar isso claro. A acolhida é um *pool* de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidades. Ela tem envolvimento da Casa Civil, pois é coordenada pela Casa Civil. E tudo que tiver envolvimento de mais de um ministério a Casa Civil coordena – ela não comanda; é diferente. O que eu aprendi lá de diferente, em relação à dificuldade de quando você sai do Estado-Maior do Exército, é que, neste, você determina e "cumpra-se" e, lá, você determina e aí você acorda. Então, isso envolve vários ministérios, envolve o Ministério da Cidadania, envolve o Ministério da Saúde, envolve Relações Exteriores. Só que realmente a coordenação maior ficou no terreno com o Exército, o que depois o Paulo Sérgio vai abordar.

Senador Carlos Viana, sobre a indústria de defesa, como o senhor perguntou, o maior problema que nós temos hoje na indústria é a questão da garantia, porque nós fechamos acordos, e a garantia tem que ser *gov to gov*; ela tem que ser governo a governo. E nós temos dificuldades em conseguir essa garantia para vendas bilionárias, em dólar. Isso está sendo trabalhado junto ao Ministério da Economia, junto ao BNDES, junto a bancos. Se os senhores observarem e puderem pesquisar na internet, os senhores vão ver que, na semana passada ou retrasada, nós inauguramos em São Paulo a primeira *fintech* de defesa do mundo, mas é para coisas pequenas, não para volumes grandes, como determinada venda que nós estamos acertando, que é da ordem de US\$4,5 bilhões. E a maior preocupação que nós temos também com relação à questão do desenvolvimento da defesa, da indústria de defesa é a perda de talentos. E outra coisa: a indústria de defesa precisa exportar, mas, quando ela vai fazer a exportação, os países de fora que querem adquirir veem se o próprio País também adquire. E, aí, entra de novo o orçamento. Embora a Senadora tenha falado que é um mantra, não é um mantra, é uma verdade: o orçamento é pequeno. Nós não podemos comprar, aí nós tentamos vender, e o país lá fora, às vezes, não vende. Essa indústria gira em torno disso, o maior lucro dela vem exatamente da exportação, mas ela precisa ter alguma referência aqui dentro, porque os países, quando vêm, buscam saber se nós compramos isso aí.

Com relação ao Senador Fabiano Contarato, eu volto a dizer: não existe politização nas Forças Armadas. As Forças Armadas permanecem e se pautam pelo que está previsto na Constituição, dentro da Constituição. Eu não comento declarações, nem que sejam do Presidente, sejam do Rêgo Barros – isso são declarações pessoais –, mas eu posso colocar uma posição minha. Quando nós falamos: "O meu Exército", não é só o meu; é o meu, é o seu, é o nosso Exército. Não é só o Exército, são as Forças Armadas; as Forças Armadas são de todos os brasileiros, tá? Então, eu acredito que quando o Presidente fala – mas é uma suposição –, ele está se referindo a isso, como qualquer brasileiro deve se referir.

Eu acho que os dados dos senhores estão equivocados com relação à porcentagem de militares da ativa no Governo. Não é isso, não existe isso, estão contando outras funções de militares. E, pelo que me consta, a Constituição ou o regramento jurídico não vê diferença entre militar e civil. Eu, por mim, vejo a diferença entre competente e incompetente. Então, o que eu busco, quando eu busco a pessoa, é um perfil. Se o senhor observar na minha gestão na Casa Civil, a maior parte, a grande maioria do pessoal que trabalhava comigo era de civis altamente capacitados – impressionado com o trabalho deles. Então, não existe isso. O regramento não difere os dois.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me ver se eu respondi tudo.

Uma coisa com relação a *lockdown*, só para o senhor saber: as Forças não pararam um minuto, as Forças trabalharam normalmente o tempo inteiro. Isso aí eu gostaria de deixar pautado para os senhores. E a mesma coisa com relação a Clube Militar. Clube Militar é uma associação com militares da reserva, etc., etc., que não responde à subordinação dos comandos das Forças Armadas. Ele emite uma opinião dos associados dele.

Eu passaria a palavra aqui... Como eu disse para os senhores, a antiguidade, para nós, representa muito e facilita, muitas vezes, muitas coisas. Nós chegamos à porta de um elevador, há lugar só para quatro e são seis, entram os quatro mais antigos. Então, vamos começar pelas Forças, pela antiguidade: o Almirante Garnier vai responder, por favor.

Garnier, puxa para o meu lugar.

O SR. ALMIR GARNIER SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Sr. Ministro.

Pela sequência, creio que a primeira resposta seria ao Senador Telmário Mota.

Prezado Senador, agradeço muito o seu questionamento. O senhor levanta uma pauta que mexe com o coração dos marinheiros da Região Amazônica. O senhor, profundo conhecedor dessa região, sabe que os Navios da Esperança têm esse nome não é à toa. Nós temos quatro navios que prestam assistência hospitalar, navios construídos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, por brasileiros – na década de 70, a maioria deles –, voltados para o atendimento dessas regiões carentes, regiões com pouca assistência médico-hospitalar, regiões onde é difícil... Às vezes, o ribeirinho precisa navegar de voadeira durante horas ou até dias para uma emergência. Esses atendimentos transformam a vida das pessoas e tornam o Estado brasileiro presente, fazendo algo de realmente útil com o orçamento que a gente recebe. Então, Senador, agradeço muito ao senhor por essa pergunta.

E, quanto às localidades a serem atendidas, elas são trabalhadas anualmente pelo Ministério da Saúde, pelas secretarias de saúde estaduais, em conjunto com a Marinha, para fazer um planejamento antecipado de um ano. Esse planejamento, obviamente, leva em conta os indicadores da região. As regiões mais afetadas, as cidades mais necessitadas são priorizadas.

Então, ao senhor, com toda a sua articulação política, eu sugiro que faça suas considerações às secretarias locais, para que a gente inclua no nosso planejamento aquelas regiões que são mais do interesse das comunidades, as quais o senhor representa. Em primeiro lugar, eu daria essa sugestão ao senhor. A Marinha está pronta para colaborar com o Ministério da Saúde e com as secretarias de saúde estaduais.

Hoje mesmo, nós temos o Navio de Assistência Hospitalar Doutor Montenegro realizando operação no Acre. Só como exemplo, já realizou mais de 2,5 mil atendimentos para moradores de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades rurais do Alto Juruá. Nós vamos atender até 6 mil pessoas até maio, quando chega o final da missão. É só um exemplo de uma coisa que está acontecendo hoje.

Muito obrigado, Senador Telmário Mota, pela sua parceria com os Navios da Esperança e com a população.

Com relação à pergunta do Senador Carlos Viana, o senhor fez duas perguntas ao Comandante da Marinha, e eu agradeço ao senhor por colocar em pauta. Eu vou começar pela mais difícil de ser respondida. Eu mesmo encaminhei, consternado, recentemente, uma carta de condolências ao Chefe de Estado Maior da Marinha da Indonésia, apresentando, em nome da Marinha e, de certa forma, do Estado brasileiro, condolências pela perda. Tanto que o que nós estamos acompanhando é que eles, a Marinha indonésia, deram uma declaração, dizendo que, provavelmente, aconteceu o que chamam de *freak wave*, uma onda subaquática não regular que teria provocado um mergulho abaixo da cota de segurança do submarino. Todo submarino, todo submersível tem uma cota de operação profunda; depois dela, o casco não resiste à pressão da coluna d'água. Então, provavelmente, acreditam, pelo que eu posso estar acompanhando, pelas fontes que temos, essa é a crença da Marinha da Indonésia. Isso levou a essa terrível perda de vidas.

O senhor também mencionou outro acidente recente triste, aqui na nossa região, na América do Sul, um acidente com um submarino argentino. Houve muito tempo de procura, é difícil localizar. O leito do oceano, o leito marinho não é um local fácil de se acessar, ainda mais em altas profundidades. A sua consideração acho que é a mais relevante possível, que é como evitar isso. A nossa Marinha, graças a Deus, tem um histórico de profissionalismo muito grande que tem nos blindado contra infortúnios dessa natureza.

Isso passa por diversas questões, Sr. Senador. A primeira questão é a capacidade, a tecnologia de construção e a tecnologia de manutenção desses equipamentos, que são equipamentos complexos e de risco. Há também uma questão de treinamento, de capacitação, qualificação do pessoal que garante esses navios, esses submarinos, que são navios que podem submergir.

Então, a Marinha não transige com essa questão de qualidade do equipamento. Se não está no nível mínimo adequado de capacidade, não se pode fazer ao mar. Se a tripulação não está com os seus registros de treinamento e de certificação, não pode cumprir determinadas missões. Então, nós temos um processo de qualificação em fases: a qualificação individual, a qualificação por equipes e a qualificação do meio, do navio, do submarino, para operar em grupos-tarefa com outros navios. Então, com tudo isso, nós acreditamos que nós estamos tendo sucesso na condução da nossa força de submarinos e também dos navios de superfície. É claro que, quanto mais velho, mais antigo fica o material, mais riscos e, portanto, mais cuidados. Então, essa também é uma necessidade do uso do orçamento, para que a gente reduza esses riscos para as nossas tripulações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao Prosub – não sei se o senhor teve a chance de acompanhar a minha apresentação –, ele gera 24 mil empregos diretos e cerca de 40 mil empregos indiretos. É um desafio grande do ponto de vista orçamentário, como o senhor colocou, porque o orçamento federal é disponibilizado – o senhor conhece bem o processo de LDO, Ploa, LOA – anualmente, e nós precisamos cumprir os contratos para que os fabricantes, a Itaguaí Construções Navais e nosso parceiro francês, façam as encomendas como planejado. Até aqui, temos conseguido fazer isso – em 2016 foi necessária uma reorganização contratual por questões de ambas as partes – e nós vamos continuar nesse esforço para poder fazer aquele complexo cumprir o contrato corretamente.

Posso dizer ao senhor que temos um submarino pronto, sendo testado, o Submarino Riachuelo; nós temos um submarino já completamente integrado, recebendo a parte de sistemas; nós temos um terceiro submarino em fase intermediária, com 50% de montagem; e um quarto submarino, que já iniciou a primeira sessão. Então, é um processo contínuo, uma linha de montagem, digamos assim, muito eficiente. Eu acredito que nós vamos levar isso a bom termo.

Melhor ainda que isso é o Programa das Fragatas Classe Tamandaré: o Estado brasileiro alocou recursos antes do início do projeto e, com isso, a gente vai ter uma navegação contratual mais tranquila do que com o Prosub.

Eu espero ter respondido ao senhor, Senador Carlos Viana.

Muito obrigado pela consideração e pela atenção com a Marinha do Brasil. *(Pausa.)*

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (Para expor.) – Senador Telmário, sobre a nossa Operação Acolhida, o senhor mesmo, na sua pergunta, no seu questionamento, já me ajudou na resposta. Já vi que o senhor conhece bem a operação e entende bem o que está acontecendo.

Essa operação – nós estamos completando quase três anos – é de maio de 2018, é uma missão de ajuda humanitária. Acho que todos se lembram da nossa fronteira nesse tempo. O Brasil, naquela oportunidade, não se furtou a fazer alguma coisa para ajudar nossos irmãos venezuelanos, e foi o que aconteceu. Então, hoje nós temos, Senador, mais de 5 mil militares que já foram empregados em vários rodízios; rodízios esses de todos os comandos de área. Então, soldados do Sul, do Norte e do Nordeste estão tendo a oportunidade de conhecer a Amazônia na Operação Acolhida e também de participar dessa operação.

Tudo começa em Pacaraima, vem para Boa Vista, depois para Manaus e daí para a interiorização. E aí é o grande segredo da operação. O senhor deve estar sabendo que nós já estamos quase completando 50 mil imigrantes interiorizados em 26 Estados da Federação. Se isso não ocorresse, estaria um caos Roraima, Boa Vista.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive em Roraima, em Boa Vista, há dois meses. Fiquei impressionado com a beleza da cidade, com a limpeza e não vi nenhum caos, como a gente viu no início da operação, de venezuelanos realmente espalhados pela cidade, dando problema, ou seja, a gente sente que a operação deu certo, está dando certo.

É uma referência mundial, é interagência – são agências nacionais e internacionais, vários ministérios participando. Prêmio já foi, inclusive, ganho pela Operação Acolhida, pela forma como é exemplo mundial. Então, eu diria que é um caso de sucesso. E a gente está lá, firme e forte, cumprindo a nossa missão.

Se tiver mais alguma... Agora no final de maio, Senador, vou voltar a Roraima para rever a Acolhida e visitar a 1ª Brigada de Infantaria de Selva e ver como está a situação, num afã de chegar mais perto da tropa, de a gente conversar e ver, daqui de Brasília, no que é que a gente pode ajudar mais ainda a nossa 1ª Brigada de Infantaria de Selva, Brigada Lobo d'Almada, que o senhor tão conhece aí no Estado de Roraima. Selva!

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR (Para expor.) – Eu vou querer iniciar minhas respostas com uma colocação feita pelo Senador Fabiano Contarato. Eu queria agradecer o senhor inicialmente pela oportunidade de eu esclarecer. Todos os usuários da Força Aérea de mídias sociais devem respeito ao manual de utilização de mídias sociais, e não seria o Comandante da Aeronáutica o primeiro a contrariar o que está lá.

A reportagem em que o senhor deve ter se baseado para as suas observações vem do mesmo repórter que em 2019 já fez algumas avaliações sobre isso, inclusive pessoais minhas. E eu garanto ao senhor que não há essa confusão de CPF e de CNPJ. Não foi a assunção do cargo de Comandante da Força Aérea que me tirou um CPF e me deu um CNPJ. Eu já era autoridade – eu sou Oficial-General há 12 anos – e tenho muito cuidado com isso. Na verdade, esse é o mesmo repórter que colocou também os dados não verídicos sobre a utilização dos hospitais, que já foram comentados aqui anteriormente.

Na minha Ordem do Dia, quando assumi o Comando da Força Aérea, em um trecho em que me dirigi aos meios de comunicação, eu comecei dizendo: eu sou um militar do meu tempo, e, no meu tempo, a utilização de mídias sociais é, sim, uma ferramenta também de comando, também de discussão com o meu efetivo – eu comando 70 mil homens e mulheres. E concluo dizendo o seguinte: da mesma maneira que as portas da Força Aérea Brasileira estarão abertas para todos os meios de imprensa, para as televisões que desejarem notícias com oportunidade, presteza e acuracidade, as portas estarão abertas. Os órgãos de imprensa que não desejarem ter dados corretos e com profissionalismo certamente não baterão à nossa porta. E concluo dizendo que dos meus comandados, de todos eles, irei cobrar o acatamento a todos os preceitos do nosso manual de utilização de mídias sociais, e irei cobrar inclusive de mim. Então, muito obrigado pela oportunidade que o senhor me dá de esclarecer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vejo como algo político do Comandante da Aeronáutica eu curtir um *tweet* do Ministro Ramos celebrando o primeiro dia que nós conseguimos vacinar mais de 1 milhão de brasileiros contra a Covid. Eu não vejo como político – na minha passagem de comando, a Deputada Carla Zambelli tirou uma foto comigo e com o Gen. Paulo Sérgio – o fato de eu ter curtido o texto que ela colocou lá, ser uma postura política minha, como não seria também no caso de ser algum Parlamentar da Rede ou de qualquer outro partido. Então, muito obrigado ao senhor pela oportunidade de eu esclarecer.

Um dos preceitos do manual de mídias sociais da Força Aérea diz que nenhum militar da Força Aérea deverá polemizar os comentários aos seus *posts*, aos seus *tweets*, às suas publicações. Então, se alguém espera, em algum ataque ao Comandante da Aeronáutica ou ao Baptista Junior, uma polêmica, não será da minha parte que será levantada. Então, muito obrigado ao senhor pela colocação e pela oportunidade que o senhor me dá.

Ao Senador Carlos Viana, os programas estratégicos da Força Aérea são a nossa única ferramenta para retirar a Força Aérea, e eu tenho certeza de que as outras Forças, de um nível de prontidão operacional, de um nível de capacidade operacional em prol da defesa da Pátria e colocar em outro. Ou seja, nós temos tentado a todo custo reduzir atividades de custeio, reduzir a máquina, reduzir atividades meio para que esses recursos possam ser utilizados nos programas estratégicos como os que o senhor citou: o Gripen, o KC-390, o Programa Espacial. Nós temos priorizado completamente isso. Logicamente que, os recursos chegando, nós temos uma responsabilidade até fiscal para com as despesas que eu estou assumindo como Comandante da Força Aérea. Então, já conversei com o Ministro da Defesa. A falta de orçamento vai, sim, nos levar a rever alguns contratos para que nós nos mantenhamos dentro da responsabilidade fiscal, ou seja, eu gostaria muito de caminhar para o necessário, mas hoje eu tenho que sair do possível para o necessário. Quando nós fazemos isso, o impacto em todos os fornecedores do KC-390... Uma aeronave como o KC-390 tem milhares de componentes lá dentro. Essas restrições, seja no KC, no Programa Espacial ou no Gripen são doloridas, porque qualquer revisão de um contrato é um desbalanceamento, é um conflito que o senhor trava em algo que já tinha sido acertado com a assinatura do contrato. E as consequências, realmente, são muito ruins. Então, muito obrigado ao senhor por suas colocações sobre o nosso programa estratégico.

Senador Roberto Rocha, infelizmente, não tive a oportunidade ontem de encontrar com o senhor na solenidade. Muito obrigado pela sua presença. E, para toda a bancada do Maranhão, eu tenho certeza de que ontem foi um dia de festa, após tantos anos, após décadas. Começamos esse programa em 1983 e ontem nós começamos, após a assinatura do Acordo de Salvaguardas... Ontem foi a primeira concessão, vamos dizer, de uma área de lançamento. Fizemos a concessão de quatro áreas e já abrimos o chamamento público para a próxima área, que é de foguete já de maior porte. Muito obrigado ao senhor. Não tenha, Sr. Senador e bancada, povo do Maranhão, incluídos os quilombolas, qualquer dúvida de que nós cumprimos toda a base legal, toda a trilha que nós estipulamos lá atrás de atenção aos quilombolas, o desenvolvimento regional. O Ministro Marcos Pontes está pessoalmente tratando disso. Eu tive a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de ir a Alcântara com todos os secretários executivos de todos os ministérios. Qualquer impacto na vida dos quilombolas... Nós já tivemos lá agora a entrega de 120 títulos de propriedade para aquelas famílias, que nós estávamos devendo desde a década de 80. A observância da Convenção da OIT 169 nós iremos fazer. Iremos manter a base legal prevista hoje e a discussão ampla com toda a sociedade do Maranhão e principalmente da península de Alcântara. Tudo isso para que o Programa Espacial leve para lá desenvolvimento, para que leve riqueza para o nosso povo e para que leve tecnologia para a península de Alcântara e para todo o Estado do Maranhão. Então, muito obrigado ao senhor pela oportunidade. Foi uma pena que eu não pude encontrar com o senhor pessoalmente lá, mas vamos resgatar essa falta do Comandante da Aeronáutica com o senhor.

Muito obrigado a todos.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (Para expor.) – Senador Carlos Viana, o senhor fez um questionamento a respeito do Sisfron. Talvez o senhor não estivesse presente no questionamento do Senador Nelsinho Trad, foi exatamente isso. Então, eu vou só resumir.

É um programa estratégico importante para o Exército Brasileiro em toda a sua fronteira oeste, chegando até o sul – então, desde o Amazonas, Roraima, até o Rio Grande do Sul. É um projeto que já tem dez anos, é um projeto de R\$12 bilhões e que, por conta do orçamento, acabou se esticando um pouco; e a gente está atrasado nesse projeto. A principal finalidade, o objetivo principal é a coibição dos crimes transnacionais, transfronteiriços. A gente começou no Mato Grosso do Sul, numa brigada de cavalaria bem estruturada, e estamos levando para o norte, nas brigadas de infantaria que há de fronteira no Mato Grosso, na Amazônia, lá em Rondônia, até Tabatinga, e descendo para o sul também, na brigada de Cascavel, e assim por diante, de maneira que, ao final deste projeto, nós teríamos uma fronteira bem protegida, bem vigiada. E a reboque disso, uma série de ações de integração internacional, com emprego dual de equipamento, com tecnologia nova, com sensores adquiridos novos. Dessa maneira, ao ver o ilícito acontecer, consegue-se informar e acionar quem de direito para coibir aquele ilícito. Então, esse é o resumo do que é o Sisfron.

Estou à sua disposição, Senador, para a gente conversar pessoalmente e falar sobre o detalhe. Eu vi que o senhor se interessou e eu gostei disso.

Muito obrigado, Senador Carlos Viana.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Só há duas coisas que deixei de dizer.

Primeiro, quero dizer ao Senador...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Fabiano Contarato?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Não, Senadora. É o Roberto Rocha.

Senador Roberto Rocha, a pergunta que o senhor me fez, eu deixei o Baptista responder. O Brigadeiro Baptista estava mais... Isso foi mais adequado, pois era da área dele.

Eu me esqueci de responder à Senadora Mara Gabrilli que a questão...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Mara Gabrilli.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Como?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É Gabrilli.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Perdão, Mara Gabrilli.

A questão na fronteira com a Venezuela é simplesmente sanitária. Não existe nenhuma questão com relação à imigração ou emigração. Não existe controle sanitário do lado da Venezuela.

A senhora precisa conhecer... Eu até convido a senhora a conhecer a questão da Acolhida, que foi muito bem abordada por outros Senadores aqui. A senhora veja que nós tivemos que fazer uma série de procedimentos lá no tocante à parte sanitária em relação à Covid, para proteger a população brasileira.

Então, a questão com a Venezuela é sanitária, mais nada. Não existe outro motivo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Ministro Braga Netto.

Nós ainda temos algumas pendências. Temos uma réplica do Senador Fabiano Contarato e uma réplica do Senador Telmário Mota.

Eu peço para fazer a leitura também, para ficarem três Senadores, do Senador Chico Rodrigues, que está em viagem. Ele entrou na reunião, mas teve que sair para pegar um voo.

Vamos lá. Leio a pergunta do Senador Chico Rodrigues, de Roraima:

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Ministro Braga Netto, o Almirante Garnier, o Brigadeiro Raul Botelho e o General Paulo Sérgio, Comandante do Exército Brasileiro, a quem gostaria de fazer uma pergunta.

Antes, quero enaltecer o esforço das Forças Armadas por sua intensa participação nas demandas do combate à pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado aprovou projeto de minha autoria que obriga a vacinação nos fins de semana e em feriados, inclusive em horários estendidos. Eu tenho defendido, aqui no Senado Federal, a ideia da implementação de um mutirão nacional pela vacinação, pois entendo que só há um caminho para salvar vidas: a vacinação. Isso só vai acontecer se houver a união de toda a sociedade e de suas instituições, aproveitando a logística e o espírito cívico das Forças Armadas, aliadas ao SUS e aos Governos estaduais e municipais.

Uma estratégia vai ao encontro das ações descritas aqui pelo General Paulo Sérgio, o contra-fluxo, que objetiva ampliar e descongestionar o atendimento à população brasileira.

V. Sa. poderia nos informar se já há uma procura de Governadores e Prefeitos para se juntarem a essa ação cívica e sanitária das Forças Armadas, para salvarmos vidas em nosso País?

Eu complemento: essa solicitação deve ser feita ao Ministro da Defesa ou ao Ministério da Saúde, quando necessária essa união das Forças Armadas na vacinação junto aos Governadores e Prefeitos?

Então, o Senador Fabiano Contarato, para a sua réplica, dispõe de dois minutos.

Depois, o Senador Telmário também terá dois minutos para fazer a sua réplica.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Presidente, serei breve.

Eu só queria aqui fazer um alerta e um esclarecimento, principalmente ao Comandante da Aeronáutica, que, antes do manual que V. Sa. cita, vem a Constituição Federal. E a Constituição Federal é clara no art. 142 quando diz que o militar da ativa não pode participar de eleição de nenhum cargo político. Por isso, a orientação é nesse sentido. Por isso, o meu questionamento e a minha preocupação quando V. Sa. comenta, por exemplo, como eu citei, decisão do Supremo Tribunal Federal, porque volto a falar: não é a pessoa física que está falando ali, é toda a representatividade de uma instituição, no caso das Forças Armadas. E o seu tempo, Sr. Comandante, é o tempo da democracia, é o tempo da impessoalidade, é o tempo do Estado democrático de direito, porque o art. 5º é claro, e o art. 37, quando fala dos princípios que regem a administração pública.

Com relação ao Ministro do Exército, eu não tive contemplada, Sra. Presidente, a minha resposta, porque eu quero saber objetivamente: se um Estado da Federação determina *lockdown*, mas o Presidente da República é contra o *lockdown*, as Forças Armadas vão cumprir o que o Presidente determina ou que o foi definido pelo Estado, pela unidade da Federação?

E, com relação aos dados, esses dados de que eu falei que há uma militarização nos ministérios, são dados fornecidos pelo Tribunal de Contas da União. Só no Ministério da Saúde, pulou de 2% para 7,3%. São 6.157 militares. Então, é público e notório. Basta você passar a transitar pelo Ministério da Saúde, da Educação, pelo Ministério do Meio Ambiente, que é: "Bom dia, capitão! Boa tarde, capitão!". Nada contra os militares. Volto a falar da essencialidade das Forças Armadas no Estado democrático de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito, mas nós não podemos ter um comportamento negacionista e substituir o tecnicismo por Forças Armadas de forma a comprometer um dos princípios basilares da Constituição Federal, que é o princípio da eficiência, que está lá no art. 37 da Constituição Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) –
Obrigada, Senador Contarato.

Senador Telmário Mota, de Roraima, por gentileza, dois minutos para a sua réplica.

Obrigada. (*Pausa.*)

Abra o seu som, Senador Telmário. O som...

Pode começar. Dois minutos, Senador Telmário. Pode ir.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar.) – Kátia, obrigado.

Eu me dou por satisfeito com todas as respostas.

Eu queria só fazer aqui um registro, principalmente ao General Paulo Sérgio e ao Ministro. Olhe só: o meu bisavô Coronel Mota foi quem fundou Roraima, foi o primeiro Prefeito, primeiro juiz de paz, primeiro tudo, professor, quatro vezes Prefeito lá. E o primeiro filho dele, que foi o primeiro Prefeito de Boa Vista, tio Vito, morreu lutando contra os ingleses. O meu avô, o pai do meu pai, foi o último Comandante do Forte São Joaquim. O último Comandante do Forte São Joaquim, em Roraima, foi o meu avô Pedro Rodrigues; o tio Vito foi com ele combater a invasão dos ingleses, e aí ele perdeu a vida. Portanto, eu tenho todo esse amor, todo esse carinho e todo esse compromisso com o meu Estado.

General Paulo Sérgio, quando você for visitar Roraima, convide-me. Vamos até o Forte São Joaquim para a gente recordar esse grande momento. Um abraço!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) –
Obrigada, Senador Telmário.

Passo, para complementar... (*Pausa.*)

Sim, pode responder, por favor.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Senador Chico Rodrigues, antes de passar para o General Paulo Sérgio, eu só queria dizer ao senhor que já existe uma coordenação entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Saúde, e as solicitações – o Paulo Sérgio vai apresentar – têm um caminho a ser seguido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com relação ao Senador Contarato, eu queria lembrar ao senhor que não existe nenhuma vedação legal para a utilização de militares em qualquer função que seja em decorrência da... no Poder Executivo. E esses dados que o senhor citou – volto a afirmar – estão contando pessoas que foram utilizadas no INSS, no HFA... (*Pausa.*)

Perdão?

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (*Fora do microfone.*) – Na Escola Superior de Guerra.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Na Escola Superior de Guerra. Estão contando essas pessoas como se fossem militares. Muitos não são da ativa. Os dados que o senhor possui são contestados pela Defesa.

Muito obrigado.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (Para expor.) – É só para reforçar, quanto à preocupação do Senador Chico Rodrigues.

É orientação minha e está acontecendo no Brasil inteiro: o Exército está pronto para reforçar as secretarias municipais e estaduais de saúde para reforçar nossa vacinação. O que o senhor disse é perfeito: só a vacina vai ajudar a aumentar esse número, e a Força está pronta. Acontece que há detalhes técnicos: para que eu abra esse posto segunda-feira aqui no Distrito Federal, durante esta semana o nosso pessoal está sendo capacitado pela secretaria aqui no GDF. Eles têm que ter uma certificação. Há todo um protocolo para que o nosso pessoal fique habilitado. Foi por isso que até demorou um pouco – eu queria mais cedo – e vai começar na segunda-feira. É claro que, dependendo dos Estados e dos Municípios, na ponta da linha tem de haver essa solicitação, essa coordenação, essa capacitação para que a gente possa, nesse *pool*, conseguir vacinar cada vez mais.

Então, essa é a diretriz que eu tenho do Ministro da Defesa e é a posição do Exército Brasileiro no sentido de aumentar cada vez mais a vacinação no nosso Brasil.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – A Ministra... Perdão! A Senadora me perguntou aqui agora com relação ao *lockdown*.

A questão do *lockdown* é simplesmente isto: nós cumprimos o que está previsto na Constituição. Ponto. Simples assim. É o que está previsto. Aquilo que foi feito por qualquer pessoa fora da Constituição, qualquer autoridade... As Forças Armadas estão pautadas pela Constituição, dentro daquelas quatro linhas de campo que estão definidas ali para nós jogarmos. Então, o que vale para nós é o previsto na Constituição.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – General, só para tirar a dúvida de muitos Prefeitos e Governadores, para ficar um pouco mais claro: com relação à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinação, o senhor disse para mim que o Prefeito pode encaminhar ofício ao Ministério da Saúde ou ao Ministro da Defesa para vacinação, para colaborar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Já pode ser no comando lá direto? Ah, ótimo.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – As áreas têm dez Comandos Conjuntos; os Estados têm os Comandos Conjuntos deles. E essa solicitação, os Comandos Conjuntos já estão com autorização para fazerem, para receberem essas solicitações e tomarem as medidas necessárias.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – A segunda pergunta é para esclarecer...

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA – Senadora, só para melhorar mais ainda: nas guarnições isoladas... Vou dar um exemplo: Tefé, no coração da Amazônia. Morei dois anos em Tefé. Ora, há uma brigada de infantaria de selva lá. O Prefeito de Tefé, entrando em contato direto com a OM, a organização militar na área, ali já se resolve o problema.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k. Não precisa de burocracia, de vir a Brasília. Isso é ótimo, já está decidido e autorizado.

A segunda pergunta que vem muito dos Prefeitos, principalmente de cidades maiores.... Quando eu digo "cidades maiores", no meu Estado uma cidade de 20 mil habitantes é uma cidade grande. A pergunta é: no caso de o Prefeito na capital, em Palmas, estar com muita dificuldade de fazer cumprir a não aglomeração, nesse caso, o batalhão local pode ser solicitado? Ou não?

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA – Negativo. Isso aí é o que está previsto na legislação de GLO. Isso aí tem que ter todo um seguimento, para emprego de tropa. As tropas das Forças Armadas só são empregadas com o respaldo jurídico necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k. Muito obrigada. É porque nós precisamos esclarecer. A população fica muito ansiosa, fazendo essas perguntas, e com a explicação vinda do Ministro da Defesa e dos Comandantes, fica bastante claro o que pode e o que não pode ser feito de forma direta por eles.

Eu tenho duas perguntas que eu acho que também são muito esclarecedoras, por parte daqueles que estão nos assistindo no e-Cidadania, que participam de todas as Comissões aqui. Uma delas também é uma dúvida latente na população: qual é o papel das Forças Armadas na segurança pública? Isso precisa ficar claro. Nós temos a Polícia Militar, nós temos as Brigadas Municipais. E na segurança pública, qual é a função? A população, quando se vê muito agredida, só lembra do Exército: "Chame o Exército, chame





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as Forças Armadas!". É uma coisa natural e até bonita, é a confiança que a população tem em vocês. Então, como é esse papel? Nós já vimos o senhor no Rio de Janeiro, lá nas favelas, fazendo um trabalho do lado da população, defendendo a população. E a gente observa que isso não é feito todos os dias, não é um ato comum, corriqueiro, rotineiro. É um papel muito mais da Polícia Militar. Então, eu queria que o senhor explicasse qual é o papel das Forças Armadas na segurança pública.

Há uma outra pergunta aqui. Essa primeira foi do Jakes de Freitas Silva dos Santos, de Pernambuco. E agora José Paulo Azeredo Júnior, do DF, gostaria que o Comandante da Marinha falasse um pouco mais sobre a importância do SisGAAz (Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul) para a prevenção de acidentes ambientais.

O Wilson Bicalho, de São Paulo, pergunta: "Tratando-se de uma fronteira tão ampla e diversa, como está a questão de aplicação de tecnologias no combate à ilegalidade e ao tráfico?". E aqui eu já incluo, da minha parte, porque me preocupa muito – eu sei que não é função específica do Exército –, aquele instrumento do qual vocês falaram agora há pouco, o Sisfron, também na área de contrabando de agroquímicos e passagem de animais, na divisa seca com o Paraguai, que pode trazer, em algumas oportunidades... Nenhuma discriminação, nenhum preconceito, absolutamente, mas o combate à aftosa no Brasil é diferente do combate no Paraguai. Então, para nós, há um risco muito alto, na fronteira, na passagem desses animais. É uma observação que eu deixo para que o pessoal que está lá trabalhando fique de olho nisso, inclusive quanto ao tráfico de sementes, de agroquímicos... São agroquímicos que vêm com péssima qualidade e não são verdadeiros, às vezes há falsificações. Então, nós precisamos... O Brasil é um grande consumidor de agroquímicos e nós precisamos ter muito cuidado na aplicação dos mesmos no Brasil.

Então, essas perguntas são do e-Cidadania. O senhor já respondeu ao Chico Rodrigues. E agora as perguntas da Senadora Kátia Abreu. Vamos lá.

Primeiro a mão amiga – eu quero falar com a mão amiga. O contingente do Exército são 75 mil jovens que estão alistados para um ano. Na Marinha, 3 mil. Na FAB, 6 mil. Então, nós temos 84 mil jovens que são alistados anualmente. Eu queria saber, Ministro, qual é o custo/ano de um jovem desse? De um rapaz desse?

Pode responder depois, se não tiver o custo agora. Não há problema nenhum. Não vai tomar bomba, não vai tirar nota baixa. Pode deixar. (*Risos.*)

Então, a minha pergunta é a seguinte. No meu Tocantins nós temos 650 militares no Exército, no batalhão; 180 no Tocantins são de um ano, e 200 que poderão ficar 8 anos, segundo o nosso Comandante do Exército. Nós sabemos que, com o desemprego nacional – estou falando com a mão amiga –, nós estamos vendo quase que um clamor desesperado dos jovens para se alistarem, coisa que não acontecia no passado bem distante, quando eles corriam de se alistar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós estamos vendo uma corrida contrária: um exército de jovens que abandonam o ensino médio... E eu chamo atenção para esse fato. General, 50% dos jovens brasileiros que deveriam estar fazendo o segundo grau, o ensino médio, estão abandonando o ensino médio. Isso já não é de agora, já é de uma década, talvez, esse abandono, pela pobreza, pela dificuldade, pela falta de interesse, porque quer trabalhar... Enfim, por milhões de motivos. Eu vejo, nesse exército de jovens, um exército perdido, uma vida perdida. Quem não estuda está praticamente desperdiçando o seu futuro. Então, nós não podemos ter uma geração, mais uma geração, outra geração de 50% de jovens que se transformarão em adultos e não terão formação nenhuma! Isso é um problema para o futuro, a médio e longo prazo, gravíssimo para o País.

Eu não vejo, há muito tempo – não quero pessoalizar governos –, uma estratégia para reverter essa calamidade pública. Isso é calamidade pública! Nós estamos matando não é fisicamente: nós estamos matando o futuro desses jovens, a alma desses jovens, o saber desses jovens, enfim.

De que forma poderia surgir... E além de estar no Exército, não só para não ficar desocupado, mas claro que há uma pequena remuneração, a formação do Exército é de excelência. A formação das Forças Armadas... Eu estou falando muito no Exército, mas a Marinha e a Aeronáutica... Senão os outros Comandantes aqui ficarão com ciúme. Então, eu vejo que a formação de vocês, a disciplina e o conteúdo são muito importantes para a formação dos jovens. Então há um conjunto de coisas positivas: a ocupação, a exigência de voltar para a escola, uma formação disciplinar, de princípios e de conteúdo muito forte. Então, eu imagino – é quase uma sugestão e uma reflexão para todos nós – que o Ministério da Defesa possa se unir de alguma forma ao MEC para que nós pudéssemos focar nessa grande juventude. Às vezes alguns não querem ir para o Exército, porque têm ocupação e estão na escola; então, por que não priorizar os jovens que estão fora da escola? Vocês não têm a obrigação de buscar o jovem para estudar; quem tem essa obrigação, em tese, é o Ministério da Educação, mas, se nós uníssemos as forças, nós poderíamos ter um grande arranjo e esses jovens serem priorizados.

Então, eu deixo aqui... No meu Tocantins, são 650 militares no Exército. Na Marinha, é muito pouco, na Marinha temos só 30 recrutas em Tocantins. Eu imagino se no Tocantins, em vez de 650, nós tivéssemos 1,5 mil jovens no Exército, nas Forças, se formando, estudando – o que deveria ser uma obrigatoriedade, voltar para a escola –, quem sabe isso poderia ser mais uma estratégia, que não é mágica, mas que poderia resolver um pouco dos nossos problemas?

A segunda questão é especificamente do meu Tocantins. Nós temos a base aérea de Porto Nacional antiga, ainda quando era Goiás. Eu fiz uma tentativa com o comando anterior, e não tive sucesso. Essa base aérea fica em Porto Nacional, uma das quatro maiores cidades do meu Tocantins, a 50km de Palmas, central, às margens do Rio Tocantins, onde inclusive há uma grande plataforma na Ferrovia Norte-Sul. Porto Nacional é tão grande que fica à margem direita e à margem esquerda do Rio Tocantins, sendo que a margem esquerda, olhando o mapa do Brasil de frente, dá a volta e chega perto de Palmas, na ponte que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atravessa o lago da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Então, dá a volta. Existe um projeto da Defesa de fazer uma nova base aérea em Porto Nacional, só que em frente à Palmas, o que vai deixar deserto o nosso aeroporto de Porto Nacional. A população está muito chateada com isso porque, de certa forma, vai esvaziar a nossa cidade, não vai ficar nem na capital, Palmas; vai ficar distante, a quase 70km da sede de Porto Nacional.

Então, a minha solicitação, não é uma pergunta: é que esse estudo seja revisto. O que pode ser feito na base já pronta? É uma questão de economicidade para as Forças Armadas, porque uma nova base aérea vai custar uma fortuna – não é que vocês não mereçam, mas a minha ideia é aproveitar o que já temos, a base aérea de Porto –, a cidade ficará, com certeza, contemplada. Porto Nacional é a cidade mais antiga de Tocantins, considerada o berço cultural do nosso Estado. Então, eu peço encarecidamente que não esvaziem a cidade de Porto Nacional levando dali aquela base aérea que eles trazem no coração há tanto tempo. Vamos discutir problemas: tem ocupação, tem problemas de desapropriação, tem invasões indevidas? Vamos achar uma solução para essa questão.

Registro também, na palestra de vocês, que o Comandante da Aeronáutica colocou, com muita propriedade, a questão dos satélites. Então, eu só acrescento ao Comandante que, na agricultura, a expressão mais precisa é agricultura de precisão. Então, o satélite é a coisa mais importante para a agricultura de precisão. O que significa isso? As máquinas fazem, claro, a leitura pelo satélite e, automaticamente, disciplinadamente, iguais a um militar, jogam o agroquímico, a semente e o adubo na quantidade exata. Não há desperdício de produtos e de insumos. Isso é o que há de mais moderno no nosso País, na nossa agricultura de baixo carbono, na qual não desperdiçamos, trazendo a economicidade e também a questão ambiental.

Falei sobre a questão da fronteira.

Agora, de fato, os pontos em que não são só mão amiga; agora é o outro braço das Forças.

Eu gostaria, General, que o senhor pudesse explicar rapidamente para nossa população, para o nosso e-Cidadania, não para os Senadores, porque todos já sabem: qual é a função do adido militar no exterior? O adido agrícola vai lá para ajudar nas exportações de alimentos, existe a figura do adido agrícola. E o adido militar? Fale um pouquinho para nós, já que o senhor já foi adido militar em vários lugares.

Segunda pergunta para a nossa população entender: qual a importância, por que o Brasil manda suas Forças Armadas, um pequeno contingente, para determinados países para fazer força de paz, como já fomos para o Haiti, como já fomos para tantos lugares? O que significa isso na imagem do nosso País, que é um país pacífico e solidário? Quais são as vantagens de o Brasil participar dessas ações de paz no mundo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira: o senhor vê hoje algum perigo iminente de agitação popular no Brasil? Ou nós podemos ficar despreocupados que isso tudo é de movimentos às vezes da democracia, legítimos? Alguma coisa preocupa as Forças Armadas, o Ministério da Defesa, em termos de agitação, de perigo de agitação?

E, com relação à Venezuela, como vocês estão lidando com o nosso país vizinho, que tem milhões de problemas, o que nós também temos? Como está sendo a administração dessas questões com a Venezuela?

General, considero uma coisa muito complexa hoje o Brasil ter perdido, ao longo dos tempos, a liderança da América Latina. País grande tem que liderar, é isso que o mundo espera de nós. País grande lidera: Estados Unidos lideram, Rússia lidera, China lidera, o Bloco União Europeia lidera. E o Brasil tem a obrigação de liderar, deve isso ao mundo. E liderar no bom sentido, liderar é fazer com que os países da América Latina possam ser puxados, ajudados para o desenvolvimento, respeitando a soberania de cada um deles. De que forma as Forças Armadas brasileiras podem, junto com as Forças Armadas desses países, ajudar na promoção do resgate dessa liderança do Brasil na América Latina, com os países que são tão caros a nós?

Gostaria que o senhor também falasse um pouco – ou um dos três ou o senhor ou os quatro – sobre a Amazônia, a floresta. A floresta abrange nove países: o Brasil mais oito países. Nós temos quatrocentos e tantos milhões de hectares, e, juntando com os nove países, são quase 700 milhões de hectares. De que forma nós poderíamos encarar, junto com os outros países, a Amazônia como uma questão global e regional e não picada – Colômbia, Venezuela, Brasil? De que forma isso poderia ter uma ação positiva das Forças Armadas na proteção da nossa Amazônia? Quais são os arranjos que poderiam ser feitos – e repito sempre –, obedecendo e respeitando a soberania desses países, claro, com tudo de forma conciliada? Eu fico imaginando, Ministro, sobre as propostas nossas para o mundo sobre os recursos internacionais. Será que nós não ficaríamos mais fortes se uníssemos as prerrogativas dos nove países para buscar recursos para manutenção da Amazônia, para compensação da Amazônia? Isso já é uma questão... Nós temos o Parlamento Sul-Americano, nós temos o Parlamento Amazônico, desculpem-me, nós temos o Cone Sul. Existem muitas instituições trabalhando. Existe o Conselho da Amazônia, presidido tão bem pelo General Ramos... Não, desculpem-me, é o General Mourão. Estive com ele ontem e tenho a maior admiração e respeito pelo trabalho dele. Conversamos muito sobre isso ontem, justamente para nós tentarmos a união dos países amazônicos, onde há a Floresta Amazônica, que é tão importante para nós. Esses países, como nós, também têm problema de desmatamento. O Peru está com problema de desmatamento, a Colômbia está com problema de desmatamento. Todos os países têm certo atrito com relação a isso. Então, de que forma nós poderíamos nos unir para ficarmos mais fortes para a busca de recursos e proteção, principalmente, da nossa floresta? O senhor acha que isso é um sonho irrealizável ou o senhor acha que dá para dar esse exemplo ao mundo de proteção maciça da floresta?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria que o senhor falasse um pouco – ficou muita confusão na cabeça de muita gente – sobre o 5G. O 5G é uma tecnologia de comunicação que está sendo implantada no mundo, uma tecnologia moderníssima, espetacular em termos de velocidade, mas há três empresas apenas no mundo que produzem essa tecnologia: uma é da China e as duas outras na Europa, que são Noruega e mais um país de que eu me esqueci... A minha assessoria vai me acudir: qual? *(Pausa.)*

Suécia. Então, a Suécia, a Noruega e a China têm a tecnologia 5G. E nós vimos na imprensa que o Governo brasileiro decidiu dividir o 5G em dois: vai haver o 5G de Governo e o 5G dos demais, do povo brasileiro em geral. Eu achei uma solução passível, achei uma solução pacificada. Por quê? Porque, pelo que eu vi na imprensa, os militares estavam muito preocupados com essa tecnologia. E, se eles estão preocupados, eu também devo ficar preocupada, por confiança nas Forças Armadas. Então, o Ministro das Comunicações achou um meio-termo: fez um 5G público, para o Governo, e um 5G para o público em geral. Eu queria que o senhor tranquilizasse a população ou desse a sua impressão sobre o que significa essa tecnologia e que tipo de risco ela poderia representar para o povo brasileiro.

Por fim, eu não sou ativista, mas, como toda mulher, somos feministas. E há um projeto de lei em tramitação, de que eu tenho o prazer de ser a Relatora, que prevê a obrigatoriedade de 30% de mulheres no alistamento militar. A lei prevê que seria imediato após a sanção presidencial. Eu quero lhe propor aqui em público, porque sou Relatora e sei que vocês têm uma preocupação de custos para transformar alguns espaços físicos para ter as mulheres... Por exemplo, banheiros diferenciados, alojamentos, mas as mulheres dormem mesmo sempre... Não tem diferença onde elas vão dormir. Agora, que nós pudéssemos, num acordo, colocar isso para funcionar daqui a um ano – essas adaptações – e não imediatamente. Se não surgirem mulheres querendo se alistar no serviço militar, é claro que poderá ser complementado por homens, mas nós estamos num momento muito importante da vida brasileira. E eu fiz um compromisso comigo: que, em todos os espaços de poder a que eu chegasse, eu jamais deixaria de fortalecer a posição feminina. Já falei com o Chanceler, o Ministro do Itamaraty, que nós vamos trabalhar duro para ter mais mulheres embaixadoras no mundo – temos muito poucas mulheres embaixadoras. Então, eu lhe peço encarecidamente, Ministro, que o senhor nos ajude na aprovação desse projeto, respeitando essas diferenças e essas dificuldades. Nós podemos prover neste ano o orçamento para isso, e eu me comprometo junto com o Senado Federal, não só com as Senadoras, mas com os Senadores que têm nos apoiado em tudo e por tudo.

Eu termino as minhas perguntas dizendo que as mulheres têm uma vocação nata para comandar pelotão! Esse pelotão é o pelotão de casa, o mais difícil e indisciplinado que há. Então, vocês não precisam temer a presença das mulheres, porque elas vão dar um sentido de organização impressionante nas Forças Armadas. Confiem no que eu estou dizendo. Elas farão a diferença dentro dos batalhões e serão uma contribuição extraordinária. Um detalhe – o senhor me perdoe, assim como todos que estão nos acompanhando: as mulheres normalmente conseguem fazer dez coisas ao mesmo tempo, General!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vai ser de uma grande utilidade para as Forças Armadas as mulheres poderem ser um número maior dentro dos quartéis.

Muito obrigada.

São esses os meus questionamentos.

O senhor tem todo o tempo para responder. Obrigada.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Eu quero agradecer a pergunta do Jabes lá de Pernambuco com relação à questão da segurança e as Forças Armadas. Uma coisa que eu sempre disse, durante o tempo de intervenção e mesmo antes: na realidade, a segurança pública normalmente se cobra do governo estadual, do Governo Federal, mas a segurança começa no Município, com o ordenamento urbano. Há um ordenamento urbano descoordenado, o Prefeito deixa crescer aquilo de uma maneira desordenada, às vezes, por motivos políticos mesmo, e aquilo ali vira uma situação incontrolável, em que não se consegue ter acesso a serviços públicos. Então, a segurança pública começa lá embaixo, e tem que ser cobrado o ordenamento urbano do Prefeito. As Forças Armadas só participam da segurança pública ostensivamente – com ostensivamente, eu quero dizer com tropa na rua –, se tiverem o respaldo jurídico necessário, a segurança jurídica. E isso só vem através de uma GLO, que tem que ser feita pelo Governador para o Presidente da República, passado por um estudo. Só assim se têm as Forças Armadas envolvidas em segurança. Fora isso, as Forças Armadas, normalmente e sem necessidade de todo esse aparato, já contribuem na segurança ou no Município ou no Estado com inteligência e apoio logístico. Isso é feito normalmente.

O problema da inteligência é que é uma questão de... Eu brinco muito que é um namoro, porque você não passa dado para uma pessoa sem ter confiança nela. Então, isso é um contato pessoal, é uma coisa que começa lá embaixo, nos níveis mais baixos, e vai se criando uma confiança. Normalmente, entre as polícias militares e os quartéis locais de qualquer das três Forças, essa relação é muito boa – com as polícias militares e civis. Esse contato, essa troca de informação existe, mas emprego das Forças Armadas em segurança pública, só com Garantia da Lei e da Ordem, só mediante respaldo.

No combate na parte de fronteira, essa troca de conhecimento também é feita naturalmente, inclusive no que a senhora pediu. Basicamente ali, na parte sul e oeste, é muito forte essa troca de conhecimento, com tudo o mais. Agora, para a senhora ver, o Sisfron proporciona, por exemplo, comunicação para as polícias fazerem os trabalhos. Isso tem um custo. Normalmente, as pessoas querem utilizar o material, mas não querem participar na divisão, no rateio da conta. Esse é um problema que ocorre sempre conosco lá, mas esse trabalho é feito constantemente – inteligência e logística.

Com relação à questão do apoio na parte de ensino, nós já temos diversas ações na parte social em que as Forças contribuem. O Profesp, como eu disse para a senhora, atende crianças de até 16 anos, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo isso parte da questão do custo. E já existem, com o Ministério da Educação – e aí o Ministério da Educação vai falar para a senhora também que não tem recursos suficientes –, aquelas escolas militares. Não são os colégios militares, são as escolas cívico-militares: eles pedem pessoas nossas que estão na reserva, aproveitam essa mão de obra nossa que já está fora da Força para levar exatamente o que a senhora falou no tocante a valores, disciplina, respeito às instituições e tudo mais. Se a senhora tiver a oportunidade de conversar com o Ministro Milton, ele já falou que já tem uma pilha de pedidos de Prefeitos, ele só precisa de recursos para implantar essas escolas. Então, as Forças já participam desse trabalho.

E, para esclarecer também, essa procura para servir às Forças Armadas não é de agora, não, já vem de bastante tempo. Já há um certo tempo que... Hoje em dia, é mais fácil a senhora pedir para tirar alguém do serviço militar do que pedir para ficar, mas isso já vem de algum tempo. O problema é que as Forças também estão bem mais tecnológicas e exigem um grau de conhecimento maior. A única maneira de a pessoa entrar e fazer uma carreira em uma das Forças é através de concurso, por causa da legislação, mas, mesmo para ser um soldado normal, que vai ficar, no máximo, oito anos, ele precisa já ter um nível de conhecimento maior, porque o próprio equipamento já solicita isso.

Assim, as Forças já trabalham nessa parte social.

No tocante à parte da Venezuela, de que a senhora falou – há também sobre o adido, de que eu vou falar para a senhora –, as relações diplomáticas com a Venezuela foram cortadas. Hoje nós temos pessoas nossas que conviveram, que fizeram cursos na Venezuela – o próprio Vice-Presidente fez curso na Venezuela, viveu lá. Ainda se mantém um contato, mas muito pouco relacionamento nós temos hoje em dia, mas estamos abertos a compor o que for determinado pelo Governo.

Sobre a questão do adido militar, o adido militar é um assessor do embaixador. Eu fui adido, o Paulo Sérgio foi adido, o BJ também, o Baptista Junior foi. Ele é um assessor de alto nível. E, por incrível que parece, os laços que os adidos criam, que a comunidade, a sociedade militar cria, às vezes, são mais fortes do que outros laços de outros adidos, porque nós mantemos contato. Muitas vezes, eles vêm, fazem curso aqui; nós vamos, fazemos curso lá; eles retornam. Então, quando há uma situação de crise, normalmente, os adidos militares, os contatos que foram feitos, na época da aditância, auxiliam muito o próprio Itamaraty e outros órgãos do Governo a buscar uma solução ou, pelo menos, abrir uma porta para uma negociação diplomática.

Os adidos são assessores dos embaixadores. Eles fazem relatórios de área, fazem relatórios, mandam informações para o País, de interesse de todos os níveis, e são acionados pela defesa – nós temos adidos de defesa e adidos das forças –, de acordo com a necessidade ou qualquer dúvida que nós temos. Por exemplo, nós queremos saber como está a imagem do País no exterior; perguntamos aos adidos, para termos diferentes fontes de informação. Então, os adidos são uma ferramenta muito útil para todo o Governo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (*Fora do microfone.*) – Fazendo a integração do ensino entre as Forças.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Exatamente. O Paulo Sérgio falou: a integração de ensino, a troca de conhecimentos, tudo isso vem, ele abre portas a solicitações mesmo de comércio, na parte de indústria de defesa. Tudo isso em pelos adidos, e isso passa pela embaixada. Não é uma coisa fechada, adido aqui. O adido conversa com o embaixador.

Com relação à liderança na América Latina, eu tenho uma pequena discordância da senhora; nós nunca perdemos a liderança na América Latina, nós somos uma potência. O que acontece, às vezes, é exatamente que, por problemas ideológicos, o outro país se afasta. O Brasil está sempre aberto à troca, ao intercâmbio e tudo o mais.

Na questão da Amazônia, eu e o Baptista Junior somos uns dos fundadores do Sistema de Proteção da Amazônia, do início do sistema. Então, essa troca de informações nas áreas de fronteira, não só pelas Forças Armadas, mas com diversas instituições do Governo, já existe, e o Governo sempre oferece dados. Nós temos sido muito procurados por parte da questão do Sisfron e do Sipam, Sivam, para a busca de dados, as embaixadas nos procuram, para buscar dados, para troca de conhecimento, para acesso à imagem de satélite, para combate a desmatamentos, etc. Isso tudo já é feito. Concorro com a senhora que pode ser aumentado. Tudo passa sempre pela questão orçamentária.

Então, na Amazônia, já existem as Forças mesmo, eu posso falar pelo Exército. Nós temos bilaterais ou diversas reuniões com os países limítrofes da Amazônia para troca de conhecimentos, para troca de necessidades e troca de informações. As Forças fazem isso; a Marinha também eu acredito que faça.

Com relação à pergunta que a senhora fez do 5G, eu vou dizer para a senhora o seguinte: a preocupação que se tem com o 5G é simplesmente a segurança por parte das Forças, no tráfego de informações. Eu vou me permitir não entrar no assunto do 5G, porque esse é um assunto que está ligado ao GSI e ao Ministro Fábio Faria, mas, na semana que vem, haverá um grande evento no tocante ao 5G, em que todos poderão se informar. Eu, inclusive, já comentei com a senhora: o Governo vai promover um... Não é *data day*, não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Não, não. É um dia sobre a questão do 5G. Inclusive, parte do evento talvez seja até aqui. O Congresso vai estar envolvido, o Planalto vai receber antenas 5G. Isso, semana que vem.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone.*) – É o *digital day*?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – *Digital day!* Muito obrigado. É um *digital day*, exatamente, mas eu vou me permitir não entrar no assunto, porque está na esfera de outro ministério.

Com relação às mulheres, eu vou dizer para a senhora o seguinte: nós já estamos com mulheres... Nós temos mulheres em tudo o que há nas Forças Armadas, nós temos mulheres que são pilotos de caça, nós temos mulheres almirantes, nós temos mulheres no Exército. Quando eu comandava a 1ª Região, tinha uma hora em que havia uma formatura e, nela, acho que havia umas 300 mulheres. Então, elas já participam.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (*Fora do microfone.*) – O Exército tem 12 mil mulheres no seu efetivo!

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Sim, 12 mil no seu efetivo hoje.

Então, a senhora pode ficar tranquila que as mulheres já fazem parte do cotidiano. A nossa preocupação é a obrigação de colocar a pessoa do sexo feminino numa atividade que exija, vamos dizer assim, uma especificação física ou uma habilidade que ela não consiga cumprir e, para cumprir determinada cota, eu tenha que receber. Isso pode gerar um dano físico na pessoa. Essa é a única preocupação que nós temos, mas a mulher já faz parte do cotidiano das três Forças. Há mulher piloto de caça, há mulher paraquedista, há mulher guerreira de selva, isso já existe nas Forças Armadas. Se a senhora quiser, depois nós podemos fornecer mais informações.

Algum dos senhores quer complementar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Por favor.

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR (*Para expor.*) – Só sobre as mulheres: talvez por essa capacidade de as mulheres resolverem vários problemas ao mesmo tempo, é impressionante a proporção de mulheres hoje no controle de tráfego aéreo. Digo para a senhora que cerca de 80% dos controladores de tráfego aéreo hoje são mulheres. Nós temos controladoras de interceptação, de combate aéreo, nós temos pilotos de avião não tripulado que são mulheres. As mulheres fizeram – perdoem-me os homens – uma revolução de eficiência nos quadros de administração da Força Aérea, na Intendência, talvez por causa disso.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone.*) – Tenho certeza!

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Sobre o conscrito, é 1,5 bilhão ao ano, só no Exército; 1,5 bilhão do conscrito no Exército!

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – O Exército todo. Os conscritos, aqueles 75 mil...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Não, os conscritos, os alistados. Ele custa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Exatamente; sim, senhora.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA – Senadora, só corrigindo: alistados, nós passamos de 1,5 milhão de jovens; os que são convocados para servir a Força são esse número de 75 mil que chega a 80 mil, a servir realmente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Oitenta e cinco mil entre as três Forças servem, mas 1,5 milhão quer entrar.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Poderiam entrar se houvesse orçamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – A legislação obriga que todo jovem, ao completar 18 anos, tem que se alistar, desde que ele esteja num Município tributável. Então, esses jovens se alistam. Desses jovens, muitos caem no excesso de contingente; outros são chamados, mas não são selecionados por problemas físicos, por problemas intelectuais, problema de droga. Por uma série de problemas, eles são retirados. Mas aquele pessoal... Por lei, quem completa 18 anos tem até o meio daquele ano para se alistar em uma das três Forças.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E ele fica em sentido de espera, não está dentro daqueles 85...

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – De todo aquele efetivo, 75 mil vão para o Exército, 3 mil vão para a Marinha. Só isso, só esse efetivo é que vai.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (Para expor.) – Eu queria só reforçar, Senadora: eu acredito que o seu PL seja em cima do recruta, da incorporação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Exatamente.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA – E isso que o General Braga Netto, nosso Ministro, comentou é muito sensível e importante. Eu peço encarecidamente, como Comandante do Exército, que a gente converse sobre isso, porque há particularidades sobre as quais temos que, vamos dizer assim, conversar para saber aonde a gente vai chegar nesse sentido – era só isso –, ou seja, por favor, que nós sejamos chamados ao diálogo para tratar desse PLS, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Para responder o internauta, o Almirante vai...

O SR. ALMIR GARNIER SANTOS (Para expor.) – Antes de responder o internauta, eu gostaria de dizer à senhora, juntando duas perguntas que a senhora fez no final, que, no comando da Marinha, quem é responsável pelas questões ligadas ao 5G, a toda a implantação dessa nova tecnologia, é a Almirante Luciana, Diretora de Comunicações e Tecnologia de Informação da Marinha. Então, é um exemplo de que... As mulheres entraram na Marinha em 1981. Temos mulheres da reserva já, como oficiais e praças, porque a Força já tem há muitos anos... E há também na Escola Naval, em todos os corpos combatentes.

Com relação à pergunta que a senhora me endereçou do e-Cidadania, do José Paulo, do Distrito Federal, que perguntou como o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul pode ajudar a prevenir acidentes ambientais, eu respondo: de duas maneiras. Primeiro, pelo monitoramento de – por exemplo, pensando no que é mais preocupante, que são, normalmente, vazamentos ou manchas – vazamentos de óleo, de petróleo e coisas oleosas. É possível detectar esses vazamentos por satélites de diversas configurações.

Da mesma forma, é possível detectar navios por satélite, mesmo que não estejam transmitindo, digamos assim... A senhora pode ligar o seu aparelho e pedir para ser detectado, mas alguns navios, principalmente aqueles que não estão interessados ou querendo cumprir todas as regras, desligam alguns aparelhos de identificação voluntária. Então, com o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, com o SisGAAZ, nós teremos também capacidades adicionais para detectar mesmo esses que não estão colaborativamente transmitindo suas posições para o sistema de controle de tráfego.

Então, José Paulo, a sua pergunta é muito interessante, porque a gente passa a ampliar a capacidade de detecção tanto dos vazamentos, quanto dos possíveis autores desses vazamentos, com uma velocidade maior do que temos hoje. Por isso, nós estamos querendo complementar o sistema a fim de minimizar a possibilidade de novos crimes ambientais e impactos muito grandes ao nosso meio ambiente.

Muito obrigado pela pergunta.

Obrigado, Senadora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – General, o senhor gostaria de se despedir, de fazer as considerações...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não.

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR (Para expor.) – Senadora, sobre duas perguntas que a senhora fez, uma sobre o controle das fronteiras, dos tráfegos – e aí vão o terrestre, o aéreo e o marítimo –, no caso do tráfego terrestre, é um processo bastante cuidadoso o tiro de abate. Isso é previsto para os tráfegos transfronteiriços de aeronaves claramente transportando drogas. Existe o Decreto 5.144, que regulamenta o art. 303. Então, no nosso País, só duas pessoas podem dar ordem para derrubar um avião: o Presidente da República e, por delegação dele, o Comandante da Aeronáutica, e é um protocolo muito, muito sigiloso, logicamente muito cuidadoso, porque é um problema sério. Imagine a senhora, derrubar um avião civil.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Deus me livre!

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR – Até hoje houve 100% de certeza em todas as nossas incursões tanto para o tiro de detenção quanto para o tiro de aviso.

A segunda é sobre a base aérea de Palmas – a senhora chamou de base aérea de Palmas.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Base aérea de Porto Nacional.

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR – Existe um planejamento estratégico para se construir uma base. E isso é feito 30 anos, 40 anos antes. A senhora sabe que existe o efeito aeroporto. Em qualquer lugar em que a senhora construir uma pista de posto – imagine que Congonhas, há 60 anos, era longe de São Paulo –, então, em qualquer lugar em que se fizer: Confins, Guarulhos, vai haver o efeito aeroporto, que é a comunidade dos prestadores de serviço do próprio aeroporto. O que foi feito em Palmas foi uma doação. Nós não tínhamos uma previsão de base aérea na Região Centro-Oeste neste momento. Chegamos a pensar, no passado, juntamente com a Brigada Paraquedista do Exército, em procurar uma localidade no Centro-Oeste, mas, em termos de defesa, uma base aérea de Palmas não está no nosso escopo agora. Mas eu acolho a sua sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR – Vou colocar nos nossos estudos futuros dentro...

Com essa doação do terreno, foi feita uma pedra fundamental, que foi lançada lá em 2018. Mas eu espero que, em termos de defesa do nosso País, ninguém chegue perto de Palmas. Nós vamos tentar proteger o País bem longe de Palmas, próximo às nossas fronteiras. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k., Sr. Almirante. Eu agradeço as suas respostas. Fico muito... Almirante, não; desculpe: Brigadeiro, eu sempre confundo. Obrigada, Brigadeiro.

Palmas merece toda a nossa consideração, todos os nossos investimentos. E Porto Nacional, por ter ficado muito perto de Palmas, sofreu muitas perdas, e a cidade se ressentiu muito com isso, porque é claro que as pessoas sempre, normalmente, preferem estar na capital, que tem um grande aeroporto comercial de passageiros e cargas. Então, o importante é a gente não vestir um santo e desvestir outro; é você não observar o desenvolvimento regional até entre cidades, até dentro do próprio Estado. Este é um mal que o País viu ao longo dos anos: a concentração em poucos Municípios do País, enquanto milhares de Municípios, centenas deles, ficaram sem emprego, vivendo de aposentadoria, vivendo de transferência de renda, enfim, vivendo de auxílio de governo. Então, essa observação é muito importante para o desenvolvimento regional, estadual e em termos de País.

O nosso Ministro da Defesa quer fazer as suas considerações, se despedir?

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Posso?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pode, claro, antes de encerrar.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO (Para expor.) – Simplesmente eu gostaria de agradecer a oportunidade, em meu nome e dos três Comandantes, de mostrar aqui tanto o preparo, como as necessidades, quanto a importância da Defesa para o País como um todo, e como nós temos colaborado.

Quero dizer que, neste momento de pandemia, nós precisamos de um esforço nacional, de união. Nós estamos voltados para a vacinação como todos os outros, prontos a colaborar com a saúde pública e em tudo que for necessário. E as Forças Armadas estão pautadas, como eu disse antes, pela Constituição, pela independência dos Poderes, pela não interferência entre eles e pela liberdade do povo brasileiro. O povo pode contar com as suas Forças Armadas. No momento em que for necessário, nós temos que estar prontos para atender a qualquer chamamento.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada.

Eu gostaria de agradecer, antes de encerrar, à nossa equipe colaboradora: a Sabrina Nascimento, que é a Secretária da Mesa Adjunta – a Secretária que Rodrigo Pacheco nos enviou gentilmente para colaborar conosco nesta manhã.

Quero agradecer ao Marcelo Dantas, nosso Embaixador da CRE; à assessora de imprensa Wanda Célia Oliveira; à nossa assessora especial Katia Rocha; ao nosso Secretário da CRE, Fabio Almeida Lopes; ao Breno Nascimento; ao Luiz Peres; a todos aqueles que contribuíram para que esta audiência pudesse acontecer; ao Senado Federal como um todo.

Quero agradecer a todos os assessores dos nossos Comandantes e do Ministro que estão aqui presentes.

Quero dizer a todos – e recomendo aos meus colegas – que, se já não o fizeram, leiam o Plano Nacional de Defesa, que eu já estou estudando bastante, achei muito interessante.

O SR. WALTER SOUZA BRAGA NETTO – Vou deixar com a senhora aqui um exemplar do Livro Branco, da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, muito obrigada. Vou ler com muito carinho.

E quero dizer a todos do e-Cidadania que nos acompanham neste momento que a Comissão de Relações Exteriores é responsável aqui, no Senado Federal, por duas vertentes muito importantes: a primeira é relações exteriores, que trata da política externa, da diplomacia entre os países, do comércio exterior, dos acordos comerciais, dos tratados entre países – é uma tarefa muito importante para o nosso País, porque está diretamente ligada ao crescimento econômico do País, em que nós podemos aumentar as nossas exportações, vendendo os nossos produtos, e, com isso, aumentar as nossas indústrias, as nossas empresas, gerando milhares de empregos para o povo brasileiro –; a outra vertente é justamente a defesa nacional, a defesa da Pátria e, como disseram os nossos generais, a mão amiga – na verdade, eles querem se referir à questão social que as Forças Armadas praticam no Brasil.

Além disso, a nossa Comissão também é responsável pela área de inteligência, pela Abin, pela Polícia Federal. Estão todas concentradas aqui nesta Comissão.

Antes de encerrar a reunião, gostaria de convidar as Senadoras e os Senadores e todos que costumemente acompanham a TV Senado a participar da próxima reunião da Comissão, a ser realizada na próxima quinta, 6 de maio, às 10h, quando receberemos, na qualidade de convidado, o Exmo. Sr. Carlos França, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para prestar informações no âmbito de sua competência. É o Chanceler Carlos França.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprida a finalidade desta reunião, a Presidência declara encerrada a nossa audiência, mais uma vez agradecendo a paciência por ficarem sentados aqui por quatro horas, prestando explicações à Nação e aos Senadores da República com toda a paciência, ao General Braga Netto, Ministro de Estado da Defesa; ao Almirante Almir Garnier, Comandante da nossa Marinha – também estou falando "nossa"; ao General Paulo Sérgio Nogueira, Comandante do Exército; e ao Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, Comandante da Aeronáutica.

Muitíssimo obrigada pela presença de vocês.

Nós esperamos, na CRE, no Senado Federal, continuar contando com o trabalho das Forças Armadas.

Nós estamos à disposição para também vigiarmos, monitorarmos o orçamento das Forças Armadas do Brasil, para que nós possamos nos sentir cada vez mais seguros.

Muito obrigada.

Bom dia a todos!

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 05 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinco minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e um, no Plenário Virtual do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos do Val, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad e Fernando Collor, e ainda dos Senadores não membros Carlos Fávaro, Izalci Lucas e Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** Ouvir na qualidade de convidado o Excelentíssimo Senhor Carlos Alberto Franco França - Ministro das Relações Exteriores, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto art 103, § 2º do RISF. **Participante:** Sr. Carlos Alberto Franco França, Ministro das Relações Exteriores.. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/05/06>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Eu cumprimento o nosso Chanceler Carlos Alberto Franco França e lhe dou as boas-vindas ao Senado Federal, à nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Declaro aberta a 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem como objetivo cumprir o disposto no art. 103, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Para a reunião, foi o convidado o Chanceler Carlos Alberto Franco França, Ministro das Relações Exteriores.

A Presidência informa ao Plenário que serão adotados os seguintes procedimentos para o andamento da reunião: o Chanceler disporá do tempo necessário para a sua apresentação inicial; após sua fala, será aberta a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, organizados em blocos, dispondo cada Senador de cinco minutos para as suas perguntas. O Ministro, posteriormente, disporá de dez minutos para responder à totalidade das questões do bloco. As inscrições dos Senadores presentes remotamente serão feitas através do sistema remoto. As mãos serão abaixadas no sistema remoto, e, neste momento, serão abertas as inscrições dos Senadores titulares, dos Senadores suplentes e dos Senadores não membros, mas que têm o direito de participar.

Informo ao Chanceler que todos nós aqui no *bunker* estamos usando máscara, mas, no momento em que o senhor for usar a palavra, se se sentir mais à vontade e melhor sem a máscara para falar, pode ficar à sua escolha. Eu vou fazer o mesmo para fazer algumas considerações iniciais ao Chanceler e aos meus colegas membros da CRE, com quem eu terei o prazer de conviver como Presidente nestes próximos dois anos – 2021/2022.

Dando segmento à missão do Senado Federal de zelar pelo cumprimento dos princípios e das normas constitucionais, temos hoje a honra de receber, na CRE, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França.

Carlos Alberto Franco França, aos 12 anos de idade, passou em frente ao Palácio do Itamaraty, em Brasília, e gostou tanto do que estava vendo que disse ao seu pai: "Gostei desse palácio e vou trabalhar aqui um dia". Dito e feito, aos 12 anos de idade. Em 29 de março de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2021, 45 anos depois da sua frase profética, o menino que nasceu em Goiânia, em abril de 1965, chegou ao comando do palácio que o encantou aos 12 anos e se tornou Ministro das Relações Exteriores do Brasil aos 57 anos de idade.

Sobrinho, para minha surpresa, do artista plástico Siron Franco, o Chanceler é graduado em Direito e em Relações Internacionais pela UnB e diplomata de carreira, formado pelo Instituto Branco, em 1991.

Advogado, diplomata e escritor, o Chanceler atuou em missões do Brasil nos Estados Unidos, no Paraguai e na Bolívia. Também foi Chefe do Cerimonial do Itamaraty e Chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto.

A sua responsabilidade é grande, Chanceler.

A política externa brasileira precisa voltar ao seu leito tradicional. Os excessos retóricos, desvios ideológicos e incidentes diplomáticos acumulados nos últimos dois anos ocasionaram forte desgaste de nossa imagem no exterior, além do surgimento de obstáculos a negociações comerciais estratégicas. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal tem o dever de garantir que semelhantes equívocos não sejam repetidos, por este ou por qualquer outro Governo. Nossa obrigação, como Senadores e Senadoras, é atuar em defesa do interesse nacional, guiados pelos princípios de relações internacionais listados no art. 4º da Constituição Federal e pelos dispositivos constantes dos artigos 49 e 52 de nossa Carta Magna.

Não se trata, Sr. Chanceler, de subtrair atribuições do Poder Executivo. Pelo contrário, queremos contribuir para o sucesso das atividades externas empreendidas pelo Governo Federal, como o fazem os Parlamentos das principais democracias do mundo. Exemplo disso vemos no trabalho desenvolvido pela Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, que participa ativamente na formulação, no acompanhamento e na fiscalização da política externa da principal potência mundial.

O Presidente Joe Biden, quando era Senador, atuou por mais de 20 anos na CRE. Chegou mesmo a presidi-la, sem que isso jamais afetasse a natureza presidencialista do regime político dos Estados Unidos. Como nos ensinou Montesquieu, em seu livro clássico *Do Espírito das Leis*, publicado em 1748, “para que não haja abuso de poder, faz-se necessário, pela disposição das coisas, que poder limite poder”. Esse é conceito do equilíbrio de Poderes em uma república e do sistema de freios e contrapesos, fundamental para a vida democrática.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos, por conseguinte, trabalhar em conjunto com o Itamaraty, numa parceria respeitosa e complementar, com vistas a estimular os necessários ajustes na política externa brasileira. Precisamos também, como representantes da sociedade brasileira e do equilíbrio federativo, evitar a repetição de erros e desvios que possam afetar a renda, o emprego e a saúde dos brasileiros.

Atenta a esses parâmetros, pretendo, nesta oportunidade, apresentar pontos importantes que deverão pautar o nosso trabalho no biênio 2021/2022.

O primeiro ponto diz respeito aos acordos comerciais que serão negociados. O Senado Federal precisa acompanhar essas negociações, inclusive para auxiliar o Itamaraty no processo de interface com especialistas em comércio exterior, entidades de classe, representantes da sociedade civil, os Congressos internacionais, os Congressos de outros países, e outros entes federativos. Nesse contexto, temos a intenção de promover atividades que ampliem o debate e resultem em propostas concretas e recomendações por parte do Senado Federal. Isso dará maior transparência e legitimidade aos processos negociadores em curso com diversos países asiáticos e, no caso do Acordo Mercosul-União Europeia, que enfrenta resistências em diversos Parlamentos de países europeus.

Um segundo ponto, Chanceler, refere-se às questões ambientais. O tema do meio ambiente é hoje um dos eixos centrais da geopolítica mundial. Como vimos no último dia 22 de abril, por ocasião da Cúpula de Líderes sobre o Clima, as principais nações do planeta estão empenhadas na promoção do desenvolvimento sustentável e na mitigação da mudança climática. Essa nova tendência irá pautar as transformações econômicas e sociais do futuro.

Até o final deste ano, teremos dois eventos internacionais de importância na área ambiental:

- A COP 15 da Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade, a ser realizada de 11 a 24 de outubro, em Kunming, na China; e
- A COP 26 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a ser realizada de 1º a 12 de novembro, em Glasgow, no Reino Unido.

Nos últimos dois anos, o Brasil deixou de ser um protagonista nesses debates. Aos olhos do mundo, nos distanciamos de nosso firme compromisso anterior com a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa e progressiva eliminação do desmatamento ilegal. Em consequência, passamos a enfrentar crescentes dificuldades políticas e comerciais. Essa situação de isolamento precisa ser revertida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A esse respeito, temos mantido um excelente diálogo com especialistas, ex-Ministros do Meio Ambiente, representantes do agronegócio e entidades que reúnem os interessados na matéria. Tencionamos trazer esse debate para dentro da CRE, em parceria com a Comissão de Meio Ambiente do Senado, com vistas a formularmos indicação parlamentar e eventuais projetos de lei que sanem problemas e orientem as posições negociadoras do Governo brasileiro em foros internacionais na questão ambiental.

Um terceiro ponto, Sr. Chanceler, diz respeito às relações Brasil-China. A China é, desde 2009 – portanto, por 12 anos –, o maior parceiro comercial do Brasil. Temos com essa potência asiática uma relação muito positiva, tanto do ponto de vista comercial quanto no tocante a investimentos. Em 2020, a China absorveu 32,3% de exportações brasileiras, o que propiciou ao nosso País um superávit comercial de US\$33,8 bilhões.

O Brasil responde, hoje, por 4% de tudo o que a China importa. Esse número cresce para 22%, no caso do agronegócio. Temos espaço para avançar. Caso a China cresça a uma taxa anual de 4,6% na próxima década, as exportações do agronegócio poderão saltar de US\$34 bilhões para US\$53 bilhões ao ano. E nada nem ninguém pode vetar ou atrapalhar ou impedir essa grande perspectiva para o nosso País.

O quarto ponto, Chanceler, para o qual chamo a atenção, trata do planejamento estratégico do Itamaraty e de nossas embaixadas em cada país do mundo. Para responder da forma devida aos desafios dos próximos anos, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) precisa definir as prioridades, os objetivos gerais e as metas específicas da política externa brasileira. É o que esperamos hoje de V. Exa. em suas palavras. O Senado Federal tem igual interesse em contribuir com o esforço de adequação dos meios de que dispõe nossa diplomacia, para maximizar os benefícios dos recursos públicos investidos e, sobretudo, ampliar nossa capacidade de resposta aos desafios e oportunidades do cenário internacional. O Brasil não pode consentir representar apenas um 1,9% do comércio internacional.

E, como quinto e último ponto, Chanceler, chamo a atenção para o papel da política externa brasileira na redução das desigualdades regionais em nosso País.

Como representante de um Estado, Tocantins, e de uma região com enormes desafios de desenvolvimento econômico e social, espero que a diplomacia brasileira, tendo à frente V. Exa., avance, cada vez mais, em ações que resultem efetivamente nessa direção, conforme prevê a nossa Constituição.

A inserção nos mercados globais dos Estados e regiões mais vulneráveis economicamente, como é o caso do Norte e Nordeste do Brasil, faz parte do conjunto estratégico de ações desta Comissão de Relações Exteriores do Senado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inserção internacional pode ser um vetor de redução de nossas desigualdades, aproveitando as novas potencialidades e os nossos recursos que podem gerar riquezas e desenvolvimento econômico e social por meio do aumento das exportações dessas regiões; da atração de investimentos externos para essas regiões; da transferência de tecnologia; do financiamento externo com os organismos multilaterais para projetos estruturantes; e da promoção internacional da nossas atrações turísticas e culturais.

Vejamos a realidade e o potencial a ser explorado do Matopiba, a última fronteira agrícola mundial, com a renda *per capita* menor que as Regiões Norte e Nordeste, que oficialmente já possuem as mais baixas rendas *per capita* do Brasil.

Podemos transformar a realidade socioeconômica não somente no Norte e Nordeste ou no Matopiba, mas em sub-regiões localizadas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que claramente precisam se desenvolver com novos instrumentos e políticas. Cito aqui algumas sub-regiões de regiões consideradas ricas, mas que têm suas sub-regiões que também precisam de apoio. Menciono o Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas; a Metade Sul do Rio Grande do Sul; o Vale do Ribeira, em São Paulo; a Grande Fronteira do Mercosul, que abrange Municípios do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul até o Estado de Mato Grosso do Sul.

Assim, além do fortalecimento da diplomacia estratégica e comercial que favoreça a participação crescente do Brasil e das empresas brasileiras no comércio internacional, acredito e tenho a convicção de que o Itamaraty está preparado para que possamos, em parceria com esta Comissão, desenvolver ações de redução das desigualdades regionais do Brasil.

Digo a V. Exa. que terá sempre o apoio desta Comissão, o apoio do Senado da República, que é a Casa do equilíbrio federativo, para que a diplomacia brasileira contribua mais e mais com o crescimento do País e com o bem-estar do povo brasileiro, que espera de nós apenas ousadia e coragem!

Seja muito bem-vindo ao Senado Federal, Sr. Chanceler, com todo seu *staff* e todos os Embaixadores e diplomatas que estão aqui presentes.

Antes de passar a palavra ao Chanceler, eu quero colocar em apreciação dos colegas Senadores e Senadoras desta Comissão – isto será distribuído para cada membro titular e suplente – a metodologia para avaliação dos senhores e contribuições, a metodologia de apreciação de candidatos à chefia de missão diplomática.

Considerando que a Carta Magna estabelece, em seu art. 52, a prerrogativa do Senado Federal de aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição e sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, considerando que o Regimento Interno do Senado Federal (RISF) regulamenta em seu Título X, Capítulo II, arts. 383 a 385 os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

procedimentos a serem adotados para a apreciação dos nomes propostos, de acordo com a Constituição, dos embaixadores que irão representar o Brasil no mundo.

Considerando que o RISF faculta, em seu art. 383, que, além da arguição do candidato e do disposto no art. 93, a Comissão poderá realizar investigações e requisitar, da autoridade competente, informações complementares; considerando que essa mudança propiciará uma melhor compreensão da racionalidade da escolha do perfil dos indicados a embaixadores no mundo, que deve ser embasada nos critérios de eficiência, experiência e adequação ao posto específico; considerando que, ao vincular a aprovação de chefes de missão diplomática permanente e de missão ou delegação permanente junto a organismo internacional, há um planejamento estratégico apresentado e arquivado na Comissão; o Senado contribui para dar estabilidade, assim, ao serviço diplomático.

Esta Presidência submete aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o seguinte regulamento interno da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Repasso o ato antes de ser lido, por conta de que, posteriormente, poderemos ter contribuições preciosas dos colegas Senadores, mas o Ato nº 1, de 2021, da CRE disciplina a apresentação de planejamento estratégico da missão ou delegação pelo Ministério das Relações Exteriores para a análise dos candidatos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito obrigada pela atenção de todos.

E passo a palavra ao nosso Chanceler França para fazer as suas considerações.

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Kátia Abreu, pelas palavras e até por rememorar momentos da minha infância e das raízes, que eu divido entre Goiânia, onde eu nasci, onde está a família do meu pai, e a cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, onde fui criado até os 17 anos de idade e onde está a família da minha mãe.

Antes de mais nada, anotei e terei a oportunidade de falar aqui depois todos os pontos que V. Exa. tão bem houve por bem transcrever – poderei me aprofundar depois de fazer a apresentação inicial. Tenho certeza de que as ideias, Presidente, que V. Exa. lança neste momento enriquecem o debate e me permitirão transmitir um pouco das ideias que tenho para a minha gestão frente ao Itamaraty.

Como disse, agradeço a V. Exa. e a cada um dos excelentíssimos membros desta Comissão a oportunidade desta audiência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ao iniciar minha apresentação, permitam-me uma breve e merecida referência aos acontecimentos desses últimos dias no campo da diplomacia da saúde, que contaram com a participação crucial de V. Exa. e do Congresso Nacional.

Em nosso trabalho ininterrupto pela busca de vacinas para salvar vidas de milhões de brasileiros, eliminar a presença da Covid-19 em nossa sociedade e garantir uma rápida normalização de nossa economia, recebemos, nesse último fim de semana, cerca de 4 milhões de doses, no âmbito da iniciativa Covax Facility. É o primeiro grande resultado satisfatório de uma corrida contra o tempo que tem envolvido, além do trabalho do Itamaraty, a atuação rápida, direcionada e decisiva de V. Exa., bem como do Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco; do Presidente da Comissão de Relações e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Presidente Aécio Neves; e do Presidente daquela Casa, o Deputado Arthur Lira.

Em justas argumentações e reivindicações apresentadas diretamente ao Secretário-Geral da ONU, António Guterres, e ao Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom, assim como ao Presidente do Conselho da Aliança Global de Vacinas (Gavi), José Manuel Durão Barroso, entre outros interlocutores, V. Exas. contribuíram para a pronta liberação e antecipação, com a urgência necessária, das doses alocadas ao Brasil, neste primeiro semestre pelo consórcio Covax, com base nos critérios de risco sanitário e de gravidade da incidência local da Covid-19.

Sra. Presidente, permita-me relacionar brevemente as evidências dessa postura proativa: V. Exa. e o Presidente Aécio Neves enviaram cartas e mantiveram videoconferência com o Diretor-Geral da OMS e com o Presidente do Conselho da Gavi. O Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco, enviou cartas e manteve diálogo telefônico com o Secretário-Geral António Guterres, no que foi secundado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lima. V. Exa. também manteve interlocução com os Embaixadores europeus, em Brasília, sempre no espírito, no esforço de garantir o principal interesse da sociedade brasileira, neste momento – vacinar, conseguir vacinas para os brasileiros com a urgência que a gravidade da situação exige.

Havíamos recebido, em março, o primeiro lote de 1 milhão de vacinas pela Covax de um total de 10.672.800 doses alocadas ao Brasil pela iniciativa neste primeiro semestre, 48% de toda a cota do consórcio para América do Sul até junho. Diante da forte pressão internacional sobre a oferta limitada de vacinas, é um grande êxito termos trabalhado juntos – Congresso e Itamaraty – pela entrega antecipada dessas 4 milhões de doses ao Brasil. Estou convencido, Sra. Presidente, de que o prosseguimento desse curso de ação proativa e determinada de sua parte e de nossa parte será crucial para continuarmos a garantir a entrega rápida e imediata de vacinas para acelerar a imunização do povo brasileiro. Ainda devemos receber 4 milhões de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doses adicionais neste mês de maio. Prosseguiremos juntos nesse trabalho para garantir que a cota originalmente alocada ao Brasil pela Covax, nesse semestre, se encontre integralmente em Território brasileiro e, em seguida, seja aplicada nos braços dos brasileiros no prazo estipulado.

Garanto-lhe que, de minha parte e de parte do Itamaraty, continuaremos, Sra. Presidente, a trabalhar para que a diplomacia parlamentar tenha um papel cada vez mais expressivo tanto no campo sanitário – o mais urgente no momento – quanto em outros âmbitos, como no ambiental, econômico, político, de segurança e em todas as temáticas que devem e precisam ser avaliadas e avalizadas pelos representantes do povo. Queremos que nossos Parlamentares estabeleçam, mantenham e reforcem laços com Parlamentares latino-americanos, norte-americanos, europeus, asiáticos e africanos.

É importante termos todos em mente que o trabalho do Itamaraty, o trabalho de nossos diplomatas em outros países requer, acima de tudo, entrada e acesso a círculos de poder, de tomada de decisões, para garantir, na medida do possível, que essas decisões levem em conta ou ao menos não contrariem interesses brasileiros. É o que faz a diferença para garantir o êxito dos interesses brasileiros no exterior.

Estou seguro de que uma diplomacia parlamentar mais forte, mais proativa e atuante ampliará aos nossos diplomatas no exterior o acesso de que precisam a esses círculos de poder e de tomada de decisões. Sairemos todos ganhando: diplomatas, Parlamentares, empresários, acadêmicos, enfim, a sociedade brasileira em seu conjunto.

Sra. Presidente, como sabem, estive no dia 28 passado perante a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Compareço agora no Senado Federal a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Estou convencido de que terei a honra e a satisfação de retornar a esta Casa muitas outras vezes, sempre que me permitam.

Isso porque a política externa, como procurei enfatizar em meu discurso de posse, é, antes de tudo, uma política pública. E, como política pública, será tão mais sólida e eficaz quanto mais incorpore a pluralidade de visões da nossa sociedade – visões que encontram no Congresso, a Casa do povo, sua caixa de ressonância por excelência. Como mencionou aqui V. Exa., Presidente, o Senado é a Casa do equilíbrio legislativo. Gostei dessa frase.

Assim, venho aqui para expor-lhes aspectos da política pública que cabe ao Itamaraty executar, mas, do mesmo modo, venho para ouvir V. Exas. a respeito dessa mesma política. Ouvi-los e dar o encaminhamento merecido e necessário ao que eu aqui ouvir. Nossas ações diplomáticas só farão ganhar força nesse diálogo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, como tenho dito, e como sabemos todos, o momento é de urgências. Venho falando, desde minha posse, nas três urgências que o Presidente Jair Bolsonaro me instruiu a enfrentar no Itamaraty, na medida das nossas competências institucionais: a urgência da pandemia; a urgência da retomada do crescimento e da geração de empregos; e a urgência do desenvolvimento sustentável.

A propósito dessas urgências, permito-me um breve comentário conceitual que, acho, poderá ser útil.

Recordo termos consagrado o conceito de desenvolvimento sustentável na Conferência do Rio de 1992. O conceito, que já se vinha consolidando, tem uma abrangência que desejo aqui ressaltar. Penso no fato de que, não custa lembrar, o desenvolvimento sustentável tem três pilares interligados: o social, o econômico e o ambiental. Ou seja, o conceito de desenvolvimento sustentável pôs fim à noção de que seria possível cuidar do meio ambiente sem atentar para as questões sociais e econômicas – ou tratar do social e do econômico sem atenção ao ambiental. E, depois de ouvir V. Exa., Presidente Kátia Abreu, eu até acrescentaria: sem tratar do social, do econômico e também do desenvolvimento regional.

Por outras palavras, essas três dimensões, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, caminham, necessariamente, lado a lado. Uma depende da outra. Pois bem, quando olhamos para as três urgências que nos orientam no Itamaraty, temos diante de nós manifestações de cada um dos pilares do desenvolvimento sustentável: 1) o social, expresso na prioridade que atribuímos à saúde pública, em nossa luta comum contra a pandemia; 2) o econômico, expresso na prioridade que atribuímos à retomada do crescimento e dos empregos; 3) e o pilar ambiental, expresso na prioridade que atribuímos ao combate à mudança do clima.

Nossas urgências são impostas pela situação concreta do Brasil e do mundo, mas não me parece ser mera coincidência esse entrelaçamento entre nossas três urgências e os três pilares do desenvolvimento sustentável. Essa correlação reflete uma circunstância fundamental: a de que, no fim das contas, os pilares social, econômico e ambiental são mesmo, na realidade das coisas, estreitamente interconectados, ainda quando não tenhamos consciência disso. Daí a validade, a funcionalidade e a urgência do conceito de desenvolvimento sustentável.

Sra. Presidente, passo a estender-me um pouco sobre cada uma das nossas urgências. Em grandes linhas, gostaria de indicar a V. Exas. o que temos feito para atacá-las. Será inevitável repetir muito do que disse na Câmara, de modo que peço a compreensão dos que aqui já me assistiram na semana passada. O fato é que não posso me furtar a compartilhar, também com o Senado Federal, alguns dos principais traços da nossa atuação diplomática frente às urgências que nos mobilizam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos sabemos, e V. Exas. melhor do que ninguém, que, na maior parte das vezes, problemas complexos pedem respostas complexas. Certamente, desafios como os que agora somos chamados a enfrentar não admitem soluções fáceis ou imediatas. O esforço em que estamos empenhados é o da construção de caminhos que sejam firmes, caminhos que, na política externa, levem a fórmulas consistentes na luta contra a pandemia, na recuperação da atividade econômica, no combate à mudança do clima.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a questão sanitária exige o concurso de uma variedade de atores. No Governo, há sem dúvida um papel para o Itamaraty.

O trabalho pelo acesso a vacinas e a outros medicamentos para o combate à Covid-19 é hoje o pão nosso de cada dia no Itamaraty e em nossas missões no exterior. De iniciativa própria, ou acionados por diferentes interlocutores Brasil afora, mapeamos ofertas de insumos médicos, procuramos facilitar tratativas específicas, ao mesmo tempo em que levantamos outras informações relevantes sobre a evolução das políticas públicas no mundo de combate aos efeitos da pandemia. Pronunciei-me ao iniciar esta apresentação sobre a chegada de vacinas no âmbito da iniciativa Covax; falo agora sobre os demais esforços empreendidos no contexto de nossa diplomacia da saúde.

Uma prioridade tem sido assegurar os insumos do chamado “*kit* intubação”. Estamos em busca de doações e de estoques disponíveis para compra. Já cuidamos, em Washington, de viabilizar aquisições por meio do Fundo Estratégico da Organização Panamericana da Saúde, a Opas. Recebemos no dia 27 a doação do Governo espanhol, pela qual poderei agradecer pessoalmente à Chanceler Arancha González, que se encontra hoje e amanhã em Brasília em visita oficial.

Como assinalei na semana passada perante a Comissão da Câmara dos Deputados, um esforço crucial do Itamaraty tem sido evitar que as informações que recolhemos em distintas partes do mundo se venham a perder. Há que sistematizá-las e há que fazer que cheguem, com rapidez, às instituições relevantes, em particular o Ministério da Saúde. No aprimoramento desse exercício de coordenação, criamos o Grupo de Trabalho da Diplomacia da Saúde, que já está em pleno funcionamento.

De minha parte, estou pessoalmente engajado na nossa diplomacia da saúde. No que diz respeito ao diálogo com outros países, sobre o combate à pandemia, a China é, sabidamente, país decisivo nas cadeias de suprimento da indústria farmacêutica. Em conversa telefônica que mantive, no dia 9 de abril, com o Ministro do Negócios Estrangeiros Wang Yi, ainda nos meus primeiros dias como Ministro, fiz a ele dois pedidos: que apoiasse a aquisição pelo Brasil de 30 milhões de doses da vacina da Sinopharm, para entrega ainda no segundo trimestre deste ano e que nos auxiliasse no fornecimento de insumos farmacêuticos ativos, com vistas à produção,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil, de um total de 60 milhões de doses da vacina Oxford-AstraZeneca. O Ministro Wang comprometeu-se a fazer todo o possível para cooperar; reservará e fornecerá ao Brasil, o quanto antes, cota maior de IFAs para a produção da vacina citada; pediu nossa compreensão para o fato de que abril seria mês crítico na China e que precisavam acelerar a vacinação interna, o que eles têm feito. Já aplicaram cerca de 250 milhões de doses. Porém, o Ministro antecipou que, em maio e junho, haverá grande aumento da produção e da capacidade de exportação.

Seguiremos trabalhando e dialogando constantemente, o tempo todo, com o Governo chinês. Nossa embaixada, em Pequim, acompanha, em bases permanentes, os processos de autorização, de exportação de IFAs e tem sempre agido com rapidez necessária.

Temos atuado também junto à Índia, outro país chave nas cadeias de suprimento da indústria farmacêutica. Buscamos a liberação das 8 milhões de doses pendentes da vacina da Oxford-AstraZeneca produzidas pelo Instituto Serum, da Índia, que se somariam às 4 milhões já recebidas pelo Governo brasileiro. A crise sanitária na Índia, como temos visto, vem se agravando. Temos de reconhecer que a Índia enfrenta desafios internos, mas, pelos canais adequados, estaremos agindo para que autorizem exportações para o Brasil.

Buscamos cooperação, ainda, com diversos outros parceiros de diferentes quadrantes. Reino Unido, Israel e Rússia são alguns exemplos. No caso da Rússia, o Presidente Bolsonaro conversou por telefone com o Presidente Putin no início de abril. Trataram de diferentes temas, inclusive da aquisição pelo Brasil – e da produção no Brasil – da vacina Sputnik V. Como disse na semana passada, na Comissão da Câmara dos Deputados, e reitero aqui, esperamos que as questões pendentes para aprovação da vacina possam ser solucionadas de modo satisfatório para a Anvisa, de modo a podermos eventualmente contar, no médio prazo, com mais uma vacina em nosso esforço nacional de imunização e superação da pandemia. O Itamaraty tem prestado à Anvisa, e continuará a prestar, todo o apoio necessário.

O Brasil tem também participado de movimentos multilaterais em favor do acesso a vacinas e tratamentos seguros e eficazes.

V. Exas. bem sabem, mas eu me permito recapitular que estamos associados a iniciativas como o ACT-Accelerator, o Solidarity Call to Action e o Covax Facility. A adesão ao Covax Facility garantirá ao Brasil 42,5 milhões de doses; trata-se, portanto, de cobertura para 10% da nossa população. Com o início da vacinação em vários países, instamos o Covax a garantir, de imediato, o acesso a vacinas aos países participantes. A recente chegada de 4 milhões de doses ao Brasil é um passo positivo nesse sentido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos influenciar a governança do Covax, razão pela qual apresentamos candidatura do Brasil à sua Comissão Executiva. Ao mesmo tempo, o Itamaraty vem propondo junto a Governos e organismos internacionais a atualização urgente dos critérios para alocação de doses pelo Covax, para conferir peso adequado aos países que mais têm sofrido, no cenário mais recente, os impactos da pandemia em seus sistemas de saúde e em cifras de letalidade.

A diplomacia da saúde não se limita, porém, ao âmbito multilateral político; estende-se também ao multilateral econômico: na Organização Mundial do Comércio, o Brasil, com outros países de perfil variado, tem conferido apoio a propostas apresentadas pela nova Diretora-Geral, a nigeriana Ngozi Okonjo. Ela está trabalhando arduamente para que a OMC possa identificar, nos mais diversos mercados, capacidade ociosa para produção de vacinas, bem como incentivar acordos de licenciamento voluntário e de transferência acelerada de tecnologias e insumos. As iniciativas vêm adquirindo contornos mais bem definidos, com participação ativa do Brasil.

Para dar contornos concretos a essa agenda, a OMC promoveu, em 14 de abril, evento com a OMS, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual e os principais países produtores de vacinas, entre os quais o Brasil, onde estiveram também representantes do setor privado e da sociedade civil. Penso que essa é mais uma frente da qual poderão surgir contribuições importantes para o combate à crise sanitária que nos atinge a todos.

Também na OMC, é relevante mencionar que o Brasil apoia a Iniciativa sobre Comércio e Saúde. Temos conosco Austrália, Canadá, Chile, México e União Europeia, entre outros atores. O objetivo é garantir acesso a vacinas, equipamentos médicos e outros insumos essenciais importados em caso de pandemias, mediante i) a identificação e o uso de capacidade instalada para a produção; ii) a facilitação de acordos de licenciamento para a transferência de tecnologia, expertise e *know-how*; e iii) a identificação e resolução de forma consensual de qualquer barreira comercial à produção e à distribuição desses produtos, inclusive os relacionados à propriedade intelectual.

Como fiz na semana passada, gostaria de referir-me à hipótese da chamada “quebra de patentes” – que corresponde ao licenciamento compulsório. Há muito a dizer sobre esse assunto, que é da maior relevância. Nos meus comentários poderei tecer alguma consideração sobre a recente mudança de posição nesse sentido, apresentada, na noite de ontem, pelo Governo norte-americano, e, hoje pela manhã, pelos representantes da União Europeia na OMC.

Nesta minha apresentação inicial, limito-me a dois breves comentários.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro comentário é que o maior gargalo hoje, para o acesso a vacinas, são os limites materiais da capacidade de produção. E o fato é que, segundo os especialistas, vacinas são quase impossíveis de se copiar, a curto ou médio prazo, sem o apoio dos laboratórios que as desenvolveram – mesmo com o auxílio da patente. Os países de menor desenvolvimento relativo já contam com uma moratória aplicável a todo tipo de propriedade intelectual e nem por isso, infelizmente, têm conseguido assegurar suprimentos de imunizantes.

Isso dito – e este é o segundo comentário –, sabemos que, sendo preciso, o Acordo Trips da OMC (sobre direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio) e a própria lei brasileira já permitem o licenciamento compulsório de patentes de forma ágil e adequada, sem qualquer ruptura com nossos compromissos internacionais.

Mais adiante terei prazer em retomar a questão nas suas implicações diplomáticas, se assim desejarem V. Exas.

Por fim, na nossa vizinhança, o esforço do Brasil é para que continue a predominar o signo da cooperação no tratamento da pandemia. Temos procurado manter as fronteiras abertas, respeitando as decisões soberanas de cada país em matéria sanitária.

No Mercosul, usamos recursos do Focem, Fundo de Convergência Estrutural do bloco, para medidas de teste e prevenção contra a Covid-19. No Prosul, o foco em 2020 e em 2021 tem sido a colaboração no combate à pandemia, mediante busca de pontos de financiamento para necessidades comuns. Reitero: estamos intensificando e melhor articulando, em distintos planos, as ações de nossa diplomacia da saúde.

Sra. Presidente, outra área em que o brasileiro tem pressa, e com razão, é a econômica. Quando superávamos uma severa recessão, eclodiu a pandemia, e o resultado na economia é o que conhecemos: redução na atividade e desemprego. Temos todos em mente que a retomada de um ciclo virtuoso de crescimento e de geração de empregos – e empregos de qualidade – depende largamente dos esforços que levamos adiante aqui dentro: trajetória de equilíbrio fiscal, marcos regulatórios ajustados às realidades contemporâneas, mercado de crédito mais competitivo, avanços em infraestrutura. Esses são alguns dos itens de uma agenda em que o Congresso é claramente decisivo e que V. Exas. tão bem conhecem.

Mas há uma vertente em que a política externa tem aportes significativos a oferecer nesse processo: a vertente da diplomacia econômica, que também passa pelo Senado e que V. Exas. também conhecem bem. Se eu tivesse de resumir, eu diria que uma diplomacia econômica atrelada às necessidades do Brasil, como pretendemos seja a nossa, deve concorrer para que o País esteja cada vez mais e melhor integrado aos fluxos globais de comércio, investimentos e conhecimento, sempre à luz de nossos valores e interesses.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a lógica que permeia a nossa ação externa no domínio econômico, que preside nossa atuação do Mercosul e nos guia nos fóruns multilaterais, como a OMC, que impulsiona a nossa aproximação com a OCDE, que inspira, enfim, nossas medidas de atração de investimento para o PPI e para além dele.

No Mercosul, ao lado da pauta de dinamização do bloco, temos dado especial atenção às negociações de acordos comerciais com parceiros externos. O horizonte é a abertura de mais mercados para nossas exportações e a obtenção de maior acesso a importações de alto conteúdo tecnológico. Queremos, em suma, ampliar a nossa competitividade. Num mundo que, com todos os sobressaltos continuará marcado pela globalização econômica, é, portanto, essa via a seguir.

Nesse espírito, temos negociações em curso, vale lembrar, com o Canadá, Singapura, Coreia do Sul e Líbano. Propusemos um início de negociações a todos os países da América Central. Estamos prontos a aprofundar os acordos que temos com o México, a Índia e Israel, e estamos explorando terreno para negociações abrangentes com os Estados Unidos, o Japão e o Reino Unido.

Creio oportuno aqui repisar uma observação que tenho feito: não se ignora, obviamente, que os sócios do Mercosul podem ter tempos diferentes quando se trata de iniciar novas negociações, de apresentar ofertas, de concluir processos em curso. São diferenças naturais que devem ser respeitadas, mas estamos convencidos de que o Mercosul é capaz das flexibilidades necessárias para o progresso da sua pauta de negociações externas.

Outra prioridade nossa tem que ver com o acordo Mercosul/União Europeia, cuja aprovação na Europa encontra resistências. A essas resistências, que vêm disfarçadas muitas vezes em preocupações ambientais, temos procurado reagir com fatos. Alguns buscam apresentar objeções com base em questões de proteção ambiental, que, embora reflitam temática cada vez mais dominante na opinião pública e mesmo nos hábitos pessoais do eleitorado dos países europeus, refletem agendas de viés claramente protecionista. O esforço não é simples. Há uma acirrada disputa de narrativas. Em nosso favor, temos a realidade de uma produção agropecuária que, intensiva em tecnologia, é altamente sustentável; uma matriz energética das mais limpas do mundo; um acordo, como o que desenhamos com os europeus, que incorpora o mais moderno capítulo de desenvolvimento sustentável entre os já negociados até então pela União Europeia – esse último dado, de resto, é reconhecido pelo próprio Comissário de Comércio da União Europeia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda assim, o Brasil estaria aberto à negociação de um documento paralelo – uma *side letter*, como chamamos no nosso jargão em diplomacia – para reafirmar os compromissos em matéria ambiental e social. O que nos cabe evitar, penso eu, é a reabertura do acordo, de um acordo que resultou de negociação longa e complexa.

Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, para além do Mercosul, também bilateralmente, estamos engajados com uma multiplicidade de parceiros em pauta que poderemos caracterizar como de prosperidade compartilhada. Ficarei aqui com alguns exemplos.

O Acordo de Livre Comércio com o Chile, firmado em 2018 e hoje em tramitação na Câmara dos Deputados, é um exemplo. É o mais amplo acordo comercial assinado pelo Brasil em temas não tarifários: contempla compras governamentais, serviços, investimentos, facilitação de comércio, regulamentos técnicos; tem o potencial de trazer ganhos concretos para a nossa indústria e nosso agronegócio; deverá facilitar a aprovação dos estabelecimentos exportadores do nosso setor de carnes; deverá reduzir significativamente a burocracia para todo o comércio.

Apelei aos Deputados e Deputadas presentes na semana passada por uma tramitação tão expedita quanto possível deste importante acordo com o Chile, apelo que antecipo hoje a V. Exas. para quando este acordo chegar a esta Casa.

Com os Estados Unidos, concluímos um protocolo sobre regras comerciais e de transparência assinado em outubro passado e enviado pela Presidência da República ao Congresso Nacional no último dia 26 de abril. O protocolo está totalmente em linha com os objetivos do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica Brasil-Estados Unidos, de 2011, e é composto por três anexos: facilitação de comércio e administração aduaneira é o primeiro anexo; boas práticas regulatórias é o segundo anexo; e anticorrupção é o terceiro anexo. O instrumento tem por objetivo a simplificação de trâmites de comércio exterior e diversificar os fluxos bilaterais de comércio e investimentos. Também aqui me permito apelar, quando chegar o momento do Senado avaliá-lo, por uma tramitação tão célere quanto possível.

A China, como não poderia deixar de ser, é outro país junto ao qual trabalhamos prioritariamente. Trata-se, é evidente, do maior parceiro comercial do Brasil e um dos cinco maiores investidores estrangeiros no Brasil. Não mencionarei muitos números, até porque são conhecidos, direi apenas isto: o comércio bilateral cresceu, em 2020, apesar da pandemia, para volume recorde de US\$102,5 bilhões, com saldo superavitário, também recorde para o Brasil, de US\$33 bilhões. Já no primeiro trimestre de 2021 há mostras de que essa tendência deve perdurar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas queremos um relacionamento econômico e comercial com a China ainda maior e ainda mais diversificado. Nossas exportações para a China, ainda concentradas em poucos produtos primários, poderão expandir-se em quantidade e em variedade. Caminhos possíveis passarão pela aprovação de mais Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e pelo aumento da venda de proteína animal, com habilitação de mais estabelecimentos.

Está por novamente reunir-se, em princípio do segundo semestre deste ano, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban). É um fórum de alto nível e, do lado brasileiro, liderado pelo Vice-Presidente da República Hamilton Mourão. Será oportunidade para um encaminhamento de questões que ajudarão a intensificar o comércio, os investimentos e a cooperação com a China.

Destaco aqui a V. Exas. que a 5ª edição da Cosban, realizada em maio de 2019 em Pequim, havia determinado a atualização da estrutura da Comissão e elaboração de novo plano para a cooperação bilateral, cabendo ao Brasil preparar as duas propostas iniciais.

O projeto do Governo brasileiro de reestruturação da Cosban trabalha em três eixos: economia, comércio e infraestrutura é o primeiro eixo; ciência, tecnologia e inovação é o segundo eixo; e o terceiro eixo é o eixo da cooperação.

O plano estratégico Brasil-China 2022/2031, por sua vez, orientará as relações bilaterais na próxima década, constituirá marco institucional para que ações específicas sejam acordadas, tais como, iniciativas para diversificar e ampliar o comércio bilateral e os novos projetos de cooperação entre os dois países.

Ainda na manifestação bilateral da nossa diplomacia econômica, o empenho junto aos países árabes tem igualmente rendido frutos. Temos apresentado potenciais investidores na região e oportunidades de negócio no Brasil. O Fundo de Investimento Público saudita, por exemplo, sinalizou planos de investir até US\$10 bilhões no Brasil. Os países do Golfo, que contam com alguns dos maiores fundos soberanos no mundo, mantêm já expressivos investimentos no Brasil, mas queremos mais, e a carteira do PPI tem despertado particular interesse a esses fundos.

Na esfera comercial é também nítida a complementariedade entre as economias do Brasil e dos países árabes em geral. A exportação de produtos brasileiros halal é hoje sinônimo de confiança mútua. Planejamos novas visitas de alto nível para aprofundar um relacionamento que, já significativo, é ainda promissor.

Registro também progressos na agenda econômica com Israel; em especial temos uma parceria bilateral em defesa que envolve integração de cadeias de produção. São investimentos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

e transferências de tecnologia que contribuem para o desenvolvimento da nossa indústria de defesa, segmento tão rico em inovação.

Sra. Presidente, senhoras e senhores, outra tradição do Brasil é o fomento do comércio nas instâncias multilaterais. Uma reforma bem conduzida da OMC será instrumental para que a organização ganhe nova vitalidade e concorra para a recuperação da economia mundial no pós-pandemia.

Seguimos engajados nas negociações para a 12ª Conferência Ministerial da OMC no final do ano. Uma reforma bem conduzida da OMC será instrumental para que a organização ganhe nova vitalidade e concorra para a recuperação da economia mundial no pós-pandemia. O Brasil, na OMC, busca prioritariamente combater restrições às exportações de bens agrícolas e subsídios que distorcem o comércio desses bens, eliminar subsídios à pesca ilegal e subsídios distorcivos no setor, conceder um acordo sobre facilitação de investimentos baseado em maior transparência e na simplificação de procedimentos, completar nossa acessão ao Acordo sobre Contratações Governamentais da OMC, concluir acordo sobre comércio eletrônico e concluir acordo sobre regulamentação doméstica de serviços.

Do ponto de vista da modernização da nossa economia, não menos importante é a crescente aproximação com a OCDE. Já somos o país não membro mais alinhado às práticas da organização. Há, é claro, desafios para a nossa acessão plena e assim são esses processos, mas será um desdobramento natural de uma relação que já é antiga e que é cada vez mais densa.

Também aqui, Presidente, somos movidos por nossos valores e interesses. Identificamos na OCDE hoje um espaço privilegiado de intercâmbio sobre políticas públicas de ponta de convergências regulatórias, de construção de padrões que terão impactos sobre as decisões de comércio e de investimento mundo afora. É por isso que com pragmatismo participamos das atividades da organização.

Gostaria de fazer uma merecida e devida menção à África. A África é uma fronteira agrícola de grande potencial e não menos importante vem se firmando como uma das regiões de maior crescimento econômico mundial. Acompanhamos com muito interesse o potencial econômico comercial aberto pela implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana, desde 1º de janeiro de 2021, uma das mais arrojadas decisões de integração na história. Notamos, especialmente, o seu potencial de formar um mercado de 1,3 bilhão de habitantes, com um PIB de mais de US\$3 trilhões e a ambição de duplicar o comércio intra-africano no curto prazo ao longo dos próximos anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo do Presidente Bolsonaro tem buscado dar novo impulso às relações com a África, articulando uma visão em torno dos pilares de comércio com protagonismo do setor privado, maior estruturação do diálogo em segurança e defesa, cooperação técnica e valores compartilhados. O pilar de cooperação técnica, em especial, privilegia a transferência de capacidades com vista ao desenvolvimento do continente. Há diversos projetos em andamento ou concluídos com sucesso na área da saúde (como os bancos de leite humano, o combate à tuberculose e ao HIV e a produção de antirretrovirais), de agricultura (como os vários programas relacionados ao cultivo de algodão, café, cana e mandioca), entre outras. Esperamos estar habilitados, em futuro próximo, a fortalecer a vertente da diplomacia da saúde em nossas relações com o continente africano.

Sra. Presidente, a questão da mudança do clima – e as questões ambientais e, mais amplamente, de sustentabilidade – representam, para o Brasil, uma oportunidade.

É do interesse do Brasil preservar os seus biomas porque eles são um patrimônio valioso, e, da sua preservação, dependem as gerações futuras. E é do interesse do Brasil mostrar ao mundo que de fato os preservamos, por meio de uma agropecuária que vive da tecnologia e de uma legislação ambiental das mais rigorosas – porque, hoje, mostrar sustentabilidade é medida de acesso a mercados e a investimentos.

Pois as mensagens que o Presidente Bolsonaro transmitiu na semana passada, por ocasião da Cúpula do Clima, apontam, justamente, para um país que, nas suas palavras, “está na primeira linha do combate ao aquecimento global”.

O Presidente Bolsonaro pôs na justa perspectiva a participação do Brasil na mudança do clima. Ele lembrou que a queima dos combustíveis fósseis ao longo dos últimos dois séculos é a causa maior do problema. O Presidente lembrou que o Brasil participou com menos de 1% das emissões históricas de Gases de Efeito Estufa, mesmo sendo uma das maiores economias do mundo, e que, atualmente, o Brasil responde por menos de 3% das emissões globais anuais. Com isso, o Presidente ressaltou o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, princípio pelo qual cabe às economias desenvolvidas parcela maior do ônus na empreitada da proteção ambiental.

O Presidente Bolsonaro também fez referência aos mais de 20 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia. São homens, mulheres e crianças que precisam de meios de vida sustentáveis e dignos. Não se pode querer preservar a floresta em prejuízo da qualidade de vida dessas pessoas.

Está aí mais um exemplo da interdependência entre os pilares social, econômico e ambiental do desenvolvimento sustentável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, o Presidente Bolsonaro, em seu discurso, renovou o tradicional compromisso do País com a defesa do meio ambiente. Falou das nossas credenciais, salientou a ambição da nossa Contribuição Nacionalmente Determinada e fez anúncios que confirmam nosso continuado engajamento: a antecipação em dez anos, para 2050, da nossa meta de neutralidade climática; e o objetivo de eliminar o desmatamento ilegal até 2030, além do compromisso com duplicação de recursos para fiscalização ambiental.

São mensagens que, veiculadas no mais alto nível, corroboram uma ideia que me parece crucial: não há por que adotarmos posturas defensivas em meio ambiente. Pelo contrário, temos o lastro de um acervo de realizações que se estende até o presente e que nos dá autoridade para uma atitude propositiva.

Trata-se de posição que reforcei em meu primeiro contato com o Enviado Especial do Governo norte-americano para o Clima, John Kerry, na videoconferência que mantivemos em 30 de abril. Discutimos sobre desafios comuns no enfrentamento da mudança do clima e sobre os compromissos anunciados pelos nossos mandatários na Cúpula do Clima. Fortalecemos compromisso de que Brasil e Estados Unidos seguirão trabalhando juntos para promover a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Temos mantido e reforçado essa atitude propositiva também no plano regional, na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, no Pacto de Letícia, em iniciativas como o Fundo para o Desenvolvimento Sustentável e a Bioeconomia da Amazônia, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. É essa atitude propositiva que nos tem caracterizado nas negociações multilaterais – será uma vez mais no caso da COP 26, prevista para realizar-se em novembro, na Escócia.

Temos elevada expectativa para a COP 26. Como se sabe, a conferência irá, como uma de suas missões, regulamentar os mecanismos de mercado de carbono previstos no Acordo de Paris. Esses mecanismos serão fonte de recursos para impulsionar a ação climática, inclusive no Brasil. Chegaremos à COP dispostos a construir consensos. E contamos com a mesma disposição por parte dos outros principais atores.

A frase pode estar batida, Presidente, mas diz uma verdade: desafios globais requerem ações globais. E o Brasil, cito novamente o Presidente Bolsonaro, está aberto à cooperação.

Sra. Presidente, esses são, de forma sucinta, alguns dos esforços com que buscamos dar sentido prático ao enfrentamento das nossas urgências. Urgências que, volto a dizer, refletem cada um dos três pilares do desenvolvimento sustentável: a urgência da saúde pública, que reflete o pilar social; a urgência da retomada do crescimento e dos empregos, que reflete o pilar econômico; e a urgência do combate à mudança do clima, que reflete o pilar ambiental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como os pilares do desenvolvimento sustentável, nossas urgências, se não se confundem, se acham intimamente interligadas. E é com essa perspectiva de conjunto que continuaremos a fazer-lhes frente.

Agradeço muito a atenção e coloco-me à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Chanceler Carlos França.

Vamos começar agora o chamamento dos Senadores inscritos.

Por enquanto, tenho aqui dois Senadores inscritos apenas, duas mãos levantadas. Eu gostaria que pudessem levantar suas mãos aí na tela do computador.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois não, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com a palavra, Senador, por cinco minutos. Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Muito bom dia a todos!

Eu procurarei respeitar o tempo.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar a senhora pela nova orientação do art. 383. Que socialize com as outras Comissões! Nós temos já bons estudos. Eu encomendei, em 2019, um estudo sobre a mineração de dados em todas as autoridades que são aprovadas pelo Senado. Aliás, geralmente, na CRE, nós aprovamos pessoas de carreira, ou seja, funcionários estabelecidos, reconhecidos; nas outras, nós corremos mais riscos. Só isto que eu queria dizer como estímulo à sua competente iniciativa.

Namastê!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à fala do nosso Chanceler – eu quero cumprimentá-lo – eu não vou abordar todos os pontos, mas separei três.

Nessa prioridade número um que o Presidente da República lhe deu, saúde, vacina, por favor, nos ajude a focar em autonomia. Esta não é a primeira pandemia. A gripe espanhola, a mais conhecida dos antigamente recente, em que se recomendava quinino. Nos conselhos ao povo, lá estava como quinto conselho: quinino 50mg antes do almoço – conselhos ao povo da gripe espanhola.

Foco em uma palavra, Ministro: nos ajude a termos autonomia. Nós não temos o direito, pelo peso que o País tem, de ficar dependendo de IFA de ninguém, e esse objetivo tem que ser alcançado com diplomacia, com parceria. E o Senador Izalci pode complementar o que eu estou dizendo. Ele, que defende tanto, junto comigo, o fundo de desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Segundo, Amazônia. Dos nossos seis biomas, o que desperta mais interesse, nem sempre um interesse construtivo, há muita concorrência por baixo, sem dúvida é a Amazônia. Então, eu gostaria que o senhor nos ajudasse na condução da diplomacia, que não pode ser defensiva.

Aplaudo a sua ideia. Nós não somos devedores ao mundo. Não somos. Não adianta querer nos empurrar o remorso que os já desenvolvidos não carregam. Querem transferir para nós o remorso, não só a pena, mas o remorso. Estimule o uso de indicadores que associem o IDH, especialmente dos povos da Amazônia, dos mais de 20 milhões de brasileiros da Amazônia, com o indicador ambiental, porque só nos criticar num e esquecer o outro tem sido o recurso dessas nações.

O senhor deve ter lido, mas releia a CPI da Amazônia, encerrada em 1989, que teve um relatório brilhante do Senador Jarbas Passarinho. O discurso é o mesmo, só mudam os personagens, só atualizam os nomes. CPI da Amazônia, 1989/90. Vai ver o Gorbachov defender a soberania relativa. Então, indicadores têm que ser o nosso rumo.

E, finalmente, fiquei muito interessado em tentar iluminar essa condução da nova negociação da diversificação de itens com a China. O senhor já pensou se eu fosse capitão do Exército e soubesse que o Brasil vai comprar 225 veículos de quatro eixos, sucessores do nosso antigo Cascavel, da China, que é quem apresentou esses veículos com menor preço, na tomada de preços que o Exército abriu em dezembro passado? Eu ia ficar muito constrangido porque antigamente nós exportávamos. Agora nós vamos importar veículos.

Então, nós temos que diversificar essa pauta para não sermos só exportadores de *commodities*. Joga para nós o problema ambiental e o problema logístico e troca um navio de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

300 mil toneladas por um contêiner de *chip*. Essa relação de troca vai precisar de uma atuação de diplomacia econômica inteligente do Itamaraty. E eu confio, pelo que eu ouvi do senhor, que nós teremos essa inteligência para nos ajudar.

E aqui nós contamos com a participação muito ativa sempre da nossa Senadora Kátia Abreu. Nós poderemos ser parceiros. Troca críticas, mas seja parceiro. Esse eu acho que vai ser o nosso melhor entrosamento.

E uma última palavra. Ajude que o Brasil não seja continuamente enganado nos acordos sobre pesca. Nós estamos sendo continuamente enganados nos acordos sobre pesca. Nós compramos atum que outros pescam no nosso mar, ou seja, importamos o nosso atum porque os nossos limites, as nossas cotas são sempre insuficientes. É um exemplo, apenas. Último item, portanto, pesca. Coloque o seu olho nisso.

Muito obrigado e parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Esperidião Amin.

E confesso que, na elaboração desse novo formato, desse novo modo de trabalho, eu por várias vezes pensei em V. Exa. E eu tinha a impressão de que V. Exa. iria gostar do que nós estamos propondo. Muito obrigada! Isso me dá muito estímulo.

Com a palavra, por cinco minutos, o Senador Nelsinho Trad, ex-Presidente desta Comissão, que prestou um grande trabalho para o Senado Federal. Por favor, Senador Nelsinho Trad.

Izalci não está inscrito. Pretende falar, Senador Izalci? (*Pausa.*)

Está no celular.

Por favor, Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Senadora Kátia Abreu, digna Presidente da Comissão de Relações Exteriores, em seu nome, com muito prazer, gostaria de saudar os colegas que se fazem presentes nesta manhã de trabalho: o Líder Izalci Lucas, o nosso guru, Senador Esperidião Amin, Senador Fernando Collor, Senador Jarbas, Senador Veneziano, Senador Carlos Fávaro.

Digno Chanceler Ministro França, é um grande prazer tê-lo na situação em que se encontra V. Exa. hoje. Nós realizamos inúmeras viagens internacionais juntos, construindo para o nosso País um caminho saudável, um caminho de ação produtiva. E fico realmente muito satisfeito em tê-lo na condição em que V. Exa. se encontra.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer algumas considerações e, no meio delas, as perguntas. V. Exa., se puder, anota e, na resposta que fizer do bloco, se atente àquilo que for especificado.

A pandemia trouxe à tona a relação entre saúde e diferentes setores. Uma realidade diferente da que a gente tinha. Hoje em dia muito se fala em diplomacia da saúde e geopolítica das vacinas. Não dá para descolar o Brasil dessas discussões. Primeira pergunta: quais são as linhas de ação que a política externa brasileira tem priorizado nesse âmbito? Quais os resultados que o Brasil pode esperar da chamada diplomacia da saúde, do Itamaraty, dignamente chefiado por V. Exa.?

Dois: quanto à relação saúde e propriedade intelectual, temos assistido ao debate da Organização Mundial do Comércio, a OMC, e acompanhado a posição brasileira em priorizar a transferência de tecnologias e licenças voluntárias para aumentar o acesso global às vacinas. Isso é o que todo mundo quer.

Ontem os Estados Unidos apresentaram seu interesse em buscar discutir medidas extremas para as situações extremas, ou seja, estão abertos a discutir medidas para ampliar esse acesso. E já estão sendo seguidos pela União Europeia. Ninguém disse que vai acompanhar a posição desse ou daquele país – especificamente, da Índia, considerada extrema –, mas estão abertos a discutir suas posições sobre novas bases.

Pergunta: tomando em conta que o acesso universal a vacinas depende da discussão sobre vacinas como bem público global, muito bem demandado como prioritário trabalho da nossa atual Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senadora Kátia Abreu, eu pergunto qual a disposição do Brasil em acompanhar esse debate sobre novas bases e eventualmente alterar posições do nosso País, ou seja, se abrir a esse debate para achar um caminho mais resolutivo para que a população brasileira possa ter mais acesso às vacinas? Uma vez que, até o que nos consta, é o único caminho que nós temos para poder combater esse maldito e terrível vírus que botou todos nós de joelhos, fechou cidades, fechou Paris, fechou Nova York, fechou Tóquio e fez com que as nossas economias todas entrassem nesta situação calamitosa em que estão.

São essas as considerações, sem deixar antes, porém, Senadora Kátia, de parabenizar V. Exa. pela sua persistência, pela sua forma ativa e guerreira de se portar frente a essas situações tão delicadas que o Brasil vem atravessando.

E também parabenizo o Ministro Carlos França. Quero dizer que terá, no Senado da República, o apoio necessário para evoluir na política internacional brasileira. Esse é o nosso sonho, esse é o nosso objetivo.

Muito obrigado!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Nelsinho Trad.

Eu passo a palavra para o Senador Veneziano Vital do Rêgo, da Paraíba.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para interpelar.) – Kátia Abreu, querida Senadora, saúdo nosso Chanceler Carlos França, cumprimento todos os demais companheiros que integram a Comissão de Relações Exteriores, na figura do ex-Presidente, querido amigo e irmão, que tão competentemente se houve durante os dois últimos anos, Senador Nelson Trad, minha estima, minhas referências ao seu trabalho.

E que bom que esse sequenciamento se dê da forma que mais poderíamos desejar. Não houve quebra em termos de concepção de projetos. Às mãos, aos ombros briosos da Senadora Kátia, a gente tem a certeza de que aquilo que foi pautado, aquilo que foi tratado, aquilo que foi, de uma forma tão efetiva, feito pela Comissão que outrora esteve, nos dois últimos anos, haverá também, neste Colegiado e com esta formação, de ser feito.

Parabéns à Senadora Kátia pelas suas iniciativas, pela sua intransigência. Somos todos prova incontestada da sua determinação, em especial nesses últimos doze meses, e particularmente nesses últimos quatro meses, quando essa agonia maior do povo brasileiro se deu, em razão da ausência de um cronograma, da ausência de iniciativas que fossem concretas, confiáveis por parte do Governo Federal em relação à vacinação.

Eu fiquei sinceramente muito aliviado, Senadora Kátia, companheiros e companheiras e Ministro Carlos França. É algo que nos chama de imediato a atenção. É um novo ambiente. É um ambiente que saudável é e desejado por todos nós, institucionalmente. É a oportunidade de receber o Chanceler que tem uma visão e que tem um propósito de manter rijas as relações institucionais, de não chegar entre nós, vindo ao Parlamento simplesmente para fazer provocações ou simplesmente a desconhecer que as nossas preocupações e que as nossas intenções não são senão as intenções de um povo que deseja ter uma representação nas relações externas, representação essa efetiva, respeitosa, reconhecida.

A sua presença, Ministro, traz-nos isso. Eu tenho tido essa oportunidade de lê-lo, de ouvi-lo e faço este depoimento nesta reunião proposta pela CRE, através da iniciativa da Senadora Kátia, para publicamente registrar isso.

Agora, eu queria, feitos os registros, que não são meramente protocolares, são de sentimentos em reconhecimento à sua postura, quando V. Exa., em minutos, pondera sobre as preocupações, citando os três eixos de atuação, eu perguntaria a V. Exa., para encerrar, como é que se dará, com a sua visão, um homem que mostra as preocupações em relação à pandemia, nela, as preocupações em manter laços firmes, fortes, indissociáveis, sem arroubos, sem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobressaltos nas relações externas? Como se dará, quando V. Exa. fala sobre as preocupações da mudança climática, no item desenvolvimento sustentável, quando o Governo, no qual V. Exa. se insere e se encontra, a responder por uma pasta tão importante e que historicamente fez que o Brasil também sobressaísse no reconhecimento e no respeito mundial? Nós sabemos que o Presidente da República e muitos que o acompanham têm uma visão diferente, têm uma visão distorcida das relações multilaterais.

Ontem mesmo, ou anteontem, algumas outras infelizes declarações foram proferidas pelo Presidente da República, atingindo não apenas um grande parceiro comercial, mas um parceiro que tem dado ao Brasil o alento e a sobrevida nessa vacinação, que é a China. Quando nós falamos sobre mudanças climáticas, o Governo representado pelo Presidente Jair Bolsonaro também se mostra cético em relação ao que a ciência, os estudiosos, a todos aqueles que mostram a preocupação sobre as realidades atuais, climáticas, demonstram.

Então, eu queria aqui, Presidenta Kátia Abreu, mais uma vez ressaltando aqui a importância do seu trabalho, fazer essas considerações a respeito do que pensa o Ministro quando, sabidamente, temos nós, nesses dois anos, posições diametralmente opostas por parte do Governo Federal.

Um abraço a todos. Muito grato.

Parabéns, Ministro!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Vital do Rêgo, pela sua participação.

Eu passo a palavra para o Chanceler, por dez minutos, para dar as suas respostas.

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Kátia Abreu, pela palavra. Agradeço aos Srs. Senadores que, tão gentilmente, me dirigiram as perguntas que me permitirão discorrer sobre temas aqui com um pouco mais de tempo, temas que enunciei no meu discurso de abertura.

Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina, V. Exa. me pergunta sobre a diplomacia da saúde e pede que o Itamaraty nos ajude a focar em autonomia. E V. Exa. bem aqui defende que não podemos depender do IFA de ninguém. Eu gostaria de dizer que, realmente, eu tenho muita facilidade, como diplomata de carreira e como uma pessoa que veio do Itamaraty, instituição – e não me canso de repetir – onde há 200 anos se pensa a soberania nacional.... A opção do Governo Jair Bolsonaro pelo acordo de transferência de tecnologia da Fundação Oswaldo Cruz, da Fiocruz, com a Oxford, da AstraZeneca, é uma decisão que vai, justamente, no sentido da autonomia da soberania nessa área de saúde. Isso porque fazemos um acordo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nos permitirá, de maneira autônoma e independente, a partir de poucos meses – acredito que a partir de setembro, pelo que tenho falado com a Dra. Nísia, da Fiocruz –, vamos dominar todo o ciclo da produção da vacina: a geração da célula-mãe, a produção do IFA e, depois, então, a produção da vacina, numa produção bastante elevada, já com a atual capacidade que tem a Fiocruz, sem necessidade de expansão. Trata-se de 1 milhão de doses por dia, a partir de setembro. Se trabalharmos, então, apenas nos dias úteis, 20 milhões de doses ao mês, com o intercâmbio tecnológico que permitirá ao Brasil atualizar essa vacina para eventuais novas variantes que surjam, de maneira que, então, não dependeremos de fontes externas para esse combate à pandemia e, como bem disse V. Exa., um inimigo comum que hoje afeta todo o mundo.

De todo o modo, ainda que se pense, realmente, que não podemos depender do IFA de ninguém, eu gostaria, neste momento aqui, fazer o registro da grande contribuição que temos tido da China na questão do IFA. Eu hoje recebi, logo cedo... O Itamaraty não para, não é, Senador Esperidião Amin? É mais ou menos como aquele império em que o sol nunca se põe. Então, há sempre uma embaixada acordada enquanto a gente aqui dorme. De modo que hoje eu acordei já com notícias positivas lá do nosso Embaixador Paulo Estivallet, na China, que nos dizia que o Governo chinês havia autorizado a exportação de IFA, o IFA previsto para o mês de maio. Lembrou o Embaixador Estivallet que hoje, 6 de maio, é o primeiro dia útil na China, e que a liberação do IFA, que foi feita em abril, ocorreu na mesma data. Então, dizer que nós também, na diplomacia da saúde, temos atuado junto aos Governos estrangeiros – Índia, China – no sentido de garantir essa matéria prima.

Ontem mesmo, eu recebi um telefonema do Ministro Antônio Imbassahy, do Governo do Estado de São Paulo, me perguntando sobre essa questão do IFA e pedia o auxílio, também, do Governo Federal, da diplomacia da saúde, do Itamaraty, para o fornecimento que recebe lá o Instituto Butantan. A Dra. Nísia, da Fiocruz – ontem, eu acompanhei o Presidente Jair Bolsonaro ao Rio de Janeiro –, entrou em contato comigo e me perguntou como estavam as tratativas. Então, quero dizer que eu acho que não há, hoje, nenhum problema político que, nessa questão, permeie ou atrapalhe a nossa produção de vacinas aqui.

O Embaixador da China no Brasil, com quem tenho muito boa relação, outro dia recordava que 80% do IFA exportado pela China vem para o Brasil, ou seja, de cada 100 litros de IFA exportado pela China 80 são destinados ao Brasil. Eu acho que isso dá a medida da importância estratégica que a relação tem. Não só da importância que a China tem para o Brasil, mas eu sempre gosto de falar também da importância que o Brasil tem para a China: somos grandes parceiros e não há razão para que deixemos de ser.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., Senador Esperidião Amin, trata depois sobre a questão da Amazônia. Realmente eu não conhecia o relatório da CPI da Amazônia, de 1979 a 1990. Tratarei, realmente, de ler. No Itamaraty, nós trabalhamos muito com a memória. Durante muito tempo se orgulhou o Itamaraty de ser o melhor arquivo da Esplanada dos Ministérios. Trabalhamos sempre com antecedentes, de modo que isso ilumina a visão futura, o antecedente ilumina a visão futura, nos guia. Então, lerei com muita atenção e agradeço a recomendação de V. Exa.

Agradeço as palavras que o senhor me fala aqui de que não somos devedores do mundo, não precisamos ter postura defensiva e sobre a necessidade de associar o IDH aos indicadores ambientais. Isso é realmente fundamental. E eu me permito aqui a fazer uma pequena digressão para entrar num tema tratado pela Presidente Kátia Abreu: é a questão do desenvolvimento regional. Os acordos comerciais, as parcerias que fazemos com todo o mundo têm que produzir impactos positivos de desenvolvimento local. A Senadora mencionou, por exemplo, o Matopiba. Eu tive oportunidade de visitar a cidade de Estreito, no Maranhão, visitei lá as plantações de soja próximas ali à Hidrelétrica Estreito, no Rio Tocantins. Visitei Carolina, ali próximo, que tem recursos quase inimagináveis de turismo ecológico, cachoeiras belíssimas ainda pouco exploradas, um potencial turístico riquíssimo que precisa ser desenvolvido. De modo que eu penso que, realmente, a atuação brasileira aí fora precisa pensar em carrear os recursos de investimentos, não apenas para a transferência de tecnologia, no caso do agro – no que eu acho que até nós temos mais a ensinar do que a aprender –, mas sobretudo para poder, também, atrair investimentos para essas áreas.

Saiba V. Exa. que eu, dos 12 anos que passei no exterior, mais da metade – seis anos e meio –, servi na Embaixada do Brasil em La Paz, na Bolívia. É um país riquíssimo, que tem um imenso potencial hidroenergético, tem imensas reservas de gás natural, tem imensas reservas de lítio, tem uma biodiversidade também que é exemplar, porque eles têm vários biomas. A Bolívia é andina, mas também é amazônica. Ela faz fronteira com o Mato Grosso do Sul, do Senador Nelsinho Trad. No entanto, o IDH da Bolívia é ridículo. É um país com uma grande área, com pouca população e, no entanto, o IDH ainda é bastante baixo.

E eu me recordo de que, numa ocasião, fiquei muito impressionado, porque houve um movimento ali de bloqueio, e houve uma hidrelétrica que foi invadida e, com isso, a cidade de La Paz ficou sem energia. Num primeiro momento, fiquei muito irritado com aquilo, porque estava sem energia em casa. Aí, fui verificar essa hidrelétrica, a hidrelétrica de Zongo, que abastecia a cidade de La Paz. Houve lá a manifestação da população local, porque, imagine V. Exa., as pessoas que ali viviam usavam lamparina de querosene para iluminar suas casas, porque, apesar de serem vizinhos da imensa hidrelétrica, o impacto da hidrelétrica não chegava ali, não chegava à população local.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é claro que não é sustentável, enfim, em grandes empreendimentos da área energética ou do agro ou do turismo, que essas iniciativas, que esses empreendimentos não gerem um impacto local para que aqueles habitantes ali se beneficiem. E eu acho que esse exemplo serve para a Amazônia. Não adianta defender a Amazônia, não adianta você querer combater a ação climática e colaborar nesse processo, porque é preciso, também, que os mais de 20 milhões de habitantes da Amazônia tenham ali, sofram um impacto positivo dessa atitude do Governo. Senão, será uma atitude vazia.

Na negociação, V. Exa. fala aqui da diversificação do comércio com a China, na parte de inteligência econômica, sobre o que o Itamaraty gostaria de fazer. Penso que nós precisamos, realmente, diversificar, com a China, a nossa atuação. Pretendo, se houver espaço no orçamento, levar isso ao Presidente Bolsonaro ainda neste ano, a ideia de que nós possamos ampliar a lotação das nossas embaixadas e dos nossos consulados na China.

Acho que na China nós temos uma rede consular hoje que é subdimensionada. Quando comparo com a rede consular que nós temos no Japão, sinto que na China nós poderíamos, talvez, ter, ali na parte central, um consulado mais dedicado à parte de comércio e, sobretudo, de ciência e tecnologia.

Gostaria de recordar uma coisa aqui. Em dezembro de 2022, quando terminar a primeira gestão do Presidente Jair Bolsonaro, a China inaugurará uma estação espacial orbital dela, China, chinesa, e de hoje, desse mês aqui de maio até dezembro do ano que vem, eles levarão a cabo dez lançamentos de foguetes, dez missões ao espaço. Trata-se, portanto, de um gigante da ciência e tecnologia. Não estou falando apenas de um comprador de bens primários do Brasil.

Então, essa parceria brasileira, sino-brasileira tem que entrar também no campo da ciência e tecnologia, no campo de um comércio mais sofisticado e penso que o Itamaraty pode contribuir e precisava se aparelhar melhor, Senador Esperidião Amin, para essa tarefa. E é dessa maneira que eu preciso.

Farei, depois, uma consideração, porque não sei se o tempo aqui me será suficiente, mas, quando se fala da relação com a China, uma coisa importante é que, na verdade, nós estamos falando da relação com o Pacífico, com o indo-pacífico. Este século muda, há mudança do centro estratégico da geopolítica. Ele sai de onde estava e vai para a região do indo-pacífico.

Então, na verdade, trata-se de adensar as relações, claro, com a China, que é um grande país, um parceiro tradicional, mas também com os países ali da Ásia, porque a Ásia passa a ser um centro estratégico na geopolítica diferente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a pesca, V. Exa., em Santa Catarina, tem o maior defensor dela, que é o Secretário Jorge Seif, que nos ilumina sempre com as suas ideias. Na OMC, estamos prontos aí para defender o fim dos subsídios à pesca ilegal. E o Governo Federal, com o apoio do Itamaraty, tem estado atento a essa questão dos subsídios ilegais, à questão da pesca em território brasileiro sem que possamos controlá-la, nas águas territoriais brasileiras, claro, e estamos atentos a essa questão de V. Exa., que é uma questão muito importante e que afeta bastante aí Santa Catarina.

Passo, agora, aqui às considerações feitas ao Senador Nelsinho Trad, ex-Presidente desta Comissão, que, com muita gentileza, recordou as viagens internacionais em que ele, integrando a comitiva do Presidente da República, permitiu que eu tivesse com ele uma maior aproximação, conversamos muito, aprendi muito com o Senador Nelson Trad em relação à política internacional e ao trabalho que ele fez enquanto antecedeu aqui a Presidente Kátia Abreu.

V. Exa. bem diz aqui que a pandemia traz à tona temas como a diplomacia da saúde, a geopolítica das vacinas; o que se espera do Itamaraty e quais são as linhas de ação do governo? Bom, gostaria de dizer aqui a V. Exa., Senador Nelson Trad, que o Governo Federal não está parado numa única linha de ação. Como disse, nós defendemos com muita clareza, e me parece muito fácil defender essa posição soberana de autonomia aqui, junto à Fiocruz, mas gostaria de dizer a V. Exa. que há muitas ideias do Governo Federal a esse respeito. Essa posição nossa não é estática, não é uma posição em que, enfim, em que estamos congelados. Muito pelo contrário.

Esta semana aqui, na terça-feira, houve uma reunião de Ministros, presidida pelo Presidente Jair Bolsonaro, em que muitas ideias vieram à tona sobre isso. Por exemplo, o Presidente, o Ministro Paulo Guedes acha que, ao lado de termos as estatais Fiocruz e Butantan no desenvolvimento da vacina, nada impede também que o setor privado seja chamado com mais vigor a atuar. Por exemplo, a criação, e fica talvez mais evidente isso agora com a questão das patentes ou possibilidade de quebra das patentes, de que Pfizer e Johnson, por exemplo, montem fábricas no Brasil e produzam aqui, de forma privada, para venderem também no mercado privado. Essa é uma posição que encontra ali na economia um maior eco. E todas essas posições são coordenadas, claro, não apenas pelo Presidente da República, mas pelo Ministério da Saúde, que é a pasta a qual incumbe, em primeira análise, tratar desse assunto.

A Ministra Tereza Cristina, da Agricultura, sua conterrânea, e o próprio Ministro Gilson Machado, agora no Turismo, mas que cria gado no Tocantins aqui da Senadora Kátia Abreu, lembraram que o Brasil produz, acho, 2 bilhões de vacinas animais por ano, exportamos para vários países, e que temos uma capacidade instalada aqui gigantesca, que se encontra, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certo modo, ociosa, e que essas plantas de vacina animal poderiam ser adaptadas ou transformadas para a produção de vacinas para seres humanos aqui.

O Ministro Gilson, inclusive, nessa reunião, lembrou: olha, aqui no Brasil já existem plantas da Pfizer, já existem plantas da Bayer, já existem plantas da MDS. Então, por que não aproveitar essa capacidade? Para dizer a V. Exa. que, enfim, não há uma única visão, que a visão não é, enfim, a postura não é uma postura congelada, uma postura imutável; é uma postura que se adapta à questão, enfim, às circunstâncias do mundo.

Falarei um pouquinho agora aqui sobre essa questão da mudança da posição norte-americana. O que está em debate hoje na OMC? Quer dizer, nós tínhamos três posturas: a primeira, que era favorecida pelos países envolvidos, como os Estados Unidos, que não queriam a aplicação das exceções previstas nos arts. 30, 31 e 31 *bis* do Acordo Trips. Eles alegavam que a quebra de patentes puniria as empresas e instituições de pesquisa que empenhavam esforços no desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19 e que o fizeram à custa de muito investimento privado e em tempo recorde.

A segunda postura era ligada à proposta apresentada pela Índia e pela África do Sul, que advogavam uma dispensa, um *waiver* das obrigações relativas aos direitos de propriedade intelectual de maneira bastante ampla, uma coisa que ia muito além do disposto nos arts. 30, 31 e 31 *bis*. E era uma proposta que equivalia, na visão do Itamaraty, a uma quebra radical de patentes relativa a produtos e pesquisas na área farmacêutica. Operaria, na verdade, como uma espécie de suspensão do próprio Acordo Trips.

A visão que o Governo tinha, ou tem até hoje – essa é a posição, não mudou –, uma posição que é coordenada pelo Ministério da Saúde, junto com o Itamaraty, o Ministério da Economia e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, é a de que poderemos nos aproximar ou considerar como maior ganho a chamada terceira proposta ou terceira via, que era uma proposta construída por Canadá e Chile, com o apoio da atual Diretora-Geral da OMC, com quem já tive contato, já fiz uma videoconferência logo nos primeiros dias da minha gestão, em que o objetivo era a correta aplicação dos dispositivos previstos nesses arts. 30, 31 e 31 *bis*, de maneira a facilitar a produção local das vacinas contra a Covid e um maior acesso a elas por parte dos países em desenvolvimento.

Por que pensamos que essa seria a correta? Porque a proposta da quebra de patentes não tinha o apoio de membros da OCDE e não nos parecia realista diante das farmacêuticas. Dizer que é quebra de patentes, num primeiro momento, só favoreceria os países detentores de tecnologia, que poderiam imediatamente agir no sentido de suspender as patentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Estados Unidos agora... Nós ainda estamos analisando a posição norte-americana, amanhã eu já tenho uma videoconferência marcada com Embaixadora Katherine Thai, da USTR, quando terei oportunidade de pedir a ela que explique com mais detalhes a posição, mas nós entendemos que é uma proposta mais focada, de uma negociação que levará tempo, e não me parece claro ainda se esse processo realmente irá lograr consenso de um lado e que países terão capacidade para produzir mais.

Nossa impressão é de que a maioria dos países continuará dependendo da cooperação das farmacêuticas, e eu penso que o Brasil não pode se afastar de investidores exportadores de vacinas nem, por exemplo, afetar negociações como essa que nós temos aqui com a AstraZeneca e outros produtores.

Eu me dirijo agora aqui ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, da Paraíba. Paraíba do Ministro Queiroga, da Saúde, e tenho aqui dois amigos que são paraibanos ilustres também: o Frei Josué, do Recanto Mel de Deus, uma comunidade terapêutica e evangelizadora, aqui no Entorno de Brasília, no Estado de Goiás, em Luziânia; e o Procurador Eduardo Albuquerque, que foi Procurador-Geral do Distrito Federal. São paraibanos que, como V. Exa., engrandecem o Brasil.

V. Exa. me pergunta como se dará a atuação sobre a preocupação do Brasil com urgências climáticas e se a visão de outras instâncias do Governo não afetaria a atuação do Itamaraty. Esse é um tema, como diz V. Exa., bastante sensível; é um tema em que o Brasil adquiriu uma liderança desde 1992, liderança que eu penso nós não precisamos e não temos por que perder. Na negociação para a participação do Presidente Bolsonaro na Cúpula do Clima, agora, no dia 22 de abril deste ano, eu pude testemunhar a maneira muito republicana e muito ativa como o Ministro Salles, do Meio Ambiente, agiu nessa questão, estabelecendo um contato direto com o enviado especial dos Estados Unidos, John Kerry; ele fez conferências prévias com os embaixadores da União Europeia, dos Estados Unidos, da Noruega, da Alemanha, do Reino Unido; colheu desses interlocutores as suas posições; manteve contatos também com a imprensa, de maneira a transmitir a narrativa brasileira; ouviu ponderações da Ministra Tereza Cristina, posições da área técnica do Itamaraty. E devo até dizer a V. Exa., Senador Veneziano Vital do Rêgo, que muitas das posições que o Ministro Salles sugeriu para o discurso do Presidente, que o Presidente efetivamente acatou, foram até mais ambiciosas do que a área técnica do Itamaraty, num primeiro momento, queria. Eu cito, por exemplo, o fato da antecipação de 2060 para 2050 da meta de neutralidade de carbono.

De modo que eu penso que, como disse no meu discurso de posse, a política externa brasileira não se inicia comigo e não terminará comigo. O que cabe, a meu ver, ao Ministro das Relações Exteriores, sobretudo sendo ele um diplomata de carreira como eu, é, como eu disse,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

atualizar a linha de continuidade que existe da política externa brasileira, fazendo mudanças, ajustes na modulação e no tom; porém, eu penso que a defesa que nós fazemos hoje do desenvolvimento sustentável não é muito diferente daquela posição que nós adotamos em 1992.

A propósito, eu queria lembrar – e até tenho dados aqui que acho que são importantes, que o Senado, que a Presidente Kátia Abreu possam acompanhar também, e talvez até em debates públicos, em audiência públicas, nós possamos ter também a posição de outros interlocutores, da sociedade civil, interlocutores independentes da área ambiental, até de outros países – que o Brasil emite apenas 2,9% dos gases de efeito estufa do mundo; os Estados Unidos, 13,6%; e a China, 23,9%. Ou seja, se somarmos China, Estados Unidos, Índia (6,8% da emissão de gases de efeito estufa do mundo) e União Europeia, que tem o mesmo percentual (6,8%), nós temos que 51,2% da emissão de gases de efeito estufa no mundo advêm desses países: Estados Unidos, China, Índia e União Europeia. De modo que eu penso que também nós temos de debater como esses países chegarão a atingir a meta.

Eu acho que – vamos dizer assim – a desconfiança, se é que ela existe, não precisa estar apenas do lado brasileiro. Quer dizer: por que duvidar que nós vamos cumprir aquilo que o Presidente Bolsonaro disse que irá cumprir? Como a China vai cumprir? Como os Estados Unidos, que têm uma indústria petrolífera tão atuante, vão fazer a transição energética para a área do hidrogênio ou para a parte dos automóveis elétricos? Conseguirão fazê-lo no tempo a que o Presidente Joe Biden estipulou?

É preciso que haja também um acompanhamento do trabalho desses países. Até porque, dos 2,9% de emissão de carbono que nós temos aqui no Brasil, cerca de 1,5% apenas tem a ver com as queimadas. E esse é um problema sério, claro que é – a questão da queimada, do desmatamento –, mas é um problema cuja resolução é de baixa complexidade se nós compararmos, por exemplo, com os países em desenvolvimento que têm que atuar na redução de gases de efeito estufa mudando a sua matriz energética – que não é limpa como a brasileira, não é? – e diminuindo a questão da fonte de combustível para os seus veículos, porque as frotas são muito elevadas.

De modo que eu sou, sim, Senador Veneziano Vital do Rêgo, otimista em relação às metas que nós adotamos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Chanceler, eu vou fazer alguns questionamentos. Eu sempre deixo os meus questionamentos por último para dar oportunidade aos colegas. Então, vamos lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador Chanceler, algumas das suas observações foram feitas baseadas num Brasil de ontem. Ontem, já no final do dia, nós tivemos uma notícia muito desagradável de uma fala muito negativa do Presidente da República, que eu, sinceramente, gostaria de estar tão otimista e tão calma como o senhor está com relação ao fato de ontem.

O Presidente da República – não foi um Ministro de Estado, que pode ser demitido – acusa e faz insinuações gravíssimas com relação à Covid, com relação ao vírus, que pode ser uma guerra química, bacteriológica; menciona, inclusive, os militares de forma muito estranha, impactante.

Em todo o seu discurso, quando eu digo que ele é de ontem, de um Brasil de ontem, antes dessa declaração, o senhor fala que para as vacinas a China tem um papel fundamental; é o maior parceiro comercial, tem um papel decisivo nas vacinas; a China exportou 80% de todo o seu IFA para o Brasil; até o mês passado 80% das vacinas aplicadas eram chinesas, agora que as outras vacinas estão chegando, esse percentual caiu para 50%, mas quem aguentou a barra, a dureza da falta de vacinas, por um longo período, foi a China. O senhor disse ainda do nosso superávit de 2020 de US\$50 bilhões. E eu só gostaria de dizer a todos que nos seguem neste momento que se nós retirarmos o comércio com a China, seria reduzido a US\$18 bilhões esse superávit. Então, dos US\$50 bilhões, grande parte deles são graças ao comércio com a China.

Então, respeitando – e gosto da sua tranquilidade –, eu gostaria que o senhor me tranquilizasse também, porque, sinceramente, eu não dormi bem esta noite muito preocupada com as consequências de uma acusação tão grave como a que foi feita ontem. O senhor sinceramente acha que nada vai acontecer? Que foram só palavras ao vento do Presidente da República e que isso não vai implicar nos seus planos, tão bem descritos até agora, sobre as suas perspectivas? O senhor acha que o Brasil continuará sendo o mesmo na relação com a China daqui adiante, depois dessa gravíssima declaração?

Isso porque há muitos colegas – inclusive eu – que pretendemos trazer aqui o GSI; pretendemos trazer aqui a Abin e representantes do Exército para nos esclarecer, se não houver um esclarecimento sobre isso, do que o Presidente insinuou quando disse que os militares sabiam do que ele estava falando.

Então, eu queria que o senhor acalmasse não só a mim, mas aos produtores e ao agronegócio, que vem me ligando desde ontem à tarde; hoje, quando eu abri o celular, havia milhares de mensagens do agronegócio brasileiro, apavorado com as declarações, preocupadíssimo com essas declarações, com medo de alguma retaliação por parte da China, não só com relação ao comércio, que, ao fim e ao cabo, é ruim, mas a retaliação com relação às vacinas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está tranquilo? Nós todos podemos ficar tranquilos? Essas declarações não significam nada? Por favor.

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Kátia Abreu, por me dirigir essas questões.

Eu acho que, por definição, não consigo, não me cabe comentar as declarações do Presidente da República. Eu sempre digo que ele é quem deve comentar o que eu falo, avaliar o meu desempenho.

Mas eu entendo que V. Exa. se refere à manifestação que o Presidente teria feito ontem, eu penso, durante uma cerimônia no Palácio do Planalto, à qual eu não assisti. Mas eu estive com o Presidente Bolsonaro ontem à tarde e à noite, estivemos no Rio de Janeiro, onde ele manteve encontro com o Governador do Rio, naquele Estado, e depois foi até o aeroporto do Galeão, onde estava estacionada aeronave presidencial e pôde, então, receber lá o Robson Nascimento de Oliveira, que foi um brasileiro que esteve... Até o Senador Nelson Trad teve uma participação bastante grande no tratamento humanitário dispensado no indulto recentemente concedido pelas autoridades russas a esse cidadão brasileiro, simples, que foi, portando, um medicamento controlado, porém autorizado aqui no Brasil – que é vendido com receita nas farmácias, um medicamento lícito –, e chegando à Rússia, o Governo Russo, muito diligentemente, aplicando lá a lei, indicou que aquele medicamento não podia ser internado – ele não sabia disso, o Robson – e houve, então, a prisão. E numa associação do Governo, do Executivo com o Legislativo – Senador Nelson Trad levou uma carta do Presidente Bolsonaro ao Presidente Putin, solicitando o perdão, que foi, realmente, concedido; o indulto foi dado agora no dia da Páscoa ortodoxa russa, que aconteceu domingo passado –, esteve lá recebendo o Robson o Presidente Bolsonaro.

E o que o Presidente Bolsonaro falou nesse momento? Eu estava lá, ao lado dele, Presidente Kátia Abreu, e posso dizer à senhora, quando perguntaram a ele sobre isso, ele falou: "Olha, eu não falei da Rússia; eu, como militar, tratei aí de assuntos que aprendi na Academia Militar das Agulhas Negras, uma questão de várias modalidades de guerra. Nunca mencionei a China, e o que eu quero dizer que a China é um grande país, nós temos uma parceria com todos os melhores países do mundo, e a parceria que temos com a China é uma parceria positiva". Eu vi o Presidente dizer que a relação com a China era uma relação positiva e que não se alterava.

Em relação às vacinas, V. Exa. aponta com muita clareza e com muita certeza: a primeira vacina aplicada aqui no Brasil foi realmente a vacina chinesa, a CoronaVac. E eu também gostaria de indicar aqui: a primeira vacina, o primeiro país a começar a vacinar no mundo o fez em dezembro do ano passado, e o Brasil fez dois meses depois.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho também que aqui nós temos uma, vamos dizer assim, uma atuação do Governo Federal, que cumpriu a sua palavra. O Presidente Bolsonaro disse: "Olha, assim que a Anvisa aprovar os imunizantes, eles estarão disponíveis à população brasileira independentemente de uma obrigatoriedade. Agora, quem quiser, havendo a vacina, será vacinado".

Eu não penso que, enfim, ainda que o meu discurso tenha sido feito ontem, ele foi hoje atualizado. Nós temos a questão aqui dos Estados Unidos, da posição. O Embaixador Paulo Estivallet hoje cedo já recebi uma mensagem dele dizendo: "Olha, todo o IFA que a China nos prometeu enviar em maio foi enviado." De modo que eu não penso... Nós estamos atualizando a Cosban, uma proposta feita em 2019 pela China. Eu gostaria de dizer que o Chanceler da China foi o primeiro Chanceler a receber o meu pedido, por telefonema. Quando fiz os pedidos, no dia 6 de abril, dois ou três dias depois, ele já atendeu. Ele fez a gentileza de me atender num sábado lá em Pequim, e eu fiz a gentileza de ficar até as 11h da noite aqui, mas não foi gentileza, era o meu dever ficar trabalhando. E ele teve a gentileza de me atender naquele dia.

De modo que eu penso que as relações são amplas. Elas perpassam pela questão da vacina, sim, mas elas vão além. O crescimento da China é bom para o Brasil. E V. Exa. falou em sua fala, e eu gostaria aqui de dizer que o ritmo anual das exportações agrícolas, se se mantiverem, do Brasil com a China permitirá que nós superemos US\$65 bilhões em 2030. É uma relação em que nós podemos ganhar mutuamente. Sem dúvida alguma, há uma dependência da China em relação ao Brasil também.

E eu acho que o trabalho da diplomacia deveria ser neste momento, Presidente Kátia Abreu, superar inclusive essas dependências. É como eu digo: eu acho que nós podemos ter um intercâmbio maior na parte da ciência e tecnologia. Eu sinto que o Brasil pode ganhar mais, se nós tivermos uma participação dos consulados e da Embaixada brasileira mais vigorosa naquele país. A China tem uma rede consular também aqui no Brasil que é bastante expressiva.

De modo que eu acho que nós podemos ir além. Eu realmente não tenho receio de que essa parceria se manterá dessa maneira. Tenho, na verdade, muita confiança de que essa parceria será cada vez maior.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Chanceler.

Então, apenas repetindo: ele considera o discurso dele atualíssimo e que nós podemos ficar despreocupados que não teremos consequências negativas com relação ao episódio e à fala do Presidente. Eu quero muito crer nisso e vou, com certeza, torcer para isso, Chanceler, para que as coisas continuem o seu curso normal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de mencionar ainda uma pergunta sobre a questão climática. Na verdade, Chanceler, eu confesso ao senhor que, se o senhor falasse comigo há 15 anos, o senhor iria encontrar uma outra pessoa com relação aos conceitos, às teses sobre a questão ambiental. Princípios não se mudam. O princípio da justiça, o princípio de seguir a ciência, o princípio de ouvir a academia, de respeitar o que esses estudiosos falam. E eu, então, ao longo do tempo, evolui, justamente porque sou uma ótima estudante. Não sou estudiosa especialista, mas sou uma pessoa aplicada para entender as coisas, por obrigação de ofício do mandato que tenho pelo Estado do Tocantins. E compreendi, nesse período todo, Chanceler, que nessa questão ambiental o que vale é a narrativa e o que vale é o que pensa o consumidor.

Quando nós discutimos, no passado, a questão ambiental, a gente sempre falava muito de uma guerra entre governos que querem diminuir o Brasil, que querem inferiorizar o Brasil, porque o Brasil é forte. Mas, hoje, eu compreendo que muito mais importante do que uma guerra entre governos, por trás disso tudo está a excelência, o consumidor. O consumidor trabalha, dá duro na vida, para comer o que ele quiser, para comprar o que ele acha que é importante para a sua geladeira, para a sua despensa e para a sua mesa.

Então, eu digo isso pensando no consumidor europeu. Eu tenho opções de não vender para a Europa, de o Brasil dizer que não quer vender alimentos para a Europa, porque são muito exigentes, porque falam muito da questão ambiental, porque não querem comprar comida do desmatamento. É uma opção? É. Não sei se o Brasil está preparado para essa opção; não sei se nós estamos em condições de retaliar o consumidor europeu, que é o segundo maior espaço, o segundo maior lugar, no mundo, das nossas exportações depois da China. Então, eu não discuto com o consumidor; o consumidor para mim sempre tem razão, e a minha opção é vender ou não vender – e eu acho que esta opção não existe.

Então, fazer um cabo de guerra... A gente brincava muito na infância de cabo de guerra, a gente sabe como funciona. Então, um cabo de guerra com a Europa e com os Estados Unidos, e o Brasil na outra ponta, não é um cabo de guerra justo com o Brasil. É uma escolha muito difícil, muito dura e, com certeza, nós perderemos nesse jogo.

Nós não temos que ser lenientes, subservientes, mas temos que ter humildade com altivez. A humildade com altivez – nós, que não temos força militar, não temos força econômica, não temos grande força tecnológica, e a grande paixão que este Brasil tem é dada pela natureza. É a natureza que nos dá um forte agronegócio com as pesquisas e a ciência, praticadas no Brasil, especialmente pela Embrapa; o nosso turismo que é dado pela natureza. Então, Deus foi bondoso conosco e nos deu essas duas oportunidades já, pois, do ponto de vista prático e da construção, nós não conseguimos concorrer com esses países.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse cabo de guerra não pode ficar de pé, ele não pode continuar, porque sempre o lado brasileiro vai cair sentado no cabo de guerra, vai cair deitado nesse cabo de guerra. Cabe a nós cumprirmos com a nossa obrigação. Nós temos uma legislação ambiental em que não foram os europeus que votaram nem os americanos; foram os brasileiros que votaram nessa lei. E nós impusemos na legislação o que é desmatamento legal e o que é desmatamento ilegal. Então, o que o mundo lá fora solicita, os consumidores, é o que é verbalizado pelos Parlamentares, ou, por acaso, eu sou uma Senadora que vou verbalizar o que o povo do Brasil ou o do Tocantins não quer?

Então, quando nós, Senadores do Brasil e Deputados, também fazemos as nossas lutas, é baseado no que nós ouvimos da nossa sociedade, dos nossos eleitores, dos nossos representados. Isso é uma obrigação legítima. Então, eu não gosto e não quero ver o Brasil sempre sentado ou deitado do outro lado do cabo de guerra. Nós precisamos é cumprir com a nossa obrigação legal.

E o Ministro do Meio Ambiente, com quem tenho procurado ter e manter um diálogo bastante civilizado, claro e muito sincero, ele não tem o direito de colocar o Brasil todos os dias de pé nesse cabo de guerra, para levar um tombo. Quando ele discute que o Brasil é credor, eu acho ótimo, porque eu também acho que o Brasil é credor. Agora, isso não pode ser uma condicionante para que o Brasil cumpra com a sua obrigação, porque nós só vamos perder. Enquanto ele grita por crédito pelo que nós fizemos, nós vamos ter um débito e um negativo muito grande nas nossas exportações. Se nós continuarmos nesse cabo de guerra, nós vamos perder exportações. E, atrás das exportações... Povo brasileiro que está aqui nos assistindo – a audiência da TV Senado é grande –, não são pessoas que vão perder dinheiro no bolso, não são grandes empresários que vão quebrar e perder suas empresas; são os empregos que serão diminuídos. Essa é a minha maior preocupação.

Eu torço pelos empresários. Que eles façam muito sucesso! Que eles ganhem seu dinheiro para que eles possam manter milhares e milhares de empregos!

Ainda ontem, uma cadeia grande de supermercados na Inglaterra já vetou produtos do Brasil por conta do desmatamento. Então, essa questão ambiental na Europa e nos Estados Unidos, principalmente com a ascensão do Presidente Biden, se tornou um dos centros mais importantes da geopolítica mundial. Então, lutar contra isso com argumentos vazios que parecem ser óbvios – e o são – não vai convencer as pessoas lá fora se nós não reduzirmos o desmatamento.

Eu pergunto a V. Exa., Chanceler... É sempre bom a gente olhar o outro lado da moeda. Eu sei que o senhor é um homem muito bem-intencionado – estou falando isso aqui com muita franqueza. Todas as informações que nós temos a seu respeito são as melhores possíveis com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação à sua ética, à sua moral, ao seu caráter. Então, não há nenhuma forma aqui de querer constrangê-lo – ao contrário. Uso o meu instrumento legítimo, numa Comissão importante do Senado Federal, para que nós possamos discutir. Então, eu lhe pergunto... O senhor mesmo diz que os Estados Unidos contribuem com 13% das emissões de gases; que a China contribui com 23%; que a Índia contribui com 7%, pode olhar que eu sei de cor; e que o Brasil está entre os dez maiores emissores, com quase 4%, não é menos de 3%, com 4% o Brasil contribui, e, por isso, estamos entre os dez. Meu sonho é sair da lista dos dez – meu sonho é sair da lista dos dez! É desproporcional o percentual de emissões. Agora, eu lhe pergunto: é proporcional o tempo de redução dessas emissões – do mesmo tamanho – ao desses países que precisam reduzir muito mais? É justo que a China, que emite 23%, precise fazer tudo em 60 anos e o Brasil, que emite 4%, ter 50? Será que é justo os americanos, que emitem 13%, precisarem de um prazo até 2030 para reduzir 50%, e nós, que emitimos 4%, precisarmos do mesmo período para reduzir as nossas emissões? Será que nós agimos com inteligência na Cúpula do Clima, no dia 22? Eu vou lhe explicar por que não e quero ouvir as suas impressões.

Diferentemente da China, da Índia, dos Estados Unidos e do resto do mundo, a redução deles tem um custo altíssimo financeiro e econômico, porque eles têm que mudar a matriz energética. A matriz energética deles é altamente poluente. Então, além de haver um esforço sobre-humano de consciência, de normas, de leis, de policiamento, eles vão precisar de alguns bilhões e bilhões de dólares para fazer essa substituição. Enquanto isso, o Brasil, além de ter apenas 4% das emissões, não precisará, como diz o Ministro, de US\$1 bilhão para reduzir o desmatamento neste ano. Nós estamos com um orçamento de R\$150 milhões, aliás, R\$130 milhões. Já falei com o Relator Eduardo Gomes e com o Ministro Paulo Guedes, por mensagens. Se nós dobrarmos esse valor para mais R\$130 milhões, R\$150 milhões, nós conseguiremos, sim, fazer uma grande força-tarefa para reduzir o desmatamento neste ano.

Por isso, protocolei um projeto de lei, Chanceler, alterando a meta brasileira de 2030 para 2025. Alguém poderia me perguntar assim: "Mas a senhora, Senadora, está querendo fazer bonito para os europeus ou para os americanos? Está querendo fazer bonito para os ambientalistas?". Não! Eu sou uma mulher pragmática, eu sou uma mulher focada. Eu tenho certeza de que nós conseguimos fazer essa redução com vontade política, dura e forte, porque nós fizemos, antes dos dois atrás.

O que eu quero, na verdade, é fazer bonito para os meus exportadores brasileiros. Eu quero eles tenham as portas abertas com maior velocidade lá fora. Se nós reduzirmos o nosso desmatamento, as nossas emissões em 50%, que seria a exigência até 2030, se conseguirmos fazer isso até 2025, o que vai acontecer? Qual é a consequência disso? Não é uma fotografia e uma manchete; é comércio, é mercado, é o Acordo Mercosul-União Europeia se concretizando com realidade, porque esse desmatamento de dois anos impediu que o Acordo Mercosul-União





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Europeia não fosse concretizado no tempo devido, no avanço devido que nós tivemos depois de quase 20 anos, de quase mais de duas décadas. Dois anos de desmatamento destruíram a possibilidade de um acordo comercial Mercosul-União Europeia que representaria 25% do PIB mundial; que representaria uma subida, em dez anos, da renda *per capita* brasileira duas vezes mais do que sem o acordo; que representaria... As nossas transações comerciais, que hoje são de R\$70 milhões, poderiam ser dobradas com o acordo, com cálculos econométricos da maior grandeza.

Então, o fato de não termos R\$300 milhões para combater o desmatamento está fazendo com que o Brasil perca bilhões e bilhões de reais. E eu repito: não estou preocupada com os empresários apenas, porque eles sobrevivem, são pessoas ricas que sobreviverão, mas que poderão fechar suas fábricas, poderão colocar milhares de pessoas na rua se nós não ampliarmos as nossas exportações.

Nós temos, para exportar para a China, quase que o dobro do que exportamos hoje, se nós conseguirmos habilitar os frigoríficos de frango, de suínos e de bovinos, que já estão funcionando e que poderão ampliar os seus empregos – se nós conseguirmos habilitar com a China os novos frigoríficos. Mas, com um clima desses que está sendo criado, com que cara nós chegaremos até lá pedindo essas habilitações?

Nós precisamos de paz, Chanceler! O senhor está trazendo paz para o Itamaraty, mas sozinha uma andorinha não faz verão. Nós precisamos ter uma conversa muito firme. Nós não estamos falando de política eleitoral. Nós teremos muitos candidatos a Presidente, e eu não quero nem saber como isso está. Não é hora de discutir isso. É hora de conversar, sim. Com todos os candidatos a Presidente que me convidarem eu vou conversar sobre o Brasil e sobre o futuro do Brasil. Eu sou uma pessoa civilizada, mas não significa fazer escolhas neste momento. As minhas escolhas hoje estão direcionadas, exclusivamente, à vacina e ao comércio, para que nós possamos sair do buraco.

Então, eu gostaria de ouvi-lo a respeito desta ambição mais ousada que nós poderemos ter, que nós deveremos ter com relação ao desmatamento. Para aqueles que estão nos ouvindo na TV Senado, nós respondemos por 4% das emissões do mundo. Quem é que está poluindo, aqui no Brasil, para a gente poder ajudar a diminuir esses 4%? Metade é desmatamento. Se nós reduzimos o desmatamento, nós já alcançamos, nos próximos três, quatro anos, a nossa meta, antecipadamente, e isso vai abrir portas para o nosso comércio, porque, quando você faz um acordo União Europeia-Mercosul, qualquer país que faça um acordo com a Europa, isso significa uma abertura de portas, porque vários outros países copiam o que a Europa faz.

Então, Chanceler, eu gostaria muito de ouvir os seus comentários sobre o que nós podemos fazer com relação a essa narrativa, a essa ambição. Por isso insisti com o senhor, por



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

várias vezes, que eu queria ver, como Presidente da CRE, Comissão de Relações Exteriores, eu queria ver a proposta do Brasil na Cúpula do dia 22 de abril, não é porque eu sou curiosa pura e simplesmente – nós mulheres somos curiosas –, mas curiosas para trabalhar positivamente, e não para criticar. Porque, se o senhor me contasse dessa meta para 2030, tão desigual com relação aos outros países, eu o teria aconselhado, conhecedora de pouca coisa que sou no mundo, gente, mas se há uma coisa que entendo minimamente é a agropecuária brasileira. Eu poderia ter contribuído para que a gente pudesse ter sido mais ousado e dado uma surpresa ao mundo com uma redução do desmatamento até 2025, mas, infelizmente, foi tudo fechado em copas, e nós só tomamos conhecimento do que aconteceria poucas horas antes dessa cúpula.

Então, esse é um exemplo específico, direto e concreto do porquê de a CRE não mais pegar carona ou ser apenas um coadjuvante nos acordos comerciais, nas cúpulas, nas reuniões, nos entendimentos. Nós queremos, Chanceler, somente ajudar. De minha parte, não erguerei nunca uma palha para prejudicar o País e, claro, o meu Estado, o Tocantins.

Então, gostaria de ouvi-lo a respeito dessa ousadia maior de nós avançarmos um pouco mais. Aprovar o projeto de lei no Senado, com o apoio do Governo, seria o melhor dos mundos, porque mostraríamos unidade. Cabe a mim convencer os meus colegas Deputados e Senadores, mas com o apoio do Governo. Eu faço questão de ter o apoio do Governo; eu gostaria de ter o apoio do Governo. Eu não queria aprovar um projeto, porque o Governo é contra, absolutamente!

O que eu estou propondo é factível. A Ministra da Agricultura sabe disso, os especialistas em agronegócio sabem disso. Nós fizemos agora, há pouco tempo. E por que não faremos de novo?

Vamos ser ousados, ambiciosos e tirar o Brasil desse isolamento diplomático, comercial, com tão poucos acordos! Não é culpa deste Governo. Faz muitos anos que nós não temos acordo nenhum além de Mercosul e União Europeia; justiça deve ser feita. Mas, no momento em que o Presidente Bolsonaro estava pronto para fazer um gol, um gol de placa como dizem os homens que adoram futebol – eu ouço em casa todos os dias –, quando ele estava pronto para fazer um gol de placa, que era, enfim, finalizar o Acordo Mercosul-União Europeia, alguém lhe roubou a bola e saiu correndo. Quem roubou a bola do pé do Bolsonaro foi quem permitiu a ampliação do desmatamento de forma desenfreada.

Por favor, Sr. Chanceler.

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA – Senadora Kátia Abreu, eu queria agradecer a V. Exa. a exposição. V. Exa. não é mais uma estudante; não, V. Exa. já dá aula a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos nós aqui sobre esta questão, porque, enquanto eu consultava aqui a minha "colinha", feita aqui – até quem me mandou foi o meu amigo Fernando Rodrigues, do Poder360, que faz infográficos muito ilustrativos –, V. Exa. já tinha os dados todos de cor, de cor e salteado, como diziam, na minha Ribeirão Preto, quando eu era criança.

Na fala inicial de V. Exa., V. Exa. já bem colocou aqui que o meio ambiente é um dos eixos centrais da geopolítica mundial. É bem verdade. Eu, depois, na minha fala, ao responder a pergunta aqui do Senador Esperidião Amin, disse que acho que nós temos hoje uma mudança do centro estratégico da geopolítica para a região do Indo-Pacífico. Acho que essas são duas coisas que devem nos nortear no relacionamento internacional.

A narrativa ambiental e a questão de acesso aos mercados consumidores V. Exa. trata de uma maneira com a qual eu queria lhe agradecer, realmente muito ampla, bastante clara, na sua exposição. Fui testemunha da participação ativa de V. Exa. Eu nem bem havia tomado posse ainda, e V. Exa. já me procurou, iniciamos um diálogo, tive oportunidade de recebê-la lá no Itamaraty. Foi uma conversa muito agradável. A senhora mesmo marco ou tempo. Falou: "Olha, estamos falando aqui há duas horas e meia", tratamos de muitos assuntos, inclusive assuntos internos ao Itamaraty. Agradeço o carinho que V. Exa. tem em relação à nossa Casa.

Espero, realmente, que a esta Comissão e, mais ainda, o Senado Federal sejam parceiros do Governo Federal e do Itamaraty nesta questão, a questão do meio ambiente, que é uma questão que não é exatamente do meu ministério, é do Ministério do Meio Ambiente, mas o Itamaraty, claro, tem alguma coisa, tem bastante a dizer.

Inicialmente, quero agradecer a V. Exa. as menções elogiosas à minha ética, atributos morais e tudo.

Quero dizer que estou muito agradecido ao Presidente Bolsonaro pela confiança que ele depositou em mim, ao honroso convite para chefiar a Casa de Rio Branco, a Chancelaria brasileira. Eu espero estar à altura do convite que ele me fez. Tenho orgulho de fazer parte deste Governo.

De novo, sinto que foi uma proposta que nós pudemos fazer, que a mim me pareceu, neste momento, adequada, ainda que eu entenda a posição de V. Exa. sobre a questão de uma ambição ainda maior. Já anotei aqui as frases. Tinha anotado a primeira: o Senado é a Casa do equilíbrio legislativo; unidade com altivez. Estou fazendo um caderninho com os ensinamentos de V. Exa. e vou levar.

V. Exa. põe duas questões que a mim me parecem claras aqui: o Brasil tem uma legislação ambiental rígida e temos um mercado de crédito de carbonos que podemos ainda explorar. Essas são duas questões, dois parâmetros que podem nos levar a avançar nessa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão. V. Exa. fala bem. Eu já havia, de alguma maneira, dito isso: uma das principais causas dos problemas no Brasil é o desmatamento. A resolução do problema do desmatamento é de baixa complexidade quando nós comparamos com as alterações, com as mudanças que precisarão fazer países, por exemplo, como China ou Estados Unidos, que precisarão alterar suas fontes de energia e controlar a queima de combustíveis. O desmatamento, portanto, tem um custo muito mais baixo.

O Ministro Salles já havia dito que o Brasil tem um volume certificado pela ONU de créditos de carbono que daria ao Brasil a oportunidade de vender mais de US\$130 bilhões, em créditos, desde o Governo de Dilma Rousseff. Então, nós teríamos, vamos dizer assim, um passivo, enfim, um ativo a cobrar do mundo. Ainda que isso não seja factível, eu acho que nós vamos precisar, de alguma maneira, do esforço em realmente pedir a implementação do Artigo 6º do Acordo de Paris, porque o orçamento brasileiro é limitado. Eu louvo o projeto de lei que a senhora propôs aqui, alterando a meta de 2030 para 2026; 2025, perdão. De modo que eu creio que é preciso montar um cronograma físico financeiro para que isso aconteça e ver de que maneira nós vamos adquirir esses recursos.

E aí eu volto à questão do desenvolvimento regional, em que V. Exa. tocou, quer dizer, esses acordos que nós celebramos aí fora criam impactos positivos de desenvolvimento local. Então, a questão que me parece também importante – que pode ser debatida nesta Casa, através de audiências públicas; acho que nós sempre podemos aprender com iniciativas de outros países, aprender com a visão de especialistas – é como nós vamos financiar essas questões; não apenas questões de comando e controle, mas, por exemplo, o que fazer com invasões em terra indígena, em áreas que não estão hoje sujeitas a desmatamento, em áreas de mineração, quer dizer, como nós vamos dar sustentação a essas pessoas.

O Ministro Salles uma vez me explicou e me fez muito sentido; ele disse: "Olha, como é que eu chego a Altamira, resolvo com o Comando e Controle uma situação, se eu não der possibilidade àqueles habitantes ali, para que eles tenham uma fonte de renda digna? A Área de Comando e Controle, a Força Nacional sai de lá e, imediatamente, eles voltam para aquela área", ou seja, há a ideia de que apenas o Comando e Controle não funciona. Eu me alinho a essa visão, Presidente Kátia Abreu. Eu acho que é preciso encontrar maneiras para que também nós possamos financiar o desenvolvimento de outras atividades a essas pessoas que hoje estão, vamos dizer assim, na ilegalidade, ou numa atividade que nos comprometem na meta que nós assumimos de diminuir o desmatamento ilegal.

Na questão de habilitação de frigoríficos – V. Exa. fala bem aqui –, é preciso incentivar a habilitação de plantas, para que possamos exportar mais para a China. Com a Rússia, o Presidente Bolsonaro, recentemente, no dia 6 de abril, teve um encontro, teve um telefonema





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional, com o Presidente Putin, e ele, então, tratou também aí, pediu que houvesse um empenho russo no sentido de habilitar plantas brasileiras aqui. Recentemente, fruto de diligências do Itamaraty, de providências, o Governo peruano habilitou os regulamentos sanitários que permitirão, sobretudo, aos países do Norte, aos Estados aqui do Norte – Acre, sobretudo, e Rondônia –, a exportação de carne suína para o Peru; isso interessa diretamente à população e aos empresários do Acre.

E, aqui, quero até fazer um parêntese, para dizer que o Presidente Bolsonaro, como V. Exa., tem a mesma opinião sobre a iniciativa privada. Ele sabe que quem cria riqueza – ele já disse isso, em várias ocasiões –, quem cria emprego e riqueza é o setor privado; ele sempre disse isso. O Governo, quando muito, consegue dar aí um DAS, mas o emprego vem, é gerado pelo setor privado; é do setor privado que advém a riqueza.

Com a Ministra Tereza Cristina, tenho o maior intercâmbio sobre essas questões. Enfrentamos problemas recentemente na Arábia Saudita, estamos somando esforços para resolvê-los. De modo que eu penso que o Governo Federal – o Itamaraty, o MAPA, o Ministério da Agricultura – está sempre atento a essa defesa do empresariado. E aí não conto nada de novo a V. Exa., que foi Presidente da CMA, que foi Ministra da Agricultura e conhece como muitos essa questão e tem experiência como poucos quanto a essa questão.

Sobre acesso ao mercado, isso é uma realidade inafastável. Cada vez mais os produtos precisam ter esse selo ambientalmente sustentável. Eu tenho um amigo, desde 1990, o Marcos Molina, hoje Presidente da Marfrig. Quando eu o conheci, ele era um jovem, mais jovem que eu até, tinha 19 anos de idade, tinha só uma Saveirinho. Ele andava ali pelo interior de São Paulo, com pouco dinheiro no bolso, e hoje é um gigante da exportação, um gigante do agronegócio brasileiro, exporta para os Estados Unidos e criou aí o hambúrguer verde, que não é verde na cor, mas é verde na sua fabricação. E com isso ele ganha mercados de outras empresas gigantes, tem uma presença grande nos Estados Unidos e no continente europeu, e eu creio que esse é o caminho.

E o caminho que o Executivo pode fazer – e eu acho que pode ter muita ajuda, realmente, aqui do Parlamento, que traz, como V. Exa. bem disse, aqui, esse equilíbrio legislativo – é criar condições ao nosso empresário, para que a gente possa produzir de maneira cada vez mais sustentável e economicamente rentável.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Chanceler, por sua resposta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos muitas perguntas aqui do e-Cidadania, mas, em todos os momentos, na participação dos Senadores, praticamente todas foram respondidas. Há uma aqui que eu achei especial, mas acho que a Apex não está sob a guarda do ministério... Hoje, está no Itamaraty. Então, Fernando Luiz, de São Paulo: "O Sr. Ministro pode dar o seu parecer acerca da integração da pasta com a Apex para promoção da indústria nacional, a exemplo da Embraer?". Então, esta é uma pergunta que eu não vi ser respondida em nenhum momento; as demais eu observei que sim.

E mais um questionamento, Sr. Chanceler, é sobre a quebra de patentes. A sensação que eu tenho – e eu tenho lutado muito por essa quebra de patentes; apesar de ser uma liberal, eu acredito no mercado, na livre iniciativa, no respeito ao conhecimento intelectual, aos investimentos em pesquisa –, tudo isso é fantástico, mas não fui eu que construí o Acordo Trips. Esse acordo prevê, no Artigo 30, que há possibilidade de quebra de patentes. Então, não é o fim do mundo. Nós não estamos propondo uma bomba atômica; nós estamos propondo com que os países concordaram, quando assinaram esse acordo, que, em casos extremos e graves, a hipótese é, sim, necessária e permitida. Então, o Brasil é signatário desse acordo. Por que essa resistência tão grande a essa quebra de patentes?

E uma coisa tem que ficar muito clara para o contribuinte brasileiro. Quando nós propusemos – e estamos propondo, via lei, quebra de patentes –, não foi de graça, não. Nós queremos fabricar quantidades para fornecer para os brasileiros, mas nós ainda temos capacidade de fornecer para a América Latina toda; nós temos capacidade, as nossas fábricas, de fornecer para a África. Então, nós queremos produzir para nós e ajudar o mundo. E o importante é que nós vamos pagar *royalties*; não é de graça, nós não estamos querendo de graça! Os donos dessas patentes – por um período "x"; é uma quebra de patente temporária – não vão ter prejuízo. Nós iremos pagar a vacina, assim como os demais países.

Então, sinceramente, eu sinto agora, com muita tristeza, que nós ficamos, mais uma vez, isolados, Chanceler – e me corrija se eu estiver errada, eu quero aprender essa questão diplomática, como é que funciona isso; eu não sou especialista –, nós deixamos de ficar aliados de cem países, comandados pela Índia e pela África do Sul. Nós dissemos não a esses países: "Nós não vamos estar com vocês, porque não concordamos com a quebra de patentes", cem países, sendo que um deles é fabricante, e nós precisamos muito das vacinas fabricadas lá, que é a Índia! Tudo bem. Ficamos do outro lado: "Não, vamos nos comportar como liberais, porque essa questão fere o mercado", e fomos atropelados ontem por esse grupo com o qual nós nos aliamos, que são os Estados Unidos e a Europa, sem dar nenhum aviso para ninguém, nem para o Canadá, nem para a Austrália, a não ser que tenham avisado, e eu não sei. Nós fomos pegos de surpresa. Quer dizer, nós nos aliamos a um grupo que, mais uma vez, tirou a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bola do jogo, sem nos avisar, e saiu correndo. Então, nós ficamos contra cem países e, agora, estamos espremidos por duas grandes potências.

Os outros dois países que poderiam nos ajudar estão em silêncio, com relação à quebra de patente, que são a Rússia e a China, que são dois grandes produtores. Com a Rússia, nós estamos numa situação também difícil, Chanceler, porque 56 países aprovaram a vacina Sputnik; aqui na Argentina, estão tomando a Sputnik. O que aconteceu com esses países? Alguém morreu com a Sputnik? Eu não quero aqui contestar a ciência e os técnicos, mas eu preciso de respostas. Por que o Brasil não aprovou a vacina Sputnik em detrimento de 56 países? Isso dá o direito a nós, Chanceler, de ficarmos confusos, no mínimo; de ficarmos, no mínimo, confusos! Então, não deixa de ser um atrito, porque agora a Sputnik quer entrar com uma ação contra a Anvisa por perdas e danos econômicos e morais por ter dito que a vacina não serve. Eu, se fosse eles, faria a mesma coisa, faria a mesma coisa, absolutamente a mesma coisa!

Então, esse isolamento me preocupa com relação a essa quebra de patentes. Eu não quero dar prejuízo econômico para ninguém. O Brasil não é mendigo; o Brasil consegue pagar as suas vacinas. Então, por que não entrarmos com essa pressão, porque o que pretendeu a Índia e a África do Sul com cem países foi o máximo, foi para o teto, quebra total de tudo. Isso tudo, Chanceler, pelo que eu sei de negócios que eu pratico mal e mal, na área rural, a gente sempre vai muito em cima para depois ter uma proposta um pouco mais abaixo. Como se diz no interior do Estado, às vezes, a proposta vem alta igual a urubu, a gente vem baixo igual a tatu, e, no fim, as coisas se encontram e dá tudo certo. Então, o Brasil se recusou a entrar no grupo da pressão, de vir alto igual a urubu, para depois se encontrar aqui na área das águias, dos falcões. E nós não nos aliamos a quem estava pressionando os grandes países. Ficamos do lado deles, e eles cederam à pressão de quem nós não nos aliamos.

Então, essa é uma situação sobre a qual eu queria que o senhor falasse alguma coisa para mim. Eu estou errada. Com certeza, será que eu estou errada? Será que esses países, cem países estão errados, e o Brasil está certo? E agora cem países, não; 101, com a Europa, e 102, com o bloco europeu, que são mais 23; então, agora são 125 países a favor da quebra de patentes. Nós estamos certos, e esses países errados? Gostaria que o senhor pudesse comentar. Não é ainda hora, e chance, e oportunidade de nós também declararmos a nossa aliança à quebra de patentes e sermos uma grande farmácia da América Latina, como a Índia é a farmácia do mundo? Nós, pelos menos, poderíamos ser a fábrica de vacinas e medicamentos para a América Latina.

E já aproveito, que são dois questionamentos em um só: o que nós faremos – o Senado quer ajudar, quer apoiar e não quer ficar para trás, não quer que o Brasil fique para trás, não é



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nem o Senado – na liderança da América Latina? Existe um conceito em vários setores, em várias situações: quem é grande lidera, e o Brasil é grande. O mundo lá fora está observando o nosso enfraquecimento na liderança na América Latina. E também quero ser justa, não é de dois anos para cá, não; é de mais tempo para cá, acho que houve um enfraquecimento da nossa liderança. Vez por outra, nós estamos vendo votações em organismos internacionais, com a América Latina totalmente desarticulada, votando um contra o outro. Isso não pode acontecer.

Então, eu gostaria muito de ver a sua posição de como nós faremos para unir a América Latina. O Brasil como um país grande, que tem uma economia muito maior do que os seus vizinhos, como é que nós poderíamos, respeitando a soberania de todos eles, mas, como um país grande, liderar os problemas, os desafios, encontrar caminhos? Esse é um papel do Brasil. O que o Itamaraty pretende a esse respeito?

Esses são os meus últimos comentários.

Por favor.

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA – Presidente Kátia Abreu, muito obrigado.

Eu vou me permitir um comentário mais breve aqui sobre o e-Cidadania e depois entro nas considerações que V. Exa., com tanta propriedade, fez aqui sobre a questão de quebra de patentes, sobre a questão do licenciamento da vacina Sputnik V, da Rússia, pela Anvisa e sobre o papel que o Brasil teria ou tem, vamos dizer assim, numa liderança na América do Sul/América Latina.

Bom, a pergunta do Fernando Luiz, do e-Cidadania, de São Paulo – a quem eu de antemão já agradeço – é sobre o que é que pode fazer a Apex, que realmente é uma agência do Itamaraty, na promoção da indústria nacional; é o caso, por exemplo, da Embraer. A Apex, desde o Governo Temer, foi transferida do antigo Mdic, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, para o Itamaraty. Num primeiro momento, junto com a Camex, e depois a Camex retornou acho que para o Ministério da Economia, e nós ficamos com a Apex.

A Apex, nesses dois primeiros anos do Governo Bolsonaro, praticamente os dois anos, foi chefiada pelo Almirante Segovia, que fez ali um excelente trabalho, e recentemente, por decisão do Presidente da República, foi substituído por um diplomata de carreira que tomará posse no dia 12 de maio. E a ideia é que seja um diplomata de carreira a novamente dirigir, ficar ali como Diretor-Presidente dessa agência, o que eu acho que é fundamental para não apenas abrir mercados aí fora, mas também para promover a indústria nacional. E o caso da Embraer é um caso realmente emblemático, porque envolve a ciência e a tecnologia, envolve a criação de empregos muito qualificados aqui no Brasil, envolve também a inserção do Brasil em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadeia de valor com países mais avançados que nós, no caso dos Estados Unidos, por exemplo, em que nós temos realmente muitos ganhos. Acho que a indicação de um diplomata de carreira para a Presidência da Apex dá justamente o sinal de que nós queremos dar realmente um viés mais técnico a essa área e com foco na promoção não apenas de produtos industriais, mas também do agro.

Há um departamento do agronegócio no Itamaraty e eu pretendo também criar sinergia com isso, porque, quando a gente pensa num produto primário, no caso do Brasil, como eu disse, e quando o mundo compra alimentos do Brasil, na verdade, o Brasil está exportando tecnologia. Nesse sentido, nós temos a questão da informatização e da digitalização do agro e de fazer chegar a rede 5G também ao campo. Isso é fundamental para aprimorar, como V. Exa. sabe, os meios de produção. De modo que eu pretendo, sim, inserir a Apex, até porque ela tem uma liberdade administrativa muito maior do que o ministério – ela é uma entidade de direito privado – para poder atuar. Este ano, a Apex terá uma participação: ela vai gerir o Pavilhão Brasil na Expo Dubai, que deve acontecer em novembro deste ano, se Deus quiser, de forma presencial. De modo que vamos estar presentes, sim, e não apenas para, enfim, divulgar a Embraer, mas também outras empresas muito grandes.

Tenho tido contato também com o Presidente, Carlos Melles, do Sebrae. Recentemente, deu-me a honra de fazer uma visita o Presidente da CNI, Robson Andrade. De modo que o setor privado – quer dizer, a pequena e média empresa, mas também as grandes empresas, simbolizadas ali pela CNI ou agregadas à CNI – tem um contato com o Itamaraty. Todos os acordos internacionais que nós fazemos, Presidente, têm também foco o setor privado: de que maneira nós podemos estimular o setor privado para uma maior competitividade, de que maneira nós podemos ampliar o ganho de mercados para as nossas empresas brasileiras. Isso é uma preocupação. Posso garantir a V. Exa. e a quem nos ouve – hoje aqui é o Fernando Luiz, de São Paulo – que é uma preocupação presente na Casa do Rio Branco.

Sobre a questão de quebra de patentes, eu queria dizer que eu não tenho amor a nenhuma dessas posições aqui. O Embaixador Marcelo Dantas, que assessora a Comissão aqui, é economista e talvez ele se lembre das aulas no Instituto Rio Branco com o Ministro Raphael Valentino, que nos dava aula de relações econômicas internacionais. Ele era um diplomata muito espirituoso e contava uma piada, que hoje, se contada for, talvez a gente fosse... Não sei, porque ela tem um conteúdo, assim, um pouco machista. Sempre que ele era confrontado num fórum internacional e diziam: "Mas, olha, V. Exa. não defendeu uma posição diferente ontem? Como é que o senhor está defendendo outra hoje?", ele dizia: "Olha, as nações realistas, os homens inteligentes e as mulheres bonitas têm sempre direito de mudar de opinião". Então, eu acho que nós temos sempre o direito de mudar de opinião, se isso for para defender os mais legítimos interesses do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu não acho que o Brasil esteja isolado, Presidente Kátia Abreu, porque nós tínhamos, como eu disse, três posições na OMC: a primeira, que era uma postura favorecida a países desenvolvidos, como os Estados Unidos, que era absolutamente contra a quebra de patentes; uma segunda postura, liderada pela Índia e África do Sul, que eu entendo não atendia aos legítimos interesses do Brasil, porque nós não temos condição ou um parque produtivo de vacinas ou medicamentos capaz de se beneficiar da quebra de patentes. Mas, ainda mais do que isso, é uma dificuldade achar que esse caminho permitiria uma ampliação da produção de vacinas e a superação dos gargalos logísticos. Eu acho que hoje este é o problema: como produzir vacina e como vencer o gargalo logístico.

Eu acho que nessa direção vai uma ponderação do Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom, que disse que, se a pandemia ensinou algo para a gente – e há muitos, Presidente Kátia Abreu, que acham que esta é a primeira de muitas pandemias, infelizmente, que nós vamos sofrer –, uma das lições que nós temos que ter é justamente pulverizar a base geográfica de produção de vacinas, para que nós possamos ter produção de vacina na África, na Ásia, enfim, em todos os continentes, de maneira que amanhã, se formos confrontados com uma ameaça dessa, e permita Deus que não o sejamos, nós tenhamos condições globais de dar uma resposta, então, a resposta de cooperação. O Brasil, a postura do Governo brasileiro – de novo, que é do Executivo, tomada pelo Itamaraty, pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério da Economia e o pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – era uma proposta que nós estávamos aí na boa companhia do Canadá, do Chile e com o apoio da atual Diretora-Geral da OMC, que dizia o seguinte que não precisamos quebrar patente, porque o nosso problema é aplicar corretamente *waivers* que a legislação de Trips já permite e, dessa maneira, facilitar a produção local de vacinas contra o Covid e permitir um maior acesso às estas a partir dos países em desenvolvimento.

Essa postura nova dos Estados Unidos e hoje acompanhada pela União Europeia... Por isso que eu digo que o meu discurso pode ser de ontem, mas a atualização vem a todo momento, porque, hoje cedo, os colegas da Embaixada da nossa missão em Genebra junto à OMC, Embaixador Alexandre Parola, já me pediu para informar: "Olha, a União Europeia adotou aqui a posição dos Estados Unidos". Ontem, quando nós recebemos a notícia de que os Estados Unidos mudavam a posição, eu já me apressei e pedi uma chamada. Entendo que a Embaixadora Katherine Tai vai poder manter amanhã, às seis da tarde, hora de Brasília, uma videoconferência comigo, e nós vamos poder aprofundar. Então, digo que a posição que o Executivo tem hoje nada impede que amanhã seja atualizada, se, nessa atualização, estiverem refletidos os mais legítimos interesses do Brasil.

Eu até me permitiria aqui fazer algumas considerações sobre essas implicações do anúncio da USTR em relação à moratória de Trips para a vacina contra a Covid-19. O anúncio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feito ontem pela USTR sobre o apoio dos Estados Unidos a uma moratória da aplicação de Trips, circunscrita às vacinas contra a Covid-19 na OMC, não alterou a posição do Executivo brasileiro em relação ao PL 12, que, do nosso ponto de vista, conflita com os termos vigentes no Acordo de Trips. O anúncio do USTR – é importante, Presidente, que a gente tenha isso presente – e uma flexibilização da Índia e da África do Sul em relação à proposta de *waiver*, no nosso entender aqui do Itamaraty, nessa primeira avaliação, podem criar condições para um encaminhamento multilateral do tema na OMC. Penso que o encaminhamento multilateral nos favorece, a nós, Brasil. Trata-se de um encaminhamento que se dará em base diferente da proposta originalmente apresentada pela Índia e África do Sul, porque essa proposta original deles abarcava todo o escopo de bens, insumos e equipamentos para o combate à Covid-19. De modo que não é que os Estados Unidos e também a União Europeia estão embarcados nessa proposta da Índia e África do Sul. Na verdade, na primeira avaliação que nós pensamos, há também uma flexibilização da postura original desses dois países. Então, terá que se buscar na OMC um consenso, com escopo essencialmente aplicado às vacinas.

Nossa primeira avaliação: as negociações podem demorar algum tempo. Mesmo se houver o apoio dos Estados Unidos, da União Europeia e da OCDE, terá que haver uma flexibilidade por parte dos proponentes originais do *waiver* – Índia e África do Sul –, e um entendimento multilateral pode, então, vir a ser alcançado. É um entendimento que fortalece os esforços da nova Diretora-Geral da OMC, em prol de um mapeamento da capacidade ociosa para a produção de vacinas e um estímulo para que as empresas detentoras de patentes compartilhem a sua tecnologia e *know-how*. Isso é excelente! Se isso acontecer, é excelente! Agora, isso vai tomar tempo. Nós não imaginamos que isso possa ser para amanhã. Essas empresas detentoras de patentes poderão entrar em acordo para compartilhar tecnologia e *know-how*.

Por que a posição brasileira, no primeiro momento, foi contra a quebra de patente? Porque, assim como V. Exa. bem aqui anotou, o mundo hoje procura produtos verdes, produtos criados de maneira sustentável, produzidos segundo as mais rígidas normas ambientais, e também o Brasil, para atração de investimento, não pode estar sujeito a riscos reputacionais, sanções, singularização negativa por parte de companhias detentoras de tecnologia, que podiam ficar assustadas com a quebra de patente e, talvez, impedir aí acordos futuros ou investimento em outras áreas de infraestrutura. De todo modo, a avaliação do Itamaraty é que, em qualquer cenário que ocorra, mesmo diante de um *waiver* multilateral, serão fundamentais os esforços de cooperação propostos pela terceira via, à qual nos ilhamos no primeiro momento, para efetiva produção de vacinas em países em desenvolvimento, de modo que o que eu procurarei aconselhar o Presidente da República, se ele assim quiser me ouvir, é que nós possamos adotar uma postura flexível e pragmática no que tange à negociação desse *waiver*, na busca de um consenso que beneficie a todos no combate à pandemia da Covid-19.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à Sputnik V aqui, a Anvisa – sabe V. Exa., sabem os ouvintes aqui, os telespectadores da TV Senado – é uma agência reguladora e, portanto, independente. Ela conduziu uma inspeção à Rússia, teve o apoio do Itamaraty, da nossa Embaixada em Moscou, do nosso Embaixador Tovar Nunes, que fez um excelente trabalho na assistência lá ao Robson do Nascimento e também no apoio à missão da Anvisa. Ele, sabe V. Exa., em breve, será sabatinado aqui quando V. Exa. determinar e esta Casa puder. Ele vai ser o nosso Embaixador lá em Genebra, junto à OMS, OIT e outros tantos organismos, e vai desempenhar lá uma função fundamental também. Ele prestou apoio. Houve a missão, que colheu seus resultados, voltou para cá e soltou um parecer, um parecer negativo, no primeiro momento, de adoção da Sputnik V. Porém, eu entendo que há negociações. É claro que o lado russo disse, como V. Exa. bem falou: "Olha, já estou em 56 países, nossa vacina é segura, tem sido aplicada na Rússia, até o corpo diplomático sediado na Rússia foi vacinado com a Sputnik". Eu entendo que quem quis pôde se vacinar. Desconheço se há efeitos adversos. De todo modo, a competência é da entidade hoje presidida pelo Almirante Barra.

Eu tenho mantido com a Anvisa um contato bastante estreito. Praticamente toda semana nós mantemos um encontro. Futuramente, agora em breve, nas próximas duas semanas, vou visitar a Anvisa, vou conhecer o trabalho que lá se faz. Mas eu entendo que esse diálogo, a parte de uma certa irritação do lado russo em relação à possibilidade até de entrar com uma ação jurídica sobre essa decisão da Anvisa, é um diálogo que está ocorrendo na parte técnica e nós vamos chegar, estou seguro, a um bom porto.

A América do Sul e a América Latina, eu sou realmente da geração de diplomatas que acha que a América do Sul, mais até do que a América Latina, é o espaço por excelência de atuação do Brasil. A associação que tivemos com o Paraguai, em Itaipu, com a Argentina, no caso da Abacc, com a Bolívia, no caso do gasoduto Bolívia-Brasil, entre outras, a nossa presença na OTCA, tudo isso nos faz acreditar que são oportunidades para vencer possíveis rivalidades, que a cooperação se sobrepuja a essa aparente rivalidade ou diferenças, e todos saímos ganhando. Em relação a isso, por exemplo, na CAF agora vamos apoiar um nome colombiano para a Presidência da CAF, antiga Corporação Andina de Fomento, que agora se chama Banco da América do Sul. Na negociação que se fez aqui no apoio brasileiro a esse candidato colombiano, a ideia é que nós possamos ter cada vez mais diretores brasileiros nessas instituições multilaterais de crédito aqui na nossa região, que nós possamos influenciar na governança, modernizar a governança. Assim temos feito também em relação ao Mercosul, de propor uma flexibilização e avanço, que acho que é necessário, para que criemos também mais riqueza para o bloco. O Brasil e o Mercosul não podem ficar tão fechados.

Tive outro dia um encontro breve, porém muito agradável, com o Embaixador da Argentina aqui. E ele dizia: "Olha, vocês não podem ficar fechados na proposta com o Uruguai.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso negociar". Eu falei: "E negociar não significa aceitar também a proposta da Argentina, significa negociar", como V. Exa. bem falou. Negociação exige que cada um saia da sua zona de conforto, que cada um busque o mesmo objetivo. Qual é? É avançar, é realmente modernizar. É o que nós precisamos aqui na América do Sul e na América Latina. Eu acho que o Brasil, seguramente, tem um grande papel a exercer nessa área. E eu não teria o menor problema em orientar, enfim, em aconselhar o Presidente Bolsonaro sempre que ele me pedir isso.

Mas sinto já no Governo brasileiro, no Executivo muita disposição nesse sentido, como a candidatura do Dr. Rodrigo Mudrovitsch para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A ideia é de que, em organismos como o BID e agora o CAF, nós possamos ter um número crescente de funcionários brasileiros. Presidente, hoje, dentro dos organismos internacionais, a presença de nacionais brasileiros ainda é muito reduzida quando comparada a outros funcionários de outros países. É algo que nós podíamos trabalhar para que, realmente, possamos ter ali um maior entrosamento e, num maior entrosamento, trazer também um reflexo mais positivo para o nosso País.

Não sei se respondi tudo que V. Exa. me pediu.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) –
Obrigada, Chanceler.

Gostaria de apenas informá-lo de que nosso quórum hoje está concorrendo com outras duas audiências muito importantes: às 10h, a CPI e, também às 10h, o Colégio de Líderes. Esta Comissão recebe sempre uma audiência muito grande por parte dos colegas Senadores.

Eu fico muito feliz quando o senhor diz que o Brasil pode mudar de posição, sim, com relação à quebra de patentes. Mudar de posição é sempre um ato estratégico. Se for para o melhor, qual é o problema mudar de posição? Não estou mudando de princípios, de caráter, a minha ética. Estou mudando estrategicamente de acordo com o que o momento requer e exige. E eu gravei muito uma frase que o Diretor-Geral da OMS me falou numa reunião *on-line* que tivemos com ele. O Sr. Tedros Adhanom disse que, se não for o momento ideal para praticar o Artigo 30 do Acordo Trips, ele não sabe qual será o momento de usar esse Artigo 30, que é quebra de patentes, numa pandemia mundial, internacional, especialmente com alguns países sofrendo muito: os Estados Unidos, primeiro; depois, o Brasil; e agora também a Índia. Então, se não for este o momento, qual será?

E eu imagino que o Presidente foi também aconselhado, óbvio – eu sei como é funciona governo –, pelo Ministério da Economia. E os economistas precisam entender que não existe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado sem gente. Nós precisamos primeiro salvar as vidas para depois garantir que o mercado funcione. Então, quanto a esse medo de que não teremos investimentos, não teremos a consideração do mundo, os investidores fabricantes não virão para o Brasil, não é hora de analisar isso, no meu entendimento. Eu sei que não foi o seu parecer, não foi a sua opinião, com certeza pode ter sido até vencida a sua opinião, mas eu quero declarar que acho que o Ministério da Economia cometeu um grave equívoco, se foi só esse ministério ou outros que orientaram o Presidente de que isso poderia ser um risco para o comércio brasileiro.

Nós estamos praticando outras ações muito mais perigosas para o mercado brasileiro do que quebrar a patente e que não traz vacina para nós. Então, a quebra de patente das vacinas não iria prejudicar mercado nenhum, não estaríamos agredindo ninguém, apenas cumprindo o que determina um acordo em que somos signatários, quebra de patente num momento gravíssimo. Nós estamos alcançando já 500 mil mortos, fora a quantidade de pessoas doentes com a produtividade baixíssima, que não estão trabalhando, que não podem trabalhar, além da despesa excessiva que as famílias tiveram por conta da ausência das vacinas.

Mas eu quero, então, encerrar, Chanceler, agradecendo, mais uma vez, ao senhor e a todo o seu *staff* que está aqui presente, aos diplomatas e, fazer esse encerramento dizendo que a Comissão de Relações Exteriores estará sempre à disposição do MRE, para que nós possamos combinar as coisas de forma transparente, de forma ativa, para que nós possamos avançar. Nossa disposição é total em cooperar e criticar quando necessário for.

Cumprida a finalidade desta reunião, a Presidência declara encerrados os trabalhos e oportunamente, em conformidade com a decisão da Comissão Diretora, esta Presidência convocará a próxima reunião e dará ciência aos membros da CRE.

Muito obrigada a todos que estão nos seguindo, nos acompanhando no e-Cidadania, a todos os colegas Senadores, aos seus assessores. E quero agradecer, mais uma vez, à equipe da CRE, que já foi apresentada aqui, na audiência passada, com os militares comandantes e o Ministro da Defesa.

Muito obrigada à equipe toda que está nos apoiando também aqui no *bunker* do Senado Federal.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 03ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DO SENADO FEDERAL.

Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e um, no Plenário Virtual do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Elmano Férrer, Carlos Fávaro, Irajá, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Renan Calheiros. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Comparecimento de Ministro de Estado (Mapa). Finalidade: Comparecimento de Sua Excelência a Senhora Tereza Cristina, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para debater: - os principais programas e diretrizes prioritárias do Ministério, particularmente o Programa Titula Brasil e as propostas para o avanço da Agricultura Familiar como instrumento de aumento de produção de alimentos e renda; - as perspectivas de crescimento da produção para a geração de empregos, abastecimento e os preços dos alimentos na mesa da população brasileira; e - a ampliação de áreas de produção de carne bovina, livre de febre aftosa sem vacinação. Participante: Tereza Cristina, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A presidência registra as seguintes presenças: Secretário-Executivo do MAPA, Marcos Montes; Secretário de Defesa Agropecuária, José Guilherme Leal; Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo, Fernando Schwanke; Presidente do Incra, Geraldo Melo Filho; Diretor da Conab, Sérgio De Zen; Chefe de Gabinete da Ministra, Eduardo Sampaio. O Presidente, Senador Acir Gurgacz comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício, de 03.03.2021, da Coopavel Cooperativa Agroindustrial, com manifestação contrária ao modelo proposto pelo Ministério da Infraestrutura de outorga onerosa para a atual concessão rodoviária no Estado do Paraná, acarretando tarifas elevadas de pedágio e prejuízo ao agronegócio. - Ofício 56, de 03.03.2021, da Associação Comercial e Industrial de Cascavel/PR (Acic), com manifestação contrária às ações do Ministério da Infraestrutura quanto à outorga onerosa de rodovias por meio de pedágios com tarifas elevadas, podendo prejudicar a competitividade dos produtores paranaenses. - Ofício 20, de 03.03.2021, da Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná (Caciopar), com manifestação contrária ao mecanismo adotado pelo Ministério da Infraestrutura de outorga onerosa das rodovias do Estado do Paraná, com potencial prejuízo para o agronegócio. **(O arquivo digital dos documentos encontra-se, mais abaixo nesta página, sob documentos diversos em Expedientes Recebidos 2021-2022) (publicado em 04/03/2021), os expedientes serão disponibilizados na página da Comissão, na Internet, pelo prazo de quinze dias para manifestação dos senadores membros a fim de que as matérias sejam analisadas pelo colegiado.** Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

quinze horas e trinta e um minutos. Usam da palavra Senador Acir Gurgacz Presidente da Comissão, Senadora Soraya Thronicke, e os Senadores, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Irajá, Jean Paul Prates. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/25>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar, eu pergunto aos nossos técnicos se nós estamos em distanciamento social, para que eu possa fazer a abertura sem uso da máscara – somente a abertura. Estamos em distanciamento social? (*Pausa.*)

Então vamos iniciar.

A presente reunião destina-se ao comparecimento de S. Exa. a Sra. Tereza Cristina, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Inicialmente agradeço à nossa Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e a toda a sua equipe técnica por comparecerem à nossa reunião.

Em nome do Senado Federal e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, transmito os sentimentos de força e fé para os familiares do nosso querido Senador Major Olimpio, que nos deixou na semana passada, e lembramos também os Senadores José Maranhão e Arolde de Oliveira, que tiveram suas vidas igualmente ceifadas pela Covid-19. Da mesma forma, transmito os nossos sentimentos de pesar às famílias e aos entes queridos dos mais de 300 mil brasileiros que deixaram de estar no nosso convívio por conta dessa terrível doença que é a Covid-19.

Nesse momento difícil por que passa o Brasil e o mundo, mais do que nunca, a saúde e a economia dependem daquilo que sai do campo, da atividade de cada agricultor e agricultora que trabalham de sol a sol para colocar alimento na mesa dos brasileiros. Um dos temas que debateremos aqui hoje é a agricultura familiar, o principal instrumento para a produção de alimentos para a mesa dos brasileiros e para a população mundial.

Apenas para ilustrar, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar de 2019 a 2028. Segundo a FAO, a agricultura familiar produz entre 50% e 80% de toda a comida mundial. Essa produção é diversificada, feita com sustentabilidade e com responsabilidade ambiental, mas principalmente gera emprego e renda em toda a cadeia produtiva, empregos tão necessários no dia de hoje.

Conforme dados do Censo Agropecuário 2017-2018, em Rondônia, 81,3% dos 91.438 estabelecimentos recenseados foram classificados como pertencentes à agricultura familiar. Portanto, acima da média nacional, que é de 76,8%, com cerca de 5,073 milhões de estabelecimentos rurais pertencentes à agricultura familiar.

Temos que lembrar que, através do Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, o Governo compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e que também o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Pnae, é abastecido pela agricultura familiar.

Faço essas considerações para enfatizar a importância de os agricultores familiares terem acesso mais fácil a crédito rural, assistência técnica efetiva e acesso às tecnologias que permitam aumentar sua produção e aumentar substancialmente a oferta de alimentos, que, junto com a organização na comercialização, são instrumentos para baixar o preço da comida para a população brasileira.

Outro tema que debateremos aqui hoje é a regularização fundiária, que tem relação direta com a necessidade de aumentarmos a produção de alimentos. Avaliamos que não precisamos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

derrubar uma única árvore para dobrar nossa produção de grãos, da pecuária e da agricultura familiar; o que falta é exatamente regularização fundiária e recuperação das áreas degradadas.

A regularização dará autonomia aos nossos produtores, acesso ao crédito, aumentará a arrecadação do Estado e será um precioso instrumento para diminuir os desmates ilegais e os incêndios florestais, pois, quando o agricultor é proprietário da sua terra, lá está o seu CPF, aí sim ele vai cuidar e vai preservar as florestas, as nascentes e os rios. A regularização fundiária para o Brasil e principalmente para a Amazônia Legal é fundamental, pois trará segurança jurídica, aumento da produtividade e renda no campo, e será um instrumento para a preservação ambiental.

Já avançamos, esse é um assunto que discutimos muito nesta Comissão de Agricultura e agora temos um novo programa, o Titula Brasil, mais uma oportunidade de promover uma sintonia fina entre o Incra, Estados e Municípios para fazer a regularização fundiária realmente acontecer. Segundo o Incra, em Rondônia, existem 65.916 famílias distribuídas entre os 222 projetos de assentamento. E ainda, de acordo com instituto, no Estado, temos 33.341 famílias vivendo em glebas federais que poderão ser beneficiadas pelo programa Titula Brasil. Já o Governo do Estado de Rondônia anunciou o projeto Regulariza Rondônia, com a contratação de técnicos, através do termo de cooperação técnica com o Incra, para acelerar a regularização de terras no Estado e alcançar a meta de emitir de 10 a 16 mil títulos.

Sra. Ministra, temos que comemorar também, neste momento, o parecer favorável da Organização Mundial de Saúde Animal que reconheceu Rondônia, também o Estado do Paraná, o Estado do Rio Grande do Sul, o Acre, parte do Estado do Amazonas e parte do Estado do Mato Grosso, como áreas livres de aftosa sem vacinação.

Essa conquista demonstra a eficiência de nossos técnicos e gestores do Ministério da Agricultura e das agências estaduais, que sempre buscam o objetivo de produzir com melhores práticas sanitárias e ambientais, oferecendo o apoio necessário aos nossos produtores. Esse parecer da OEA será ratificado em maio, na assembleia geral da organização. Desta forma, o País amplia as regiões com esse *status* sanitário, pois apenas o Estado de Santa Catarina tinha esse reconhecimento.

No caso de Rondônia, temos que parabenizar os técnicos da Idaron e do Fefa, que é o Fundo Emergencial de Febre Aftosa, constituído pelos produtores há mais de 20 anos e muito bem administrado pelo Sr. José Vidal Hilgert. Também parabenizo todos os pecuaristas de Rondônia, que produzem com tecnologia, com sustentabilidade e com as melhores práticas sanitárias. Com essa conquista, poderemos produzir e industrializar mais carne no Estado, gerando sempre mais renda e empregos.

Neste momento, eu passo a palavra à nossa Ministra para a sua exposição. Inicialmente, Ministra, nós teremos aqui 30 minutos para que V. Exa. possa fazer as suas colocações. Depois das suas colocações, nós abriremos para que os Senadores possam fazer seus questionamentos, colocar os seus posicionamentos. Cada orador inscrito na lista de inscrição terá cinco minutos, assegurado igual prazo de resposta para a Ministra interpelada. Neste momento, eu passo a palavra a S.Exa. a Ministra Tereza Cristina.

Muito obrigado, mais uma vez, por sua presença conosco.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Acir Gurgacz. É um prazer enorme estar com os Srs. Senadores nesta tarde para falar sobre o Ministério da Agricultura e sobre a agropecuária brasileira.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero cumprimentar todos os Senadores da Comissão de Agricultura e outros que estejam presentes nesta sessão. Também quero me solidarizar pelos mais de 300 mil mortos no Brasil pela Covid-19, por esse vírus que assola o mundo, neste momento difícil por que passa a nossa nação, e também me solidarizar com a família dos três Senadores amigos que perderam a vida.

Enfim, vamos falar agora um pouco de agricultura, que tem trazido um cenário mais alegre para nós todos. Não obstante o impacto econômico da crise da pandemia do Covid-19, o agronegócio tem mantido um ritmo acelerado de crescimento, batendo recordes nos últimos três anos de produção na safra de grãos, safra recorde de 272,3 milhões de toneladas neste ano de 2020/2021.

No ano passado, nós colhemos 63 milhões de sacas de café, porque a gente sempre se esquece, a gente fala aqui de grãos, mas temos que lembrar que nós temos aqui café, nós temos cana-de-açúcar, nós temos outras culturas também importantíssimas do agro brasileiro.

Para este ano, em função da bialidade dessa cultura do café, nós devemos colher entre 44 e 49 milhões de sacas, segundo previsões da nossa Conab. A cultura da cana-de-açúcar vem se recuperando e deve atingir 665 milhões de toneladas. Ampliamos também significativamente a produção e a exportação de proteína animal, carnes, aves e suínos. As exportações brasileiras do agronegócio somaram US\$100,81 bilhões em 2020, segundo maior valor da série histórica, atrás somente de 2018, em que tivemos US\$101 bilhões. Em relação a 2019, houve um crescimento de 4,1% nas vendas externas do nosso setor.

Desde 2019, já abrimos 128 mercados em 35 países, num esforço para diversificar as nossas vendas externas. Esse sucesso se deve ao trabalho dos agricultores brasileiros, que estão respondendo bem a um mercado altamente demandador. Mas o Governo também teve seu papel. Há um clima de otimismo no campo, com confiança nas ações governamentais. Fizemos dois Planos Safra recordes, saímos de um total contratado de 173 bilhões, em 2018 e 2019, para 225 bilhões em 2019 e 2020. Neste ano, foram disponibilizados 236 bilhões e a contratação foi surpreendente. Os recursos para investimentos: construção de silos, armazéns, recuperação de solos, inovação, novas unidades de produção de suínos e aves e o Plano ABC, agricultura de baixo carbono, tudo isso se esgotou mais rapidamente do que em outros anos, em função dos juros mais baixos e do otimismo do produtor.

Merece destaque o êxito da política de diversificação do *funding* do crédito rural evidenciado no aumento de 22% na utilização de recursos não controlados, juros livres, atingindo 47,4 bilhões nesse mesmo período. Destaco aqui a Lei do Agro, aprovada pelo Congresso, que muito contribuiu para melhorar as condições de investimento privado na agricultura e que já vem dando bons resultados, Senador Luis Carlos Heinze.

Destaco aqui o Plano Safra 2020/2021. Os recursos do Pronaf, da nossa agricultura familiar, aumentaram em 33 bilhões, o que representa um aumento de 6,45% do valor inicial. É realizado aproximadamente 1,5 milhão de operações de custeio de investimento para os pequenos agricultores. Juros de 2,75 a 4% ao ano. Esse eu considero um dos sucessos do nosso Plano Safra deste ano. O Governo destinou recentemente mais cerca de 1,5 bilhão para investimento no Pronaf, cujos recursos se esgotaram no final do mês de novembro do ano passado.

O maior número de operações – aqui, operações – está no Nordeste, com aproximadamente 600 mil contratos, a maioria do Pronaf B, onde existe um rebate de 40% no





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

financiamento que é pago em dia; mas a maior contratação do Pronaf está nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Nos últimos dois anos, temos fortalecido a agricultura familiar no Plano Safra. Abrimos a possibilidade de financiamento da construção e reforma de casas – esse é um programa inédito para os agricultores familiares e seus filhos – e já estamos passando de 14 mil casas construídas ou reformadas. Lançamos o Pronaf Bioeconomia, no qual é possível obter recursos para custeio ou investimento para projetos de extrativismo e produtos da sociobiodiversidade brasileira. Aumentamos os recursos para acesso das cooperativas da agricultura familiar, para investirem em industrialização e formação de estoque.

Ainda sobre o apoio aos produtores, quero destacar o Seguro Rural, que é uma política tratada com prioridade pelo Ministério da Agricultura. Em 2020, foram aplicados 881 milhões em subvenção ao prêmio; contra 440, em 2019. Esse valor permitiu apoiar a contratação de 193.470 apólices de seguro rural, abrangendo 13,7 milhões de hectares segurados pelo Brasil.

O valor total segurado por essas apólices representou a importância de R\$45,7 bilhões. Em 2019, o Seguro Rural atendia cerca de 42 mil produtores. No ano passado, conseguimos apoiar 105 mil produtores rurais. O seguro permite que o produtor seja ressarcido pelas suas perdas, mitigando os riscos da atividade agrícola.

No Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, o segundo Estado em contratações após o Paraná, foram contratadas 41.751 apólices, correspondendo a uma área de 2,6 milhões de hectares e 9,3 bilhões em importância segurada. Esse desempenho permitiu que os agricultores com seguro tivessem as suas perdas compensadas nesses últimos dois anos, em que houve muitos problemas climáticos nesse Estado.

Estamos trabalhando para ampliar o programa no próximo Plano Safra. Para isso, contamos com a aprovação do Orçamento hoje.

Além do Pronaf, que já comentei, os outros pilares do Ministério da Agricultura no apoio aos agricultores familiares, Senador Acir, são assistência técnica e extensão rural e o apoio à comercialização agrícola. O ministério hoje trabalha como se fosse um combo, dando crédito, trabalhando com assistência técnica, com o título... Vamos começar: regularização fundiária, crédito rural, assistência técnica, extensão e apoio à comercialização agrícola, esse é o programa de Ater que nós queremos deixar no Ministério de Agricultura.

Ater, como um dos pilares no apoio à agricultura familiar, continuou recebendo atenção deste ministério. Como novidade, lançamos o programa Ater Digital para ampliar o alcance das ações de extensão rural, com ampla utilização de tecnologias da informação. O MAPA está destinando, inicialmente, 40 milhões para este programa. A meta é aumentar, até 2030, de 18,2% para 50% o percentual de agricultores atendidos por algum tipo de assistência técnica rural no País.

Outra novidade é o Agroresidência, Programa de Residência Profissional Agrícola, que apoia a qualificação técnica de estudantes e recém-egressos de cursos de ciências agrárias e afins, que favorecem a sua permanência no campo, ajudando-nos com essa assistência técnica tão almejada pelos pequenos agricultores.

Comercialização e cooperativismo é um outro eixo. Fortalecemos o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que é gerido pelo Ministério da Cidadania, com um incremento de 500 milhões em 2020, agregados ao orçamento inicial de 140 milhões, com um papel importante na manutenção da renda dos agricultores familiares no período da pandemia. E esses 500 milhões





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

foram muito úteis no período da pandemia para assistir esses pequenos produtores do programa do PAA.

O Pnae, por solicitação do MAPA, também no ano passado, teve continuidade mesmo com as escolas fechadas, sendo um programa que compra 840 milhões por ano da agricultura familiar.

O selo nacional da agricultura familiar com o QR Code saltou de 600 produtos, quando assumimos aqui o MAPA, para quase 8 mil produtos com o selo. E a meta, em 2021, é alcançarmos 100 mil produtos com o selo da agricultura familiar.

O Programa de Intercooperação está em andamento, com a seleção de 24 cooperativas do Nordeste que estão sendo amadrinhadas por cooperativas do Sul e do Sudeste, para que possamos fazer esse sistema crescer no Nordeste brasileiro, porque acreditamos que é a única maneira, através de associativismo e cooperativismo, de fazermos com que aqueles produtores possam ter renda, produzir e comercializar da melhor maneira possível.

A regularização fundiária, a nossa tão falada regularização fundiária.

Eu fico muito feliz quando vejo no seu discurso, Senador, a defesa dessa tão importante ferramenta.

No último ano, intensificamos as ações de titulação ao amparo da legislação vigente, com resultados expressivos. Foram 109.112 documentos titulatórios emitidos em 2020. Gostaríamos de ter feito muito mais, mas a pandemia realmente nos atrasou. Pretendemos entregar, este ano, mais de 130 mil títulos, de 130 a 170 mil títulos entre 2021 e 2022, alcançando a marca de 300 mil títulos nestes dois anos. Para possibilitar essas entregas, o Incra está realizando grandes investimentos em modernização dos sistemas e integração das bases de dados fundiários.

Outra iniciativa do Incra é o Programa Titula Brasil, que resultada da aplicação da Lei 11.952, com a permissão para que as prefeituras atuem em parceria com o Incra nos processos de regularização fundiária e titulação de assentamentos em seus Municípios. Já temos 436 prefeituras que aderiram a esse programa.

Quero ressaltar a importância também do PLS 510, do Senador Irajá de Abreu, que trata da regularização fundiária em tramitação nesta Casa. Precisamos modernizar nossa legislação para dar maior agilidade ao processo de regularização fundiária.

A questão do abastecimento: demanda interna e externa crescente por produtos alimentares e matérias-primas agrícolas; aumento substancial de preços de praticamente todos os produtos e a sua manutenção em patamares elevados.

Há aumento geral dos preços das *commodities* não só agrícolas; vemos aí o caso do aço, com um aumento de 45% em dólar.

Preocupa-nos especialmente o milho e a soja, com grande demanda e impacto nos preços das carnes, ovos e leites. Esses vamos detalhar um pouco mais à frente.

O óleo de soja também teve um repique no ano passado, em abril do ano passado.

Arroz, o arroz do meu querido Senador Heinze: houve aumento da demanda interna e das exportações facilitadas pelo câmbio e alta nas cotações externas. Os baixos preços nos anos anteriores levaram à desmotivação da produção. Este ano, com esses preços aumentados, ainda não tivemos a recuperação esperada, mas eu tenho certeza de que nós estimulamos o plantio de mais arroz naquelas áreas tão importantes e irrigadas do Rio Grande do Sul.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Carne bovina: os preços baixos do boi nos últimos anos também motivaram o abate de matrizes pelos pecuaristas, diminuindo a oferta futura de bezerras. Em 2020, houve uma redução no abate e grandes volumes foram exportados.

Carne suína: também tivemos um aumento do custo de ração e aumento das exportações com vantagem nas taxas de câmbio e forte demanda externa, principalmente da China. Foram fatores relevantes na alta dos preços.

O leite teve uma alta de preços no ano passado e, agora, recentemente, uma queda, diante dos custos de produção em elevação. Esse é um setor que vem sofrendo. O produto é afetado pela pandemia com a queda de consumo de alguns produtos, especialmente por hotéis, restaurantes e bares.

Ovos, outro produto destinado prioritariamente ao mercado interno, como o leite: os produtores desses dois segmentos têm sido os mais afetados pelo aumento dos preços do milho e da soja, já que não são exportadores.

Milho: no cenário global, o consumo mundial está maior que a produção nas últimas quatro safras. Então, os estoques mundiais de milho hoje são baixos. O volume de comércio é crescente nos últimos anos, sobretudo pela demanda chinesa – o volume da comercialização mundial, o Brasil não exporta milho para a China. Há o consumo crescente, sobretudo pela China, com a estimativa de crescimento de 3,2% entre 2020 e 2019, com mais de 45 milhões de toneladas de milho em relação a 2019, quase meia safra brasileira. Então, a China, que não era importadora de milho, era importadora sem grande significância, hoje passa a ser uma grande importadora global desse produto.

Temos o menor nível de estoque, correspondente a três meses do consumo mundial, concentrado na China, necessitando de efetiva confirmação de volume. Os Estados Unidos, que são os grandes produtores mundiais de milho – produzem três vezes a safra brasileira –, estão com o menor estoque dos últimos sete anos. A China tem uma recuperação da população de suínos, que foi fortemente reduzida pela peste suína africana nos últimos dois anos, e está em franca recuperação dessa população, portanto aumentando aí a importação de soja e milho. E esse aumento na China vem também do consumo de milho, que vem substituindo, através da ração comercial, a produção de suínos de fundo de quintal, que era uma grande parte da sua produção, passando a uma produção mais tecnificada, usando uma maior quantidade de ração.

Indicativos de forte intenção de importação, em torno de 25 milhões de toneladas em 2021, diante de importações históricas da China, que eram menores do que 5 milhões de toneladas por ano. Então, vocês vejam aí o crescimento da necessidade e da demanda que a China tem pelo milho. Portanto, é hora de o Brasil – e isso o Ministério da Agricultura está colocando no seu próximo Plano Safra – induzir uma maior produção de milho no País. A China tem assediado o mundo todo em busca de milho, e não é diferente com o Brasil.

O cenário brasileiro. Há expectativa de aperto na disponibilidade de milho entre abril e junho, período em que haverá colheitas da safra de verão e de inverno, em parte por conta do atraso do plantio da safra de inverno. Então, este ano, este período será um período em que teremos aí... Nós podemos afirmar que temos milho para abastecer o nosso mercado, mas nós teremos aí um estoque de passagem muito curto entre a safra de verão e de inverno, até que chegue a de inverno e a próxima safra de verão.

Tendência de manutenção de altos preços internacionais. Nós não enxergamos que os preços internacionais das *commodities* cairão. Eles ou se manterão ao nível do que temos hoje,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ou podem até se elevar. Por causa do aumento da importação pela China, a taxa de câmbio, também no Brasil, tem favorecido, e muito, as exportações, os reduzidos estoques globais e também o nosso estoque interno. O Governo brasileiro não faz estoque interno. No ano passado, nós fizemos a abertura da importação de milho e soja para o Brasil, tirando aí as taxas de importação, facilitando com que entrassem esses produtos para dar um equilíbrio ao mercado interno.

Não prevemos também problema de abastecimento, mas o choque de demanda, com certeza, vai apertar os estoques. O lado positivo é um aumento dos investimentos pelos produtores, o que levará à melhoria da nossa oferta futura.

No Brasil, há forte tendências do aumento da produção na safra de inverno, que é a mais arriscada, *vis-à-vis* a de verão. Este ano, nós produzimos 23,5 milhões de toneladas na safra de verão que estamos encerrando daqui a poucos dias. E a previsão, as estimativas da safra de inverno são da colheita do plantio de 84,6 milhões de toneladas nesta safra de inverno que já está sendo plantado. O milho concorre por área com a soja na safra de verão. A oferta reduzida, entre as colheitas da safra de verão e de inverno, abril e junho, se dá por essa concorrência. Então, a safra de verão tem sido reduzida para o milho.

O consumo em alta também é pressionado pelo aumento da produção da proteína animal. O crescimento no consumo interno é maior que o das exportações. E aqui eu acho que temos uma notícia que preocupa, mas temos uma boa notícia: são os investimentos que têm sido feitos nessa área da industrialização da proteína animal, de suínos e aves. Nós temos notícias de mais de 16 bilhões de investimentos neste ano e para os próximos dois anos nesse setor.

Portanto, mais uma vez, reafirmo: o Brasil precisa produzir mais milho. As nossas exportações de milho representam 33% do total da nossa produção. Portanto, 67% ficam para o mercado interno. Mas é preciso crescer. O reduzido estoque final nosso será suficiente para dois meses de consumo. E aqui está uma das grandes preocupações nossas.

Quanto à soja, o cenário global é de consumo crescente, sobretudo com a China, com a expectativa de crescimento de 8,1% entre 2019 e 2020, atingindo 99 milhões de toneladas, o menor nível de estoque, correspondendo a 2,7 meses de consumo mundial. A China aumenta seus estoques. Os estoques nos Estados Unidos estão em níveis historicamente baixíssimos. E, no cenário brasileiro, a produção de 2020/2021 será de 135,1 milhões de toneladas. Tivemos um aumento de 8,2% em relação à safra passada. O crescimento na exportação representa 62% da nossa produção de soja. As exportações, em 2020, totalizaram 83 milhões de toneladas, das 135 milhões de toneladas produzidas. O crescimento é de 12% sobre a safra de 2019, facilitado pela demanda externa e pela taxa de câmbio favorável às exportações.

O consumo em alta é pressionado pelo aumento da produção da proteína animal. Não obstante o impacto econômico da crise da pandemia da Covid-19, o agronegócio mantém um ritmo acelerado de crescimento, com safra recorde de grãos pelo terceiro ano consecutivo.

Eu queria fazer para vocês uma... Quero deixar aqui que o Ministério trabalha com a perspectiva de que o aumento diário... Se continuar aumentando nos mesmos níveis que tivemos nesses dois anos, em torno de 3%, 3,5%, com o aumento da produção de 6%, daqui a três anos, sendo conservadora, chegaremos a 300 milhões de toneladas de grãos.

Eu queria falar, para terminar, sobre a defesa agropecuária, que o Senador colocou. Nós temos o primeiro bloco de Estados, inclusive o seu, Rondônia... Eu quero aqui aproveitar para parabenizar toda a equipe da Agência Estadual de Sanidade Animal e Vegetal do Estado de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Rondônia e dos outros Estados que estão nesse bloco – Rio Grande do Sul, Paraná, Acre, parte de Mato Grosso, parte do Amazonas –, que trabalharam em conjunto com o Ministério da Agricultura, de maneira muito responsável, para que pudéssemos chegar a este momento do aceite do Comitê Internacional da OIE em colocar esse bloco como zona livre de aftosa sem vacinação. Se Deus quiser, em 30 de maio, a OIE, a Assembleia Mundial dará essa chancela a todos esses Estados.

O Plano Estratégico para a febre aftosa 2017-2026 foi lançado em 2017. Ele tem como objetivo manter as condições do País como livre da doença, com a ampliação gradual das zonas livres de aftosa sem vacinação, buscando tornar todo o País reconhecido pela OIE como livre sem vacinação em 2026.

Em maio de 2019, como eu já disse, esses Estados do primeiro bloco alcançaram esse *status*, e os pleitos brasileiros das três novas zonas foram encaminhados à OIE em agosto de 2020, avaliados pelo grupo *ad hoc* em outubro de 2020 e pela Comissão Científica em fevereiro de 2021. A Comissão Científica recomendou a aprovação dos três pleitos brasileiros, após avaliação técnica. Esperamos que o reconhecimento ocorra durante a Assembleia Mundial de Delegados da OIE na última semana de maio. O reconhecimento internacional envolverá aproximadamente 45 milhões de bovinos e 80% da produção suína, que é muito importante para a produção de suínos em zonas livres de febre aftosa sem vacinação no Brasil. Mas temos que esperar a última semana de maio para comemorar.

E, sobre a abertura de mercados nobres, como Japão, Coreia do Sul, para carnes bovinas, o Ministério da Agricultura já trabalha sob essa perspectiva.

Então, encerrando aqui a minha apresentação, volto a palavra para o Senador Presidente da Comissão, Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Sra. Ministra.

A senhora coloca claramente que um dos grandes desafios nossos ainda é o aumento da produtividade. Nós aumentamos, ano a ano, a produção de grãos, de carne, mas ainda temos uma necessidade de ampliar essa produção, até porque os mercados estão exigindo mais do Brasil, ano após ano, e a regularização fundiária é, de fato, um dos elementos importantes para que a gente possa avançar nessa produção, principalmente na Região Amazônica. É claro que não é o caso do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul – talvez, não –, mas, na Amazônia, principalmente no Estado de Rondônia, isso é de uma importância muito grande.

Eu passo agora à participação dos nossos Senadores.

Inicialmente passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze, que pediu preferência, pois ele está com... (*Pausa.*)

Acabou de sair. Ele estava com uma consulta médica marcada. Talvez consiga retornar a tempo.

Então, passo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para fazer as suas colocações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Primeiro, eu quero publicamente dizer da minha admiração, do meu respeito, do meu carinho pela Ministra e nossa colega – fui Deputado Federal e com o maior prazer – Tereza Cristina.

Eu tinha preparado, Ministra, várias perguntas, mas eu vou focar apenas na agricultura familiar e na questão da titularização. Eu tinha pedido já ao meu amigo José Silva para a gente





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

marcar uma reunião com a senhora pelo seguinte: nós tínhamos aqui, na época do Temer, em 2017, o sistema Sipra, que era exatamente o sistema de regularização, de titularização, e ele foi desativado. Eu tenho conversado – mas já está fazendo um ano e pouco – com o Humberto, e ele está dizendo "semana que vem", "mês que vem" e tal.

O que acontece? O Sigef titulação não recepciona o Sigef georreferenciamento. Então, nós temos aqui na SR 28, aqui no DF, em Goiás e Minas, mais de 1,5 mil títulos para serem emitidos, mas, pela questão do sistema, a gente não está conseguindo. O sistema está sendo aplicado, realmente, na Amazônia Legal, porque em princípio a medida provisória inclusive era para isso, e a gente acabou estendendo para o Brasil todo, mas eu queria fazer um apelo a V. Exa. Eu fui o Presidente da Comissão da lei da regularização, e, como a gente começou, lá atrás, a distribuir, as pessoas estão muito chateadas, decepcionadas, porque faz mais de um ano que já está tudo pronto, é só a burocracia de emitir o título, e o sistema não está compatível.

Então, eu pediria a V. Exa., Ministra, minha amiga e querida Deputada, que desse uma atenção especial a essa questão do sistema, porque o Sipra ficou apenas para assentamento, mas aqui nesta região nós temos muita regularização, e a agricultura familiar é fundamental. Nós temos aqui o Incra na área rural de agricultura familiar, em que a pessoa produz mas não tem garantias, não tem um título. Há pessoas há 40 anos, Ministra, sem a titularização. Então, é o apelo que eu faço a V. Exa., já dizendo que eu admiro o trabalho, inclusive lá do Incra, que está indo bem, mas há esse detalhe burocrático que prejudica também muitas pessoas. Eu pediria a V. Exa... Eu tinha até marcado com o José Silva para a gente visitar a senhora, mas vou aproveitar a oportunidade, porque é importante isso.

Quero pedir a V. Exa. também... Eu tenho solicitado muito, brigado muito com relação à ciência e tecnologia. V. Exa. sabe que essa é uma área que eu defendo desde que eu entrei na Câmara Federal. E eu fico assim: o agronegócio é a nossa salvação. Se o Brasil está do jeito que está, a gente deve muito ao agronegócio, não tenho dúvidas. Mas ele só existe no Brasil graças à Embrapa. A Embrapa foi fundamental e continua sendo fundamental para o agronegócio brasileiro. E, por mais que eu tenha brigado, lutado, conversado, gente, não há orçamento. O orçamento da Embrapa é pífio. Então, Ministra, com o prestígio que V. Exa. tem, com o respeito que todos têm por V. Exa., inclusive o próprio Presidente e o Ministro da Economia, Paulo Guedes, vamos ajudar a Embrapa! A gente precisa realmente fortalecer a Embrapa.

Eu tinha colocado algumas emendas, mas foram rejeitadas, foram reduzidas, e a gente vê a Embrapa com o pires na mão, o que é uma coisa inacreditável, porque nós temos excepcionais pesquisadores. O Brasil é fantástico nessa área. Nós aqui do Centro-Oeste devemos tudo à Embrapa. O Cerrado, antes de Paolinelli, não era nada; antes da Embrapa, não era nada. Isso aqui era terra improdutiva, e hoje é o maior celeiro agro do Brasil. Então, vamos trabalhar um pouco. Eu peço a V. Exa. para usar o seu prestígio com relação ao orçamento da Embrapa. Vamos votar hoje, provavelmente – se resolverem a questão do FNDCT, também, porque, se não resolverem, a gente vai obstruir –, mas é um apelo que faço a V. Exa., Ministra.

Parabéns pelo trabalho! Eu sou fã de V. Exa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Muito obrigado, Senador Izalci.

Passo a palavra agora à Senadora Soraya Thronicke, para fazer as suas colocações, agradecendo a presença dos Senadores e Senadoras.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

V. Exa. tem a palavra, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, é um prazer estar aqui.

Quero cumprimentar todos os colegas e quero cumprimentar a Ministra Tereza Cristina, Ministra do meu Estado que muito me orgulha, cujo trabalho é sempre exemplar, com dados sempre precisos, técnica, excelente em todos os aspectos.

Eu acabei de ligar aqui, Izalci, para o meu assessor do Orçamento e, na verdade, cortaram lá na Câmara as emendas da Embrapa. Realmente, é a Embrapa que nos permite melhorar cada vez mais a nossa produção sem aumentar a extensão de terra utilizada. O investimento em ciência e tecnologia é primordial para que a gente continue no topo e consiga atingir cada vez melhores patamares mundiais.

Ministra, eu gostaria de saber quais são as propostas que estão sendo discutidas no Ministério no sentido de priorizar, no Plano Safra da Agricultura, medidas como a redução de juros, o aumento de crédito e a ampliação de recursos para assistência técnica aos pequenos agricultores por meio do Pronaf. Essa é a minha pergunta.

Quero colocar aqui também algo que acho que foi o próprio Izalci que trouxe. As reclamações que tenho tido na questão da regularização fundiária dizem respeito à burocracia e à demora, é o que me passam.

Aí, mais uma pergunta que é também da sua alçada, mas é um assunto que continua latente no Mato Grosso do Sul, em relação ao qual nós não conseguimos avançar: a questão das terras indígenas.

Eu sou constantemente – a senhora sabe, conhece os nossos problemas lá – procurada por pessoas naquela angústia. Já procurei, na época, o Ministro Moro, mas aí o Ministro saiu e tudo o que estava em andamento parou. Com o Ministro André, já conversei; já conversei com o PGR, o Aras, justamente por conta das questões que nós precisamos equalizar junto ao Ministério Público Federal. No Governo a gente não conseguiu avançar, Ministra, e essa é uma resposta que nós devemos para os proprietários rurais e também para os indígenas.

Principalmente, o que eu tenho buscado aqui... Eu sempre faço o comparativo de que os outros governos fizeram uma reforma agrária, e se gabam disso, porém jogaram esses assentados, jogaram essas pessoas nas terras, não deram para elas o título. Então, na verdade, não deram nada, porque dignidade mesmo vem da titularização, da possibilidade de eles adquirirem crédito como qualquer um. Na verdade, os assentados pagam juros maiores do que aqueles que têm o título da terra porque eles não têm como dar nenhuma garantia. Então, isto não é dar dignidade: jogar as pessoas naquela área sem dar o título, sem dar uma assistência, sem oferecer condições de produzir é um pecado e é uma mentira para a população brasileira, porque não houve a concessão de dignidade. A mesma questão diz respeito a muitos índios. Eles são jogados nessas áreas e aí ficam vivendo na penúria.

Então, nós vivemos uma situação muito complicada em relação tanto a terras indígenas quanto a essa questão da regularização fundiária da reforma agrária. Mas essa da reforma agrária tem um rumo, é discutida, existe uma preocupação, existe algo em andamento. Não estou dizendo que não existe preocupação em relação às terras indígenas; o que eu estou dizendo é que eu acho que o número é menor de políticos envolvidos com a causa, e isso não tem caminhado. Eu queria saber da senhora como eu posso ajudar mais, como o Congresso pode ajudar na regularização dessa questão tão controversa que é a das terras indígenas.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Soraya Thronicke, lembrando que V. Exa. foi Relatora das emendas de Comissão deste ano na Comissão da Agricultura, e nós aprovamos, sob o seu relatório, uma emenda de R\$120 milhões para a Embrapa.

O problema é que todo ano há um corte enorme nas emendas das Comissões, especialmente da nossa Comissão. Talvez nós tenhamos, Ministra, que achar uma outra forma de fazer com que a Embrapa tenha recursos, pois cada recurso que é investido na Embrapa, com certeza, é transformado em dez, vinte ou até cem vezes mais, com relação à produtividade em médio e longo prazos no nosso País.

Nós estamos falando que precisamos aumentar a produtividade, aumentar a produção. A primeira coisa que vem à cabeça é a Embrapa – é ciência e tecnologia. Quando se fala em ciência e tecnologia, a Embrapa vem em primeiro lugar.

Mas eu passo a palavra para V. Exa., Ministra, para responder aos questionamentos dos nossos Senadores. Nós ouviremos, depois, os próximos Senadores.

Obrigado.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Para expor.) – Senador Acir, respondendo ao Senador Izalci, eu vou falar sobre a Embrapa, porque foi tema dos dois Senadores e do senhor, então, vou responder sobre a Embrapa.

Sobre a Embrapa, realmente, nós precisamos arrumar uma maneira para que ela tenha recursos sem depender do orçamento do Tesouro todos os anos, primeiro, porque a pesquisa tem que ter continuidade. Ela não pode ter interrupção por falta de recurso. Então, começa por aí.

Nós temos estudado algumas formas de receitas que venham de outras fontes que não sejam só o Tesouro. Por exemplo, estamos tentando estudar um fundo imobiliário. A Embrapa tem muitas terras, tem muitos imóveis que não são usados. De repente, podemos fazer um fundo pra que possa financiar essa pesquisa.

Então, há alguns estudos sendo feitos, e eu agradeço se houver também colaborações. Podemos conversar durante este ano sobre algumas sugestões de lei para mudarmos, vamos dizer, para que a Embrapa consiga ter uma independência financeira para essa pesquisa, que é tão importante.

Nós temos uma responsabilidade com o mundo, e só vamos fazer isso... Eu acho que foi o senhor que disse na abertura que nós não precisamos derrubar árvores hoje pra poder produzir mais. Nós temos 90 milhões de solos degradados, de algum tipo de degradação nas pastagens do Brasil. E boa parte... Não são esses 90 milhões que têm capacidade de virar agricultáveis, mas parte deles tem. Nós temos aí o programa da Embrapa...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Uma grande parte, na verdade. Não é, Ministra?

A SRA. TEREZA CRISTINA – Grande parte, com as tecnologias que a Embrapa vem desenvolvendo em ILPF (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta), que traz à produção uma enorme área do nosso País.

Então realmente a Embrapa precisa de recursos para continuar se desenvolvendo. E o orçamento, realmente nós estamos hoje brigando por 120 milhões, como disse o nosso Senador Presidente da Comissão.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Izalci, sobre o Incra e sobre os dois sistemas, realmente o senhor tem razão, nós tivemos muitos problemas, mas, se Deus quiser, semana que vem vai haver uma migração do Sigef, segunda-feira, para o Serpro, para a nuvem, então nós devemos ter aí uma melhoria desse sistema e também do Sipra, que é dos assentamentos. Com esses dois sistemas melhorados, esperamos que tenhamos aí uma celeridade na titulação.

Nós entregamos realmente alguns títulos – 1,2 mil títulos, 1,6 mil títulos, não me lembro mais – em Goiás, no final do ano passado, e agora nós temos que continuar fazendo isso, não só aqui em Goiás, no Distrito Federal, mas em todo o Brasil, e principalmente onde mais nós temos necessidade. No meu Estado e da Senadora Soraya, nós também temos muitos títulos, precisamos titular definitivamente muitos assentamentos que estão lá há mais de dez anos. Essas pessoas esperam por essa liberdade, por essa entrega, não é? Eu acho que esse ano, se Deus quiser... E aí eu tenho que agradecer: o Congresso foi muito generoso em relação ao Incra. No orçamento devem ser aprovados hoje – se for aprovado o que está colocado – recursos suficientes para o Incra fazer uma quantidade enorme de títulos: 150 milhões do Senado e 250 milhões da Câmara Federal. Então, Senador, esperamos que tenhamos boas notícias, mas o senhor é sempre bem-vindo para vir e conversar, e a gente poder avançar com os sistemas, com o Incra.

O Pronaf, Plano Safra, Senadora: quando nós chegamos aqui ao Ministério, priorizamos os médios e os pequenos agricultores, porque o Plano Safra, infelizmente... O cobertor nosso é curto, nós conseguimos colocar... Esses recursos que o Tesouro coloca para o Plano Safra cobrem em torno de um terço da necessidade de recursos que nós temos para financiar a produção a cada ano. Então, nós priorizamos os pequenos e os médios produtores rurais, e este ano vamos fazer a mesma coisa. Estamos trabalhando com a perspectiva – pedindo, não é? – de 15 bilhões – ano passado tivemos 11,5 bilhões – para que a gente possa financiar mais, um número maior de produtores, aproveitando essa janela de oportunidade que o Brasil tem de estar tão demandado por alimentos, por produtos para não só abastecer o nosso mercado interno – o pequeno agricultor é que faz isso –, mas também para gerar divisas para o nosso País.

Então, nós estamos trabalhando com essa perspectiva e deveremos também induzir ao plantio de milho maior, porque, como eu disse na minha apresentação, o Brasil precisa produzir mais milho porque o milho faz o frango, faz o suíno, faz o bovino, faz o peixe, e com isso nós geramos emprego aqui dentro do País, agregando valor aos nossos produtos internos e também para a exportação.

O problema dos indígenas, Senadora, é um problema que me aflige também, mas não é do Ministério da Agricultura. Perdeu-se muito tempo no início do Governo, porque vinha para a Agricultura, depois foi para a Justiça. Enfim, houve um embate no início do Governo e hoje está no Ministério da Justiça.

Na semana passada, eu tive uma reunião com o Ministério da Justiça, com a Funai, com a Polícia Federal, com a AGU, para que a gente visse algumas coisas do nosso Estado principalmente, que é um dos Estados mais atingidos. Nós temos 169 propriedades, se não me engano, que estão invadidas, o que tem trazido prejuízo para os dois lados. Infelizmente, hoje, com a política indígena que se tem no Brasil, nós temos perdas para os dois lados: os indígenas, que vivem na pobreza e que têm muitos problemas de saúde, enfim, e também os produtores, que não têm segurança jurídica. Nós precisamos achar um meio-termo, um caminho para





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

resolver esse assunto. Mas, infelizmente, é uma política que anda devagar. Eu não sei se... Enfim, eu acho que a gente tinha... E aí o apoio do Congresso, do Senado é fundamental.

Nós temos um projeto de lei que também pode ajudar muito. Primeiro, o índio que tem vontade, aquela etnia que quer trabalhar com agricultura deve ter a possibilidade de ter as mesmas coisas que têm os produtores brasileiros normais, eles também são produtores. Então, se é interesse deles produzir dentro das leis brasileiras, nas suas reservas, por que não? Eu acho que nós temos que avançar com essa legislação, nós temos também que trabalhar com... Eu não me lembro do número, Senadora, de um projeto sobre aquelas áreas invadidas, para que, se houver um acordo, a União possa comprar essas áreas do produtor e entregar para aqueles índios que, às vezes, já estão lá. Então, acho que isso também ajudaria muito a caminhar nesse assunto tão polêmico e que, eu acho, é triste para a nossa história, porque nós precisamos avançar nisso e resolver esse assunto que é tão delicado e que atinge os dois lados de maneira tão danosa.

Sobre o Incra, voltando um pouquinho, desburocratizar é parte da proposta que foi feita pelo PLS 510, do Senador Irajá. O Incra está construindo uma nova plataforma de gestão territorial, unindo todas as bases para a gente agilizar esse processo. Então, está aqui me auxiliando o Doutor Geraldo, o Sigef, o Sipra, o SNCR, todos juntos, para que possa ser mais rápido. E isso já está bem avançado, em andamentos bem avançados, para que possa ser concluído ainda neste semestre, para que a gente possa dar celeridade na entrega desses títulos tão esperados pelos nossos, tanto em terras públicas quanto nos assentamentos. Eu acho que esses dois públicos estão ansiosos por resolver esse problema, que é uma dívida histórica do País para com essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Muito obrigado, Sra. Ministra.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpellar.) – Presidente, aproveitando a presença da Ministra, eu acho, Ministra, que a iniciativa tem que ser do Executivo, mas talvez uma solução para a Embrapa que já deveria ter sido dada há muito, desde o início da criação, é que ela tivesse uma participação naquilo que ela faz. Se ela tivesse receita própria ou parte do que desenvolveu fosse retido na Embrapa, eu acho que a gente resolveria esse problema. Acho que isso aí faltou na formação da instituição e depois nos anos subsequentes, e hoje ela está sofrendo essa dificuldade. O Ministério poderia tomar a iniciativa de buscar uma alternativa nessa linha de haver participação na patente de parte do que ela produz, dos recursos.

Então, era essa a minha observação.

E só para... Eles já devem saber, o Geraldo e a turma que está acompanhando aí, mas o problema que está acontecendo aqui no DF é que o Sigef Titulação não importa o Sigef GEO. Então, você tem o GEO, mas ele não puxa, não incorpora, aí é que está dando o problema. É só para informação, o Humberto já está sabendo disso, mas é só para reforçar.

Obrigado, Ministra, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Obrigado, Senador Izalci.

Ministra, um dos principais entraves da regularização fundiária no País são as dificuldades de o produtor rural dar entrada na documentação em um dos postos do Incra espalhados pelo





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasil inteiro. Como o Titula Brasil pretende vencer esta barreira e como a capilaridade dos Municípios pode auxiliar nesse processo? É uma pergunta direta para V. Exa. com relação a esses postos do Incra espalhados pelo Brasil inteiro que não estão dando facilidades para os produtores fazerem os seus registros.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Para expor.) – Senador, o Titula justamente veio para isso. Nós lançamos o Titula acho que há um mês e pouco, dois meses no máximo, e ele já tem aí quase 500 Municípios com convênio assinado com o Incra. É justamente para que você ajude essas pessoas com o recebimento dessa documentação para que o Incra depois processe a titulação. E isso vai tornar mais fácil e mais célere, porque aí você tem uma capilaridade muito maior não só dos escritórios do Incra, mas você terá aí a prefeitura. E a gente está tendo uma adesão grande, vendo um entusiasmo grande dos Prefeitos, porque sabem que, quando essas pessoas tiverem o título, a economia do Município vai ser movimentada em muitas vezes, ela vai crescer, então existe aí um apoio das prefeituras a isso.

Nós começamos agora a treinar as pessoas do Incra, na segunda-feira, que vão fazer o treinamento com os funcionários da prefeitura. Então, nos próximos dois meses a gente já terá gente treinada fazendo essa integração entre prefeituras e Incra para que se dê celeridade à titulação do Incra. E o sistema vai receber também, então, é digital, o que vai facilitar e muito. E na hora em que passar a lei da regularização fundiária, nós poderemos fazer em áreas maiores também, o que vai facilitar muito o trabalho do Incra, dos assentados e de quem tem terras públicas, mas que não é assentado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Bem, Ministra, mas qual a função específica das prefeituras nesse processo?

Os técnicos da prefeitura farão a fiscalização da área? Recepcionarão os pedidos dos proprietários? Só para que nós possamos deixar isso mais claro para quem assiste a nós e também para que possamos saber, Sra. Ministra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Para expor.) – Bom, eles vão poder receber a documentação. Há lá o CPF, certidão de nascimento, enfim, a lista de documentos que a pessoa que quer ser titularizada precisa apresentar.

Então, esses funcionários poderão receber, também poderão ir a campo fazer as visitas, receber naquele local esses documentos e passar isso diretamente para o Incra.

Hoje, às vezes, a pessoa precisa andar muitos quilômetros para chegar a um escritório do Incra, não tem toda documentação, precisa voltar novamente, pegar esse documento e retornar.

Então, em que as prefeituras vão nos ajudar? Primeiro, mostrando exatamente o rol de documentos de que ele precisa, pegando essa documentação conjunta e mandando para o Incra, facilitando, assim, esse elo de ligação para que possa o programa ser rodado. Também deve ser feito de maneira virtual, através das prefeituras também entrar no sistema e colocar essa documentação, sem ter que ir às vezes até um escritório. Na Amazônia, imagina, nós temos no Pará só três escritórios: o de Belém mais dois. Então, num Estado daquele tamanho, no seu Estado, em Rondônia, as prefeituras vão fazer o papel desse agente, de colocar essa documentação de maneira mais célere, fazendo com que chegue até os escritórios do Incra para serem processados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem, eu entendo que é um avanço importantíssimo colocar os Municípios juntos nesse processo. Os técnicos das prefeituras conhecem não só toda área do seu Município, mas





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

também as pessoas que moram nele. Facilita muito! Eu acredito que, de fato, nós vamos ter um avanço grande com relação à regularização fundiária envolvendo a municipalidade, os técnicos do Município.

Meus cumprimentos por essa decisão. Entendo que é, de fato, muito importante e vai assessorar o Incra. Pelo que entendi, o Incra, através dos técnicos, vai estar presente em todos os Municípios brasileiros. Isso é uma cadeia, uma rede de pessoas trabalhando sem haver uma contratação a mais. O mais importante é que não há custo a mais para o Governo. Vamos utilizar toda a estrutura no País através das prefeituras municipais. Essas estruturas já existem e são cobrados os Prefeitos e os Vereadores insistentemente pela população para a regularização fundiária. Entendo que foi muito acertada essa posição.

Passo a palavra agora ao Senador Elmano Férrer para fazer as suas colocações.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpellar.)

– Sr. Presidente Acir Gurgacz, nossa estimada e querida Ministra Tereza Cristina, meus colegas Senadores e Senadoras, eu queria inicialmente cumprimentar nossa Ministra por como ela vem se havendo nesse ministério com a sua experiência, a sua dedicação neste momento difícil em que o agronegócio responde positivamente não só na balança de pagamentos, como também no que se refere à geração de emprego e renda.

Mas eu queria me reportar, já que entrei um pouco atrasado e perdi a exposição da Ministra, aos comentários de outros colegas que eu vi, sobre a situação da Embrapa. Inegavelmente todos nós sabemos o que ela representou no nosso País, sobretudo na ocupação do Brasil central, que é a região da nossa Ministra, e, depois, adentrando o Cerrado do Nordeste, o Piauí, o Maranhão e a Bahia, incluindo aí, na região setentrional, o Estado do Tocantins.

Entretanto, ao longo desses quase 50 anos, nós sempre falamos, nesta legislatura e em legislaturas anteriores, sobre o orçamento da Embrapa, a realidade que a Embrapa teve em várias fases. Eu lembro aqui que o Eliseu Roberto de Andrade Alves teve um papel histórico na Embrapa, sobretudo na formação da massa crítica responsável pelo avanço tecnológico da Embrapa e do Brasil.

Eu tive a oportunidade de participar de alguns eventos com relação ao Semiárido: na África, especialmente no Senegal e no Mali, com o Gerhardt, uma instituição de pesquisa lá na França, e na Ásia, com o Icrisat, lá na Índia, em Ahmedabad, no sul da Índia, uma região semiárida. E sabemos o avanço nessa área e em outras áreas fundamentais.

Mas o que nos preocupa, minha estimada Ministra, é realmente o que se falou aqui: os recursos são sempre de ano para ano, e vem o sistema, digamos, de redução quando as demandas são maiores. Agora, eu tenho duas preocupações: uma com relação ao orçamento da Embrapa e a outra com relação aos recursos humanos, o nível de mestrado, de doutorado e pós-doutorado que se fez na década de 80. E não está havendo um esforço... Aliás, na década de 80, com recursos do Banco Mundial, nós chegamos a atingir mais de dois mil técnicos no que se refere à qualificação, quer dizer, à formação de mestrado, doutorado, pós-doutorado etc. Então, nós temos que repor esse grande acervo técnico que construímos ao longo de três décadas, e estamos com problemas, de um lado, financeiro, orçamentário, e, de outro lado, de seres humanos.

De outra parte, a estrutura física da Embrapa, como uma empresa deste grande continente que é o Brasil, desde os centros de recursos, como o termotrópico úmido, o trópico semiárido e





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

os cerrados, bem como de produtos, é fantástica. E hoje os recursos que se tem só dão para fazer a manutenção da instituição.

Aqui no Piauí nós tivemos um caso de que se criou há três décadas um centro nacional de agricultura irrigada. Ele não mais existe, mas se fez uma estrutura grande, significativa lá em Parnaíba. E hoje é um pequeno centro de pesquisa com uma estrutura física fantástica, e nenhum pesquisador daqueles, resultante de concurso, há quase três décadas, ficou na região daquela localidade trabalhando em irrigação.

Então, eu creio que a situação é mais profunda, é estrutural. Nós temos que discutir a Embrapa como uma empresa que deu resultado. Nós estamos exportando tecnologia para o mundo! Nós formamos um acervo humano de pessoas altamente qualificado, e têm que ser substituídas, porque me parece que são 49 anos.

Então, é uma situação... Eu entendo que a nossa Ministra é da área, nós temos a felicidade de ter uma Ministra que dá atenção, olhando para a nossa estimada Tereza Cristina, e lembrando do Alysson Paulinelli, no princípio da criação dessa instituição. Então, ela chegou num momento crucial. Não é só o orçamento; nós precisamos ver o que é possível fazer na estrutura organizacional. Como repensar a Embrapa de hoje, que é diferente de 72, do final da década de 70? Então me parece que essa é a grande questão.

E, de outra parte... Eu queria que me permitisse mais um minuto, para externar a minha preocupação com relação à região semiárida do Nordeste, e aí entra a questão da irrigação. Nós temos que decidir onde deve ficar a irrigação. A estrutura de irrigação, todos os reservatórios de água, os perímetros irrigados, foram feitos pelo Denocs, e é um órgão que agoniza. De outra parte, a Codevasf, que é do Vale do São Francisco... Nós aprovamos, nesta Casa, a coisa mais absurda da história: a Codevasf foi uma instituição pensada, de grandes resultados para o Vale do São Francisco; hoje atuar, levar a atuação da Codevasf lá para o Amazonas? O Rio Amazonas? Levar para o Tocantins e outros rios aí, fora do Semiárido da Região do Nordeste, inclusive, é um acinte! Nem nós aprovamos isso.

Então, eu creio que sobre problemas dessa natureza, estruturais, nós temos de nos debruçar também, como uma instituição, uma instância maior, que trata da organização do estrato brasileiro.

A questão dos órgãos de desenvolvimento regional. Eu vejo na Ministra e lembro o que representou a Sudepe no passado, o que representou a Sudene, o que representou a Sudam, e os bancos regionais, como o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia... Creio que são coisas profundas que nós precisamos trazer ao debate nesta Casa, no Senado.

Então, eu queria mais uma vez concluir minhas palavras cumprimentando a nobre Ministra pelo trabalho que ela vem realizando. Nós somos hoje... Temos que nos orgulhar de que somos os grandes produtores de soja e de grãos no mundo! De carne, não só bovina, mas de caprinos, de aves... Temos o orgulho de ter a Ministra hoje, com o que ela representa neste Governo do Presidente Bolsonaro. Então, eu queria cumprimentar a Ministra pelos trabalhos já realizados e pelo muito que nós temos que fazer, com a participação nossa, do Senado, dos Senadores, Deputados, enfim, do Congresso Nacional.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente e nossa querida Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Muito obrigado, Senador Elmano Férrer.

Passo a palavra agora ao Senador Irajá. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Irajá, está com o microfone fechado. Agora abriu.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Presidente Acir, V. Exa. me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Perfeitamente.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para interpelar.) – Presidente Acir, meus amigos Senadores, minhas amigas Senadoras, minha querida amiga, conhecida pelo Congresso Nacional, admirada e respeitada pelo País como a nossa chanceler pragmática do agronegócio brasileiro, é sempre uma alegria poder reencontrá-la, especialmente aqui na nossa Comissão de Agricultura, em que você sempre é muito bem-vinda.

Ministra, eu queria me ater a um assunto que vem me preocupando e principalmente a senhora, que é o tema da nossa regularização fundiária – em várias participações, Senadores e Senadoras também mencionaram a respeito. É um tema que você domina, conhece com profundidade e tem ao lado um grande craque, que é o nosso Presidente do Incra, o Geraldo, que vem fazendo um trabalho extraordinário, o que nós precisamos potencializar e muito.

Nós temos esse grande programa, que é o Titula Brasil, que o Ministério da Agricultura, junto com o Incra, está coordenando muito bem e que tem como objetivo a simplificação e a desburocratização do processo de regularização fundiária, mas nós podemos avançar mais.

Ainda no ano passado, quando houve a Medida Provisória 910 – e eu tive a honraria de ser o Relator dessa matéria importante aqui no Senado Federal –, nós não conseguimos avançar com essa medida provisória, em razão da pandemia, e ela, infelizmente, caducou.

No entanto, depois de um grande diálogo com a nossa Frente Parlamentar da Agropecuária, consultando as entidades produtivas, o Ministério da Agricultura, o Incra, nós entendemos que estamos vivendo um bom momento para a rediscussão desse tema e, por essa razão, apresentamos no Senado Federal, este ano, o Projeto de Lei 510, de minha autoria, que não traz nada de inovador. Na verdade, nós estamos absorvendo todo o conteúdo da Medida Provisória 910 e aproveitamos nesse projeto, claro, alguns ajustes sugeridos pelo Incra, alguns aperfeiçoamentos ao longo de quase um ano em que essa medida provisória caducou. E é o momento que nós estamos vivendo. Então, apresentamos um projeto compatível com a necessidade dos produtores que esperam, há décadas, uma chance para regularizarem as suas propriedades.

Nós temos um passivo de 10,5 milhões de hectares em que é necessário que haja regularização fundiária; são 147 mil propriedades rurais, sendo que 99% dessas 147 mil propriedades são de pequeno e médio porte, ou seja, com menos de mil hectares. Portanto, nós temos que corrigir essa distorção, essa injustiça que vem sendo cometida ao longo de décadas, em que essas pessoas ainda não receberam o título da sua propriedade, portanto elas não têm o domínio.

Infelizmente, há muito preconceito em relação a esse tema, essa discussão, mas, com os argumentos, com os técnicos, com os números, eu tenho a convicção de que nós iremos superar essas dificuldades. E esses poucos críticos que ainda insistem num discurso de que a regularização fundiária possa incentivar a grilagem, o desmatamento, o trabalho escravo é porque ainda não conhecem com profundidade a matéria e o projeto. Pelo contrário, ao regularizar um terreno, uma propriedade rural, você traz esse cidadão para a formalidade. E, com isso, você permite que os órgãos de controle cumpram o seu papel, que o Ibama possa fiscalizar se há desmatamento ilegal e que possa fazer autos de infração, multar essas pessoas que





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

cometem crime; o Incra pode fiscalizar a função social da terra, se está cumprindo os indicadores de produtividade dessa propriedade e, se não, poderá ser desapropriada; o Ministério do Trabalho poderá cumprir também o seu papel de fiscalizar essas propriedades que estarão legalizadas, ou seja, há um CPF, há um dono. Hoje, como não existe o dono, não existe o CPF, esses órgãos de controle não podem fiscalizar, não podem cumprir o seu papel. Então, é importante que se ressalte isso.

O Projeto 510/2021 deverá, nossa Ministra, ser pautado logo aqui no Senado Federal. Eu estive, nessa segunda-feira, numa audiência com o Presidente Rodrigo Pacheco e junto estava também o Presidente Arthur Lira, da Câmara dos Deputados. E os dois foram categóricos comigo: "Irajá, nós vamos pautar o projeto da regularização fundiária, isso é prioridade total na nossa pauta"; os dois Presidentes das duas Casas me afirmaram isso pessoalmente. Então, eu fico bastante confiante, animado de que nós iremos avançar.

A proposta, logicamente, sofrerá modificações positivas, através das emendas dos Senadores, dos Deputados, dos destaques que serão apresentados, mas é uma proposta muito factível que vai simplificar e desburocratizar a vida das pessoas que desejam regularizar as suas propriedades. Nós temos várias inovações dentro desse projeto, temos a gratuidade da taxa do Incra para quem for regularizar, a isenção das taxas de cartório, que são caras. E, muitas vezes, esse produtor recebe o título, mas não registra o título no cartório, ou seja, você só tem um papel na mão que não tem fé pública, porque registrar no cartório custa R\$3 mil, R\$4 mil, R\$5 mil, e esse cidadão ou essa cidadã não tem condições de bancar.

Então, o projeto garante a isenção das taxas do cartório, além das taxas do Incra; inova também com relação aos convênios que o Incra poderá celebrar, a exemplo do Titula Brasil, que já tem a previsão de parceria com as prefeituras que tenham o interesse na regularização das suas propriedades na sua comarca, mas poderemos também celebrar convênios com os Correios, com os cartórios municipais, com os bancos federais. Todos estarão passíveis de poder receber a documentação que será protocolada, confirmado o *check-list*, e depois enviado ao Incra, para que seja feita a análise técnica. Então, é outro avanço também importante que a gente precisa reforçar.

Sem contar com a admissão do uso da tecnologia a serviço da regularização. Hoje nós vivemos em pleno século XXI. As eleições são informatizadas dentro do sistema mais moderno de eleição do mundo; o Cadastro Ambiental Rural, que desde 2014, foi implantado, também é todo eletrônico, todo informatizado; o TCU também usa da tecnologia para fazer o seu trabalho; as prefeituras hoje, grande parte delas, geram o IPTU dos terrenos através do uso de imagem de satélite; o ITR também é feito de forma eletrônica. Então, por que a regularização fundiária também não pode utilizar a tecnologia para garantir mais transparência, mais eficácia e custos mais baixos no processo de vistoria?

Então, o projeto contempla também a admissão das imagens de satélite, para fins de vistoria por imagem de satélite das benfeitorias, daquilo que está em cima de uma propriedade. É claro que há exceções: quando há litígio, quando há sobreposição, aí sim uma equipe vai a campo para fiscalizar e retirar qualquer tipo de dúvida.

Quero finalizar, Ministra, enaltecendo aqui o seu trabalho. Sou um grande admirador de tudo que você tem feito, com que tem contribuído para o nosso País, sobretudo para o agro brasileiro. Não é à toa que, diante dessa recessão econômica, dessa crise, da pandemia que está assolando 210 milhões de pessoas no nosso País, gerando milhões de desempregados,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

com pessoas passando fome, com empresas fechando as portas, mesmo diante de um cenário tão ruim, o agro ainda consegue segurar a peteca, consegue manter a nossa balança comercial e reduzir essas distorções que estão acontecendo na economia. Se não estivesse à frente do Ministério uma liderança incontestada, respeitada, que conhece com profundidade o assunto, nós, certamente, não teríamos o agro numa situação tão boa como a que se encontra no dia de hoje. Parabéns pelo seu trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Obrigado, Senador Irajá. Com certeza, o projeto de V. Exa. terá sucesso, porque é importantíssimo para que a gente possa avançar de fato nessa questão da regularização fundiária em todo o nosso País.

Eu passo a palavra agora ao Senador Zequinha Marinho para fazer suas colocações.

O Senador Zequinha pediu para ser chamado logo após, mas parece que ele não está logado. *(Pausa.)*

Ele saiu.

Nós temos, Sra. Ministra, algumas perguntas de alguns internautas que eu passo a ler para V. Exa.

Gabriel Badaró, de São Paulo, pergunta: "Quais são os projetos da gestão?" É uma pergunta ampla.

Luís Lago, de São Paulo, pergunta o seguinte: "Poderia ser criado um incentivo até fiscal para o uso de terrenos baldios na produção de hortas, sem a perda de posse do proprietário?" Essa é a pergunta de Luís Lago.

Thaysa Nelvo, do Rio de Janeiro, pergunta o seguinte: "Houve alterações na logística de abastecimento alimentício devido à pandemia?"

Pergunta Átila Santos, da Bahia: "A reforma tributária vai reduzir a tributação sobre consumo e aumentá-la sobre renda e patrimônio? O preço dos alimentos vai cair?"

Matheus Costa, de Minas Gerais...

A SRA. TEREZA CRISTINA – Senador, pode falar um pouquinho mais devagar? É que não estou conseguindo anotar tudo para responder. *(Risos.)*

A pergunta da tributação, eu não a peguei.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Essa questão da tributação é bastante ampla, não é?

A SRA. TEREZA CRISTINA – É.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – A pergunta é a seguinte: "A reforma tributária vai reduzir a tributação sobre consumo e aumentá-la sobre renda e patrimônio?". E pergunta se isso vai diminuir os preços dos alimentos.

A última pergunta é de Matheus Costa, de Minas Gerais: "Quais os projetos, ações e mecanismos metodológicos para o avanço da agricultura familiar?" O que ele quer dizer é o que nós já falamos aqui: a importância da agricultura familiar e quais são, de fato, os projetos do Ministério.

Eu passo a palavra a V. Exa. para fazer as colocações sobre as questões dos Senadores e sobre essas perguntas. Se depois V. Exa. precisar que eu repita, eu repito as perguntas dos nossos internautas.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Para expor.) – Obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Elmano, eu concordo com o senhor que a Embrapa é fundamental, porque é o material humano, as cabeças. A Embrapa só funciona com as cabeças; os prédios, enfim, a infraestrutura adequada é muito importante, mas nós precisamos de cérebros. Nós temos quase 2,5 mil pesquisadores hoje na Embrapa, mas nós estamos fazendo um estudo sobre uma nova Embrapa: a modernização, o trabalho em rede, porque hoje muito importante não é só aquele centro de pesquisa, ele tem que estar ligado com muito países, com muitas universidades, enfim, a pesquisa em rede é importantíssima. Então, hoje nós estamos trabalhando a modernização da Embrapa. Mas, com certeza, vocês aí no Congresso podem nos ajudar com essa mudança da figura jurídica, talvez, da Embrapa, para que ela possa ter acesso com mais facilidade a recursos e até a doações.

Nos Estados Unidos, todas essas empresas, todas as instituições de pesquisas das universidades, todas têm fundos de doação, o que gera uma facilidade na condução das pesquisas tão importantes de ciência, tecnologia e inovação. E o Brasil terá um papel fundamental no mundo, na alimentação do mundo, nos próximos anos, nos próximos 30 anos, uma responsabilidade enorme em aumentar a nossa participação em 40% da nossa produção, para ajudar na alimentação do mundo.

Então, com certeza, esse é um assunto importantíssimo que realmente carece de uma solução prática e mais rápida. Nós estamos estudando dentro das possibilidades aqui, talvez a gente precise de mudança de legislação. E a gente, com certeza, Senador, eu sei que o senhor é oriundo da pesquisa, e espero que o senhor possa nos ajudar nesse encaminhamento também, com ideias, enfim.

Irajá, queria lhe dizer que, sobre o seu Projeto 510, hoje nós temos uma ansiedade muito grande para que esse projeto seja votado e caminhe do Senado para a Câmara, para que nós tenhamos rapidamente, ainda neste primeiro semestre, essa tão sonhada regularização. Por todos os motivos que você tão bem aí expôs do projeto, é um projeto que só trará benefícios para todos. Neste ano, nós temos uma coisa a mais, além do projeto e da importância dele: um ano em que o mundo vai discutir a sustentabilidade, a biodiversidade. Temos a COP de Glasgow no final do ano e, se nós não tivermos essa base do nosso Território regularizada, fica muito difícil, por tudo que o senhor colocou dos controles de que nós precisamos, dos órgãos de controle, da fiscalização e também das políticas públicas que não conseguem chegar até essas pessoas que não têm a sua área regularizada. Então, com certeza o Ministério da Agricultura e o Incra estão acompanhando isso. E, realmente, eu estive outro dia com o Senador Rodrigo Pacheco, falei para ele da nossa ansiedade também de que esse projeto caminhasse. O Deputado Arthur Lira também tem isso como uma de suas prioridades. Então, eu espero que a gente tenha êxito em breve na votação, tanto no Senado quanto na Câmara, para que a gente resolva essa dívida histórica que nós temos com esses produtores.

Quanto às perguntas dos internautas, o ministério tem muitos projetos. Eu falei aí na introdução, na minha fala inicial, dos vários projetos. A política agrícola é formulada nesse ministério; as políticas de relações e comércio internacional dos produtos do agro também são feitas aqui. E eu falei também sobre o que nós fizemos nesses dois anos: o acesso aos mercados, a política da agricultura familiar, a da regularização de terras, a defesa sanitária, que é importantíssima – se o País não tem uma defesa sanitária forte, bem estruturada, é muito difícil você trabalhar internamente e externamente, porque é saúde pública também; a segurança dos alimentos, que nós temos que garantir para a população brasileira –, o seguro rural... Enfim, o





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ministério é amplo e ele ganhou a pesca, que é tão importante. A gente fala pouco da pesca e da aquicultura, que vem crescendo muito no nosso País. Nós temos aí essa extensão territorial enorme, a nossa costa de mais de 8 mil quilômetros. A pesca é tão importante e também hoje está no Ministério da Agricultura.

A logística na pandemia. Nós tivemos que trabalhar, fizemos um decreto de serviços essenciais, montamos aqui um comitê de acompanhamento da pandemia, para que os produtos pudessem ser colhidos, transportados, processados e para que chegassem até as prateleiras para poder abastecer a nossa população e também para os portos para que fossem exportados, porque é muito importante um País confiável, como é o Brasil, que cumpre contratos e que entrega os produtos interna e externamente.

O MAPA fez uma portaria para as feiras livres, para que as feiras pudessem acontecer, para que os produtos hortifrutigranjeiros não fossem jogados fora e para que esses produtores, que geralmente são produtores que estão em volta dos grandes centros, e que produzem hortaliças, verduras e frutas, pudessem continuar tendo acesso a esse mercado, entregando a sua produção e não se desestruturando, porque depois é muito mais difícil se reestruturar.

Tivemos também o comércio de leite, que nós facilitamos entre os vários sistemas de inspeção – o SIM, que é o municipal, o SIE, que é o estadual, e o SIF, que é federal –, facilitando a venda entre esses diversos estabelecimentos.

Os frigoríficos também: foi um trabalho hercúleo que os empresários fizeram para que continuassem abatendo. Imagina você parar a produção de frango, que é uma cadeia de curtíssimo prazo e que anda quase em moto-contínuo: você tem que pôr o ovo, o pintinho, levar o pintinho à ração, à engorda, enfim, ao frigorífico, ao abate, à venda e à exportação. Então, nós tivemos que montar modelos para dar segurança aos funcionários dos frigoríficos para que eles pudessem continuar fazendo os abates de maneira segura, porque há uma aglomeração maior de pessoas. E nós tivemos problemas, mas esses problemas foram sendo solucionados e hoje a gente tem aí métodos e protocolos muito interessantes e que são até copiados internacionalmente.

Então, concluindo aqui a minha fala, tudo isso por quê? O agro não pode parar, o produtor tem a hora de plantar, a hora de colher, e as pessoas precisam de alimento todos os dias, no café, no almoço e no jantar. O agro não pode parar!

Se ficou alguma pergunta, Senador, eu vou pedir para a sua assessoria me encaminhar e a gente pode responder para essas pessoas que talvez eu tenha pulado aqui, não tendo conseguido responder a todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Obrigado, Ministra.

Encerrada a lista de inscrição, pergunto a V. Exa. se gostaria de fazer as suas considerações finais, pois nós temos o compromisso com V. Exa. de encerrar às 15h, horário que está muito próximo. (*Pausa.*)

Bem, nós temos aqui o Senador Jean Paul, que pediu a palavra neste instante.

Passo a palavra ao Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN.
Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Obrigado, Ministra, pela sua visita atendendo o nosso convite.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A pergunta é bem rápida, porque já está no avançado da hora, mas me ocorreu perguntar à Ministra apenas alguma informação sobre os cadastros relacionados com a pesca. Há alguma novidade em relação ao cadastro da pesca, que vem desde 2012 sofrendo modificações, atualizações?

É que neste momento, aqui no nosso Rio Grande do Norte, nós temos muita preocupação, porque, desde aquela época da comissão do óleo nas praias, da qual fui Relator – ainda sou, porque o prazo foi suspenso –, nós tivemos problemas também relacionados à questão da atualização desse cadastro e, até hoje, em relação ao seguro-defeso também. Enfim, eu sei que talvez fosse um assunto mais para o Secretário da Pesca, mas V. Exa., na condição de Ministra, deve estar recebendo alguma informação que nos dê algum alento em relação à volta do funcionamento desses cadastros, a quando as coisas começarão a ser trabalhadas de novo com as colônias de pescadores, que são representações muito importantes para nós aqui, que somos um Estado bastante dependente da pesca não só no mar, mas – pouca gente sabe – também no interior.

Então, era só isto: saber se há alguma novidade em relação ao cadastro da pesca para nós. É isso.

Obrigado, Presidente.

Obrigado, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Obrigado, Senador Jean Paul.

Passo a palavra a V. Exa., Ministra, para responder ao Senador Jean Paul e também fazer as suas considerações finais.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Para expor.) – Senador Jean Paul, o cadastro da pesca tem também ligações com o INSS. Ele é complexo. Ele está também sendo desenvolvido. Ele teve um atraso com a pandemia, já era para ter sido entregue.

Nós tivemos uma reunião aqui na semana passada – ou retrasada, não me lembro – com o Secretário Jorge Seif, ele cobrando duramente do pessoal nosso aqui da TI, mas nós tivemos a notícia de que ele está em fase também finalíssima. É grande esse cadastro, nós tivemos problemas com ele no início, mas ele agora está bem encaminhado para ser finalizado.

A notícia que nós temos é que até maio a gente deve tê-lo já; ele está em fase de testes. Está sendo estressado para ver se realmente vai funcionar, porque ele tem um número enorme de pescadores. E a notícia que eu tenho é que em maio ele deve estar pronto para ser colocado à disposição dos pescadores para que a gente faça esse tão esperado cadastro, que facilite a vida dos pescadores. Então, essa é a notícia que eu tenho para lhe dar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Muito obrigado, Sra. Ministra.

Agradeço mais uma vez a sua participação junto conosco, na nossa Comissão, expondo o trabalho desse ministério tão importante para o nosso País, para os brasileiros. Agradeço também a presença, junto com V. Exa., do Secretário-Executivo do MAPA, Marcos Montes; do Secretário de Defesa Agropecuária, José Guilherme Leal; do Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo, Fernando Schwanke; do Presidente do Incra, Geraldo Melo Filho; do Diretor da Conab, Sérgio De Zen; e do Chefe de Gabinete da Ministra, Eduardo Sampaio.

Agradeço, Ministra, a V. Exa. pela presença e faço coro aos demais colegas nos cumprimentos pelo trabalho da senhora à frente desta pasta, volto a dizer, tão importante para o





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

nosso País e para os brasileiros. Quando V. Exa. tiver necessidade de estar conosco, será um prazer recebê-la novamente na nossa Comissão para debatermos o que há de mais importante no nosso País, a produção de alimentos, cuidando das pessoas, dos nossos agricultores, das nossas agricultoras e, principalmente, da população que recebe esses alimentos todos os dias de manhã, ao meio-dia, à tarde, nas suas residências.

Muito obrigado pela sua presença junto conosco, Ministra.

Nós passamos agora a uma segunda fase da nossa audiência.

Esta Presidência comunica, ainda, o recebimento das seguintes manifestações externas...

Bom, Ministra, nós encerramos a participação de V. Exa. Pergunto, V. Exa. gostaria de fazer...

A SRA. TEREZA CRISTINA – Muito obrigada, Senador. Eu é que agradeço a gentileza, as perguntas. Pode ter certeza de que nós vamos estar muito juntos nesse semestre, conversando e demandando desta Comissão também tão importante que é a Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Muito obrigada a todos vocês. Tenham aí um ótimo dia. E se cuidem!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Um abraço, Ministra e todos os secretários.

Foram encaminhados à Comissão de Agricultura os seguintes documentos de que passo a dar ciência aos Senadores. Os documentos recebidos tratam do novo modelo de pedágio que está sendo proposto para as rodovias brasileiras. Eu vou resumir os ofícios recebidos.

Ofício nº 56, de 2021, da Acic:

A população do Paraná aprendeu a lição e defende um novo modelo de pedágio que priorize a menor tarifa e sem a outorga onerosa. No entanto, apesar da integração dos paranaenses e da força desses argumentos [...] o Ministério da Infraestrutura insiste em agir de forma unilateral e sem reconhecer a importância das defesas apresentadas pelo Estado. O Ministério defende a outorga onerosa, que nada mais é que um mecanismo que mantém as tarifas elevadas.

Caso essa linha seja, de fato, a predominante, então o Paraná e o Brasil terão sérios problemas com o futuro do agronegócio [...].

Quem assina esse ofício da Acic é o Presidente Michel Vitor Alves Lopes e o Vice-Presidente Genésio Pegoraro.

O Ofício 020, de 2021, da Caciopar, diz o seguinte, em resumo:

Encarecidamente pedimos que esse tema seja, com urgência, tratado no Senado, para que essa Casa então se posicione diante dos absurdos pretendidos pelo Ministério de Infraestrutura. Só para dar um exemplo: por 24 anos, com tarifas elevadas e sem executar grande parte das obras previstas, o pedágio arrecadou [...] R\$ 70 bilhões. Agora, com o modelo proposto pelo Ministério, que dizem que é o "melhor para o nosso Estado, o valor a ser arrecadado em 30 anos chegará a R\$156 bilhões.

Quem assina é Flavio Gotardo Furlan, Presidente da Caciopar, e o Vice-Presidente Lucas Eduardo.

E temos o ofício da Coopavel, que, resumindo, diz o seguinte:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A atual concessão rodoviária no Estado termina em novembro de 2021 e o novo modelo proposto pelo Ministério da Infraestrutura prioriza a outorga onerosa, que é um mecanismo que mantém as tarifas elevadas e sem a garantia das obras há tanto esperadas e que são muito necessárias. [...]

Caso isso ocorra, reforçamos prezado Senador, [os Estados] [...] e o Brasil correrão o risco de enfraquecer seriamente um dos setores mais importantes da sua economia, responsável por gerar 27% dos empregos e por responder por cerca de 25% do PIB brasileiro, além de ter forte impacto na balança comercial do País. A balança comercial brasileira do agronegócio exportou em 2020 US\$100,8 bilhões, gerando no exercício um superávit de US\$50,9 bilhões.

Quem assina o ofício é o presidente Dilvo Grolli.

A implantação, conforme proposta de pedágio, nos traz preocupações não só com as rodovias do Paraná, porque serão extensivas a todos os Estados brasileiros. E a grande preocupação nossa é exatamente com a BR-364. Essa é a preocupação da população e dos produtores rurais e agroindustriais de Rondônia, Mato Grosso e Acre, pois a BR-364 é a principal artéria que corta Rondônia e transporta toda a produção do nosso Estado e parte da produção do Mato Grosso e Acre, além dos produtos da Zona Franca de Manaus. Se persistir esse sistema de outorga, nós teremos um aumento significativo dos custos dos pedágios. No caso da BR-364, em que já estamos trabalhando há alguns anos para a sua duplicação, nós aceitamos o pedágio, com a duplicação, mas não por outorga.

A primeira impressão que se quer passar é que quem paga a outorga é a empresa que ganha a licitação, mas ela vai cobrar do usuário que passa todos os dias nas praças de pedágio, ou seja, quem paga a outorga não é a empresa, é o usuário que utiliza a rodovia. Isso vem a encarecer significativamente a produção agrícola no nosso País. Por isso a nossa preocupação.

Eu vou dividir isso com o nosso colega Dário Berger, Presidente da Comissão de Infraestrutura, para que a gente possa também debater esse tema na Comissão de Infraestrutura. Nós já tivemos uma reunião prévia, quando já colocamos a importância de essas duas Comissões trabalharem irmanadas, pois o agronegócio vai muito bem porteira adentro, mas precisa de uma atuação fora das suas propriedades exatamente com relação ao transporte dessa produção. Nós precisamos cuidar da infraestrutura, pois ela tem uma importância direta não só na produção de grãos e alimentos, mas no custo dessa produção.

Então, é um tema realmente bastante preocupante. Nós vamos continuar esse debate com os nobres Senadores em outra oportunidade, mas fica aqui, Senador Irajá, Senador Jean Paul, que está nos ouvindo, Senadora Rose de Freitas, demais Senadoras e Senadores, que é um tema preocupante. Parece que ele não tem uma ligação direta com a nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, mas tem, sim, pois impacta muito nos custos da nossa produção de alimentos. E um tema que nós já estamos enfrentando com uma certa preocupação é o aumento de preço dos nossos alimentos nas gôndolas dos mercados. Se aumentarmos os pedágios, esses preços poderão subir ainda mais.

Com a palavra o Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pegar uma carona rápida na sua colocação sobre os preços dos alimentos, aproveitando a presença de alguns Senadores aqui também, para complementar dizendo que é importante a questão dos pedágios e é importante a questão da política de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

combustíveis, porque boa parte desse incremento advém justamente da política nacional que adotamos no Brasil, país autossuficiente em petróleo, praticamente autônomo no que diz respeito ao refino de produtos derivados, à obtenção de produtos derivados de petróleo, com um parque de refino grande e integrado, que atende e sempre atendeu, mesmo quando importávamos mais petróleo, o País todo. Em qualquer cantão do País, desde o Acre a Roraima, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, nunca faltou combustível no País, em lugar nenhum, a não ser, é claro, naqueles cortes circunstanciais por problemas logísticos, mas nunca tivemos crise.

E isso estamos falando desde Getúlio; não estamos falando desde agora, de ontem. Estamos falando de governos de antes do regime militar, de durante o regime militar, de depois do regime militar, do próprio regime militar. Se há, como eu costumo dizer, uma única unanimidade nos governos militares, com Getúlio, com Juscelino, com Jango, com Lula, com Dilma, com Fernando Henrique, com Itamar, com o nosso querido Senador Collor, o único ponto em comum foi a luta pela autossuficiência em petróleo. Todos esses Governos, nenhum deles deixou um instante sequer de lutar pela autossuficiência em petróleo. E, desde que chegamos a ela, no Governo interino do Presidente Temer, implanta-se uma política de combustível que nos iguala não ao Japão energético – porque o Japão não produz uma gota de óleo, mas, pelo menos, tem refinaria –, iguala-nos a uma ilha da Polinésia Francesa, que nem tem petróleo nem tem refinaria. Porque nós, e o frete brasileiro do agronegócio está pagando isso também, estamos pagando no Brasil o preço do diesel de Roterdã no mercado internacional, mais os custos de colocação dele no Brasil; mais o tanqueiro que viria de lá até aqui, mais todas as despesas de importação e as despesas de embarque e desembarque. Esse é o preço da paridade internacional que nós todos estamos pagando no Brasil autossuficiente em petróleo.

Isso não faz o menor sentido, Senador Acir! Não faz o menor sentido nem para a direita, nem para a esquerda, nem para o centrão, nem para o centrinho, para ninguém. Afinal, todos esses governantes, todos esses governos, todos as forças, de trabalhadores a empresários, lutaram para ser autossuficientes em petróleo para diminuir a sua exposição à oscilação volátil – aleatória, muitas vezes – do preço internacional do petróleo. E eis-nos aqui.

O próprio Presidente Bolsonaro, eu já disse, ele mesmo se sente desconfortável com isso. Mas aí venderam para a cabeça dele – com o outro time, a outra parcela lá do cérebro, que esquizofrenicamente tem que se equilibrar entre a demagogia de direita e o ultraliberalismo radical – venderam que ele não pode mexer no preço do combustível no Brasil. E isso não foi a Dilma que inventou, nem o Lula. O Fernando Henrique também controlava, o Itamar também controlava, o Castelo Branco controlava; todos esses governos, perseguindo a autossuficiência, ainda antes de encontrá-la, já faziam o amortecimento desse impacto, como qualquer país tem interesse quando produz o seu próprio petróleo.

Então, nós precisamos pensar sobre isso seriamente, porque está em curso não apenas uma política de preços inapropriada para um país autossuficiente em petróleo – e aí jogamos a autossuficiência fora –, como é inapropriado o perfil de refino que se está impondo à Petrobras, porque o Governo tem orientado a Petrobras a deixar 60% da sua capacidade de refino operando, e os outros 40%, em média, parados, para, digamos, favorecer a entrada de importadores que ajudariam o mercado a ficar mais competitivo. Ora, se você já está praticando preço internacional e obrigando a sua estatal a praticá-lo, por que a entrada de novos *players* faria o preço baixar? Já é o preço internacional! Esse é um argumento que não fecha.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, para completar essa tríade de preço e paridade internacional de parque de refino operando a meia bomba, tivemos agora, ontem, o fechamento da primeira de oito vendas de refinarias brasileiras, que vão ser compradas por operadores privados que vão poder fazer o que quiserem. Se eles quiserem transformar a refinaria da Bahia num produtor essencialmente de óleo de navio – que é o que interessa ao fundo de Abu Dhabi, transformar a refinaria da Bahia num produtor precipuamente de óleo *bunker*, de navio, que é do que eles precisam para comercializar no seu portfólio –, nós teremos de nos contentar em importar *diesel* e gasolina para o mercado do Nordeste em grandes quantidades de novo. Se a refinaria de Minas Gerais for vendida e o novo proprietário quiser fazer qualquer coisa com ela, mudar a configuração dela, ele o fará, porque não está mais atendendo ao objetivo de atendimento nacional de todo o mercado brasileiro, como a Petrobras tem o dever de fazer.

Então, é muito preocupante. E eu acho que devemos colocar aqui, na pauta desta Comissão também, já que temos boa parte do frete que atende não só o agronegócio de grande porte como a própria agricultura familiar – o trator, o caminhãozinho que vai para a cidade, que leva para a feira; tudo isso é afetado pelo preço do *diesel* e da gasolina, em menor instância, mas também –, nós deveríamos colocar em pauta a Política Nacional de Biocombustíveis, que nos obriga a ter um preço internacional, ou melhor, paridade internacional, que é pior do que o preço – não é o preço de Roterdã, é o preço de Roterdã mais os custos de colocação aqui –, para poder competir com o importador.

E os importadores, Senador Acir, são eventuais. Eles são oportunistas eventuais por natureza; não é xingamento isso, não. Por natureza, uma *trading* de combustível fica monitorando onde há falta de combustível, porque todos os países correm atrás da sua própria produção, para poderem usar primeiro a sua produção. Então, o importador não pode ter precedência sobre a estatal nacional do petróleo, e é isso está acontecendo hoje: nós estamos deixando refinaria parada, praticando preços que ajudam o importador – porque é o preço dele; é ele colocando o produto aqui –, e estamos impondo isso à nossa economia toda! Não estou falando aqui só do particular; estou falando de toda economia, do frete rodoviário. Estamos num país como se ele fosse não produtor de petróleo e não refinador de petróleo. Isso é um contrassenso que a gente vai ter que discutir e que, posso lhe assegurar, tem um impacto pelo menos três ou quatro vezes maior do que a questão dos pedágios. Embora a dos pedágios também seja muito importante, essa é importantíssima, porque nós temos todas as condições de controlar isso. Não estou também dizendo aqui que vamos controlar a Petrobras e ela vai ser prejudicada porque vai vender abaixo do preço, porque isso é totalmente controlável em patamares. De acordo com o preço internacional, você vai fazendo ajustes em patamares que traumatizariam muito menos a nossa economia e o nosso frete.

É a nossa proposta.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Muito obrigado, Senador Jean Paul.

De fato, o preço do combustível e o preço dos pedágios impactam diretamente nos alimentos da população brasileira. Esse é um tema a que nós vamos dar sequência, com certeza, nas próximas reuniões. Hoje nós falamos sobre a importância do alimento e dos preços dos alimentos.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto a esses ofícios – agradeço, mais uma vez, à Acic, à Caciopar e à Coopavel –, nós vamos dar encaminhamento a eles e vamos levá-los ao debate com os demais Senadores.

Nós falamos sobre regularização fundiária, sobre a importância da alimentação, mas todos nós desta Comissão, através dos membros, Senadores e Senadoras, estamos empenhados em arrumar vacina para toda a população brasileira.

Dessa forma, não havendo mais nada a tratar, declaro errada esta reunião.
Obrigado a todos.

(Iniciada às 13 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 31 minutos.)





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO PLENÁRIO VIRTUAL DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e onze minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, no Plenário Virtual do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Irajá, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Paulo Rocha e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Jorginho Mello, Jaques Wagner, Marcos Rogério e Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Esta Presidência comunica ainda o recebimento da seguinte manifestação externa: Recomendação 02, de 2021, do Ministério Público Federal, Procuradoria da República de Rondônia ao Incra quanto à sua atuação relacionada à sistemática adotada pelo Memorando-Circular nº 1, de 2019, Incra, à sua sede, que suspendeu a realização de vistorias em imóveis rurais para fins de reforma agrária em processos de obtenção por meio de desapropriação. O Ministério Público Federal cita que áreas públicas de Rondônia, devido à restrição do memorando-circular, têm sido impedidas de cumprirem sua função social constitucionalmente estabelecida de destinação às muitas famílias com perfis de beneficiários de reforma agrária aguardando assentamento. Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição da Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa. Finalidade: Debater as proposições legislativas (em especial o PL 510/2021) e as regulamentações vigentes sobre regularização fundiária, bem como a aplicação do Decreto nº 10.592/2020, que "regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis". Participantes: Brenda Brito, Pesquisadora do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); Alair Luiz dos Santos, Secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag); Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Muni Lourenço Silva Júnior, Vice-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e Luiz Antonio Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Resultado: Audiência





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos. Usam da palavra Senador Acir Gurgacz Presidente da Comissão, e os Senadores, Jaques Wagner, Carlos Fávaro, Irajá, Paulo Rocha, Izalci Lucas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/04/29>





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica ainda o recebimento da seguinte manifestação externa.

Recomendação 02, de 2021, do Ministério Público Federal, Procuradoria da República de Rondônia ao Incra quanto à sua atuação relacionada à sistemática adotada pelo Memorando-Circular nº 1, de 2019, Incra, à sua sede, que suspendeu a realização de vistorias em imóveis rurais para fins de reforma agrária em processos de obtenção por meio de desapropriação. O Ministério Público Federal cita que áreas públicas de Rondônia, devido à restrição do memorando-circular, têm sido impedidas de cumprirem sua função social constitucionalmente estabelecida de destinação às muitas famílias com perfis de beneficiários de reforma agrária aguardando assentamento.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição da Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet.

Hoje nós temos como convidados...

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater as proposições legislativas (em especial o PL 510, de 2021) e as regulamentações vigentes sobre regularização fundiária, bem como a aplicação do Decreto nº 10.592, de 2020, que regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.

Os convidados para esta reunião de hoje são: Dra. Brenda Brito, Pesquisadora do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); Muni Lourenço Silva Júnior, Vice-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Alair Luiz dos Santos, Secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag); Luiz Antônio Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Geraldo José...

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Só um minutinho.





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Prossigo: Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); também o autor do PL 510, o Senador Irajá; e o Senador Carlos Fávaro, que é o Relator desta matéria.

Antes de nós entrarmos nesse assunto, faço algumas considerações muito rápidas com relação ao que o Brasil enfrenta ainda com relação à Covid-19. Nós, infelizmente, atingimos a marca de 400 mil pessoas que faleceram pela Covid-19. Não há outra coisa a fazer senão concentrarmos todas as nossas energias para buscar vacina para toda a população brasileira. Essa é a meta, tenho certeza, de todos os Senadores, de todas as Senadoras, pois estão todos realmente muito preocupados com a situação neste momento.

Nós temos algumas ações importantes a serem feitas no nosso País. Mesmo com relação à Covid-19, nós não nos podemos esquecer da educação do nosso País, não nos podemos esquecer da produção de alimentos, não nos podemos esquecer da nossa infraestrutura.

E, para nós que precisamos aumentar ainda mais a produtividade no nosso País, não só em quantidade, mas também em qualidade, um dos temas é a regularização fundiária. Nós temos que levar documento ao homem do campo, àqueles que têm realmente direito de receber o seu título definitivo e de, posteriormente, fazer a sua escritura.

Nós temos também outro tema importante: recuperação das áreas degradadas, principalmente na Amazônia. No nosso Estado de Rondônia, por exemplo, nós temos aproximadamente 30% de áreas degradadas a serem recuperadas, para aumentarmos a produtividade sem haver desmatamento. É investir nas áreas degradadas.

E outro ponto: não adianta nós aumentarmos a produtividade, nós aumentarmos a produção, a qualidade do nosso produto, se nós não tivermos infraestrutura para transportar e escoar a nossa produção.

Ao longo deste mês de abril, eu recebi várias comunicações, cartas, pedidos de associações, de cooperativas com relação ao custo Brasil, com relação às estradas brasileiras, com a ameaça do aumento do preço do pedágio nas estradas brasileiras, o que, com certeza, trará um aumento de custo para o nosso País. Nós já contatamos também a Comissão de Infraestrutura do Senado, para que a gente possa avançar nesse debate.

Nós estamos cuidando das questões também de concessões da ANTT, porque há uma consequência direta no custo dos nossos produtos de exportação e também para a população brasileira, que precisa dos alimentos que nós produzimos. Nós temos, por exemplo, as ingerências da ANTT nos contratos de concessão de rodovias da segunda e terceira etapas do programa de concessão de rodovias federais. Esse é um tema que nós vamos trazer em uma próxima audiência pública, junto com a Comissão de Infraestrutura, com relação ao Processo 010.222/2019, que está no TCU, sobre esse tema, que poderá encarecer, e muito, o transporte de carga no nosso País. Aumentando o custo do transporte de carga, vai aumentar o custo da cesta básica da população brasileira.

Há outro pedido que faço com relação à questão de infraestrutura. Nós estamos com vários caminhões tendo dificuldade entre o Estado do Acre e o de Rondônia por conta da construção da ponte na Ponta do Abunã sobre o Rio Madeira na BR-364. Essa obra iniciou-se em 2014. Já está pronta há 45 dias e ainda não foi liberada para que os caminhoneiros possam utilizar a





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ponte. É importante inaugurar? É importante inaugurar, com certeza, mas a festa maior são dos caminhoneiros, das pessoas que utilizarão essa ponte, que deixarão de utilizar a balsa, que leva hoje duas horas para fazer essa travessia. Nós estamos em meio a uma pandemia, não é hora de concentração de pessoas. Vamos liberar essa ponte. Fica aqui o nosso apelo ao Ministério da Infraestrutura: vamos liberar a ponte sobre o Rio Madeira na Ponta do Abunã. Isso é muito importante para a população de Rondônia e, principalmente, para a população do Acre.

A atualização e a consolidação de normas legais e regras administrativas para fazer a regularização fundiária acontecer com mais rapidez em todo o País, com menos burocracia e mais segurança jurídica, promovendo a cidadania no campo e na cidade, é o que buscamos com esta audiência pública. Esse é um tema que a gente tem discutido muito aqui no Senado e que precisa sair do campo das discussões políticas, ideológicas e técnicas para o campo da prática, da realização, ou seja, o título da terra na mão dos agricultores.

Esta audiência pública é resultado de um acordo que fizemos com os demais Senadores no último dia 15 de abril, quando aprovamos, no Plenário virtual do Senado, o PL 4.348, de 2019, que trata da regularização fundiária das ocupações com características de colonização de terras da União reconhecidas antes de 10 de outubro de 2008. A aprovação dessa matéria no Plenário do Senado já foi um grande avanço. Agradeço mais uma vez aos Senadores e às Senadoras pela aprovação da matéria. Estamos aqui cumprindo o nosso acordo e ampliando o debate sobre este tema. Portanto, esta audiência pública também atende ao acordo que realizamos na sessão plenária de ontem, quarta-feira, dia 28 de abril, quando estava na pauta o PL 510, de 2021, de autoria do Senador Irajá e relatado pelo Senador Carlos Fávaro. O PL 510, que também trata da regularização fundiária, das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União foi retirado de pauta para que pudéssemos discutir seu mérito de forma mais ampla, aqui nesta audiência pública.

É bom que fique bem claro que nosso objetivo aqui hoje é discutir como podemos articular a regularização fundiária em terras da União, de que tratam tanto o Decreto 10.592, de 2020, como o PL 510.

Não vamos tratar aqui de regularização de terras invadidas, de terras griladas ou ocupadas de forma irregular. Não vamos tratar de regularização de reservas ambientais, unidades de conservação, terras indígenas ou qualquer outra situação que não esteja na ementa do Decreto 10.592 e do PL 510, sendo que ambos tratam exclusivamente das ocupações em terras da União e do Incra.

O que buscamos é a evolução e a modernização do processo de regularização fundiária no País, com a utilização de tecnologia, como o sensoriamento remoto, o cruzamento dos bancos de dados e a parceria com as prefeituras, para dar mais agilidade, segurança, transparência a todo o processo.

Precisamos aperfeiçoar a aplicação das legislações existentes, o que pode ocorrer com a aprovação do PL 510 e de outros projetos que estão tramitando nesta Casa, não só nesta Comissão, mas em outras Comissões, projetos que tratam da regularização fundiária ou da recuperação de áreas degradadas, como o PLS 403, de 2017, que institui o Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia ou simplesmente Restaura Amazônia. Esse





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

projeto de minha autoria está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguarda a sua votação.

Através desse projeto, proponho incentivos fiscais para restauração ambiental de áreas degradadas ou em vias de degradação na Amazônia Legal. Por meio do Restaura Amazônia, sugiro instrumentos financeiros para compensação dos proprietários, concedendo, por exemplo, isenção de alguns tributos, tais como o Imposto de Renda e o Imposto Territorial Rural, para os proprietários de imóveis que aderirem ao programa e cujas declarações anuais à Receita Federal evidenciem a restauração da área identificada como degradada, bem como seu uso sustentável.

Nós recebemos do nosso colega Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, um relatório da PUC do Rio de Janeiro que trata de iniciativas de políticas climáticas que contém críticas e sugestões ao PL 510/2021, que passo à mão do Relator para que possa fazer a análise dessas informações.

Também informo que recebemos a indicação, através do Senador Jaques Wagner, de mais uma pessoa para debater junto conosco esse tema, também da Senadora Eliziane Gama. Eu informo, em função inclusive do horário de início da nossa reunião, da nossa audiência pública, que nós teremos que terminá-la às 15h30, para que o Presidente do Senado possa dar início à Ordem do Dia do Senado Federal.

Eu proponho aos colegas Senadores e Senadoras, como esses dois nomes – não os tenho aqui agora – não estão incluídos na pauta de hoje, e creio que não vamos conseguir ouvir a todos que estão convidados a participar, que nós incluamos esses dois nomes nessa audiência e passemos a ouvir até 15h30 aqueles que nós conseguirmos ouvir, e poderemos dar continuidade na segunda-feira, a partir das 14h, se as Sras. e os Srs. Senadores concordarem, pois eu acho importante nós ouvirmos, Senador Carlos Fávaro, todos aqueles segmentos que têm interesse em contribuir para o PL 510. É importante debatermos, ouvirmos todos aqueles que podem nos ajudar a melhorar o PL 510.

Portanto, eu sugiro que a gente inicie a nossa audiência pública e possamos dar sequência até às 15h30, darmos um intervalo e reiniciarmos se não conseguirmos finalizar – entendo que não, porque temos apenas uma hora para que todos possam fazer suas considerações –, darmos sequência segunda-feira. E aí sim, nós incluiremos os dois nomes indicados, tanto pelo Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, como também pela Senadora Eliziane Gama.

Passo a palavra ao Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Não, Presidente Acir. Na verdade, eu tinha pedido uma questão de ordem simplesmente para tentar essa inclusão. Mas a solução dada por V. Exa. me atende e eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jaques Wagner.

Eu entendo que é um assunto importantíssimo. Nós não podemos perder a oportunidade de fazer esse debate ampliado, com todos aqueles que pretendem e querem contribuir para que a gente possa, de fato, fazer acontecer a regularização fundiária com toda a segurança





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

necessária, com toda a segurança com relação ao meio ambiente, com relação a todos aqueles que estão nas suas áreas, que precisam e dependem dessa regularização.

Eu agradeço a compreensão de todos os Senadores e Senadoras e passo a palavra agora, de pronto, ao nosso Relator do PL 510, Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para discursar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador colega Acir Gurgacz, também demais Senadores e Senadoras que estão participando desta importante audiência pública, convidados, todos que querem contribuir com esse tema tão relevante para o nosso País.

Primeiramente, Sr. Presidente, eu quero fazer o uso inicial e muito breve neste momento das minhas palavras porque o que nos interessa neste momento é ouvir sugestões, é ouvir as demandas para que nós possamos, de fato, fazer um projeto de lei equilibrado, que venha atender de forma eficiente a regularização fundiária com a preservação ambiental.

Eu vou, de novo, passar o conceito daquilo tudo que falei com os colegas Senadores nos últimos dias. O senhor disse muito bem na introdução, na abertura desta audiência pública. Ninguém está aqui para contemporizar grileiro de terra; ninguém está aqui para ser conivente com crimes ambientais.

Eu e o Senador Jaques Wagner conversamos bastante ontem, fiquei muito feliz com a nossa conversa, entendimentos de que podemos e devemos ter políticas públicas com eficiência, porque o mundo todo quer produção sustentável, equilibrada, respeitando o meio ambiente, respeitando as leis trabalhistas, respeitando o direito de produzir, mas respeitando o direito do consumidor internacional, que quer essa segurança jurídica.

Portanto, amigos, minha participação inicial é no sentido de estar aberto. Eu ontem fiz mais convites ainda de todos os que se manifestaram em redes sociais, muitos até com críticas antecipadas. Nós não precisamos ter esse tipo de preconceito, nós temos que vir para dentro do debate. Estou completamente aberto como Relator, como também o autor do projeto, Senador Irajá, a quem quero agradecer a confiança, assim como do Presidente Rodrigo Pacheco, por me designar como Relator desse projeto. Em nenhum momento eu consegui encontrar dentro do Projeto de Lei 510 onde se flexibiliza, que seja conivente com crimes ambientais. Não vou sair desse tema com essa flexibilização.

Também deixo muito claro: não vamos defender latifundiários. Esse projeto de lei visa a regularizar as terras de pequenos e médios produtores, e é isso o que faremos com o apoio de todos que contribuírem nesse sentido.

Por isso, Sr. Presidente, quero, a partir de agora, mais ouvir, para que nós possamos chegar ao final desta audiência pública, na segunda-feira, equilibrados para trazer esse assunto à pauta do Senado Federal e votarmos com tranquilidade o melhor texto possível.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Carlos Fávaro.

Passo a palavra ao Senador Irajá, que é autor do PL 510.

V. Exa. tem a palavra, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Boa tarde, Presidente Acir Gurgacz, boa tarde meus colegas Senadores e Senadoras.





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu ouvi atentamente...

Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)

– Sim, estamos ouvindo.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para discursar.) – Ótimo!

Eu ouvi atentamente o nosso Relator, o amigo Carlos Fávaro, que, talvez, entre os 81 Senadores que estão presentes hoje nesta legislatura, seja o Senador mais habilitado para poder tratar desse tema de regularização fundiária, porque ele viveu na pele o drama que os assentados do Brasil, os pequenos produtores enfrentam e sofrem com a falta da sua terra reconhecida perante as instituições constituídas no Brasil. Como ele vivenciou isso há 40 anos – e ele deu esse depoimento na sessão de ontem, quando todos puderam acompanhar –, ele está, mais do que todos nós, credenciado a poder mediar e fazer essa interlocução em torno de um marco regulatório que seja compatível com a necessidade do nosso País, que respeite as nossas leis, a nossa soberania, que preserve o meio ambiente, que garanta o cumprimento da função social da terra – que é produção, não é especulação –, e também as leis trabalhistas, entre outras obrigações.

Então, Fávaro, eu fico muito feliz, na condição de autor deste projeto, e lisonjeado, por ter você conduzindo e liderando esse processo de poder ser o interlocutor para que nós possamos chegar a um entendimento com racionalidade, com equilíbrio e, acima de tudo, com o senso de urgência que requer este assunto.

É um projeto que já vem sendo exaustivamente discutido no Congresso Nacional, especialmente nesses últimos dois anos, quando tivemos a nossa MP 910 editada pelo Executivo e que, no entanto, teve a sua caducidade depois de quatro meses. Infelizmente, nós não conseguimos avançar na discussão no Senado e na Câmara porque entramos nesse período da pandemia e os trabalhos da Comissão Especial constituída foram suspensos, e isso prejudicou a sua tramitação.

No entanto, nós estamos diante de uma nova oportunidade de poder rediscutir esse assunto e, sob a sua liderança, sob o seu conhecimento, com o seu *know-how* como pequeno produtor que chegou ao Mato Grosso há 40 anos como assentado e que passou por essa experiência ruim, você, mais do que todos nós aqui, sem desmerecer nenhum colega que estaria também em condições de relatar esse projeto, mas, pela sua experiência, eu percebo que todos nós ficamos muito confortáveis de você poder fazer esse bom trabalho que você iniciou como Relator do Projeto 510/2021.

É uma oportunidade ímpar de nós podermos aprovar um marco regulatório que seja verdadeiramente uma oportunidade para essas pessoas, quase 300 mil famílias no Brasil, que esperam há décadas por essa chance de terem o título definitivo da sua terra. Esse marco regulatório, na verdade, vai corrigir essa injustiça histórica de décadas dessas pessoas que esperam uma chance de poder tirar um financiamento da sua propriedade, tirar um custeio, um investimento, melhorar a condição de vida da sua família, gerar emprego e, claro, também, como dono da terra, ser um grande cumpridor das leis, porque é disso que se trata o projeto. Uma terra





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

sem dono é uma terra sem lei. Eu enfatizei muito isso na fala que tive a oportunidade de poder transmitir durante a nossa sessão.

Nesse sentido, o projeto fortalece o combate ao desmatamento, porque ninguém fica no anonimato, nem o criminoso e muito menos as pessoas de boa-fé vão ficar à margem da lei e vão ficar na sombra da União, porque é isto que está acontecendo hoje: tanto o criminoso quanto as pessoas de boa-fé, que são a grande maioria, estão à margem da lei e ficam na sombra da União, que hoje é o verdadeiro proprietário, é o verdadeiro detentor do domínio – claro, sem considerar que existe a posse pacífica e mansa na grande maioria dos casos. Mas, uma vez reconhecida a titularidade dessa área, os nossos órgãos de controle, como o Ibama, como o Ministério do Trabalho, como o próprio Incra, poderão cumprir o seu papel de fiscalizador, o seu trabalho punitivo, quando for o caso, àqueles que não estiverem cumprindo a lei.

Portanto, além de estarmos corrigindo essa distorção histórica com mais de 300 mil famílias, nós estaremos dando e responsabilizando essas pessoas que estão na posse desses imóveis rurais por todos os Estados brasileiros, principalmente nos sete Estados que compõem o nosso bioma amazônico, entre eles o meu Estado do Tocantins.

Mas eu tenho absoluta confiança, Presidente Acir e meus colegas Senadores e Senadoras, de que, com o bom senso, com o espírito que nos une, que é de poder corrigir essa distorção histórica de regularizar essas famílias de pessoas de boa-fé, que representam a grande maioria dos casos... E nosso papel aqui é discutir e definir uma lei que beneficie a maioria, que são os 99% de brasileiros de boa-fé que existem, e jamais contemplar criminosos, que representam a minoria ou o 1% que seja. E este é um papel em que precisamos nos debruçar nos próximos dias: fazer esse enfrentamento, respeitando as opiniões divergentes, as posições de cada um, mesmo aqueles que são contrários, mas procurando chegar a um entendimento e principalmente se apegando à racionalidade, que eu acho que é o que deve nortear o nosso trabalho nesta audiência pública e que, acima de tudo, vai também conduzir o trabalho do nosso grande Relator Carlos Fávaro.

Eu encerro as minhas palavras, Presidente, agradecendo a todos que têm contribuído com as suas emendas. Ninguém aqui é dono da razão, muito menos eu, também o nosso Relator Carlos Fávaro. Nós estamos aqui como instrumento para poder construir um texto que seja adequado, compatível, responsável e que possa modernizar esse marco regulatório, que é arcaico, obsoleto e que, infelizmente, não deu certo, porque, se tivesse dado certo, esse passivo todo já teria sido resolvido. Essa é a maior prova de que a lei que nós temos atualmente não tem resolvido o problema desses pequenos produtores brasileiros.

É igual ao exemplo, Carlos Fávaro, de uma turma que tem 50 alunos; se 49 reprovam, a culpa é do professor ou dos alunos? É a mesma analogia que eu faço para as leis que nós temos atualmente voltadas à regularização fundiária. Existe um arcabouço jurídico de leis que tratam desse assunto da regularização; no entanto, na prática, esses pequenos produtores não são regularizados. Então, o problema não pode ser com eles. A grande maioria está errada? Ou é a lei que não está adequada, ou porque ela não proporciona algum tipo de desburocratização e não permite que essas pessoas possam receber o seu título definitivo?





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas eu encerro definitivamente, Presidente, agradecendo a contribuição de todos os Senadores, através das suas emendas, e me coloco à inteira disposição, para que a gente possa, num debate de alto nível, conseguir definir um texto que seja razoável e que nós possamos aprovar na semana que vem.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Muito obrigado, Senador Irajá.

Pedem a palavra aqui o Senador Wellington Fagundes e o Senador Izalci. Pergunto se é agora ou se é para depois dos nossos oradores.

Depois, não é? Muito bem.

Só para atualizar, então, os nossos convidados... Além dos que eu já mencionei, também incluímos agora, a partir do início da reunião, Professora Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais, e a Dra. Cristina Leme Lopes, pesquisadora da PUC do Rio de Janeiro. E também Evaristo Eduardo de Miranda, pesquisador da Embrapa. São esses, então, os convidados, os oradores desta tarde.

Passo a palavra agora para a Dra. Brenda Brito, pesquisadora do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

V. Sa. tem em torno de 15 minutos, se assim o desejar. Se precisar de um pouco mais, não há problema. *(Pausa.)*

A senhora precisa liberar o seu microfone.

A SRA. BRENDA BRITO – Agora sim, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Agora sim.

A SRA. BRENDA BRITO (Para expor.) – Ótimo. Obrigada.

Bem, boa tarde a todas e todos os Senadores e Senadoras presentes, ao Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão, a quem agradeço o convite para falar nesta audiência, representando o Imazon, que é um instituto de pesquisa não governamental brasileiro, sediado em Belém, fundado há 30 anos, que tem como missão promover o desenvolvimento sustentável e conservacional da Amazônia.

Nós temos, nos últimos 15 anos, estudado e nos debruçado sobre esse tema fundiário, especialmente na Amazônia. Temos várias publicações sobre o tema. Publicamos, há pouco tempo, um relatório chamado "Dez fatos essenciais sobre regularização fundiária na Amazônia Legal" e também temos uma nota técnica específica sobre o Projeto de Lei 510, de 2021, sobre o qual vou dedicar a maior parte da minha fala hoje.

Eu queria, inicialmente, enfatizar que a regularização fundiária é importante para garantir a segurança no campo, para reduzir conflitos, para gerar renda, desenvolvimento... Acho que, quanto a isso, não há contradições, não é? Nós todos concordamos. Mas é igualmente importante que as leis e práticas fundiárias sejam compatíveis com as leis ambientais e com os objetivos de redução do desmatamento. Ou seja, o Brasil precisa resolver o seu passivo fundiário, precisa regularizar as demandas legítimas de direito à terra, sem provocar mais ocupação ilegal de terras públicas associada a desmatamento. Esse é o nosso grande desafio





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

nesse tema. Mas, infelizmente, na minha avaliação, o Projeto de Lei 510 não traz inovações para combater grilagens de terras ou para avançar na regularização fundiária com as salvaguardas necessárias no tema socioambiental, e ainda podem estimular novas invasões de terras públicas associadas ao desmatamento.

Para explicar melhor essa minha posição, eu queria abordar três aspectos principais. Primeiro, esse argumento de que é necessário titular a terra para reduzir o desmatamento, na lógica de que só quando a gente consegue identificar quem desmata que é possível punir. Esse é um argumento que tem sido muito falado, principalmente nos últimos dois anos, por conta do aumento absurdo de desmatamento, especialmente na Amazônia, que ocorreu a partir desse ano de 2019, que superou, pela primeira vez em uma década, 10 mil quilômetros quadrados de desmatamento. Na minha avaliação, essa afirmação não possui nem base jurídica nem base científica. Do ponto de vista jurídico, não existe, na legislação ambiental brasileira, a exigência de que uma pessoa só pode ser punida por praticar um dano ambiental se ela for dona do imóvel, até porque a gente tem, na própria Lei de Crimes Ambientais, a previsão do crime de desmatar floresta pública. Então, não faz sentido dizer que eu não posso punir quem está praticando o desmatamento em floresta pública porque essa pessoa não é dona dessa área. E há vários estudos, como um estudo do MapBiomas, por exemplo, que indica que já é possível identificar CPFs e CNPJs ligados a desmatamentos ilegais em 75% dos casos, usando informações que já estão disponíveis em cadastros governamentais, como, por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural. Então, basta realmente, se houver essa intenção de punir o crime ambiental, utilizar essas informações para poder identificar quem está praticando o desmatamento legal.

O segundo ponto é que essas florestas que estão sendo desmatadas têm dono, e os donos somos todos nós brasileiros e brasileiras, porque a gente está falando de terras públicas – terras públicas da União, como foi colocado aqui. São florestas públicas, e a manutenção dessas florestas como públicas é fundamental para que elas continuem sendo conservadas, porque vários estudos que foram publicados na última década mostram que as áreas mais conservadas são justamente as áreas públicas protegidas, especialmente como terras indígenas ou também como unidades de conservação. O projeto MapBiomas também fez uma avaliação que mostra que, nos últimos 35 anos, as áreas mais desmatadas são justamente as áreas privadas, e as áreas mais conservadas são as áreas públicas protegidas. Então, se a gente quer, como Nação, reduzir o desmatamento, a gente precisa alocar essas florestas rapidamente para proteção, porque senão elas acabam sendo alvo de ocupação ilegal.

No Imazon, a gente estima que, em média, 40% do desmatamento anual na Amazônia está ocorrendo nessas áreas públicas que ainda não tiveram uma destinação, mas isso não significa dizer que essas áreas devem ser tituladas, porque, na nossa avaliação, fazer isso é, na verdade, premiar o desmatamento, não é punir o desmatamento. E esse tipo de desmatamento que ocorre nas florestas públicas está acontecendo justamente para forçar a privatização dessas áreas. Isso é um ciclo histórico que se repete aqui na Amazônia, que já aconteceu em outras regiões do Brasil, mas que agora visivelmente ocorre na Amazônia, que começa justamente com a ocupação, com a invasão de uma terra pública; seguido de desmatamento para demonstrar o uso dessa área. Na sequência, esse imóvel é loteado, é inscrito em cadastros, como o Cadastro





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ambiental Rural; quem ocupou pede um título de terra para esse imóvel, muitas vezes acaba vendendo essa ocupação para terceiros que acabam comprando muitas vezes de boa-fé, sem saber que se trata de uma área ilegalmente ocupada. Quando a lei não permite que essas áreas sejam regularizadas, o que a gente observa é uma pressão sobre o Congresso, justamente para mudar a lei. E, quando essa lei é mudada, a gente, então, acende essa nova expectativa de que as áreas continuem sendo ocupadas, porque no futuro vai haver uma mudança da lei que vai legalizar essas ocupações.

A gente viu exatamente isso acontecendo quatro anos atrás, porque a Lei 11.952, sobre a qual a gente está conversando aqui hoje, já foi amplamente modificada em 2017. Inclusive, foi feita uma extensão do prazo de ocupação de terra pública em que pode ser legalizada. Esse prazo era 2004 e, com a lei mudada em 2017, passou a ser 2011, se a gente considerar todas as situações que são previstas na lei. E a minha avaliação do PL 510 é que há uma tentativa de ampliar esse marco temporal, agora, para 2014, porque a gente precisa olhar não só lá o que está no art. 5º, que fala 2012, mas também a proposta do art. 38, que acaba estendendo isso para 2014.

E o ponto que eu acho que talvez seja um dos mais problemáticos do PL é que, também no art. 38, há uma proposta de permitir a legalização de áreas públicas que sejam, na minha avaliação, invadidas a qualquer tempo, inclusive no futuro, porque o artigo prevê que imóveis que não atendam aos requisitos de regularização, ou seja, por exemplo, a ocupação ocorreu após o marco temporal, que esses casos que sejam indeferidos possam ser privatizados via licitação, mas dando preferência para quem ocupou e invadiu essa terra.

Então, aprovar o PL 510 com essa redação vai permitir a venda de terra pública ocupada após o marco temporal, o que é um estímulo direto para que haja mais ocupação de terra pública na expectativa de que essas áreas sejam regularizadas. E a gente sabe que isso está associado ao desmatamento.

A gente já estimou no Imazon que esse tipo de mudança na lei pode levar a um desmatamento adicional de até 16 mil quilômetros quadrados, fora o desmatamento que já está ocorrendo todo ano. E isso se a gente considerar... No nosso estudo, a gente considerou uma área de 19 milhões de hectares, que já estava, digamos, carimbada como área para regularização fundiária pelo Governo Federal. Mas a gente sabe que esse PL vai abranger uma área ainda maior e também fora da Amazônia. Então, na prática, a gente nem sabe ainda qual é o possível impacto total de desmatamento que esse tipo de disposição pode trazer.

Um segundo argumento que eu gostaria de trazer aqui para os senhores é a questão de se precisa ou não mudar a lei para corrigir essa injustiça, de fato, histórica com milhares de famílias que aguardam o título de terra há décadas – isso é fato. Aqui na Amazônia isso é uma situação infelizmente. A gente sabe que há um passivo. A questão é que essas demandas já estão plenamente cobertas na atual Lei 11.952, porque ela já prevê, como eu falei, a regularização para pessoas que ocuparam terra pública até 2011. Então, não faz sentido defender que é preciso aprovar o PL para reconhecer o direito de quem já está nessa área há décadas, desde que essas pessoas, obviamente, ocupem de forma pacífica e estejam





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

produzindo. Então, não faz sentido mudar a lei para atender essas famílias. O que a gente precisa é implementar a legislação.

E o terceiro ponto que eu gostaria de trazer é a proposta do PL de praticamente retirar a vistoria prévia ao imóvel como se fosse uma solução para resolver a demora na titulação ou uma possível desburocratização. Entendo que isso também não está certo, está equivocado, porque, se a dispensa de vistoria é a solução para agilizar a regularização fundiária, então eu entendo que essa solução já nasce fracassada, porque a maior parte dos imóveis que aguarda a titulação nunca precisaram de vistoria. Desde a aprovação lá atrás, em 2009, da Lei 11.952, os imóveis de até quatro módulos fiscais, que são imóveis da agricultura familiar e que, segundo o Incra, são em torno de 80% dos imóveis que aguardam a titulação, não precisam de vistoria prévia. Então, se fosse verdade que a vistoria é aquilo que emperra a regularização, como é que pode, depois de 12 anos da lei, ainda haver tantos imóveis, a maioria, justamente nessa faixa de tamanho que aguardam titulação?

É bom e importante reforçar que é impossível ter certeza se a área tem conflito, se tem ou não conflito, só olhando pela imagem de satélite. O uso de tecnologia, de sensoriamento remoto, é importante, é bem-vindo, o Incra já tem o sistema, desde 2019, que faz esse trabalho, que cruza dados, o uso já está regulamentado pelo Decreto 10.952, de 2020, já pode, já se está usando essas ferramentas. E é importante porque pode, sim, reduzir o tempo de vistoria, é possível pela imagem de satélite já ter uma noção se a área tem ou não uso produtivo, mas a lei exige a ocupação mansa e pacífica, e sem vistoria não tem como garantir isso.

Então, aumentar o tamanho dos imóveis que têm essa dispensa de vistoria ou até excluir, como propõe o PL 510, aumenta o risco de titulação em áreas com conflito, e conflito não traz segurança jurídica, que é o que se pretende ao final, a gente quer a segurança jurídica no campo também.

E, além disso, essa dispensa que está sendo proposta acaba contrariando uma decisão do STF, que já julgou a Lei 11.952 e considerou que a vistoria só pode ser dispensada para imóveis de até quatro módulos fiscais e se houver uma checagem robusta de banco de dados que deem segurança de que aquela área, de fato, de que o titular daquela área não está violando nenhum outro direito, mas eu não vejo no PL 510 inovações que, de fato, contribuam com essa robustez na checagem e que digam que com segurança é possível dispensar a vistoria, porque "olha, eu consigo com esses dados, agora, checar conflitos". Infelizmente, não vejo que isso está sendo proposto no PL.

Nesse tema de demora para titulação, que eu acho que é um dos principais nesse caso, eu realmente queria chamar a atenção – imagino que o Presidente do Incra vai apresentar os dados de titulação que ocorreram nos últimos anos – para um dado da titulação de terra feita diretamente pelo Governo Federal, em títulos definitivos, em 2019 e 2020. O Incra emite vários tipos de títulos: títulos para assentamentos, títulos provisórios, liberação de cláusulas resolutivas, enfim, mas a gente está falando aqui da Lei 11.952, e eu acho que é importante focar nos títulos definitivos de terra. Quando a gente olha para a média, de 2009 a 2018, a gente vê que houve uma média de 3.190 títulos emitidos por ano, o que não é suficiente, é baixo desempenho. Eu acompanhei a implementação dessa lei, a gente tem vários relatórios analisando, é um





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

desempenho baixo, até porque já chegou em um momento a ser quase 10 mil títulos. Então, de fato, houve uma queda, mas a média é de 3 mil títulos.

Quando a gente olha o que aconteceu em 2019 e 2020, a gente vê, segundo informações que o Incra enviou para o STF, numa nota técnica recente, que em 2019 foi emitido um título definitivo diretamente pelo Incra. Em 2020, foram 553. Eu trago essas informações porque se a preocupação do Senado, do Congresso, é acelerar a titulação, esse tipo de titulação, com a segurança que é necessária e propor uma solução para isso, eu acho que é importante o Congresso questionar por que houve uma redução tão brusca no número de titulação, porque se já era baixo, ficou ainda pior. A gente saiu de 3 mil para, agora, 553 e 1 em 2019.

Então, eu entendo aqui que realmente houve uma decisão precipitada de repassar para o Incra essa atribuição, porque é importante lembrar que a implementação da Lei 11.952 não era do Incra, desde a aprovação em 2009 havia uma estrutura fora do Incra para implementar essa lei; o Incra participava de vários, de diferentes momentos – e muitos que são importantes nessa prática –, mas de fato não era lá que tramitava. Então, o que aconteceu? Houve uma decisão do Estado de repassar isso para o Incra sem dar as condições adequadas. Veio um legado de, como o próprio Presidente do Incra já falou em outras situações, processos de papel. A equipe foi totalmente dispersada, então não ficou o histórico daquele processo dentro da instituição, e, de fato, não foram dadas as condições para que essa implementação acontecesse.

Eu acho que esse é um ponto talvez principal que deveria ser avaliado para realmente ver que tipo de medidas podem ser feitas para reforçar a capacidade institucional do Incra, porque não vai adiantar mudar a lei agora, tentando fazer todas essas flexibilizações que eu comentei aqui, se no final não houver estrutura. Vai continuar sendo lento. Infelizmente, essa é a realidade.

E, antes de concluir, eu queria enfatizar que qualquer solução para esse tema fundiário realmente requer um ambiente de confiança, de diálogo e de transparência, e, infelizmente, esses três aspectos não existem atualmente quando a gente fala desse tema, quando a gente fala do Governo Federal, em alguns casos eu diria até do governo estadual, e do ponto de vista da sociedade mais ampla, isso porque o comitê que foi previsto, que está previsto na Lei 11.952 para acompanhar a implementação dessa lei foi extinto em 2019 e até hoje não foi recriado. Então, não existe, efetivamente, um espaço para o acompanhamento da sociedade, dos Estados, dos diferentes atores, para entender como tem sido a aplicação dessa lei e para contribuir com soluções, porque é importante esse tipo de espaço justamente para poder discutir as soluções que podem ser dadas.

Então, eu acho que é importante registrar isso aqui de que este tema requer realmente um ambiente de transparência e de diálogo e que, infelizmente, isso não está acontecendo.

Eu teria outros pontos para trazer sobre problemas e riscos do PL, mas eu gostaria, obviamente, de encerrar e dar espaço para que outras pessoas possam falar. Deixo a sugestão de que os assessores, os Senadores e Senadoras possam ler a nossa nota técnica, em que a gente detalha vários outros aspectos que entendemos serem problemáticos no PL.

E eu queria finalizar reforçando que qualquer tentativa, proposta de mudar a lei fundiária que pretenda permitir titulação de terras públicas invadidas depois de prazos previstos em lei, que atualmente é 2011, isso é, sim, falar em legalização da grilagem, porque grilagem também





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

é invadir terra pública com a intenção de ocupá-la, é um crime previsto numa lei de 1966. Então, toda vez que se permite que isso aconteça e se legalize, a gente está na prática, como País, legalizando a grilagem; a gente está premiando, a gente não está punindo quem está desmatando para ocupar a terra.

Então, eu entendo que, como País, como Brasil, a gente realmente precisa dar um basta nesse ciclo de grilagem de desmatamento se a gente tem qualquer intenção de conservar a Floresta Amazônica, de produzir de forma sustentável e de ter credibilidade dos nossos compromissos de redução de desmatamento.

Eu agradeço mais uma vez pela oportunidade e fico à disposição para qualquer discussão e perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Dra. Brenda Brito, pela sua colaboração. E concordo plenamente com a senhora: tem que haver confiança, diálogo e muita transparência para que a gente possa avançar nessa questão de regularização fundiária.

Eu entendo que há, sim, uma ligação direta entre a regularização e a diminuição do desmatamento ilegal. Não creio que a regularização possa trazer um aumento de desmatamento. Mas isso é só uma opinião. Mas entendo e agradeço a sua contribuição.

E vamos continuar a debater este tema, que é da maior importância para toda a população brasileira.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Muni Lourenço Silva Júnior, Vice-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

V. Sa. tem 15 minutos também, um pouquinho mais, comparado com a Dra. Brenda Brito.

O SR. MUNI LOURENÇO SILVA JÚNIOR (Para expor.) – Boa tarde, Senador Acir Gurgacz.

Boa tarde, Senador Carlos Fávaro, Relator da matéria, e todos os Exmos. Senadores presentes nesta audiência pública virtual.

Queremos agradecer, Senador Acir, em nome da nossa Presidência da CNA, João Martins, o honroso convite para que nós pudéssemos participar desta audiência pública, que debate um tema de extrema relevância para o nosso País e, em particular, para o nosso setor rural.

A nossa visão é de que a regularização fundiária é uma política pública essencial para o desenvolvimento econômico e social do nosso País. Para o nosso setor rural, o Estado brasileiro, como foi dito por vários que já se pronunciaram, tem uma dívida histórica. Existe uma injustiça histórica com milhares de pessoas, milhares de brasileiros que estão no campo, aguardando reconhecimento de um direito constitucionalmente assegurado, que é o direito à propriedade, brasileiros em especial que estão aqui na Amazônia, na nossa Amazônia. Muitos deles, inclusive, aqui estão porque atenderam o chamamento do Estado brasileiro, há décadas, para ocupar a Amazônia, para produzir na Amazônia. Aqui estão já na segunda, até na terceira geração, aguardando por esse reconhecimento. Verdadeiros heróis, enfrentando toda a sorte de doenças tropicais, carência de infraestrutura para ganhar o seu pão e produzir de sol a sol, honestamente, para o sustento das suas famílias.





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para nós, CNA, e, por extensão, para os produtores rurais brasileiros, Senador Acir, regularização fundiária é sinônimo de segurança jurídica, de cidadania, de acesso a políticas públicas, como, por exemplo, o financiamento do crédito rural, tão fundamentais para o crescimento da renda das famílias rurais. É sinônimo de tranquilidade, de paz no campo, de tranquilidade na sucessão familiar e também de desenvolvimento econômico e social do campo.

A nossa visão é de que este debate é muito importante e urgente. É imperioso que nós tenhamos regras que possam acelerar a regularização fundiária com segurança, com precisão, para que esses milhares de produtores, esses milhares de brasileiros tenham esse atendimento, esse reconhecimento por parte das políticas públicas.

A nosso ver, o relatório do Senador Irajá no PL 510 apresenta significativos avanços no sentido de proporcionar essa celeridade à regularização fundiária.

Queremos destacar, aqui, alguns pontos muito importantes trazidos por esse relatório. O primeiro deles, o aumento do escopo da atuação da regularização fundiária, unificando a legislação de regularização fundiária para todo o nosso País, e não só para a Amazônia Legal. Outro ponto fundamental: alteração do marco temporal, com a possibilidade da comprovação do exercício de ocupação e de exploração direta, mansa, pacífica e de boa-fé anteriores a 25 de maio de 2012, data de edição do Código Florestal, de modo realmente a prestigiar e a reconhecer a ocupação, a tempo relevante, daqueles que estão no campo para efeito de regularização fundiária.

Um outro ponto fundamental que consideramos neste relatório, neste PL, é o limite de área de até 2.500 hectares, atendendo ao limite previsto na Constituição Federal. Também outro ponto fundamental é a possibilidade de regularização de títulos antigos, firmados até 10 de dezembro de 2019, por requerente anteriormente beneficiado por programa de reforma agrária.

Outro ponto bem-vindo amplia a utilização de tecnologia remota para verificação das informações prestadas e nas vistorias, ressaltando, mantendo a obrigatoriedade das vistorias em caso de infrações ambientais e de conflitos fundiários.

No mundo de hoje, nós não podemos abrir mão dessas tecnologias que dão segurança, dão precisão e possibilitam a ampliação da política pública para todos os produtores. A nosso ver, inclusive, ainda reportando à questão da limitação de área, todos são produtores, pequenos, médios e grandes, e o direito à regularização fundiária, o direito à propriedade, previsto na Constituição, não se restringe a um determinado porte de produtores. Nós não podemos, a nosso ver, confundir a integridade, o caráter, a idoneidade com o tamanho da área que o cidadão ocupa para efeito de ser beneficiado com a política pública. A política pública tão importante que o Congresso hoje discute, a nosso ver, não pode ter o caráter excludente. É muito importante que ela seja ampliada, como prevê o relatório do Senador Irajá, para contemplar, para que não se condenem médios produtores, principalmente, e até mesmo grandes produtores, a permanecerem numa fila, praticamente interminável, de espera por um título de terra. Quantos produtores aqui na nossa região, na Amazônia, quando jovens, protocolaram pedido de regularização fundiária, envelheceram, faleceram, e não conseguiram obter o título da terra? Isso traz, realmente, um contexto de muita insegurança jurídica.





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Outro ponto que nós entendemos importante é a metodologia do georreferenciamento por sensoriamento remoto; a questão, muito bem salientada, do cumprimento da legislação ambiental. Nós não concordamos com algumas versões, narrativas, que procuram, de forma ofensiva, e isso tem o nosso repúdio, misturar produtor rural com grileiro. São questões completamente diferentes. Grileiro é exceção. A maioria esmagadora, absoluta, são pessoas de bem, trabalhadores, lutadores, que não podem de maneira alguma serem confundidos com infratores ambientais ou da legislação posta. Para isso, esse PL, a nosso ver, não flexibiliza qualquer salvaguarda ambiental. Então não há risco de flexibilização ou afrouxamento de exigências ambientais.

Outro ponto positivo que o PL traz, a nosso ver, é a dispensa de pagamento de custas, de emolumentos e demais tributos no registro de títulos expedidos pela União, ainda não registrados, como forma de incentivar a regularização fundiária, a ampliação das possibilidades de convênios e contratos do órgão fundiário federal – no caso o Incra, o Ministério da Agricultura – com cartórios, com bancos, com entidades de classe, governos, prefeituras, para ampliar a capacidade de ação da regularização fundiária.

Queremos também destacar que, a nosso ver, é muito importante que tenhamos clareza de que a regularização fundiária proporciona, possibilita ganhos no que diz respeito à sustentabilidade ambiental. Dados de um estudo recente do Incra mostram, analisando dados, inclusive, do Prodes, 2008 a 2018, que as áreas regularizadas têm menor índice de desmatamento ilegal. Então, o meio ambiente ganha com a ampliação e a aceleração da regularização fundiária.

Nós queremos também registrar que a nossa CNA, assim como já foi dito por vários Senadores, tem como princípio fundamental da sua atuação o princípio inarredável da legalidade. Nós não defendemos quem está à margem da lei. Para aqueles que estão à margem da lei, os rigores da lei. Nós não concordamos com a generalização da exceção, até muito provavelmente para confundir a opinião pública e um debate honesto intelectualmente.

Então, nós consideramos muito importante esse avanço da regularização fundiária. São 60 milhões de hectares sem destinação na Amazônia. Isso equivale a quase 10% da região. E essa regularização fundiária, Senador Acir, é muito importante também pelo prisma do ordenamento territorial, tão fundamental para a nossa região e para a área rural.

Então, por todas essas considerações, eu expressei aqui, Senador Acir e a todos os Exmos. Senadores, a posição da CNA favorável, e por extensão dos produtores rurais, à aprovação do PL 510. Obviamente, já encaminhamos algumas manifestações para o Senado de apoio também a algumas emendas, mas a essência fundamental do PL, a nosso ver, é extremamente positiva, favorável e merece a aprovação do Senado e do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Senador Acir.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Boa tarde, Dr. Muni Lourenço. Muito obrigado pelas suas colocações.





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passo a palavra agora ao Dr. Alair Luiz dos Santos, Secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag).

Com a palavra o Sr. Alair Luiz dos Santos.

Muito bem-vindo à nossa audiência!

O SR. ALAIR LUIZ DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado. Boa tarde, Senador Acir! Boa tarde aos demais Senadores e Senadoras que participam deste brilhante debate.

Como foi dito, meu nome é Alair Luiz dos Santos. Eu sou do Estado de Goiás e estou representando a Contag aqui por ser Secretário de Política Agrária daquela Confederação, importante confederação que, há mais de meio século, vem trabalhando em prol da defesa dos agricultores e agricultoras familiares e trabalhadores rurais por este Brasil afora.

Eu gostaria de, inicialmente, dizer que a nossa intenção aqui, Srs. Senadores, é, de fato, contribuir com o debate que trata de regularização fundiária.

No entanto, eu estou chegando à Contag agora, há dois dias – sou diretor da federação aqui de Goiás e estou chegando –, e confesso que fiquei, assim, me perguntando o porquê e qual é o intuito de tantas iniciativas de alterar a legislação de regularização fundiária no Brasil, tendo em vista que nós temos legislação suficiente para se fazer regularização fundiária da maneira que nós estamos discutindo aqui hoje.

Então, a legislação existente, no nosso entender, enquanto Contag, já atende a todas essas premissas que foram colocadas pelos meus antecessores e ao objetivo geral que se tenta tratar no PL 510. Então, essa é uma primeira colocação que eu gostaria de dizer aqui para todos nós.

A outra coisa que eu quero dizer é que se trata de regularização de terras públicas, que é, de fato, patrimônio de todos nós, brasileiros. Então, quando se trata de ceder e regularizar patrimônio, terras públicas, de todos nós, brasileiros, precisa-se ter uma atenção muito especial. É preciso tratar com muito carinho, porque senão a gente acaba tirando proveito ou cedendo aquilo que é da União para poucas pessoas que tenham participação.

A outra questão que nós estamos levantando aqui é que um projeto dessa magnitude precisa passar por todas as Comissões do Senado. Ele não pode ser aprovado de uma hora para outra sem passar pelas Comissões, fazer diversas audiências públicas, ouvir todos os segmentos da sociedade. Então, isso é uma coisa que nós estamos dizendo que precisa ser feita.

A nossa vontade mesmo, o que nós estamos propondo é a retirada desse projeto da discussão. Por quê? Porque a legislação já compreende tudo isso de que está se falando hoje – claro, exceto a legalização, a regularização fundiária de terras com extensão de até 2,5 mil hectares, que essa legislação atual não prevê. Então, fica nos parecendo que é para simplesmente beneficiar alguns grandes ocupantes de terras públicas aí pelo Brasil afora.

Por isso que eu estou dizendo: a intenção, o bom seria que se retirasse esse projeto de pauta, se aplicasse a legislação já existente, se colocassem pessoas para trabalhar e fazer a regularização fundiária, observando as leis que já existem.





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, nesse sentido, não justifica fazer regularização, fazer uma nova legislação para tratar de regularização, tendo em vista que já existem leis suficientes para isso. É dessa forma que a gente está entendendo isso. E, se a gente pensar, a gente pode ver que as leis existentes tratam de regularização no tamanho de agricultura familiar – sei lá, são quatro módulos fiscais –, mas é preciso que a gente entenda que as leis já existem para a regularização fundiária neste Brasil.

Nós entendemos que, para se fazer regularização fundiária, seja na Amazônia, seja em terras públicas, seja em terras pertencentes ao Incra, é preciso vontade de fazer. Se nós tivermos vontade de fazer a regulamentação, nós temos condição de fazê-la, mas, para isso, é preciso que o Governo disponibilize recursos financeiros, é preciso que o Governo disponibilize recursos humanos, é preciso que o Governo disponibilize equipamentos suficientes para poder fazer a regularização fundiária. Falar que regularização fundiária é uma injustiça, que pessoas aguardam por décadas e décadas, isso é uma verdade. Mas onde há a vontade de se fazer a regularização fundiária neste Brasil?

Eu preciso defender aqui, Senadores, que nós precisamos aplicar a legislação existente. A Constituição Federal já fala disto: da destinação de terras públicas para famílias de agricultores que queiram ali produzir e ali viver com a sua família. Por isso, é um assunto bastante interessante essa questão da discussão da regularização fundiária.

Nós estamos falando aqui também da necessidade de se ter mais transparência com relação ao bem público. E terra é bem público. Nós precisamos fazer com que a terra seja cedida às pessoas que ali estão trabalhando, às pessoas que ali produzem.

E aqui, da nossa parte, estou falando exclusivamente dos agricultores familiares. Não se pode imaginar que um país como o Brasil venha falar que não existe agricultura familiar, que não existe um diferencial entre os produtores comerciais e os agricultores familiares. Nós precisamos entender que isso existe, não é? Nós não podemos juntar tudo no mesmo bolo. Nós precisamos saber que a agricultura familiar é aquela que até hoje, no Brasil, é desassistida: a assistência técnica não chega aos agricultores familiares; o crédito, quando chega, já chega atrasado; e outros benefícios, tratando-se de escoamento da produção, tratando-se de investimento na agricultura familiar. Então, é preciso que a gente compreenda isso. Nós não somos contra a agricultura empresarial, não. A agricultura empresarial tem o seu papel, tem o seu lugar, mas não podemos desconhecer a importância da agricultura familiar para um país como o Brasil.

Em se tratando da Amazônia, eu não sou um grande conhecedor da Amazônia, mas sei que existem várias famílias de agricultores familiares que precisam ser regularizadas, que precisam ter o seu título de propriedade – nós sempre defendemos que é preciso ter título da propriedade –, mas a legislação existente atualmente já atende, se a gente quiser fazer regularização, quiser fazer titulação, muito bem aos princípios para que isso possa ser feito.

Outra questão: o Senador – salvo engano, o Relator; acho que o então autor do projeto de lei – me falou de regularização de assentamentos, da titulação de assentamentos. Eu conheço e entendo e acho que a lei existente já permite a titularização das pessoas que ocupam regularmente as parcelas de assentamento por este Brasil afora. E não se faz por quê? O Incra está sucateado. O Incra – e aqui eu falo especificamente do Estado de Goiás, mas eu acho que





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

não é muito diferente Brasil afora – não tem mais quadro de pessoal suficiente para sequer fiscalizar os assentamentos existentes. Imagine para fazer titulação, que precisa de pessoas para poder visitar as parcelas, visitar os assentamentos?! Então, é preciso valorizar o Incra. É preciso que a gente... E eu nem estou falando aqui... Parece que eu vou defender o Incra, e eu defendo mesmo, porque o Incra precisa de pessoas, precisa de gente, precisa de recursos, precisa de disponibilidade para se trabalhar.

Então, hoje, para qualquer tipo de regularização que se fala, seja na Amazônia Legal, seja de terras públicas, seja de terras do Incra, seja em assentamentos, como foi dito, nós temos uma legislação bastante suficiente para poder fazer com que essa titularização, essa regularização aconteça. Nós acreditamos que a lei existente já atende à necessidade da população. E concordo que nós não podemos ficar enrolando, dando mais tempo para que pessoas até fiquem ali sem segurança jurídica. Mas aí eu volto a repetir: se a gente quiser, a gente pode fazer com que a lei existente regularize, titularize várias pessoas, várias famílias, centenas de milhares de famílias pelo Brasil afora.

Então, eu estou encerrando aqui, não vou necessariamente gastar meu tempo completo, mas, mais uma vez, quero agradecer pelo convite, em nome do nosso Presidente Aristides Veras, e dizer que estamos à disposição para poder contribuir com o tema da regularização fundiária, não necessariamente com o PL 510, porque ele traz uma série de coisas que não ficam bastante claras. Para mim, principalmente, que peguei agora já há dois ou três dias, eu não consegui ter confiança no PL 510 para poder entender que ele, de fato, está preocupado com a agricultura familiar, com o pequeno e médio agricultor, querendo chamar assim. Eu acho que ele tem muito mais preocupação com outras coisas que talvez nem sejam ambientais, que talvez nem sejam trabalhistas, de caráter trabalhista, e sim, talvez, no sentido dos termos que se propõem a regularizar aí até 2,5 mil hectares sem vistoria. Isso nós estamos achando um absurdo, porque se trata, na Amazônia Legal, de cerca de 65 milhões de hectares que estariam nesse bojo aí para poder ser regularizado e, quem sabe, com conflitos ali dentro. Porque, vistoriando presencialmente, já se corre o risco de haver um conflito que a gente não percebe, imaginem vistoriando da forma como está sendo pensada, por satélite, por outros mecanismos?!

É isso. Eu encerro minha fala, agradeço mais uma vez pelo convite e nos coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Alair Luiz dos Santos. Na pessoa do senhor, cumprimento e saúdo toda a diretoria da Contag, que, fruto de uma eleição, assumiu há dois dias toda a diretoria. Meus cumprimentos pela ascensão de todos. Muito obrigado pela sua participação junto a esta Comissão neste debate.

Nós já chegamos a 15h27. Eu pergunto aos Senadores se poderia passar a palavra aos Senadores para que a gente possa, na segunda-feira, ouvir, então, o Dr. Luiz Antonio Nabhan Garcia, o Dr. Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho e também os outros três convidados que nós temos aqui, Professor Raoni Rajão e Dra. Cristina Lemes Lopes.

Passo a palavra, então, agora ao Senador Wellington Fagundes para fazer as suas colocações. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não está logado.

Senador Paulo Rocha com a palavra. O Izalci está ao telefone. Então, Senador Paulo Rocha com a palavra. (*Pausa.*)

Tem que ligar o microfone, Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Queria parabenizá-lo por essa iniciativa e (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sua internet está muito ruim, creio.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Opa! E agora?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Agora melhorou.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, queria parabenizá-lo pela iniciativa e pela Comissão, apesar da dificuldade, mas a gente demonstra com isso que é possível fazer o mínimo de discussão nas nossas Comissões. Portanto, queria saudar a todos e a todas.

Quero dizer que, primeiro, tenho conversado muito com o Relator e com o autor do projeto, o Senador Irajá e o Senador Fávoro, sobre essa questão desse Projeto 510, para ficar claro que nós não somos contra a regulação fundiária, muito menos com a titulação de terra. Aliás, foi nos governos anteriores nossos, principalmente no Governo Lula, que criamos inclusive uma secretaria especial para regularizar, regulamentar terras na Amazônia.

Agora, é preciso a gente entender, primeiro, o seguinte: a estrutura agrária do nosso País é totalmente viciada num processo que começou com governos anteriores, desde a época dos militares, não é? E toda vez que chega um governo, por exemplo, como agora o atual Governo, ao contrário de cumprir as leis já existentes, ele vai incentivando e inclusive desmoralizando as nossas leis.

Não é à toa que voltou de novo, pelo menos no meu Estado, na Região Amazônica, a questão das chacinas: vide a chacina, logo imediatamente, a chacina do Pau d'Arco, a chacina dos indígenas no Maranhão.

Por quê? Eu digo isso porque a guerra que havia no meu Estado, em relação à questão da terra, era por ausência de políticas governamentais, ou seja, a ausência do Estado. Por quê? Porque, desde os militares, incentivaram-se os grandes grupos econômicos a irem para a Amazônia, com a justificativa de que – e naquela época eu me lembro muito bem de que a palavra de ordem era: "o Sul vai ao Norte", "integrar para não entregar" – a Amazônia era muito cobiçada internacionalmente, enfim.

E ali incentivaram-se grandes projetos, financiados pelo próprio Poder Público, ou com isenção fiscal, como foi o caso de uso do Imposto de Renda para poder construir esses grandes territórios na nossa região. Por exemplo, no meu Estado do Pará, havia a Fazenda Bradesco, a Fazenda Bamerindus, a Fazenda Cristalina, que era da Volkswagen, que eram verdadeiros territórios dentro de outros territórios. Então, isso naturalmente se foi corrigindo ao longo do tempo.





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E todo mundo sabe que, para fixar o homem no campo... Se já é difícil fixar o homem grande no campo, porque ele só vai para lá se tiver retorno econômico, imagine fixar o pequeno, através do processo que se estabeleceu para fazer os assentamentos. Criavam os assentamentos lá para dentro da floresta, mas não davam nenhuma condição para fixar o homem na terra.

Foi já nos Governos mais recentes, como o do Lula, que se criaram políticas públicas como o Pronaf e outras coisas para criar as condições de fixar o homem na terra.

Então, fazer uma legislação sobre a questão agrária, sobre a questão de reforma agrária, assentamento, política de incentivo a produzir mais no campo é complicado, porque fazer uma legislação nacional com todas essas diferenças regionais – diferenças de biomas, diferenças de módulos regionais – é muito complicado.

Você vê que, por exemplo, o Código Florestal demorou quantos anos? Com discussão diuturnamente, no Congresso Nacional, para se consolidar o mínimo de um Código Florestal que atendesse os interesses de cada região.

Ora, vêm os governos e fazem políticas via decreto, via medidas provisórias. Mexer com uma estrutura dessas que está, digamos assim, se consertando não é fácil. Por isso, as reivindicações de um modelo, de uma discussão dessas, de um projeto desses precisam realmente ter um tempo devido para ouvir todos os especialistas, os interesses do grande, do pequeno, do médio, para que a gente formule uma legislação capaz de assegurar a presença do Estado no campo.

Quando a gente diz que flexibiliza os requisitos da regulação fundiária – e, inclusive, a questão enfraquece essa questão dessas vanguardas ambientais –, não é que conste na proposição da lei, mas é porque a postura do Governo vai, exatamente, ao encontro disso. Sobre as políticas públicas que nós já tínhamos conquistado, o atual Governo cortou tudo, mudou, inclusive, a estrutura do Estado brasileiro em relação ao tratamento da terra, cortou políticas públicas, cortou verbas orçamentárias ou reduziu verbas orçamentárias. E, aí, essa regularização que nós estamos propondo precisa de fiscalização firme. Portanto, tem que ter condições para o Ibama fiscalizar. O que o Governo faz? Ele tira verbas da fiscalização do Ibama. Acabou com o Pronaf, reduziu o orçamento do Incra, sucateou.

O processo de vigilância na Amazônia, o Sivam, foi sucateado totalmente, a ponto de que um radar, em plena cidade de Belém, que faz todo o processo de vigilância, de mapeamento, está todo sucateado, está quebrado, não está funcionando.

Por isso, meu caro Fávaro e meu caro Irajá, a iniciativa é importante, mas nós precisamos realmente aprofundar, dialogar, discutir e sermos capazes de fazer uma legislação que vá ao encontro, realmente, da necessidade de reorganizar, de reestruturar ou até de avançar no processo. O que é que nós queremos? Queremos que todo mundo produza, mas que o pequeno também tenha as suas condições para produzir, porque, com o Pronaf, no nosso País, acabou que 70% da alimentação que vem para o prato do brasileiro é da agricultura familiar.

Então, eu queria saudar a todos e a todas por fazerem este debate tão importante para a nossa legislação agrária e agrícola.





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Pede-me para falar, aqui, hoje, o nosso amigo Luiz Nabhan.

V. Sa. tem 15 minutos para fazer as suas explanações.

Passo a palavra, então, para Luiz Nabhan, do Ministério da Agricultura.

O SR. LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Presidente Acir Gurgacz, Presidente desta audiência, desta Comissão, nosso grande amigo e defensor das causas republicanas, peço até desculpas por eu solicitar esta oportunidade de falar, porque, como eu tive Covid e fiquei 31 dias numa UTI, 14 dos quais intubado, eu tenho uma consulta médica na próxima segunda-feira e não poderei estar presente a essa tão importante audiência pública.

O que eu gostaria de ressaltar, em primeiro lugar, são os meus parabéns a esse Projeto de Lei nº 510, de autoria do Senador Irajá, porque ele respeita, ou melhor, ele começa respeitando a Constituição brasileira.

O Governo do Presidente Bolsonaro não faz nenhuma discriminação contra o pequeno, contra o médio ou contra o grande produtor que é passível de uma regularização fundiária.

Só para os senhores terem uma ideia, na agricultura familiar, ou seja, em assentamentos, nós já passamos de mais de 100 mil títulos outorgados para essas pequenas propriedades. Isso é para deixar bem claro que não há que se dizer: "Olha, o Governo do Bolsonaro está aí para defender só o grande ou só o médio". Pelo contrário; são mais de 100 mil títulos que nós já outorgamos, já entregamos para os pequenos agricultores.

Então, eu reitero: está de parabéns o Projeto de Lei nº 510, porque ele respeita a Constituição Federal, ou seja, todas as propriedades, todas as áreas até 2,5 mil hectares serão passíveis de regularização fundiária de uma forma eficaz, moderna, que não permitirá nenhum tipo de erro, de corrupção, de falhas ou de demora. E digo isso porque nós estamos aí com um passivo, Senador Acir Gurgacz, desde 1500, ainda quando Cabral chegou aqui. Na verdade, nós nunca tivemos uma regularização fundiária a contento, haja vista essa demanda dos próprios pequenos produtores, da própria agricultura familiar e dos assentamentos, onde nós temos um passivo de quase 900 mil agricultores oriundos da reforma agrária e que não têm o seu título de propriedade.

E, nesse sentido, não querendo menosprezar ninguém, a prioridade do Governo tem sido entregar títulos, fornecer títulos de propriedade justamente para esses pequenos agricultores. E nós temos os números: já foram entregues mais de 100 mil títulos, e, agora, com a entrada do Serpro fazendo toda a assistência, dando toda cobertura ao Incra na questão de viabilidade na área de informática, entregaremos muitos e muitos títulos, principalmente para os agricultores da reforma agrária, para os agricultores familiares.

Agora, nós temos um outro passivo, que é aquilo que a Constituição determina: são as áreas até 2,5 mil hectares e que estão, a maior parte delas, inseridas na Amazônia Legal, ou seja, nos nove Estados da Amazônia Legal. São famílias que há 40, 50 anos foram para Rondônia, para o Acre, para Roraima, para o Pará, para o Mato Grosso, enfim, e até hoje não têm o título de sua propriedade.





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, esse Projeto de Lei nº 510 vai ao encontro da ansiedade de tantas e tantas famílias que estão ali, aguardando seu título de propriedade, e de uma forma muito eficaz, porque, dessa forma, nós estaremos preservando o meio ambiente – as pessoas terão que ter um comprovante de que estão ali, respeitando o meio ambiente –, nós estaremos combatendo a grilagem de terra, combatendo as ilegalidades, extrações de madeira ilegal, desmatamento ilegal, garimpo ilegal e até mesmo o narcotráfico. E, aí, todas essas propriedades terão o CPF, o RG daquelas pessoas que estão ali usando a terra.

O uso da terra é para o bem, é benéfico, ou seja, é para a produção. E com o contrário disso aí o próprio Projeto de Lei nº 510 – que, se Deus quiser, será convertido em lei – vai acabar, que é essa história de grilagem de terra, e vai dar, realmente, título a quem merece, porque as obrigações e o que a legislação solicita fazem com que ninguém vá lá se beneficiar de uma forma irregular. Ou seja, todos vão ser beneficiados, porém respeitando, em primeiro lugar, a questão ambiental, e caracterizando que estão ali.

O que nós temos hoje de modernidade na questão de satélite, georreferenciamento, localização... Nós temos satélite hoje, Senador, por meio do qual nós conseguimos identificar até a marca de um telhado da casa. Então, nós temos, sim, que nos beneficiar da modernidade, daquilo que a modernidade, a tecnologia moderna pode nos oferecer.

Então, quero dizer que, em nome do Governo Federal, nós estamos aí parabenizando esse Projeto de Lei 510, porque, realmente, ele vai ao encontro da necessidade de todos e, reiterando, por parte do nosso Governo, que nós não estamos aqui para discriminar ninguém. Nós temos que regularizar todos, os pequenos, os médios, e os grandes, muitos dos quais, talvez, infelizmente, pela própria Constituição, fiquem de fora, porque o limite que a Constituição estabelece é de 2,5 mil hectares de terras.

Então, fica aqui a nossa mensagem.

No mais, a gente quer respeitar, integralmente, o Poder Legislativo, o Senado Federal, a Câmara Federal, para que isso seja discutido entre os Parlamentares, até porque é de autoria de um Parlamentar.

Mas, de qualquer forma, nos colocamos à disposição para qualquer debate em que haja a necessidade de trocarmos ideias salutar e republicanas, para nós acabarmos com essa pecha, porque não é possível, num país como o Brasil, com toda essa riqueza, essa abundância, nós termos pessoas que ainda são qualificadas de posseiros ou de acampados ou de assentados. Nós precisamos dar mais dignidade a essas pessoas, outorgando o título de proprietário de terra.

Muito obrigado aí, Senador, pela oportunidade.

Obrigado, Senador Carlos Fávaro.

Um abraço a todos aí.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO)
– Muito obrigado, Dr. Nabhan.

Passo a palavra, por três minutos, para o Senador Izalci, para que a gente possa encerrar, pois a Ordem do Dia tem que começar.

Com a palavra o Senador Izalci.





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, quero aproveitar a presença do Nabhan, só para fazer um apelo a ele. Fiz esse apelo à Ministra na última audiência pública que nós fizemos no Senado, porque, de fato, quando se fala em regularização fundiária, 90% das pessoas olham para a Amazônia e esquecem que, em Brasília, no DF, nós temos problemas.

No Governo de 2019, no Governo do Bolsonaro, nós entregamos, pelo menos, 600 títulos aqui de regularização. Não é assentamento. Esses estão sendo feitos no sistema. Mas mudaram o sistema, e a Ministra assumiu o compromisso de uma semana. E nós estamos cobrando isso vai fazer um ano, porque há expectativa aqui do Incra, das pessoas que estão na regularização. Já está tudo pronto, os documentos estão prontos, já foi feita a vistoria, só falta entregar o título.

E, como houve uma modificação, o sistema antigo não está rodando os títulos, tem que ser um sistema novo, e esse sistema novo não está funcionando.

Então, já pedi várias vezes ao diretor de regularização, e o último pedido foi à Ministra numa audiência pública, e ela disse: "Não, daqui a 10 dias, 15 dias está tudo pronto". Mas já faz um mês, e não saiu ainda.

Então, eu quero pedir a V. Sa., Nabhan, que conhece bem, para ver se nos ajuda aqui, porque há 1,5 mil títulos para serem entregues, e só falta rodar o impresso, o sistema. É o apelo que eu faço.

Com relação ao projeto, Presidente, eu não vi ainda o relatório do nosso querido amigo Fávaro, que ficou, inclusive, de... Nós tínhamos três emendas e as retiramos naquele dia do projeto de V. Exa., Senador Acir, que estava relatando, para colocar no 510.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu mandei também algumas observações só para saber... Como eu não vi o relatório ainda, eu não sei se foram acatadas ou não as sugestões. Mas era só para colocar isto – eu vou conversar com o Fávaro depois –, só para indagar, primeiro, se acatou as emendas e, ao mesmo tempo, sobre as observações que fiz. Só isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Nós estamos no limite para encerrar esta reunião e continuarmos na segunda-feira. Lembrando que é importante a sua participação, Brenda Brito, na segunda-feira, do Alair Luiz, da Contag também, do Dr. Nabhan também. Se puderem, na segunda-feira, será importante a presença de todos os senhores e senhoras.

Continuaremos, portanto, esta audiência pública para debater o PL 510, de 2021, na segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar neste momento, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.)





SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia dez de maio de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Plínio Valério, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Jayme Campos, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 8/2021 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Finalidade:** Debater o PL 510/2021, que "dispõe sobre a regularização fundiária, por alienação ou concessão de direito real de uso, das ocupações de áreas de domínio da União; estabelece como marco temporal de ocupação a data de 25 de maio de 2012, quando foi editado o Código Florestal; amplia a área passível de regularização para até 2.500 hectares; dispensa vistoria prévia da área a ser regularizada, podendo ser substituída por declaração do próprio ocupante; e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Raoni Guerra Lucas Rajão, Professor da UFMG; Sr. Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Sra. Ana Carolina Haliuc Bragança, Procuradora da República e ex-Coordenadora da Força Tarefa Amazônia do MPF; Sr. Júlio José Araújo Júnior, Procurador da República no Rio de Janeiro e Coordenador do GT de Reforma Agrária e Conflitos Fundiários da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Sra. Eliane Cristina Pinto Moreira, Promotora de Justiça no estado do Pará e Professora da UFPA; Sra. Juliana de Paula Batista, Advogada do Instituto Socioambiental; Sr. Marcelo Brito, Co-Presidente da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; Sr. Raul Silva Telles do Valle, Diretor de Políticas Públicas do WWF-Brasil; e Sr. Richard Martins Torsiano, Especialista internacional em governança e administração de terras. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/05/10>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atenção ao Requerimento nº 8/2021-CMA, do Senador Fabiano Contarato, com o objetivo de debater as autorizações pretendidas pelo Projeto de Lei nº 510, de 2021, que, nos termos da explicação da ementa, dispõe sobre a regularização fundiária, por alienação ou concessão de direito real de uso, das ocupações de áreas de domínio da União; estabelece como marco temporal de ocupação a data de 25 de maio de 2012, quando foi editado o Código Florestal; amplia a área passível de regularização para até 2.500 hectares; dispensa vistoria prévia da área a ser regularizada, podendo ser substituída por declaração do próprio ocupante; e dá outras providências.

Comunico que, dada a importância do tema, faz-se necessário promover toda a pluralidade possível neste debate. Foi nesse sentido que, apesar de já termos uma audiência pública na Comissão de Agricultura, esta Presidência estendeu o convite a mais expositores além dos excelentes nomes já propostos pelo autor do requerimento.

Assim, estão conosco no dia de hoje, em ordem alfabética: a Sra. Ana Carolina Haliuc Bragança, Coordenadora da Força-Tarefa Amazônia, do Ministério Público Federal; a Sra. Eliane Cristina Pinto Moreira, Promotora de Justiça no Estado do Pará e Professora da Universidade Federal do Pará; o ilustre Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; a Sra. Juliana de Paula Batista, advogada do Instituto Socioambiental; o Sr. Julio José Araujo Junior, Procurador da República no Rio de Janeiro e Coordenador do GT Reforma Agrária e Conflitos Fundiários da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; o Sr. Marcello Brito, Presidente da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; o Sr. Raoni Guerra Lucas Rajão, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais; o Sr. Raul Silva Telles do Valle, Diretor de Políticas Públicas do WWF-Brasil; e o Sr. Richard Martins Torsiano, especialista internacional em governança e administração de terras.

Em atenção à situação gravíssima na qual lamentavelmente ainda nos encontramos em relação à pandemia da Covid-19, esta reunião ocorre de modo exclusivamente remoto, por meio do sistema de videoconferências adotado pelo Senado da República.

Após as exposições iniciais, será dada a palavra ao autor do requerimento e, em seguida, aos Senadores inscritos. Aqueles que desejarem fazer uso da palavra devem solicitar sua inscrição por meio da função "levantar a mão" no aplicativo ou registrando seu pedido no bate-papo da mesma ferramenta.

Solicito à secretaria que, neste momento, abaixe todas as mãos, silencie os microfones e monitore as inscrições.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-61-2211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 15 minutos. Caso opte por usar material de apoio já enviado à secretaria, a progressão deve ser solicitada ao final de cada tela.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários, em até cinco minutos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aqui, atendendo a pedido dos próprios palestrantes, nós fizemos uma organização. Então, o primeiro a fazer uso da palavra seria o Sr. Raoni Guerra Lucas Rajão.

Eu peço à equipe que abra o microfone do Sr. Raoni.

Raoni, você vai ter alguma apresentação? (*Pausa.*)

Já está na mão da equipe?

O SR. HERMAN BENJAMIN – Senador, se V. Exa. me permite, é Herman Benjamin.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT

- BA) – Pois não.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Eu terei que sair às 10h30.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT

- BA) – Espere aí só um minutinho, Raoni.

O SR. RAONI GUERRA LUCAS RAJÃO – Perfeito. Eu posso...

O SR. HERMAN BENJAMIN – Não, não há necessidade de inverter a ordem. É apenas para informar a V. Exa. que, às 10h30, infelizmente, eu tenho que sair, por conta de compromisso no STJ.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT

- BA) – O.k. Então eu pediria só que os nossos expositores se ativessem, se possível, aos 15 minutos, e eu vou realocar, Ministro Herman Benjamin, de forma que o senhor esteja liberado até 10h30. Obrigado.

Raoni.

O SR. RAONI GUERRA LUCAS RAJÃO (Para expor.) – Perfeito. Obrigado, Senador.

Poderia habilitar a minha apresentação, por gentileza? Porque eu tenho alguns eslaides aqui para ilustrar.

Pronto. Já foi.

Especificamente nessa apresentação, os colegas vão poder analisar de maneira mais detalhada o PL 510, assim também como foi feito dentro da Comissão de Agricultura. O objetivo aqui, especificamente, é um recorte que eu dei para essa apresentação, olhando essa relação entre regularização fundiária de um lado e meio ambiente do outro, enfatizando a importância de buscar um equilíbrio. A base dessa apresentação são duas notas técnicas: uma feita juntamente com o grupo da USP e com o Richard Torsiano, que também participa aqui desse evento; a outra, uma mais recente, é do nosso grupo de pesquisa aqui na Universidade Federal de Minas Gerais.

Para começar, é importante, até conceitualmente, diferenciar o que é regularização e o que é grilagem, porque existem diferenças jurídicas e também conceituais. Em primeiro lugar, a regularização é algo permitido pela legislação, que é a posse mansa e pacífica, e é um direito do produtor também obter isso. Para ser possível, é necessário que a atividade seja anterior a 2001 e que ele respeite as regras, inclusive as regras ambientais. Por quê? A legislação atual exige, por exemplo, que, no caso, o produtor obedeça à legislação ambiental após ter o título. Caso ele não obedeça e continue naquela área, ele já passa de produtor em processo de regularização para grileiro. Por quê? O que é grilagem? É a posse com algum tipo de fraude, é a posse com uso de violência, é invasão de terra pública após 2012. São produtores, majoritariamente grandes, que buscam essa terra para regularização fundiária. Inclusive, é punível, no caso, pela Lei 4.947, com até 3 anos de prisão. Então, é importante que se coloque claramente que grilagem é diferente de regularização e que grilagem é crime.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E qual é o alvo, no caso aqui desse resultado da regularização, no âmbito federal? São cerca de 123 milhões de hectares de terras, porém 50 milhões ainda não destinadas. E mesmo aquelas destinadas, por exemplo, como assentamentos, caso estejam... *(Falha no áudio.)*

O SR. RAONI GUERRA LUCAS RAJÃO – ... que permite a aplicação da regularização fundiária em cima de áreas de assentamentos, você vai ter uma expansão substancial também entre esses hectares. São principalmente essas áreas aqui, marcadas de rosa, que inclusive estão, por exemplo, em torno da BR-319, agora com uma pressão política muito grande para ser pavimentada. Também são regiões aqui, principalmente, do Pará, sendo que boa parte dessas áreas, inclusive, já estão ocupadas com o CAR, no caso das áreas declaradas, autodeclaradas. São essas aqui em azul.

É importante também ter em mente que regularização fundiária, que o problema fundiário não se traduz simplesmente em passar terras públicas para entidades privadas. Sim, a legislação permite isso, inclusive está na Constituição. Porém, significa também avançar na questão da demarcação de terras indígenas. O Brasil ainda possui 177 terras indígenas não regularizadas ou homologadas, inclusive algumas delas, como Ituna-Itatá, no Pará, que é a terra indígena com maior número de desmatamento, com a maior quantidade de desmatamento nos últimos anos.

Unidades de conservação. A Constituição deixa muito claro que essas terras públicas devem ser também voltadas para a conservação ambiental e assentamentos rurais também voltados para a reforma agrária, ou seja, não é simplesmente você privatizar algo que é público, que são as terras públicas, inclusive, a um custo muito abaixo do custo de mercado. É importante pensar no contexto geral.

E aí existe um ponto crucial, porque, historicamente, há esse debate, inclusive, um discurso muito forte do órgão público, do Incra atualmente, de que titulação reduz o desmatamento ilegal. E é importante dizer que, de fato, houve ali uma intenção e que, da forma como foi desenhado, inicialmente, o Terra Legal, que é o principal marco jurídico que está sendo atualizado e discutido agora, existia essa intenção. Tanto é que o Terra Legal fez parte do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e foi financiado esse processo de regularização ambiental e fundiária pelo Fundo Amazônia, por exemplo, que é claramente um fundo voltado para a conservação ambiental.

E qual era o ponto de partida? Que titulação significa maior visibilidade e significa certeza da punição. Ou seja, parte do pressuposto de que teremos aí institutos fortes, que o Incra vai estar agindo de maneira tempestiva, que o Ibama vai estar agindo de maneira tempestiva e aqueles que receberam um título ou que estão em terras públicas e que não estão obedecendo às regras vão ser, imediatamente, punidos. Porém, infelizmente, não é isso o que nós estamos vendo.

O Tribunal de Contas da União, desde 2014, tem uma série de auditorias realizadas especificamente sobre o Terra Legal, levantando uma série de irregularidades. Para começar, por exemplo, da amostragem que foi analisada, tivemos que 11% não atenderam aos requisitos e foram titulados e 38% com indícios de não estarem se enquadrando dentro da regularização fundiária. Recentemente, nós fizemos a análise, inclusive, temos uma colaboração do Ministério Público nesse sentido, e não é difícil encontrar casos em que terras foram tituladas recentemente em cima de áreas embargadas, em cima de áreas sem evidência de uso agrícola, quando você coloca uma imagem de satélite. Ou seja, existe ali, realmente, um problema crônico de irregularidades mesmo no processo da ação do Incra.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E não só isso. Uma das coisas que preocupa muito é o pós-titulação, ou seja, o que acontece a partir do momento em que aquela área é regularizada. Nós temos aqui, por exemplo, duas auditorias recentes, uma feita no Mato Grosso, especificamente, outra feita num conjunto de Municípios. Encontramos, por exemplo, que 87% das áreas tituladas em Mato Grosso que deveriam conservar 80% da sua reserva legal, ou seja, só poderiam estar utilizando 20%, estão utilizando mais que 20%; e 12%, no Cerrado, estão utilizando mais que 65% da área, porque lá a reserva legal, no Cerrado, é de 35%. No caso, nós temos aqui todos com ocupação irregular de reservas legais e APPs e, no caso (*Falha no áudio.*)

... dos processos com desmatamento indevido após 2008. Ou seja, há um desmatamento que é claramente ilegal e, mesmo assim, essas áreas foram regularizadas e o Incra não tomou as providências devidas.

A mesma coisa com relação a uma auditoria feita de maneira mais ampla, em que foram analisadas 208 parcelas, das quais 198 estavam com evidências de irregularidades e mais da metade, no caso, 118, com desmatamento após 2008. No caso aqui, não só Rondônia, mas Pará e outros Estados foram envolvidos também nessa análise.

E quais são as conclusões principais do TCU? Que efetivamente, hoje, da maneira como é feito o processo de regularização pelo Incra, nós temos:

1) Facilitação da grilagem de terras públicas por meio da ação estatal. Isso é muito preocupante, porque nós, não só não temos o controle, mas nós temos atuação do órgão e o próprio uso da legislação atual para facilitar uma ação criminosa, que é o roubo de terras públicas. 2) Ocupação de áreas excedentes aos limites legais estabelecidos, principalmente pela legislação ambiental – isso é uma constante – e permanência irregular dos posseiros que não cumprem essa legislação, que não cumprem os critérios pós-titulação.

Por quê? Porque existe uma ausência do acompanhamento e do monitoramento das cláusulas resolutivas e um jogo de empurra. Mesmo, efetivamente, o Incra tendo assinado... Ou seja, o produtor assina junto ao Incra um compromisso de manter a área conservada e não desmatar ilegalmente, mas, na hora de dar o título definitivo, na hora de verificar isso, de certa forma, o Incra terceiriza, dizendo: "Isso é de responsabilidade do Ibama, não é responsabilidade do Incra".

Ora, se o produtor assina um contrato com o Incra, o Incra tem de fazer uma articulação institucional necessária para poder conseguir fazer valer aquele contrato. É como se o Ministério da Economia dissesse: "Não, eu não vou investigar casos de evasão de divisas porque isso é de responsabilidade da Polícia Federal". É claro que a responsabilidade é também do órgão responsável por aquela agenda!

E também, além de tudo, o baixo cumprimento das metas estabelecidas. Isso foi até objeto da outra apresentação feita na Comissão de Agricultura, onde se pode ver que, enquanto o Incra, em alguns anos, chegou a titular 10 mil imóveis, nos últimos dois anos, ele não passou de 600 imóveis. Ou seja, existe aí também um problema de lentidão interna ao órgão, que está ligado, inclusive, à falta de capacidade e ao desmonte do órgão nos últimos anos.

Tendo em vista esse contexto, não é de assustar que as análises mais recentes, que olham para o que acontece com os imóveis após a titulação, demonstram que existe uma tendência de os produtores, assim que registram e pedem a regularização, diminuírem um pouco o desmatamento, de certa forma até para poder buscar ali serem discretos, evitar que o desmatamento crescente possa interferir na titulação, mas, a partir do momento que são titulados, o que se vê é uma aceleração do desmatamento.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem; isso tem uma explicação econômica muito simples. A partir do momento que a terra é da pessoa, que existe uma segurança jurídica sobre ela, ela vai... *(Falha no áudio.)*

... cerca de R\$1 mil por hectare. E, se você incentiva a pessoa a investir naquela área, desmatando, e não controla para que ela respeite a legislação ambiental, obviamente, nós temos uma receita para o desastre, uma receita para o aumento do desmatamento.

É por isso que, por exemplo, as áreas públicas destinadas, que em 1999 possuíam 95% de cobertura vegetal, hoje ainda possuem cerca de 90%; já as áreas privadas destinadas, que tinham 70% de cobertura vegetal na Amazônia, em 1999, hoje não passam de 55%. Ou seja, você teve uma perda de quase 20% da cobertura vegetal nesse período de cerca de 20 anos, o que é extremamente preocupante.

Então, sobre esse discurso de que, "para conservar, dê a terra para o produtor rural", não existe evidência nenhuma que o subscreva. É claro que, teoricamente, poderia funcionar, mas, na prática, não funciona, pelo menos não funcionou nos últimos 20 anos.

E até mesmo com relação à evidência que o Incra mostra para poder dizer que há uma redução no desmatamento a partir da regularização – e, no caso, é um estudo até um pouco mais específico do que isso –, o que eles fizeram? Eles analisaram os imóveis no CAR, que estão em cima de assentamentos, ou seja, que não são nem objeto inicial do PL nº 510, e observaram que a quantidade de área desmatada dos assentados cujos nomes estão na lista do sistema de reforma agrária, que lista basicamente os produtores que estão registrados para estarem naquele assentamento, no caso, é inferior – a área total desmatada ano a ano – àquela daqueles que não estão na lista.

Só que, se você verifica a área em que estão as pessoas da lista – ou seja, a área regular –, percebe-se que a área regular é muito inferior à área irregular. Então, percentualmente, nós temos aqui, em alguns anos, um desmatamento nas áreas regulares – dos assentados regulares – que corresponde a quase o dobro das irregulares.

Então, o próprio estudo do Incra mostra o oposto da mensagem, da informação e da conclusão, apesar de que no artigo eles esquecem de dividir a quantidade de desmatamento pela área regular e irregular para poder ter o percentual de desmatamento realizado ano a ano de cada um dos imóveis, o que daria, nesse caso, uma imagem mais precisa da situação.

E qual é o problema ligado a isso? Nós temos um processo de grilagem de terras que é extremamente lucrativo, e o próprio processo de regularização fundiária serve como meio para acelerar isso. Por quê? Porque, enquanto nós temos o valor de terra... Por exemplo, no Anualpec, no Município de Senador Porfírio, onde a área de pastagem chega a R\$2,7 mil por hectare, o Incra cobra, inclusive, para áreas regulares de até 2,5 mil hectares, um valor R\$46 por hectare na regularização. Ele pode dar 90% de desconto em uma tabela que já é muito inferior ao valor real de mercado.

Isso significa que, se você considera o custo de desmatamento de R\$800 por hectare e pega uma área de 6 hectares, inclusive anunciada publicamente, senhoras e senhores... Tem gente publicando venda de terras de 6 mil hectares – inclusive acima do limite constitucional –, dizendo que são áreas em regularização no Incra. Em uma operação como essa, essa pessoa, mesmo conservando 80% de reserva legal, teria um lucro de R\$4 milhões a R\$5 milhões, já considerando o que ela vai pagar para o Incra e já considerando o custo de desmatamento. Ou seja, desmatar com grilagem de terra é um negócio milionário. E temos, realmente, que nos capacitar para evitar que esse roubo do patrimônio público continue acontecendo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E não é difícil encontrar situações como essa. Você tem aqui, por exemplo, um bloco com indícios de que é um imóvel único, fracionado em blocos de 15 módulos fiscais, que coincidentemente é o limite inicial da MP 910, para poder fazer a titulação automática, sem verificação de situações de campo.

Nós vemos, por exemplo, grandes imóveis sobrepostos a vários pequenos imóveis, ou seja, essa área aqui, em vermelho, é um grande requerimento ao Incra e com vários pequenos imóveis do cara aqui, inclusive, mostrando que poderia ao acelerar... *(Falha no áudio.)*

...ação de terras médias e grandes... *(Falha no áudio.)*

.... de campo até estar aumentando problemas de conflito no campo, porque esses pequenos produtores aqui poderão, eventualmente, ser expulsos das suas casas – muitos deles, às vezes, estando ali por décadas –, porque um grande obtém o título no Incra, chama a polícia e pede reintegração de posse, a partir do momento em que ele tem o título da terra.

Então, realmente é muito delicado e é preciso fazer com muito cuidado essa discussão.

E nós fizemos aqui uma análise, olhando os requerimentos do Incra, e verificamos que existem cerca de 5,7 mil parcelas que foram ocupadas entre 2012 e 2018, que hoje são invasões ilegais e que vão ser legalizadas caso o PL 510, na forma atual, seja aprovado. E isso, juntamente com outros imóveis que poderiam ser desmatados no futuro, porque há a modalidade também licitação, geraria um lucro superior a R\$2 bilhões para essas pessoas.

E aqui, de certa forma, mostrando esse estoque de grilagem dentro da própria base do Incra... Na base do Incra, você tem 107 mil imóveis, dos quais 48 mil já foram ocupados até 1985. São, de fato, essas pessoas que estão lá desde a década de 80 que não foram tituladas ainda e que merecem muito ter atenção do Estado nesse sentido. Em 2012 foram, aqui, 86 mil. O interessante, porém, é que existem, ainda, 22 mil imóveis, 21% da base, sem evidência de uso agrícola substancial, ou seja, com menos de 5% da área total para conversão de uso agrícola, o que indica que as pessoas estão mudando a lei com a intenção de, futuramente, manter essa possibilidade de grilar áreas.

É importantíssimo avançar na regularização fundiária, sim, mas, para isso, precisamos fortalecer o Incra, tornar obrigatória a verificação automática das cláusulas resolutivas ambientais, dando transparência para isso, inclusive, formar força-tarefa com Incra, Ibama, Ministério Público, Polícia Federal, Abin, que, inclusive, tem um trabalho de inteligência importante na área de grilagem de terras, para combater a grilagem, e também uma ação conjunta para reintegração de posse das terras públicas invadidas ilegalmente após 2011, que se consolidam e que, aí, geram uma demanda política, que, de fato, é algo, hoje, ilegal, algo criminoso, e o Estado tem que agir para poder defender o patrimônio que é de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Professor Raoni.

Eu queria, imediatamente, passar a palavra, então – peço escusas à Ana Carolina –, ao Ministro Herman Benjamin.

Ministro, a palavra está com o senhor.

O SR. HERMAN BENJAMIN (Para expor.) – Bom dia, Senador!

Bom dia a todos e a todas que estão conosco aqui!

Eu queria saudar, em especial, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que integram esta Comissão. Meus cumprimentos, em particular, ao Senador Fabiano Contarato, autor do





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

requerimento desta audiência pública; ao Senador Irajá, autor do projeto aqui sob análise; e ao Senador Carlos Fávaro, atual Relator do PL 510.

Eu começo dizendo, Presidente, que V. Exa., como ex-Governador, tem grande experiência nessas questões todas que estão sendo tratadas aqui, tanto na perspectiva fundiária como na perspectiva ambiental e na perspectiva social. Eu vou me concentrar apenas nos aspectos fundiários, porque talvez esses sejam os mais complexos diante das dificuldades mesmo que nós que trabalhamos com o Direito temos de enxergar, e enxergar bem: o cipoal da nossa história fundiária e também da nossa legislação atual. Esse projeto vem de uma proposição – todos nós sabemos – do Senador Irajá e conta com a relatoria competente do Senador Carlos Fávaro, ambos Senadores extremamente respeitados entre seus pares.

Presidente, eu não vou fazer observações pontuais acerca de dispositivos específicos porque isso não é possível em 15 minutos. Talvez eu mencione dois ou três dispositivos a título de exemplo, mas eu preparei uma análise de duas ou três páginas, que encaminharei a V. Exa. e também aos eminentes Senadores Carlos Fávaro e Irajá, este o autor do PL.

Eu queria começar com algumas observações de caráter bem geral mesmo para que nós possamos entender – não é bem entender –, possamos nos lembrar de como está organizado, na Constituição e na legislação, o sistema fundiário brasileiro.

O primeiro ponto a ser realçado – eu vou começar pelo óbvio mesmo – é que a nossa Constituição reconhece, simultaneamente, como fazem outros textos constitucionais, a propriedade privada e a propriedade pública. Num país em que historicamente a grilagem não entrava pela porta dos fundos, mas, muitas vezes, pela porta da frente no processo de ocupação da terra, a impressão que nós temos é que a propriedade privada é mais protegida do que a propriedade pública. Mas, se nós formos à Constituição, ao Código Civil e às normas especiais, vamos verificar que o intuito do legislador – e esta é uma Casa de Legisladores – sempre foi o de dar maior proteção à propriedade pública do que à propriedade privada. Isso parece meio contraditório diante da mentalidade que nós temos e da prática fundiária no nosso País.

Eu cito alguns exemplos.

No caso específico da propriedade pública, para ela vale a proibição de usucapião. Já a propriedade privada é passível de usucapião. A própria Constituição se encarrega, pelo menos em dois dispositivos, de proibir o usucapião de terras públicas – arts. 183, §3º, e 191 –, e, depois, o Código Civil, no art. 102.

No que se refere à possibilidade de alienação, a propriedade privada é de livre alienação. Na propriedade pública, em alguns casos, terras ou imóveis acima de 2,5 mil hectares exigem até autorização expressa do Congresso Nacional, sem falar dos requisitos da Lei de Licitações para esses processos de alienação de terras públicas.

Então, esse é o ponto de partida que certamente há que direcionar as soluções legislativas que sejam desenhadas para o enfrentamento da crise fundiária no nosso País.

Em suma, a propriedade pública é mais protegida pela Constituição e pela legislação do que a propriedade privada, mas ambas recebem a incumbência de uma destinação social. Por isso, é possível a despropriação da propriedade privada para fins de reforma agrária e é possível a regularização de ocupação de terras públicas nessa perspectiva social, como está sendo discutido aqui. Eu não estou dizendo que é esse o caráter da totalidade do texto em debate, mas a filosofia é essa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Feita essa introdução de caráter muito geral, a nossa legislação traz algumas preocupações que eu queria aqui realçar, já olhando, aqui e acolá, para o texto do PL 510.

No passado, nós tínhamos – e temos ainda – uma preocupação, própria da República, do Estado de direito, com o combate à ilicitude. E o combate à ilicitude, no campo específico dos conflitos fundiários, tem a ver com a criação da chamada – eu chamo – "cultura da legalidade fundiária", que se baseia, em outros aspectos, mas em uma palavra, na regularização para trás e na rigorosidade para a frente. Qualquer projeto de lei deve levar em consideração estes aspectos: eu vou regularizar para trás, e aí vem a questão do marco temporal, mas o que eu posso melhorar para a frente, inclusive com mais rigor legal, para facilitar essa cultura da legalidade? Então, de um lado, trata-se de criar mecanismos de regularização fundiária e, em segundo lugar, criar mecanismos ou ampliar mecanismos que desestimulem a ilegalidade no campo e, portanto, a própria insegurança jurídica.

Não há algo que crie maior insegurança jurídica e nos deixe, nós juízes, sem saber realmente como trabalhar do que anistias que se sucedem. O destinatário da norma acaba por não regularizar o seu comportamento para frente, porque está sempre na expectativa da próxima regularização. Isso não é bom para a segurança jurídica, não é bom para a cultura de legalidade fundiária e não é bom para o Poder Judiciário, porque os processos nunca terminam. Eles têm começo e, depois, dão filhotes, e isso, evidentemente, drena as forças do Poder Judiciário, que poderiam ser dedicadas a conflitos de outra natureza.

Especificamente no que tange à regularização fundiária, nós podemos identificar duas perguntas: o "como fazer" e o "quando fazer". O "como fazer" tem a ver, por exemplo, com os requisitos estabelecidos na lei, as modalidades de vistoria. Aqui eu, pessoalmente, sou adepto do uso da tecnologia, do sensoriamento remoto, do georreferenciamento, é claro, tudo na perspectiva, se há o direito, de facilitar a implementação do direito, mas facilitar com segurança, e de impedir fraudes que eventualmente possam ser praticadas. Daí, tanto quanto na fiscalização ambiental, também na fiscalização e regularização fundiária, o uso da tecnologia é de rigor. Não há necessidade de enviar um perito ao local se as imagens de satélite, o georreferenciamento e outras tecnologias podem, com custos muito menores, inclusive, para aquele que será regularizado, demonstrar os aspectos que são exigidos pela própria legislação.

A legislação em si... Aqui eu disse que não iria tratar de dispositivos específicos, mas esse é um que eu quero mencionar como espaço aberto para o Senador Carlos Fávaro também olhar para frente e, com seu grande conhecimento da temática, ampliar os mecanismos de controle sobretudo da ética do sistema de regularização fundiária. Entre esses requisitos, eu chamo a atenção para o art. 5º. Salvo engano, é o art. 5º. É o §1º do art. 5º – eu já havia feito essa observação lá atrás, quando ainda se discutia a última alteração –, em que se veda, por exemplo, a regularização das ocupações em que o ocupante ou o seu cônjuge ou companheiro exerçam cargo ou emprego público nos seguintes órgãos: Ministério da Economia, Agricultura, Incra, Secretaria do Patrimônio da União, órgãos de terras estaduais ou do Distrito Federal. Aparentemente, é uma lista em *numerus clausus*, ou seja, uma lista fechada. Então, juiz pode grilar terra no Brasil, ocupar ilegalmente, como também promotor de Justiça e Procurador da República! O delegado de polícia da cidade não está nessa lista.

Então aqui está um dos exemplos em que, certamente, o Senador Carlos Fávaro, com seu grande conhecimento, e também o Senador Irajá poderão, juntos, melhorar o que já existe no sentido de fechar e, realmente, estabelecer uma cultura de legalidade fundiária no nosso País.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já me encaminhando para o final, evidentemente, nós... Nesse texto, há muitos dispositivos que são absolutamente técnicos e muito bem elaborados, e há outros que, talvez não intencionalmente, precisem de um ajuste ou outro. Aqui, evidentemente, eu não estou ingressando no debate político acerca da oportunidade ou não de uma lei dessa natureza – isso eu deixo para os outros expositores desse painel. Estou me limitando aos aspectos técnicos do que está diante de mim.

Minha última observação, aliás, as duas últimas têm a ver com a ementa da lei. Eu não sei se foi intencional ou se foi um descuido, mas, na ementa da lei, o campo de aplicação da lei está sendo mudado. Essa lei, na sua redação atual, tem como campo de aplicação a Amazônia Legal, e a ementa e também o art. 1º retiram essa aplicação ou campo de aplicação limitado e deixa a lei aberta para o País como um todo. Penso que o debate até hoje foi feito olhando para a Amazônia. Nós não sabemos o impacto dessa lei, com os requisitos que tem, para todos os biomas brasileiros, como, por exemplo, na Bahia, em Minas Gerais, em São Paulo e em todos os biomas brasileiros. Esse é um aspecto que eu não vi tratado ainda pelos estudos que foram feitos. Mas eu repito: não sei se foi intencional ou se ocorreu por descuido. Eu suponho que foi por descuido, porque, certamente, isso altera a ótica do debate no País como um todo acerca dessa lei. Ela vem sendo discutida, e o PL 510 também, como sendo algo destinado à Amazônia, não às praias, aos terrenos de Marinha, às ilhas, à Mata Atlântica, ao Pantanal. Nós não fizemos esse estudo.

Eu deixo, Senador Jaques Wagner, essa última observação, também de caráter geral, agradecendo, mais uma vez, o convite que me foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Muito obrigado, Ministro Herman Benjamin, pela sua contribuição e participação. Agradeço-lhe muito.

Passo a palavra agora à Sra. Ana Carolina Bragança, do Ministério Público Federal e Coordenadora da Força-Tarefa da Amazônia Legal.

A SRA. ANA CAROLINA HALIUC BRAGANÇA (Para expor.) – Obrigada, Excelência. Bom dia, Exmo. Senador da República Jaques Wagner!

Eu gostaria de deixar aqui meus cumprimentos e agradecimentos ao Senador da República Fabiano Contarato, que me endereçou gentilmente esse convite, e também meus cumprimentos ao Senador Relator, Carlos Fávaro, e ao Senador proponente desse projeto de lei, o Senador Irajá.

Muito meditei, antes desta audiência pública, a respeito da contribuição que eu poderia trazer como Procuradora da República e ex-Coordenadora da Força-Tarefa Amazônia, e me pareceu, até pela expectativa de que o tema fosse tratado de maneira geral, com apontamentos a respeito de impactos sobre políticas públicas e sobre a situação em campo, muito em tese, que a minha grande contribuição seria apresentar como esse tema da política fundiária reverbera hoje casos concretos trazidos ao conhecimento do Poder Judiciário e do Ministério Público e como essa política fundiária se estrutura e se projeta à luz do Direito, principalmente dos objetivos da República Federativa do Brasil.

Aqui lembro, observo, a título introdutório, que, como qualquer política pública, essa política pública de natureza fundiária deve também se pautar, ter por norte os objetivos que são dados pelo art. 3º da nossa Constituição, os de construir uma sociedade livre, justa, solidária, de garantir o desenvolvimento nacional, de erradicar a pobreza e de promover o bem de todos sem quaisquer preconceitos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dados esses objetivos, eu observo que a política fundiária, mais do que uma política de regularização fundiária, é uma política de ordenamento territorial de terras públicas. Qual é o papel do Estado ao promover esse ordenamento territorial? O papel do Estado é observar onde estão essas terras públicas e quais finalidades podem ser dadas a essas terras públicas. E essas finalidades são variadas: elas podem ser destinadas à implementação da Política Nacional de Reforma Agrária; podem ser destinadas à criação de unidades de conservação e de terras indígenas e à demarcação de territórios tradicionais; podem ser destinadas à concessão florestal – é uma atividade econômica importantíssima dentro do bioma amazônico –; e podem ser destinadas também ao uso agropecuário. Dentro dessa multiplicidade de usos possíveis, cabe ao Estado definir qual vai ser o uso a ser dado a cada uma de suas glebas ou a cada porção de suas glebas.

Então, a política de ordenamento territorial não se aplica apenas a regularizar ou a legitimar quem esteja em campo, mas também a ordenar efetivamente o território. Já obtivemos sucesso no passado, por exemplo, com o PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal). Logramos obter uma redução sensível do desmatamento no passado aplicando políticas de ordenamento territorial que consideravam esses diversos usos possíveis. O Professor Raoni aqui mostrou, por exemplo, que houve nessa época grande incidência de titulações, mas também a criação de unidades de conservação e a demarcação de terras indígenas, e isso esteve entre os fatores que contribuíram para a queda do desmatamento.

Mas, hoje, atualmente, estamos tendo sucesso nessa política de ordenamento territorial, em especial na Amazônia? A minha resposta é não. No momento, não estamos tendo sucesso, e não por falta de uma legislação aplicável, porque temos a Lei 11.952, já com mais de dez anos de vigência, mas, sim, por falta de capacidade dos órgãos competentes de implementação dessa política pública, por falta de capacidade do Incra em promover a regularização fundiária e em promover a implementação e a gestão efetiva dos projetos de assentamento e também por falta de capacidade operacional dos nossos órgãos ambientais, a fim de assegurar que as áreas tituladas, por exemplo, de fato, não incidam em ilícitos ambientais. Para exemplificar essa incapacidade de ordenar, eu gostaria de trazer à luz aqui dois casos concretos, duas circunstâncias ou dois feixes de fatos concretos que vêm se repetindo, de certa maneira, no Poder Judiciário local, aqui, no Amazonas, mas também, em outras medidas, em outros Estados. O primeiro deles enfrenta diretamente um dos objetivos que é invocado pela Lei nº 11.952, desde a sua gestão, e que é reiteradamente repetido a cada vez em que se busca uma modificação da legislação fundiária e dos marcos temporais, em especial, que propiciam a emissão de títulos agrários na Amazônia. Trata-se do objetivo de preservação ambiental e do argumento no sentido de que titular significa identificar quem seja o responsável por aquela área e, portanto, ter a quem cobrar no momento de buscar na composição de um passivo ambiental.

Bom, o Ministério Público Federal, justamente embasado nesse mote da legislação, busca, por meio de um projeto, que é o projeto Amazônia Protege, chamar à responsabilização por passivos ambientais as pessoas que se autodeclararam possuidoras de imóveis em áreas públicas na Amazônia Legal, que se autodeclararam possuidoras no âmbito de procedimentos administrativos em curso, deflagrados perante o Incra, e, portanto, formalmente se declaram possuidoras perante o Estado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, Excelências, em muitas dessas hipóteses, ajuizadas ações civis públicas com esse objetivo, temos enfrentado a estranha circunstância de o requerido, o réu na ação civil pública, comparecer perante o juiz para afirmar que se tratava de um laranja. Então, veja, um réu, em audiência, declarando perante o Poder Judiciário – então, um Poder cuja função é fazer garantir a aplicação do estado de legalidade, como disse o Ministro Herman Benjamin –, diz: "Esta terra não me pertence. Eu fui usado apenas como um laranja por meu pai, por meu tio, por meu empregador, por meu irmão. Na verdade, nunca tive a posse desta terra e fui declarado como possuidor porque não era possível a regularização fundiária de áreas, antigamente, maiores que 1,5 mil hectares e, hoje, maiores que 2,5 mil hectares". Então, são circunstâncias de fraude que são levantadas perante o Poder Judiciário como argumento de defesa para que a composição do passivo ambiental não aconteça.

E para além de todos os problemas que se implicam, inclusive, em relação à usurpação de competência do Congresso Nacional para titulação de áreas superiores a 2,5 mil hectares – a minha pergunta simples é: onde estava o Incra, que não viu, não observou, não foi capaz de notar a existência da utilização de um laranja, não foi capaz de, efetivamente, verificar que não havia ali um efetivo fracionamento, mas, sim, um fracionamento fraudulento, apenas para fins de obtenção de titulação. Esses casos têm sido muito comuns e evidenciam uma dificuldade forte do órgão em complementação efetiva, já com os instrumentos de hoje que serão aprofundados, conforme o previsto no PL 510, no sentido de, com segurança, promover a atividade de regularização e principalmente de ordenamento territorial.

O segundo exemplo que eu gostaria de trazer à baila diz respeito a uma recente reunião que tive envolvendo um caso concreto local aqui no Estado do Amazonas, tratando de um projeto de assentamento – e lembrando que há projetos de lei em curso também para que essa legislação, o PL 510, a projetos de assentamento – em que havia a identificação, em supervisão ocupacional pelo Incra, feito em 2016, de que 148 lotes, num dado projeto de assentamento, estavam concentrados nas mãos de duas pessoas.

Então, uma área destinada à política de reforma agrária estava tomada ali por duas pessoas, pessoas que também eram titulares da posse de diversos outros imóveis rurais incidentes em glebas públicas federais, no mesmo Município em que situava esse projeto de assentamento.

Em função da atuação judicial e extrajudicial do Ministério Público, o Incra passou, então, a adotar mais recentemente medidas mais incisivas visando à extrusão da posse dessas pessoas de lotes em projetos de assentamento.

E sua atividade administrativa trouxe a conhecimento do Ministério Público que não havia mais 148 lotes em posse dessas duas pessoas, mas 55, e quanto aos demais haveria dúvida. Independentemente dos motivos de dúvida, minha colocação do Incra, indo ao local, foi a seguinte: "Bom, são cerca de 90 lotes de diferença em relação aos quais pesa alguma dúvida. Por que não vão a campo fazer, então, a supervisão ocupacional? Ir a campo é algo que está sendo, aqui friso, deixado de lado, para áreas de até 2,5 mil hectares no PL 510, salvo hipóteses de conflito, dano ambiental e algumas outras hipóteses. E a resposta do Incra foi: "Não podemos ir a campo, porque não há conflito registrado e não há dano ambiental registrado".

Excelências, este é um projeto de assentamento reiteradamente listado dentre os projetos mais desmatados da Amazônia, em um Município em cima do arco do desmatamento da





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, com conflitos fundiários seriíssimos, inclusive envolvendo assassinatos, tentativas de homicídios, casos muito graves, dentro e fora do projeto de assentamento.

E a despeito de todo o contexto de gravidade, de todo o conflito social, fundiário e ambiental presente do Município, a resposta do Incra, formalmente, trazida perante o Ministério Público Federal foi: "Não podemos ir, porque não há conflito". Não há conflito e não há dano ambiental, em uma circunstância na qual o conflito e o dano ambiental, para o Ministério Público, são evidentes.

E aí a pergunta que eu faço ao Incra é: e quando não houver o sistema de justiça debruçado sobre o caso concreto, tal como se está nesta específica hipótese? Porque é uma área onde estamos atuando muito intensamente. Agora, a Amazônia é enorme, o Brasil é enorme. Então, não é possível ao sistema de justiça que esteja presente, conhecendo, se dando por conhecedor de todas as circunstâncias individuais.

Se onde o conflito é patente o Incra o nega, o que se dirá das hipóteses em que essa situação de muita clareza não existe? A titulação se dará a despeito dos conflitos existentes em campo e a despeito do dano ambiental que efetivamente esteja ali se produzindo? Quem efetivamente será beneficiado por essa situação, possivelmente de cegueira deliberada ou de incapacidade mesmo institucional do órgão que é responsável pela implementação dessa política pública? Então, longe dos olhos da Justiça, quem será beneficiado? Os objetivos da República Federativa do Brasil, que mencionei a princípio, serão efetivamente implementados nos casos concretos? Haverá o Estado ordenando o território, compondo conflitos ou apenas acirrando conflitos?

Essas indagações, Excelências, deixo-as para mostrar que no campo do ordenamento territorial e da política fundiária há um problema de implementação muito mais grave do que o problema legislativo.

A nossa legislação atual já atende, como mostrado pelo Professor Raoni, grande parte dos pequenos agricultores e produtores rurais na Amazônia e poucas pessoas, médios e grandes proprietários, serão efetivamente beneficiadas pelos dispositivos trazidos pelo PL 510.

A tendência deste PL é de aprofundar injustiças e não de promover a ordem, a justiça e o estado de legalidade nas zonas rurais de nossa Amazônia.

Com isso, agradeço pela oportunidade de fala, em especial, novamente, ao Exmo. Senador Fabiano Contarato, que me endereçou o convite, e fico à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agradeço muito à Sra. Ana Carolina a sua participação e a sua fala.

Passo, imediatamente, a palavra ao Sr. Júlio José Araújo Júnior, Procurador da República do Rio de Janeiro e coordenador do GT de Reforma Agrária e Conflitos Fundiários da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

A palavra está com o Sr. Júlio José.

O SR. JÚLIO JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, eu quero transmitir ao Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão, os cumprimentos do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Vilhena, que me incumbiu dessa tarefa de fazer, de contribuir no debate aqui na Comissão. Gostaria também de saudar o Senador Contarato, o Senador Irajá, que propôs esse projeto de lei, e o Senador Carlos Fávaro, ilustre Relator. Quero agradecer essa oportunidade e dizer que esse é um tema





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

extremamente importante e relevante para o debate. Sem debate, sem aprofundamento das discussões, certamente a gente tem muito a perder; então, é muito importante que a gente discuta.

Há projetos de lei, houve a Medida Provisória 910, há projetos de lei na Câmara, há esse projeto no Senado, e nós, na PFDC, temos nos debruçado sobre esse tema, já fizemos algumas notas técnicas em relação a outros projetos de lei.

E estamos também preparando um material em relação a esse PL, inclusive vamos realizar um evento na próxima sexta-feira. Aproveito aqui para convidar a todos. E quero tentar um pouco abordar algumas preocupações que a gente vem sentindo nessas iniciativas e de que forma talvez a gente mereça fazer outras abordagens.

E isso eu coloco também dialogando um pouco com os expositores que me antecederam, o Prof. Raoni, o Ministro Herman Benjamin e a minha colega Ana Carolina, para ressaltar algumas preocupações que nós temos no debate sobre regularização fundiária num contexto de omissão muitas vezes dos órgãos de Estado na concretização de políticas públicas fundamentais e previstas na Constituição e na legislação a respeito da destinação e organização e ordenação das terras públicas.

Na minha exposição, eu vou tentar organizar um pouco, abordando inicialmente essa questão da Constituição, ressaltar alguns aspectos importantes que colocam a regularização fundiária ao lado de debates importantíssimos, como a proteção socioambiental, a política de reforma agrária, a demarcação de territórios de populações tradicionais e a proteção do patrimônio público.

Eu quero, em seguida, falar um pouco do acórdão do TCU, Acórdão nº 727, de 2020. E como de certa forma a gente vem acompanhando nos debates que a gente vem assistindo uma certa distorção ou uma não compreensão totalmente adequada dos rumos que ele nos coloca e nos apresenta e a necessidade de, em vez de aprofundarmos os problemas que o TCU aponta, a necessidade de a gente mudar o rumo. E acho que esse é um aspecto fundamental.

E, por fim, quero abordar alguns aspectos que estão na lei, que de certa forma eu abordarei ao longo aqui da exposição, mas que considero essenciais para a nossa compreensão.

Bom, em relação à questão constitucional, eu queria acrescentar de certa forma, na linha do Ministro Herman Benjamin, que, quando a gente fala em regularização fundiária, obviamente estamos falando de uma questão muito importante. Há produtores que ocupam, produzem e que, muitas vezes, necessitam de algum tipo de reconhecimento do Estado desse espaço e dessa necessidade de estarem nesses locais. Não há dúvida de que esse é um tema que a gente pode discutir e deve discutir.

A gente deve pensar isso do ponto de vista constitucional à luz do princípio republicano, no sentido de que, quando a gente fala em regularização fundiária, e a distinção do Prof. Raoni é importante entre regularização e grilagem, mas, mesmo assim, quando a gente fala em regularização, a gente está diante de uma lógica de exceção. Uma exceção em que, a partir de critérios constitucionais e legais, nós vamos olhar para a ocupação e a presença numa terra pública, num espaço público com um olhar bem criterioso e bem limitador desse tipo de chancela.

Sob pena de, ao facilitar e ao estimular que esse tipo de postura aconteça, nós vamos sempre estar correndo atrás de uma situação que vai se consolidando. E aí, a gente não estaria





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

num campo de construção e de preocupação com outras políticas públicas fundamentais e que estão indicadas na própria Constituição.

Então, a gente tem que olhar para esse cenário da regularização fundiária de uma forma a garantir que certas situações sejam de fato regularizadas, mas nunca pensando em estimular e impulsionar essa realidade como algo recorrente.

Ao contrário, é necessário que o Estado articule o seu planejamento e as suas políticas de outra forma. E, aí, o primeiro aspecto essencial é a gente entender qual é o estoque das terras públicas, qual é o cenário das terras públicas, tanto federais, como estaduais, a gente entender de que universo está tratando. É fundamental que o Estado brasileiro entenda essa realidade para incidir nela com planejamento e organização da sua destinação. É necessário também que haja controle social e participação efetiva, algo que não vem acontecendo à luz da Lei 11.952, e que, do ponto de vista constitucional, é essencial para que a gente pense essa realidade, a forma de debater a destinação. E é necessário também que haja a proteção suficiente e constitucionalmente adequada de bens jurídicos fundamentais eleitos pela Constituição.

E, aí, o art. 188 fala da reforma agrária, da compatibilização com a política agrícola. Hoje nós vemos um cenário em que não há plano de reforma agrária, não há política de obtenção de terras, não há observância e atuação firme do Estado na fiscalização da função social da terra. E a ADPF 769, que tramita no Supremo, é um exemplo claro em relação a isso, à necessidade de discutir, num contexto em que se alega falta de orçamento, que haja a destinação de terras públicas também para a reforma agrária. Então, tudo isso acaba caminhando junto, e a regularização fundiária tem que ser vista dessa forma.

Por fim, claro, em relação ao ponto de vista constitucional, a necessidade de compatibilização com a proteção socioambiental, com a preservação de espaços e com a demarcação e a garantia de segurança jurídica a povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e outros povos de comunidades tradicionais que, muitas vezes, vão viver uma realidade de não formalização dos seus territórios e, ao mesmo tempo, vão sofrer e vão viver os impactos de uma atuação do Estado que quer restringir conceitos, como o conceito de terra indígena, que a Funai tentou com a Instrução Normativa nº 9, ou uma omissão plena na efetivação desses direitos, como acontece na política em relação à demarcação de territórios quilombolas. Então, por mais que a Lei 11.952 faça esse tipo de abertura e de respeito aos territórios, se eles não são formalizados, se os órgãos de Estado agem para que eles não sejam formalizados e tentam restringir o conceito dos territórios não formalizados, eles estão expostos, e é importantíssimo que qualquer política pública destinada à regularização fundiária esteja dentro dessa realidade.

Eu passo em seguida para a gente discutir a questão do TCU. O TCU foi mencionado aqui pelo Prof. Raoni nas várias questões que ele abordou sobre a renúncia de patrimônio público, a não fiscalização de condições resolutivas durante o programa Terra Legal, que é um programa que surge da Lei 11.952, os impactos ambientais que a grilagem, que a titulação ou a não fiscalização e o mercado ilegal de terras geram, os impactos ambientais disso, a preocupação com essa questão. E isso é importante para a gente pensar o pós TCU, não é?

Nós, na PFDC, temos discutido muito com o TCU, fizemos discussões com o Incra também e com a CGU sobre como atender as recomendações do TCU de uma forma eficaz e que efetivamente inverta esse cenário, no sentido de que a regularização tenha esse olhar criterioso, constitucionalmente adequado, que haja uma estruturação dos órgãos para enfrentar





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esse cenário – e o Incra assumiu o Terra Legal com a MP 870, de 2019 – e que haja compatibilização com outras políticas, que os órgãos se organizem para fazer, no caso do Incra, a política de reforma agrária, que haja o respeito à demarcação dos territórios e que haja efetivamente uma organização, regulamentação, adequação e estruturação dos órgãos para enfrentar as questões socioambientais.

O que é que a gente vê? A gente vê, na verdade, o contrário, a gente vê uma movimentação na contramão disso. E aí há uma preocupação de que o projeto de lei possa também, de certa forma, dialogar com certos problemas a que a gente vem assistindo. A gente vê hoje, por exemplo, que o Incra, por meio do Decreto 10.592, de 2020, e com o Programa Titula Brasil – e inclusive em falas que a gente acompanhou em outras reuniões – vem reforçando e usando a discussão sobre o acórdão do TCU como se ele devesse impulsionar e atuar acelerando e desburocratizando o processo de regularização, como se o acórdão tivesse falado só disso. Na verdade, o acórdão fala da necessidade da compatibilização das políticas com indicações e diretrizes constitucionais e do fortalecimento e da estruturação de capacidades institucionais por parte dos órgãos competentes para a sua organização.

Com o Programa Titula Brasil, por exemplo, o que o Incra pretende? Fomentar acordos com os Municípios, descentralizar certas atividades de instrução nessa regularização. Mas você não lê, por exemplo, na Instrução Normativa 105, do Incra, qualquer perspectiva de amarrar com questões socioambientais, de amarrar com a efetiva capacitação e estruturação dos órgãos para o enfrentamento das realidades, a adoção de mecanismos de impessoalidade na condução pelos agentes públicos locais, o que pode vir a ser um problema muito grande na hora de você identificar a destinação desse território. E há o risco grande de essa aceleração, uma aceleração um pouco açodada, representar ainda mais grilagem, impulsionar ainda mais desmatamento, impulsionar uma grande renúncia ao estoque de terras públicas federais, sem a observância de critérios e sem a observância desse cenário que o TCU propõe e indica.

Então, essa movimentação infralegal... Inclusive, o Incra costuma apresentar uma linha do tempo em que a adoção do decreto, da Lei 11.952, surge por conta do decurso do prazo da MP 910. De certa forma, com o PL, com os projetos de lei de regularização fundiária, imagino que se pretenda criar um diálogo em relação a essas medidas e essas organizações que vêm sendo feitas no âmbito do Poder Executivo e que podem representar aquilo que já foi falado aqui por alguns colegas e geralmente é repetido: a sinalização por parte dos órgãos de Estado de que vale a pena, de fato, invadir as terras públicas, avançar sobre elas, porque em algum momento a legislação vai ser sempre alterada e você cria situações de fato consumado, inclusive desmatando essas áreas para forçar, muitas vezes, a sua privatização.

Entrando um pouco na análise da legislação, um pouco naquilo que a gente já consegue ver – embora a gente esteja aprofundando, como eu disse, para o debate que a gente vai fazer na sexta-feira –, há a retomada de pontos muitos claros da MP 910 que nos preocupam. E nos preocupam porque eles não mostram, não indicam um aprendizado que a gente precisa realizar e precisa aprofundar em relação a esse diálogo que o TCU nos provoca a fazer. A questão do marco temporal, por exemplo, é um tema que nos preocupa – não só o marco temporal de 25 de maio de 2012, mas outros marcos temporais que aparecem no PL – e o risco, muitas vezes também, em processos licitatórios, de haver a possibilidade de destinação dessas terras públicas, a questão dos procedimentos simplificados para imóveis de até 2,5 mil hectares, de certa forma, gerando uma contradição em relação ao discurso de que há uma necessidade de beneficiar os pequenos. Aí, também reforço falas que já foram feitas em outros espaços, e aqui





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também, de que a legislação existente pode muito bem atender – e muitas vezes atende –, em percentuais altíssimos, os pequenos que demandam a regularização fundiária. Não é mudando essa legislação, aprofundando ou aumentando, que a gente vai conseguir adequar a proteção de todos esses bens jurídicos. Ao contrário. O que a gente percebe é que, para resolver, supostamente, um problema, a gente aprofunda um estado de coisas e torna a regularização fundiária uma regra.

E aí existem as flexibilizações e a compreensão, a necessidade de compreensão da vitória, à luz do entendimento do Supremo, na ADI 4269, e não só em relação a isso, mas em relação a todo esse debate que a gente vem travando. E o exemplo que a colega Ana Carolina coloca é extremamente relevante, de que, muitas vezes, o sensoramento remoto não vai dar conta de resolver certos problemas, inclusive a questão da posse mansa e pacífica, as discussões sobre conflitos. É muito necessário que haja, de fato, um fortalecimento das instituições, mas um fortalecimento à luz das políticas que elas têm que conduzir. E, por fim, há muita preocupação também com alguns sinais, como a previsão da possibilidade de pessoas regularizarem mais de um imóvel, poderem regularizá-los, sendo proprietárias de outros imóveis. Isso tudo gera um cenário de muita insegurança, e insegurança em que se transforma e se inverte a lógica em relação à regularização fundiária.

Então, esses são alguns pontos que nós consideramos importantes para contribuir aqui para o diálogo.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, ao Senador Jaques Wagner, à Comissão e colocar a PFDC à disposição neste debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sr. Júlio José, pela sua contribuição, pelos esclarecimentos.

Eu passo, agora, a palavra à Sra. Eliane Cristina Pinto Moreira, Promotora de Justiça do Estado do Pará e Professora da Universidade Federal do Pará.

A palavra está com a senhora.

A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (Para expor.) – Bom dia, Srs. Senadores. Cumprimento todos e todas na pessoa do Senador Jaques Wagner. Agradeço muitíssimo pelo convite.

Espero que estejam me ouvindo bem. Vou aqui me organizar para cumprir fielmente os meus 15 minutos.

Trago algumas reflexões a partir da perspectiva prática de atuação como Promotora de Justiça no Estado do Pará e também como pesquisadora na área agroambiental e de direitos humanos, algumas reflexões e alertas.

Poderia passar, por favor.

Acho que um ponto sobre o qual, como cidadã, como brasileira, vale a pena refletir é a oportunidade desse reavivamento da Medida Provisória 910, que, ao final, é a essência desse projeto de lei. Na minha perspectiva como cidadã, eu gostaria muito de conchamar os Srs. Congressistas a concentrarem todos os esforços, neste momento, no elemento urgente que nós temos, que é o combate à pandemia, as respostas efetivas à pandemia de Covid-19 e, principalmente, a necessidade de que nós tenhamos o enfrentamento perante essa situação de mais de 400 mil mortos no Brasil. Lamentavelmente, hoje, a realidade é que a maior parte dos brasileiros está tendo acesso é a esse tipo de pedaço de terra, o que é uma tristeza. E aqui vai toda a minha solidariedade às vítimas do Covid. Eu não tenho como passar por cima disso





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

neste debate, embora pareça fora do campo do que estamos discutindo hoje, mas passa pela discussão da real necessidade de esforços do Congresso Nacional em torno dessa questão.

Poderia passar, por gentileza?

Outro ponto também é que trago umas três reflexões, três eslaides sobre como a ação antrópica tem rumado em direção à Amazônia nos últimos anos. A gente vê, no primeiro mapa do quadro Mapa e Biomas, a situação em 1985 e, no segundo, em 2019. Com isso, eu quero demonstrar que o avanço da ação antrópica, das atividades de uso da terra, seja pela agropecuária, seja pelos monocultivos ou por qualquer outro tipo de atividade hoje desempenhada representa também um rumo em direção à floresta. Então, a relação terra, floresta e desmatamento, por via de consequência, não é uma relação que a gente pode esquecer; ela é intrínseca à essência deste debate que nós estamos fazendo hoje aqui.

Poderia passar, por favor?

E essa relação, esse avanço sobre a Amazônia, esse avanço sobre a terra, essas novas fronteiras que a Amazônia representa, lamentavelmente, resultam em conflitos graves – não é à toa que o Estado do Pará é um dos que mais tem registrado graves conflitos agrários em seu território –, mas também representa um avanço em relação ao aumento do desmatamento.

Poderiam passar, por gentileza? Eu não estou aqui com o controle da apresentação.

Relembro que, agora, recentemente, já neste mês de maio, a gente tem novamente alertas de desmatamento crescente. Isso não se dá ao acaso e talvez seja essa a essência do que eu quero aqui discutir. Todas as vezes que novas sentinelas, que novas notícias de flexibilização dos critérios para regularização fundiária, para o acesso à terra privada na Amazônia são alardeadas também existe uma relação de aumento do desmatamento. Por quê? Porque, lamentavelmente, ainda é presente a estratégia de buscar desmatar para se mostrar dono, como diz o Maurício Torres, absorvendo, trazendo a fala que muito se faz no interior da Amazônia de que o dono é quem desmata. Lamentavelmente, essa visão ainda é muito presente. Então, o uso do desmatamento como uma forma de demonstrar a existência de algum tipo de ocupação sobre a terra é uma das medidas mais nocivas para a floresta e para a Amazônia que nós temos hoje.

Pode passar, por favor.

Efetivamente, este é o grande ponto em que eu quero persistir: a demanda por terra na Amazônia é enorme, mas é enorme principalmente para povos e comunidades tradicionais. A titulação de terras indígenas tem andado a passos muito lentos e também assim a titulação de territórios de povos e comunidades tradicionais – e esse é o grande caminho para o combate ao desmatamento, não é a privatização das terras.

As medidas necessárias para a regularização fundiária estão já postas nas leis anteriores que nós temos, mas há que se avançar neste momento sobre a execução das políticas públicas, principalmente priorizando as prioridades constitucionais, que são a titulação de terras indígenas e de povos e comunidades tradicionais.

Pode passar, por favor. Pode passar para o próximo eslaide.

Nesse estudo do Imazon, de que eu acho que todos os senhores e senhoras já têm conhecimento, alguns fatos sobre a regularização fundiária na Amazônia Legal são trazidos, mas eu gostaria de destacar esse terceiro fato em que se identifica que 43% do território da Amazônia, que não têm ainda uma definição fundiária, possuem uma prioridade para conservação, para conservação do bioma amazônico. Mas os procedimentos atuais não estão garantindo que essa destinação desse território seja feita para essa finalidade, e esse projeto





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de lei também não avança, ao contrário, ele desestimula que essas áreas venham a ser destinadas para a efetiva proteção e conservação do bioma.

Pode passar, por favor.

Aqui, já indo diretamente para uma reflexão sobre o projeto de lei. A princípio, esse primeiro eslaide é sobre as justificativas do autor do projeto de lei, por quem temos o maior respeito, mas é necessário que a gente faça uma reflexão sobre elas.

Primeiro, elas trazem um resgate... Lendo somente as justificativas apresentadas com o projeto de lei, qual seria o sentido, então, dessa proposta? Traz-se, nessa justificativa, o resgate da Medida Provisória 910 – como o Dr. Júlio já mencionou, esse resgate não é alvissareiro, não é animador – e traz um resgate que desconsidera a necessidade de que a gente tenha estabilidade nas regras de regularização fundiária.

Este talvez seja um dos maiores valores que a gente precisa adensar: é preciso que as regras de regularização fundiária sejam estáveis, para que se alcance uma estabilidade do ponto de vista da pacificação da terra, dos conflitos sociais, e também do não avanço sobre a floresta, do não desmatamento.

O segundo ponto é que ela avança sobre o marco temporal, mexendo nesse marco temporal para 2012, quando a gente já teve alteração de 2004 para 2008. A MP tentou alterar para 2014. Felizmente, caducou e não logrou êxito, mas o fato é que o PL, agora, traz uma tentativa de avançar nesse marco temporal para 2012 e, com isso, se cria um ambiente de expectativa para futuras ampliações do marco temporal. Não só se cria uma expectativa de que as pessoas que ocuparam após 2012 venham a ter essa regularização, incentivando, portanto, essa estratégia, que não é uma estratégia boa, saudável para a gestão adequada do patrimônio público fundiário, mas também se cria expectativas de que no futuro novas normativas vão flexibilizar. E, com isso, a gente sempre vai ter esse avanço constante sobre as terras na Amazônia.

Um terceiro ponto é que na justificativa se fala da ampliação da área passiva de regularização, mas, de fato, isso não é algo que realmente seja uma justificativa a esse novo PL porque essa ampliação já existe desde 2017, esse ir até o limite máximo constitucional. Então, essa justificativa não seria tão apropriada.

O quarto ponto é a dispensa da vistoria prévia na área a ser regularizada, com a possibilidade de ser realizada a regularização fundiária mediante um procedimento de autodeclaração. Então, aqui, isso realmente é um dos pontos mais graves desse projeto de lei. Primeiro, porque ele, na realidade, transforma a regularização fundiária no procedimento que já existe hoje no Cadastro Ambiental Rural, que é tudo para o que o CAR não foi criado. Esse é um ponto importante. Segundo, essa aceitação da autodeclaração sem a vistoria retira dos órgãos públicos, retira do Estado a obrigação de aferir se aquela área realmente tem uma ocupação e uma exploração direta e mansa e pacífica.

E outro ponto que é muito grave nesse contexto, nessa justificativa apresentada para esse projeto de lei, é que essa dispensa da vistoria desconsidera o que já foi assentado na ADI 4.269, já julgada no STF, que prevê essa observância dos quatro módulos rurais.

O quinto ponto que é utilizado como justificativa é uma ampliação... O autor do projeto de lei apresenta como necessidade uma ampliação dos legitimados para requerer a regularização fundiária. De fato, não é absolutamente correta essa afirmação, porque eles são retirados de um determinado procedimento, que é o procedimento, vamos dizer assim, puro da regularização





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fundiária, mas a eles é dado o acesso por outras formas de alienação. A única diferença é o valor a ser pago por essa alienação.

Então, o que eu quero destacar é que os elementos que fundamentam a apresentação desse projeto de lei são, basicamente, o marco temporal e a dispensa de vistoria. Os dois, esses dois fundamentos não militam em favor da proteção da floresta e não militam em favor de assegurar uma verdadeira justiça social no acesso às terras públicas, ao patrimônio público fundiário, como eu já mencionei. Então, é necessário ver para que, realmente, esse projeto de lei se serve. Se é, ao final, apenas para essas duas justificativas, a gente realmente precisa repensar muito seriamente se isso está de acordo com a conveniência do País, com os ditames constitucionais de justiça social e também de prioridades de acesso à terra.

Pode passar, por favor.

Alguns pontos que não estão na justificativa do autor do projeto de lei, mas que a gente consegue vislumbrar e que, já caminhando aqui para o encerramento das minhas considerações, eu gostaria de ressaltar.

Um é o avanço sobre os assentamentos da reforma agrária, porque, a meu entender, existe um incentivo da ocupação ilegal das áreas de assentamento de reforma agrária, principalmente ao prever a desafetação, a possibilidade clara de desafetação, com regras pouco definidas nesse projeto de lei. O segundo ponto é a ruptura da ordem de preferência da destinação da terra pública.

Pela nossa Constituição existe uma ordem de destinação da terra pública. Ela não pode ser livremente... Ela não é um patrimônio privado que pode ser livremente disposto. Essa ordem é: titulação de terra indígena, povos e comunidades tradicionais, reforma agrária e conservação de biomas. Somente após se identificar que essas terras não se destinam a nenhuma dessas finalidades é que, constitucionalmente, se podem destinar essas áreas ao setor privado.

E, concluindo, ela ressuscita um incentivo ao desmatamento, trazendo uma anistia e uma possibilidade de titulação por meio da adesão ao PRA ou TAC, o que também é algo que incentiva fortemente o desmatamento; e distorce o conceito de infração ambiental. Isso é muito grave, porque isso repercute em todas as esferas de responsabilidade ambiental para além da questão de regularização fundiária. Ela prevê que só é infração ambiental após o esgotamento das vias administrativas, o que realmente é uma situação bastante delicada. E ela, como já dito pelo Ministro Herman Benjamin, revê essa limitação da Amazônia, embora a lei anterior de 2017 já deixasse isso um pouco em aberto, e cria claramente uma demanda de que não se sabe qual é a capacidade institucional de conclusão.

Por favor, pode ir para o próximo. Já é a minha conclusão.

Com isso, o que eu queria dizer... Esse é um mapa elaborado pelo Dr. Rajão, com a identificação das áreas que realmente seriam beneficiadas, as áreas para as quais esse projeto de lei seria aplicado, e elas só são essas áreas em vermelho. Só que a gente olha e acha até que é pouco, mas essas áreas na Amazônia representam áreas muito expressivas.

A minha questão é: qual é realmente a necessidade, do ponto de vista do interesse público social de mobilização dessa política pública, quando já existem normativas que buscaram atentar para essa resposta?

E, agora, o último, para eu realmente encerrar.

Alguns alertas. Quem é que realmente se beneficia? Quem ocupou ilegalmente terra pública após 2008. É assim, ela premia a grilagem. Ela cria mecanismos que oportunizam a regularização fundiária para o desmatador, e com isso ela premia quem desmatou para grilar. E





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ela fecha os olhos à realidade da terra e à existência de conflitos no campo ao não vistoriar e, com isso, incentiva conflitos agrários.

Então, realmente é uma normativa com a qual a gente deve ter muita cautela.

Eu vou deixar o meu contato já no último eslaide.

Agradeço imensamente a oportunidade de falar com os senhores e com as senhoras e me coloco em total disposição para o debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Nós é que agradecemos a participação da Sra. Eliane Cristina Pinto Moreira, com todos os esclarecimentos prestados.

Agora, eu passo a palavra para a Sra. Juliana de Paula Batista, advogada do Instituto Sociambiental.

A palavra está com a Sra. Juliana.

A SRA. JULIANA DE PAULA BATISTA (Para expor.) – Exmas. Sras. e Srs. Senadores; Exmo. Sr. Senador Jaques Wagner, na presença de quem cumprimento os demais presentes; colegas que também fazem parte desta Mesa e os que nos acompanham na audiência pública, bom dia!

Diversos pontos do PL 510 vêm nos causando preocupação. De início, eu gostaria de mencionar que essas mudanças que serão introduzidas na lei do Terra Legal permitirão a destinação de cerca de 40 milhões de hectares de terras públicas da União em todo o Brasil. Todas as vezes em que eu falei desse tema, eu repito este número, porque é um patrimônio público muito considerável: são 40 milhões de hectares de terras públicas da União não destinadas no País. E a gente precisa fazer uma reflexão mais estratégica sobre que tipo de governança o País vai dar para este patrimônio, que é um patrimônio público, que é um patrimônio do povo brasileiro.

O Programa Terra Legal foi instituído, inicialmente, por uma medida provisória, que foi a Medida Provisória 458, de 2009, e foi alterado, não há muito tempo, pela Medida Provisória 759, de 2016.

Ao longo de seus mais de 12 anos de vigência, o programa vem sendo reiteradamente alterado e vem sendo alterado por medida provisória ou por projetos de lei, como este agora, que é o Projeto de Lei 510, que, geralmente, passam por discussões muito rápidas. A medida provisória é um expediente que permite muito pouca discussão, justamente porque ela tem um prazo curto de tramitação. Também nos preocupa, como disse a Dra. Eliane Moreira, antes de mim, que isto está sendo discutido em plena pandemia, quando a prioridade do País deveria estar sendo salvar vidas, quando a gente tem mais de 400 mil mortos no País.

Então, a primeira preocupação que a gente tem com a tramitação deste PL são essas tramitações muito rápidas, sem que seja passível de uma discussão mais estratégica entre os diversos setores da sociedade e de uma discussão mais aprofundada sobre que tipo de governança o País e a sociedade de modo geral pretendem dar a este imenso patrimônio público.

Neste momento, a gente tem a tramitação de dois projetos, um na Câmara e um no Senado.

Sobre os pontos específicos do Projeto de Lei 510, existem diversos pontos que a gente poderia falar aqui, mas eu vou focar minha análise em três pontos. Dois deles já foram falados pelos colegas que me antecederam.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro se refere à alteração no marco temporal da regularização fundiária, que, hoje, é 22 de julho de 2008, com possibilidade de regularização, na compra à vista, até 2012. E esse prazo vai ser alterado. Desculpem-me. O prazo, hoje, da regularização fundiária de 2008 vai ser alterado para 2012, com possibilidade de compra à vista de regularização até 10 de dezembro de 2019.

Por que isso nos preocupa? Porque, se a gente for olhar, o desmatamento de 2008 a 2018, que está registrado no sistema Prodes, é de 298.381 hectares. A gente tem um registro de 298.381 hectares de florestas públicas não destinadas, que foram desmatadas entre 2008 e 2018. É este o tamanho do passivo e dos desmatamentos ilegais que poderão ser regularizados se esta lei for aprovada: 298.381, repetindo, campos de futebol de desmatamentos ilegais, que poderão ser regularizados.

Isso é bastante preocupante. Por quê? Todas as vezes que o Congresso Nacional muda esse marco legal, que já foi alterado com a MP 759, de 2016, infelizmente, a mensagem que se passa à sociedade brasileira é: "Invadam mais, desmatem mais, que, daqui a alguns anos, a gente muda de novo a lei para novamente premiar e regularizar quem invadiu e quem desmatou essas áreas". É equivocada a ideia de que, localizando esses invasores, localizando esses CPFs, nós vamos fazer com que essas pessoas regularizem o patrimônio ambiental, porque elas estão desmatando e invadindo justamente porque elas sabem que a lei vai ser alterada e que elas vão ser regularizadas.

A mensagem que o Congresso Nacional precisa passar é que essas invasões vão ser punidas, que esses infratores vão responder pelos crimes de invasão de terras públicas e pelos crimes de desmatamento ilegal que estão sendo praticados. É assim que a gente vai combater o desmatamento ilegal na Amazônia, e não favorecendo quem está cometendo esse tipo de ilícito.

Imaginem, Srs. Senadores, que todos os incêndios florestais que aconteceram nos anos de 2018 e de 2019, que escandalizaram o mundo, que escureceram uma tarde na cidade de São Paulo, passarão a ser passíveis de regularização!

Então, esse é um ponto que, infelizmente, nos preocupa muito, porque a lei não tem um efeito pedagógico. Quem comete o ilícito sabe que não será punido, que não será fiscalizado, que, muito pelo contrário, vai ser premiado, podendo adquirir essa terra a um preço, inclusive, subsidiado, porque é o preço que é praticado para a reforma agrária, que é uma política pública destinada aos hipossuficientes, à população rural hipossuficiente. Não é que a população da regularização fundiária também não seja hipossuficiente, porque a gente sabe que os pequenos também são hipossuficientes, mas a regularização fundiária não se destina apenas ao pequeno ocupante, já que áreas com até 2,5 mil hectares também podem ser regularizadas, e essas áreas são consideradas grandes propriedades. Quem ocupa uma área com mais de 1,2 mil hectares é considerado um médio proprietário, e quem ocupa uma área de 2,5 mil hectares é considerado um grande proprietário no nosso País.

O segundo ponto que nos preocupa, que também já foi mencionado, se refere à dispensa de vistoria presencial em áreas com até 2,5 mil hectares. Nas excepcionais hipóteses em que a vistoria acontecer, ela vai poder ser realizada por agentes privados, não pelo Estado. Isso permite conflito de interesses, porque, muitas vezes, a pessoa que está ali no território, na cidade, que pode estar envolvida com grilagem de terras, vai poder se credenciar para fazer a vistoria, e isso também é uma coisa bastante preocupante.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que eu queria mencionar é que a dispensa de vistoria já foi considerada inconstitucional pelo STF, no julgamento da ADI 4.269. O julgamento ressaltou que apenas as pequenas propriedades rurais, ou seja, aquelas com até quatro módulos fiscais, poderiam ter a vistoria presencial dispensada. Então é um equívoco o argumento de que essa dispensa de vistoria estaria sendo autorizada para propriedades com mais de quatro módulos fiscais para adequação ao precedente do STF, porque o precedente diz justamente o contrário disso. Excepcionalmente, eles estavam ressaltando a dispensa de vistoria para até quatro módulos fiscais para facilitar a vida do pequeno agricultor, tendo em vista toda a sua hipossuficiência e vulnerabilidade, e para que esse processo de regularização pudesse ser facilitado.

A lei atual já facilita a vida do pequeno agricultor. Ela não precisa ser alterada para facilitar a vida do agricultor. Além disso, regularizar uma propriedade com 2,5 mil hectares sem vistoria presencial é um risco imenso de geração de conflito. Você não sabe se ali dentro existe um pequeno agricultor que não sabe que há outro regularizando uma área maior com ele dentro. O Estado não vai ali para verificar, como disse a Dra. Eliane, que me antecedeu, se a posse realmente é pacífica. E quem vai sair prejudicado é justamente o pequeno, que muitas vezes não tem condição financeira para contratar um advogado, um topógrafo, que vai conseguir dar agilidade ao processo de regularização fundiária dele.

Então, eu peço a atenção e a sensibilidade de todos os Deputados e Senadores que dizem que essa lei é para defender o pequeno agricultor, porque a dispensa de vistoria para quem tem 2,5 mil hectares vai violar direitos dos pequenos agricultores, porque os grandes vão correr para a regularização, podendo regularizar áreas onde diversos pequenos estão ocupando a área, e o Estado não vai ter condição de aferir esses conflitos. Isso vai gerar inúmeros conflitos. A gente vai voltar a ter grandes conflitos e massacres, como aqueles a que a gente já assistiu no passado, como aqueles a que a gente, infelizmente, ainda assiste. Isso vai trazer para o País novos conflitos por terra graves, conflitos de direitos humanos, que vinham sendo mediados. A gente vai assistir a um cenário, infelizmente, de retrocesso. Isso é bastante preocupante.

O terceiro aspecto que nos preocupa muitíssimo é uma alteração que está passando despercebida no PL 510, que é o art. 6º, §6º. Esse artigo autoriza a validação de registros imobiliários que foram concedidos pelos Estados da Federação em cima de terras da União. Esse artigo diz o seguinte: todos os registros imobiliários que os Estados fizeram até dezembro de 2019 sobre terras da União estariam automaticamente validados. Na prática, esse artigo está permitindo que todas as áreas da União que foram ilegalmente tituladas pelos Estados passem automaticamente para o domínio dos Estados e também para o domínio de particulares para quem os Estados venderam irregularmente essas áreas. O artigo está validando o que a gente chama, em Direito, de vendas a *non domino*. Isso é extremamente preocupante, primeiro porque a Constituição é expressa ao dizer que toda alienação de terra pública com mais de 2,5 mil hectares necessita de autorização do Congresso Nacional. E essa autorização se dá por decreto legislativo, área a área. O artigo permite que uma quantidade incalculável de áreas seja transferida. Apesar de ele dizer que cada registro vai validar apenas 2,5 mil hectares, a gente não sabe quantos registros de 2,5 mil hectares passarão a ser validados com esse art. 6º, §6º, que simplesmente está passando dentro do PL, sem nenhum tipo de discussão e de reflexão mais profunda sobre o que isso significa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que nos preocupa ainda mais? É que essa transferência automática do patrimônio da União para os Estados vai ser feita sem qualquer contrapartida financeira para a União e sem previsão de qual vai ser o impacto orçamentário dessa medida para o patrimônio da União.

Existem inúmeras outras medidas que a gente poderia mencionar, mas, em linhas gerais, a gente gostaria de dizer que, quando estamos falando de regularização fundiária, a gente está falando de vastíssimas extensões de terras públicas, e a governança dessas áreas precisa ser refletida no âmbito de graves conflitos e problemas fundiários que afetam o País.

A bancada ruralista, por exemplo, se insurge, reiteradamente, contra a demarcação de terras indígenas. Por que não pensar a governança das terras públicas não destinadas como espaços prioritários para o reassentamento de pessoas que têm posses ou propriedades sobrepostas às terras indígenas? Seria uma forma de resolver os conflitos, garantindo segurança jurídica para ambas as partes, mas não é, infelizmente, o que tem sido proposto. A bancada poderia buscar resolver os conflitos dos seus clientes em vez de abandoná-los à própria sorte, principalmente quando há soluções mais viáveis do que atacar os direitos indígenas, previstos como cláusula pétrea na Constituição.

A discussão sobre regularização fundiária nos mostra que há terras disponíveis e possibilidades de solução para os diversos problemas e conflitos de terras que assolam o País, mas é preciso, Srs. Senadores, vontade política para deixar de fomentar conflitos que geram votos sem gerar soluções reais que atendam às necessidades da população brasileira. Enquanto isso, sofrem indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, e, de outro lado, também sofrem homens e mulheres empobrecidos que vivem no campo.

É por isso, senhores e senhoras, que o tema merece uma discussão mais estratégica que não se limite a destinar terras para desmatadores e invasores. Aqueles que esperam títulos desde a década de 70 precisam de um órgão fundiário eficiente e operante porque, como eu já disse, a lei atual permite a regularização facilitada para os pequenos agricultores.

A mudança na lei do Terra Legal tem gerado consequências diretas no aumento do desmatamento e, conseqüentemente, na emissão de gases de efeito estufa. Tudo isso agrava a emergência climática global e ameaça os compromissos assumidos pelo Brasil em foros internacionais sobre o tema.

Na recente Cúpula do Clima, ficou muito evidente a atenção do mundo às políticas públicas brasileiras para conter o avanço da devastação ambiental. A aprovação de uma medida que amplie as possibilidades legais de desmatamento sinaliza de forma muito negativa para a comunidade internacional e para os potenciais investidores, assim como para os acordos que poderão ser assinados com a União Europeia.

A gente tem certeza de que, para atrair investimentos e bons acordos, nós temos que demonstrar um compromisso real com a agenda ambiental e também com a agenda de direitos humanos. Infelizmente, não é essa a mensagem do PL 510. Nós esperamos que as terras públicas da União, esse enorme patrimônio do povo brasileiro, possam, sim, ser destinadas e regularizadas, mas que tudo isso possa ser pensado dentro de uma perspectiva mais estratégica e de governança e, em especial, reflita a possibilidade de resolver conflitos e de conservar o nosso imenso patrimônio ambiental.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que nós precisamos de inteligência e de planejamento para aliar conservação ambiental, demarcação de terras indígenas, desenvolvimento econômico e crescimento do País. São mais – repito o que eu disse no começo – de 40 milhões de hectares de terras públicas não destinadas, ou seja, há terras. Então, não precisamos fomentar





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conflitos, não precisamos atacar a demarcação de terras indígenas. Precisamos de uma governança fundiária e de uma discussão aprofundada sobre que tipo de regularização fundiária queremos para o País.

Era isso que eu tinha a dizer hoje, Sras. e Srs. Senadores.

Muito obrigada pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT

- BA) – Obrigado, Dra. Juliana, pela sua participação.

Eu passo agora a palavra... Não sei se já está na sala o Marcello Brito. (*Pausa.*)

Alô!

O SR. MARCELLO BRITO – Perfeitamente, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT

- BA) – Então, só para...

O Raul se preparou.

Raul, você também está com horário? (*Pausa.*)

Então, vou chamar o Marcello; depois, você, Raul; e, por último, o Richard. O.k.?

Marcello Brito, Copresidente da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, a palavra está contigo.

O SR. MARCELLO BRITO (Para expor.) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Eu queria cumprimentar aqui também S. Exa. o Senador Carlos Fávaro, Relator desse projeto; o Senador Irajá, proponente; o Senador Contarato, pelo convite; as demais Excelências presentes; as senhoras e os senhores.

Senador, eu sou engenheiro e sou uma pessoa do agronegócio. Então, eu vou me ater a questões práticas.

Eu queria concentrar a minha fala no que eu chamo de oportunidades e prioridades. E por que isso, Senador? Porque, na administração e na gestão pública e privada, ao se compor uma lei, ao se fazer uma lei, o foco são todos os cidadãos brasileiros, mas a inteligência na gestão e na administração demonstra que a escolha das prioridades é que demonstra a efetividade e a justiça de cada lei.

Eu gostaria de começar lembrando aqui um livro que se chama *O Mistério do Capital*, escrito pelo economista peruano Hernando de Soto, em que ele fala sobre o capital morto. Ele faz uma pergunta nesse livro, Senador, muito interessante, que é a seguinte – abro aspas: "Por que o capitalismo dá certo em países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo?". Fecho aspas. Trazendo para esta realidade, a tese do economista Hernando de Soto – abrem-se aspas novamente – diz: "[...] nos países desenvolvidos, toda parcela de terra, [...] construção, todo equipamento ou estoque é representado por um documento de propriedade, e que este é um sinal visível de um vasto processo oculto, conectando todos esses ativos ao restante da economia".

Ou seja, uma propriedade não titulada é considerada, dentro dessa teoria, como um capital morto. É uma propriedade em que você não consegue os financiamentos adequados; se você os consegue é a juros superiores. Enfim, você não tem condições de desenvolvê-la na sua totalidade, em benefício do seu proprietário, em benefício do Estado, ao qual está inserida, neste caso aqui, o Brasil.

Nós temos aqui esse emaranhado, no Brasil, conhecido aqui como posse. E nesse mesmo livro ele chama a atenção da posse como apenas a ponta do *iceberg*, porque o restante





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desse *iceberg* é todo um processo construído pelo homem, que pode transformar seus ativos em seu trabalho e também em capital.

Sabe o que nós vemos hoje, Senadores, no nosso País? Milhões e milhões de hectares em capital morto. São bilhões de reais que não são inseridos pelo bem do Brasil, infelizmente pela nossa inoperância, nos últimos 520 anos, no tratamento do uso da terra, lembrando que todos os ciclos econômicos brasileiros passaram pelo uso da terra. É uma questão histórica.

Mas agora a gente entra na discussão dessa questão da regularização. E eu gostaria de chamar de regularização privada e pública, porque a gente entra somente olhando esse aspecto do desmatamento. Isso não é totalmente verdade. Eu prefiro até dizer que é falsa a afirmação que, para conter o desmatamento, é necessário que ocorra a regularização fundiária. Isso já foi provado, em diversos países, que não é necessário, e já foi provado aqui, no Brasil, que não é necessário. Contribui haver regularização fundiária para o combate ao desmatamento? É claro que contribui, mas uma coisa não é obrigatória e intrínseca à outra. Mas o que é verdadeiro, e é muito verdadeiro, Senadores, é dizer que o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão social dessas áreas dependem prioritariamente de um processo de regularização fundiária, no campo e na cidade. Então, se para o desmatamento não é totalmente verdadeira a afirmação, para o desenvolvimento da região, para o desenvolvimento do País e para a inclusão social, é necessário que desse processo se dê conta.

Senador, por que estou reafirmando esse processo? Eu sou bisneto de agropecuarista, ou seu neto de agropecuarista, meu pai quis ir para a agroindústria, e eu também segui na agroindústria. A minha vida profissional foi toda ela voltada para a agroindústria, e 25 anos dela na Região Amazônica. A nossa empresa, em 2010, fez um compromisso de fazer parceria com mil pequenos produtores. E começamos a trabalhar sobre isso – isso foi em 2005. Lamentavelmente, 15 anos depois, desses mil prometidos, nós só conseguimos 186, porque não passa na lista de *compliance*, principalmente por uma questão de regularização fundiária.

A associação dos proprietários, a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma, fez um compromisso, em 2010, logo depois da instalação do Programa Terra Legal, de fazer parcerias com 10 mil pequenos produtores somente no Pará. Concluído o ano de 2020, mil famílias entraram nessa parceria. A média é esta: entre 10% e 15%, é o que você consegue, na *compliance*, para você ser parceiro, porque se você não tiver a *compliance* bem-feita você passa a ser corresponsável por disso aí depois.

Isso é muito triste, Senador, pelo seguinte, o agronegócio tem sido, há séculos, indutor de desenvolvimento em diversas regiões deste País. Se o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste, hoje, são industrializados é porque eles começaram o seu trabalho no agronegócio, se desenvolveram pelo agro, foi criada a agroindústria e todo esse processo se desenvolveu. O Norte e o Nordeste ficaram aquém desse processo de desenvolvimento porque não foram inseridos nesse processo de desenvolvimento.

E, para isso, agora, eu me volto aqui ao senso agropecuário do IBGE, que mostra essa estruturação do agronegócio brasileiro. Vamos falar em números oficiais: 5,07 milhões de propriedades rurais neste País, que correspondem a 351 milhões de hectares. Desses, 18% são pastagens; 18% são lavouras; 29% são matas e florestas – não há nenhum outro país no Mundo onde o setor privado tenha tanta mata e floresta sob sua responsabilidade –; e outros 8%. Que fantástico – que fantástico! É muita gente envolvida no processo do campo.

Agora vamos à realidade nua e crua do agro como um todo: 44% desses proprietários não usam tratores; 80% não usam semeadeiras e plantadeiras; 90% não usam colhedadeiras;





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

84% não usam adubadeiras; 58% não fazem adubação ou fertilização; 65% não fazem uso dos mais modernos defensivos agrícolas; 45% ainda utilizam o modelo tradicional de cultivo; e 85% desses não obtêm acesso a financiamento.

Então, nós vemos aqui o que significa capital morto, o que significa. E a grande maioria desses aí não está nas regiões mais desenvolvidas no Brasil; estão no Norte e no Nordeste.

Outro número importante do senso agropecuário é o seguinte: 70% das propriedades rurais do Brasil tem entre 1 e 50 hectares – 70% tem entre 1 e 50 hectares! O que significa que a atual lei, conforme dito pelo Presidente do Incra em audiência pública na semana passada, já prevê a regularização do sensoriamento remoto de todos esses produtores, de 1 a 50, que correspondem a 70% dos produtores rurais da Região Norte e do Nordeste.

Agora eu entro em outro número, senhores, outro número mais preocupante: 2% dessas propriedades, dessas 5,1 milhões de propriedade, respondem por 71% do valor bruto da produção do agronegócio brasileiro: 2%, 71%.

O que nós estamos dizendo aqui é o seguinte. O que não dá para entender é por que, após a decretação ou efetivação do Decreto nº 10.592, de 24/12 do ano passado, liderado pela nossa líder maior, Ministra Tereza Cristina, por que no dia 25 de dezembro os Senadores, Deputados e Governadores dos Estados do Norte e do Nordeste do Brasil não estavam à porta do Incra, batendo e vendo como fariam a regularização desses que nessas regiões sobem de 70 para cerca de 90% dos proprietários de terra?

Regularizado esse pessoal pela atual lei que já permite, nós estaríamos fazendo nesse Governo o maior projeto de inclusão socioeconômica do campo já feito na história do País. Então, eu não consigo entender como, tendo essa oportunidade na mão, nós estamos aqui, torrando uma energia violenta de tanta gente importante no Brasil, para criar algo novo, enquanto, na verdade, o que nós precisamos é facilitar o processo já existente através da infraestrutura necessária do Incra, que, em 2017, conseguiu executar somente 45% do seu orçamento; em 2018, novamente 45%; em 2019, 31%; em 2020, 34%; em 2021, números até hoje, 9,2% – números da plataforma do portal da transparência.

Mas, se achamos, senhores, que nós precisamos, sim, modernizar através de uma nova lei, nós temos a nº 2.633 lá no Congresso, que foi amplamente discutida por meses, pelo MAPA, através das pessoas colocadas pela ministra, pelo Incra, por Deputados, ou seja, já foi pacificada basicamente por uma boa parte da sociedade.

Senhores, regularizando esses até quatro módulos fiscais nessas regiões menos favorecidas no Brasil, nós daremos acesso ao cooperativismo. Vejam que o cooperativismo brasileiro é forte em todas as regiões do País, à exceção do Norte e do Nordeste. E, sem a inclusão desses pequenos produtores, desses pequenos proprietários dentro de um projeto maior cooperativista, não há acesso a tecnologia, não há acesso a desenvolvimento, não há acesso a pagamentos de serviço ambiental, não há acesso a mercado de carbono porque isso se dá por volume, e esses pequenos só terão acesso via um sistema cooperativista, que só existirá quando esses pequenos proprietários tiverem o seu documento de terra, o que já é possível de ser feito através da lei atual.

O nº 2.633 na Câmara foi relatado pelo Zé Silva, depois passou pelas mãos do Marcelo Ramos e, por último, agora, do Bosco Saraiva. A sugestão que eu gostaria de deixar aqui, em nome da Associação Brasileira do Agronegócio, em nome da Associação Brasileira dos Produtores de Óleo de Palma, em nome da Indústria Brasileira de Árvores e em nome da CropLife Brasil, que no ano passado, escreveram uma carta aberta ao Presidente da Câmara e





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ao Relator, pedindo a votação e a aprovação do nº 2.633, é que ele, por ter sido amplamente discutido, venha a sobrepor esse... Com todo o respeito que eu tenho ao Senador Irajá, aliás, eu apoio outros projetos que ele tem aí, de forma maciça, e ele sabe disso, mas infelizmente a nº 510 não tem o *timing* necessário, vem num momento ruim para o Brasil, não manda a mensagem tão positiva que um agronegócio decente, honesto, moderno, que tanto tem contribuído para este Brasil oferece neste momento.

É isso que eu tenho. Muito obrigado a todos e obrigado pela oportunidade de aqui falar.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, eu agradeço a contribuição do Marcello Brito, bastante esclarecedora.

E antes de passar a palavra ao próximo convidado nosso, Raul Silva Telles do Valle, diretor de políticas públicas do WWF-Brasil, eu vou passar a condução dos trabalhos ao estimado Senador Fabiano Contarato, o que é de praxe, como ele é o autor do requerimento, e também por uma necessidade minha, porque neste momento, eu estou em Salvador e vou embarcar agora para Brasília. Então, eu já tinha combinado com o Senador Fabiano Contarato.

Eu passo a palavra ao Sr. Raul, e a partir deste momento, o Senador Fabiano Contarato dirigirá a reunião.

Não sei se conseguirei voltar à reunião, provavelmente não. Eu quero, de antemão, agradecer a participação de todos os Senadores e Senadoras, a toda a equipe da CMA e principalmente a todos que se dispuseram a participar conosco desta audiência pública bastante esclarecedora, para que os Senadores e Senadoras, particularmente para que o Relator da matéria, o nosso querido Senador Carlos Fávaro, possa ter o maior volume de informações, de tal forma que possamos ter algo que sirva efetivamente à sociedade.

E houve já esse alerta do Marcello Brito, de que há um projeto praticamente... Praticamente, não, tratando exatamente do mesmo tema, com uma abordagem, eu diria, já fruto de um debate bastante grande na Câmara dos Deputados.

Então, Raul Silva Telles do Valle com a palavra. Senador Contarato, V. Exa., a partir de agora, pode conduzir, porque eu vou sair correndo para o aeroporto. Eu lhe agradeço então.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Wagner.

Agradeço a todos. Para mim, muito me honra estar aqui, se é que eu posso falar, substituindo o meu querido Senador Jaques Wagner.

E tenho muito orgulho também de dizer que nos meus primeiros dois anos de mandato à frente do Senado, como político ingressante, estreante na política, eu estive aqui presidindo esta Comissão, que para mim, eu reputo uma das principais Comissões do Senado da República. Infelizmente muitos políticos talvez subestimem ou não deem a importância que ela merece. Mas, independente de onde eu esteja, em qual Comissão eu esteja, quero deixar claro que hoje eu continuo sendo membro titular desta tão dignificante Comissão de Meio Ambiente. Mas independente de onde eu esteja, em qual Comissão eu esteja, quero deixar claro que hoje eu continuo sendo membro titular desta tão dignificante Comissão de Meio Ambiente.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Raul Silva Telles do Valle, que é Diretor de Políticas Públicas do WWF-Brasil, e, na pessoa dele e de todos os aqui presentes, agradeço o comparecimento e peço desculpas pelo meu atraso. Foi porque eu cheguei a Brasília e tinha outros compromissos também. Mas aqui estou como um bom soldado na defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Podem contar comigo.

Com a palavra o Sr. Raul Silva.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Contarato. Bom dia a todos! Agradeço o convite que o senhor me fez para participar desta audiência pública. Na pessoa do senhor, eu aqui também cumprimento todos os outros Senadores e Senadoras presentes, o Senador Carlos Fávaro, que é o Relator desse projeto e que está aqui escutando todo mundo atentamente. Agradeço a audiência.

Eu queria começar aqui fazendo uma afirmação que pode parecer óbvia, mas, hoje em dia, mesmo o óbvio tem que ser reafirmado: nós do WWF-Brasil e, eu diria, sem sombra de dúvida, praticamente todo o movimento socioambiental brasileiro somos favoráveis à regularização fundiária. Nós acreditamos que é, sim, uma medida de justiça social, que é sim uma medida necessária.

Aqui, o Marcello Brito foi muito feliz colocando a necessidade de que aquele produtor que está há 30, há 40 anos aguardando um título de terra possa ter o seu título de propriedade para poder pegar crédito, enfim, todas as benesses necessárias para que ele possa ser um produtor economicamente ativo, que a aquela terra tenha valor, que ele possa produzir riqueza. É isso o que nós queremos no País.

No entanto, eu tenho a dizer que o Projeto de Lei 510, infelizmente, na nossa visão, não é um projeto de regularização fundiária. E vou tentar explicar o porquê. Acho que aqui vários que me antecederam já falaram, e não vou repetir o que foi falado – houve outras audiências públicas também na semana passada, há duas semanas atrás, em que também trouxeram ponto a ponto os dispositivos do projeto –, mas, o Projeto de Lei 510... Muitos que o defendem alegam: "Vamos aprovar o projeto porque ele é necessário para fazer justiça àqueles que estão há 20, 30, 40 anos na Amazônia, sobretudo, que foram levados para a Amazônia, ocupam uma terra – o Governo os levou – e até hoje não conseguem um título". Não é verdade; é mentira. Esse projeto não é para resolver o problema desse que está há 20, 30, 40 anos na Amazônia. Ele está justamente beneficiando quem entrou na terra depois de 2008 – e 2008 não faz 20 anos, faz menos do que 20 anos, não faz 30. Então, não é esse o público do Projeto de Lei 510.

Outra alegação muito comum é esta: "Ah, precisamos mudar a lei porque é necessário usar tecnologia para simplificar e facilitar o trabalho de regularização para que a gente possa dar escala a esse trabalho". Também não é verdade. Por que não é verdade? Porque o uso da tecnologia já é possível hoje. Inclusive, está regulamentado por um decreto que saiu ano passado, por exemplo, o uso de imagens de satélite. Toda e qualquer tecnologia que facilite a regularização já é possível ser utilizada, já vem sendo utilizada, e não há necessidade nenhuma de lei para isso. O que o projeto faz – e foi muito bem pontuado aqui – é dispensar de vistoria presencial áreas imensas que vão ser regularizadas. Com isso, abre-se um espaço para fraude e violência, porque você vai poder legalizar e titular terras que têm terceiros ocupando e, na verdade, você dá para aquele que não é o ocupante. Isso foi extensamente colocado aqui. O que queremos dizer é que para aqueles todos, os mais de 90% de pequenos produtores na Amazônia que não precisam de vistoria, não muda nada essa lei. E o uso de tecnologia é perfeitamente possível.

Terceira alegação que se coloca: "Ah, esse projeto não vai causar nenhum problema para o meio ambiente, não vai causar desmatamento, não tem nada nele que traga prejuízo ambiental". Também não é verdade. Como um projeto que premia aquele que invade uma terra pública, desmata e ganha um título de propriedade, que premia esse sujeito com um título de propriedade não vai estar causando um incentivo para que isso continue acontecendo? É claro que é um incentivo para que isso aconteça. Inclusive, há pouco tempo, em 2017, o Congresso





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nacional aprovou uma medida provisória que, justamente, mexia na Lei 11.952, que alterou o marco temporal, trouxe, de 2004 para 2008, a data limite para se poder reconhecer a ocupação de terra pública e, desde 2017, desde que essa lei foi aprovada, o desmatamento no País, sobretudo na Amazônia, começou a crescer de forma descontrolada. Em 2019, o Brasil alcançou o maior nível de desmatamento desde 2008 e, em 2020, nós repetimos isso, aumentamos para 11 mil quilômetros quadrados o desmatamento no País, quando a nossa meta, a nossa própria meta, nós temos uma lei nacional sobre mudança climática que estabelecia uma meta para o ano de 2020, era de 3 mil quilômetros quadrados. Nós mais do que triplicamos o tamanho do desmatamento. E isso foi muito induzido pela mudança que este Congresso Nacional fez em 2017, alterando essa data limite, passando a mensagem para a sociedade de que, se invadir uma terra, desmatar a terra, aquele que o fez, mesmo fora do que a lei exige, vai conseguir o título de propriedade.

Então, Sras. e Srs. Senadores, nós não estamos tratando de uma lei de regularização fundiária. Nós estamos tratando, na verdade, de uma lei de colonização, mas o pior tipo de colonização que existe, a colonização que existia na legislação brasileira do século XIX, a colonização que existia na legislação norte-americana do século XIX, que é a legislação do velho oeste, que é a legislação que fala: "Bom, aquele que chegar na terra, aquele que for mais forte, aquele que invadir, aquele que desmatar, aquele que expulsar aqueles que estão lá vai conseguir o título de propriedade". Então, é uma legislação que está conseguindo trazer um benefício para aquele que é mais forte, aquele que é o mais esperto, aquele que tem mais acesso a informação. E, obviamente, essa não é a legislação de que nós precisamos. Essa é uma legislação do século XIX. Só que nós hoje estamos no século XXI. E, no século XXI, nós todos aqui sabemos que esse processo não é só moralmente equivocado, porque favorece o esperto, favorece o valentão que toma, na mão grande, a terra e consegue passar para frente com mais de 500% de lucro, que é a média, isso foi colocado aqui, de quem consegue uma terra invadida, titular, e a vende no mercado formal de terras.

Ela não é só moralmente equivocada. Ela é economicamente estúpida. E por que ela é economicamente estúpida? Porque, no século XXI, nós todos já sabemos que, na Floresta Amazônica, a que, concentradamente, essa lei se aplica, porque é onde nós temos o maior estoque de terras públicas disponíveis no País – e, frise-se, a maior parte desse estoque de terras públicas que podem vir a ser regularizadas estão com floresta hoje em dia –, na Floresta Amazônica, nós temos a reciclagem de umidade que vem do Oceano Atlântico e que, basicamente, garante a chuva em quase todo o País. Sem a Floresta Amazônica conservada, sem ela preservada, bem utilizada, que é como nós, na legislação atual brasileira, pressupomos... Nós temos uma lei de gestão de florestas públicas, aprovada em 2006 por este Congresso Nacional, que tentou ser um marco divisor desse processo de colonização pelo desmatamento da Amazônia para tentar induzir a uma ocupação pelo uso sustentável, garantindo que toda floresta pública permanecesse pública e permanecesse como floresta por via de concessão florestal. Essa lei está sendo descumprida, mas ela tem um pressuposto que é: precisamos conservar a Amazônia, porque a Amazônia é boa não só porque é o lugar com a maior diversidade de vida do Planeta; ela é a fonte de água para a agricultura do Brasil.

A tão festejada agricultura tropical brasileira, em que nós somos um sucesso mundial – e somos mesmo –, só funciona porque nós temos chuvas suficientes. Se nós continuarmos desmatando a Amazônia – e essa lei é um incentivo direto para que se continue desmatando, porque ela incentiva a invasão, incentiva o desmatamento para conseguir ganhar com a





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

especulação imobiliária e não com produção agrícola ou com produção florestal –, se nós continuarmos fazendo isso, nós estaremos cometendo o que já hoje vários pesquisadores chamam de "agrossuicídio".

Como estou vendo que o Senador Nelsinho Trad está aqui, eu queria chamar a sua atenção, Senador, para o fato de que, se nós continuarmos no caminho que nós estamos, nós não teremos mais a produção de safrinha no Mato Grosso do Sul, nós não teremos mais a produção de safrinha em Goiás, em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul, porque isso depende diretamente da saúde da Floresta Amazônica.

A legislação que nós temos hoje, que foi alterada em 2017, que está produzindo esse aumento do desmatamento, porque passa a mensagem de que é invadindo e desmatando que se consegue o título de propriedade, que esse é o normal – e se a fizermos isso novamente agora com essa lei, estaremos reforçando essa ideia de que descumprir a lei é premiado no País –, se nós continuarmos fazendo isso, nós estamos fazendo algo que está gerando o quê? Gerando terra destruída para trás.

Os últimos dados do TerraClass mostram que, em 2014, nós tínhamos, só na Amazônia, 20% das áreas já desmatadas em degradação, em regeneração. Elas foram ocupadas, foram desmatadas e foram abandonadas, porque não havia a produção agrícola necessária ali. Ou seja, nós temos hoje um processo em que a gente não só está largando terra destruída para trás, como nós estamos, neste momento, avançando para conseguir acabar com a capacidade de produção agrícola recorde que o Brasil tem, uma altíssima produtividade em grande parte do País, e não só na Amazônia.

É importante dizer, inclusive, que hoje foi publicado um *paper* na *Nature* que justamente avalia o impacto que o avanço do desmatamento na Amazônia causa sobre a produção de chuvas no sul da Amazônia – e está focando só o sul da Amazônia. E esse *paper*, que está disponível para qualquer um, mostra que já se diminuiu, em alguns lugares do sul da Amazônia, em 48%, ou seja, à metade o volume anual de chuvas em função do desmatamento e que isso – os dados estão publicados na *Nature* e qualquer um pode ver – vai causar, até 2050, considerando só os Estados de Mato Grosso, Rondônia, parte do Tocantins, sul do Pará e Acre, R\$32 bilhões em perdas só na produção de soja, uma soja que já existe nessas regiões, e, na produção de carne, até 2050, esse prejuízo será de R\$1 trilhão – R\$1 trilhão! – em função da queda no regime de chuvas e da impossibilidade de continuar com a safra e a safrinha no regime de sequeiro que nós temos hoje. O coordenador desse estudo, o Dr. Argemiro Teixeira Leite – um estudo feito pela Universidade Federal de Minas e de Viçosa –, afirmou que nós estamos caminhando para um "agrossuicídio".

Então, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, esse projeto de lei não é, infelizmente, um projeto de lei de regularização fundiária. Regularizar fundiariamente é olhar para o passado, para um passado remoto, entender o que foi feito de equivocado e falar: "Bom, vamos resolver essa situação, mas daqui para frente é totalmente diferente", e não é isso que nós estamos fazendo. Pelo contrário, estamos permanecendo num regime espúrio de colonização da pior forma possível.

Há muitos aqui – e eu reconheço que é legítimo esse pensamento – que entendem: "Bom, mas será que nós temos que ficar com tanta terra pública na Amazônia? Será que esse é o melhor caminho para o País, a forma mais eficiente de utilizar bem essas terras?". Eu acho que essa é uma questão super-relevante, mas o que eu posso afirmar, com certeza, é que não é a





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

partir desse processo que nós vamos utilizar melhor; esse é um processo que desperdiça a terra, desperdiça recurso, desperdiça o futuro do País.

Se quisermos, sim, fazer um processo de privatização em massa das terras da Amazônia, que façamos uma conversa adequada, façamos um debate adequado e utilizemos o instrumento adequado. O instrumento não pode ser invadir, desmatar e conseguir forçar que a lei seja modificada para legalizar situações que são ilegais. Isso é algo que, não tenho nenhuma dúvida, não faz nenhum bem ao País, não faz nenhum bem à sociedade brasileira e, pior, nos denigre frente à comunidade internacional, que entende que este País, fazendo isso, não é um país sério, é um país onde a lei não vale, onde tudo pode acontecer desde que se crie o fato consumado; e o fato consumado é o pior inimigo da segurança jurídica. Não existe segurança jurídica onde o fato consumado vale mais do que a lei aprovada pelo Congresso e chancelada pelo Poder Judiciário.

Então, Sras. e Srs. Senadores, eu queria dizer aqui com toda transparência que essa lei, do jeito que está, se aprovada com esses pontos que já foram fartamente demonstrados, é uma lei que sabota o nosso objetivo, fartamente colocado por todos, por vários aqui – eu tenho certeza que todos os Senadores aqui concordam com esse pressuposto –, de que o Brasil pode, sim, produzir sem desmatar nada. Sim, é verdade! Temos mais do que uma Alemanha já desmatada e subutilizada em várias partes do Brasil, inclusive, na Amazônia. Nós podemos utilizar essa área toda, e estamos utilizando em larga medida, para conseguir crescer a produção agropecuária sem ter que desmatar mais nada.

Mas enquanto nós tivermos uma legislação que incentiva, com altíssimos lucros, a invasão de terra pública e o desmatamento para aprovar uma suposta posse, nós nunca conseguiremos chegar ao desmatamento zero que tanto prometemos, que tanto sabemos que é necessário e que os nossos compradores cada vez mais exigem. Nós estaremos, pelo contrário, continuando, avançando desnecessariamente, e, mais, de forma prejudicial ao interesse da agricultura brasileira, sobre a floresta, destruindo a nossa galinha dos ovos de ouro.

Então, eu queria deixar aqui a minha mensagem de que nós não precisamos dessa lei. Não precisamos dessa lei; nós precisamos, sim, de uma lei que proíba a invasão de terra pública, aumente a penalidade sobre a invasão de terra pública, que crie formas inteligentes e mais facilitadas de gestão florestal em terra pública, de outros usos sustentáveis das terras públicas e florestas públicas na Amazônia. Mas essa lei, infelizmente, da forma como está, não é do interesse do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Raul Silva, você sempre muito didático, objetivo, transparente.

Eu, particularmente, quero deixar claro aqui um depoimento, sem nenhum radicalismo, porque nós já sabemos – e ele muito bem disse – que é necessário, sim, fazer uma reforma, uma regularização fundiária, talvez com a plena convicção – e eu particularmente já formei a minha, tendo em vista os debates, os estudos, as conversas que já tive, sobre os quais eu me debrucei – de que, efetivamente, quando se fala que isso vai regularizar a situação de pessoas que estão ali há décadas, há 30 anos, nós sabemos que isso não é... E aí eu posso pontuar, em cada artigo desse PL, como muito bem disse o Raul.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que nós temos que ter a serenidade, a sobriedade de tentar pautar, como nós fizemos com o PL, com o PSA, o Pagamento por Serviços Ambientais. Nós construímos, a várias mãos, um texto que chegasse a uma solução razoável para todos os lados e protegendo o meio ambiente como uma das principais motivações que nos levam aqui, porque eu não tenho dúvida de que proteger o meio ambiente é proteger toda e qualquer vida que ainda está por vir.

Agradeço ao Raul, se me permite, carinhosamente, chamá-lo assim, porque você sabe, que na Comissão de Meio Ambiente, a Casa é da comunidade científica, é da ciência, é da tecnologia, é da comunidade acadêmica, é das organizações não governamentais, é da sociedade civil, para nós debatermos de forma responsável, conjunta, deixando de lado qualquer ideologia partidária.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Richard Martins Torsiano, especialista internacional em governança e administração de terras, que, salvo engano, também teve uma brilhante atuação no Incra...

Se eu estiver equivocado, pode me corrigir.

Sr. Richard Martins Torsiano, com a palavra o senhor, para proferir as suas colocações de forma didática, objetiva, naquilo que... Porque nós temos que fazer o seguinte: não só apontar erros, mas também tentar buscar uma solução. "Esse projeto é ruim nesse aspecto." E o que pode ser feito para tirar? Suprimir ou não? E aí nós vamos caminhar para a construção de um projeto que seja melhor, claro que com o aval do autor e do Relator, com a aquiescência dos Senadores.

Eu vejo aqui o meu querido Izalci, que sempre está aí nos debates, o querido Senador Fávoro, mas, neste momento, eu passo a palavra para o Sr. Richard Martins Torsiano.

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO (Para expor.) – Senador Fabiano Contarato, bom dia!

Bom dia a todos e todas!

Agradeço o convite ao Senador Jaques Wagner, cumprimento aqui o Senador Carlos Fávoro, o Senador Relator Irajá Abreu, o Senador Izalci, que vive com esse problema fundiário, assim como nós, aqui, em Brasília, também conhecemos bem esse problema nas áreas urbanas, e quero dizer, Senador Contarato, que, sim, eu estive bastante tempo na direção do Incra e coordenei a formulação do Programa Terra Legal em 2009. E voltamos à discussão depois de ter passado por ela novamente ali em 2017, com a alteração da lei pela Medida Provisória 759, que alterou novamente o marco temporal, e agora no Projeto de Lei 510.

Eu começo pela fala do senhor, Senador, de que é importante que apontemos, sim, os problemas, mas também que busquemos aqui algumas alternativas para melhorar, porque, de fato, a lei é feita para ser cumprida, e, quando ela não está adequada, ela deve ser melhorada, mas nós temos consenso aqui, pelas falas apresentadas, de que existem elementos, nesse projeto de lei, que são problemáticos e que não trazem solução para enfrentar o problema fundiário no Amazonas. Ao contrário, trazem alguns elementos que, certamente, vão piorar esse processo de debilidade na gestão das terras da Amazônia.

Participando das discussões anteriores, especialmente na Comissão de Agricultura, na semana passada, e ouvindo a fala do Presidente do Incra, o Sr. Geraldo Melo, é possível observar que a fala do Presidente do Incra, apresentando todas as iniciativas recentes que o Incra tem aplicado, já esvazia uma boa parte da discussão desse projeto de lei. O Incra está demonstrando, claramente, especialmente depois da aprovação do Decreto 10.592, que é





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

possível regularizar as terras, que é possível aplicar as medidas que estão na Lei 11.952, usando as tecnologias que estão disponíveis. Então, nós temos, na discussão desse projeto de lei aqui, que, de fato, afastar aquilo que é problemático e nefasto, para que a Amazônia tenha uma governança responsável sobre esse território.

E uma coisa fundamental, uma premissa básica para a governança no território é que nós temos que nos juntar – todos os atores que estão aqui, como já foi dito pelo Ministro Herman Benjamin e pelo próprio Marcello Brito, especialistas, intelectuais e pessoas que operam essa política – na busca de resolver o problema da governança territorial lá, para equilibrar o acesso aos direitos na Amazônia e para aplicar aquilo que a lei efetivamente já determina que se deve aplicar, que é a regularização fundiária daqueles que estão devidamente enquadrados na Lei 11.952, já inclusive com a previsão de dispensa de vistoria para os imóveis até quatro módulos fiscais.

Para sintetizar um pouco esse raciocínio aqui, eu vou compartilhar com vocês, se me permitem, uma apresentação.

Pela apresentação, é possível observar... Aqui eu também estou representando o Laboratório de Geoprocessamento da Universidade de São Paulo e o Grupo de Políticas Públicas da Esalq da Universidade de São Paulo. Em 2019, nós fizemos, com o Professor Raoni também, uma nota técnica analisando os efeitos da Medida Provisória 910, e, por incrível que pareça, agora o Projeto de Lei 510 traz elementos que foram combatidos naquele momento, devidamente justificados, discutidos por vários atores que estão aqui, e vários Parlamentares na Câmara dos Deputados e, inclusive, alguns Senadores que participaram da discussão se convenceram dos problemas que aquela medida provisória apresentava naquele momento. Então, o contexto já está bem delineado, o universo que nós estamos tratando na Amazônia, mas é importante sempre a gente ponderar do que efetivamente nós estamos falando neste momento, que seria, em tese, o objeto da regularização fundiária lá na Amazônia.

Nós fizemos uma análise, naturalmente, no Laboratório de Geoprocessamento, sobre as informações que são informações geoespaciais dispostas em várias bases de dados oficiais e de acesso público. E foi possível identificar que nós temos aí 17 milhões de hectares com Cadastro Ambiental Rural autodeclarado nessas áreas remanescentes de terras públicas federais; áreas privadas, 20 milhões de hectares de áreas já destinadas para algum fim – no caso do Sigef, são informações georreferenciadas de imóveis privados –; as áreas públicas que foram destinadas ao longo do tempo na Amazônia – assentamento, unidade de conservação e outros territórios –; e as áreas não destinadas.

Aqui concentra a nossa preocupação e uma pergunta, Srs. Senadores: por que nós não estamos – este momento difícil, como disse a Dra. Eliane, não é oportuno debater esse tema, especialmente trazendo esses elementos que não inovam em absolutamente nada o marco legislativo nacional –, no momento oportuno, discutindo o que fazer e como qualificar a gestão deste território gigantesco de terras públicas que nós temos ainda na Amazônia, que soma cerca de 43 milhões, quase 50 milhões de hectares de terras públicas federais.

Aqui, sob o meu ponto de vista, nós temos de concentrar os esforços de todos esses atores, para construir uma plataforma de gestão territorial para essas terras. E construir de forma transparente, inclusiva, participativa, especialmente envolvendo os atores locais, para decidir qual é a destinação efetiva que nós temos de dar para estas terras.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que é fato é que aqueles que ocuparam as terras até 2008 devem ser devidamente regularizados. E nós estamos defendendo essa regularização a partir dos instrumentos previstos na Lei 11.952.

Quando nós observamos o universo que deve ser objeto, que deveria ser objeto da medida provisória – e, agora, naturalmente, esse universo não alterou muito para este Projeto de Lei 510 –, a gente observa que continua ninguém tratando desses 25%. Não há nada no projeto de lei que trata desses 25 milhões de hectares aqui, nenhuma proposta de governança efetiva para qualificar a gestão do território de 25 milhões de hectares, mas há uma indicação para alterar o marco temporal, novamente, para agasalhar, na regularização, um número muito baixo de ocupantes que ocuparam de forma ilegal essas terras na Amazônia.

Aqui, para justificar o número, é importante a gente também reforçar que, quando questionados sobre qual é a fonte da informação, há uma coerência, Senador Contarato, entre os dados que nós levantamos no laboratório e os dados que estão presentes na base de dados do Incra, de demanda para regularização especialmente dos médios e grandes imóveis. Cerca de 11 mil imóveis, nós identificamos nessa análise. E esse é o número médio que há de demanda por regularização na plataforma do Incra. Então, há uma convergência aqui dos dados.

E há uma posição novamente injustificada para mudar o marco temporal, trazendo sérios riscos para o ordenamento territorial brasileiro, além dos aspectos ambientais que já foram apresentados, e riscos, inclusive, para esses 99% dos agricultores que estão, de alguma maneira, enquadrados da Lei 11.952. Risco para eles porque esse 1%, que – e agora, já vou tratar – entrou nessas áreas depois de 2008, com uma prática que nós não sabemos qual foi, mas com uma prática geralmente nesta lógica do "entra, desmata".

Como já foi colocado aqui, essa prática, certamente, é nefasta e traz um risco para aqueles que devem ser regularizados, que são aqueles 99% de ocupantes, que estão no objeto da 11.952, mas, naturalmente, desde que cumpridas as regras e os requisitos previstos na Lei 11.952.

O número de área também está aqui demonstrado neste gráfico e não é uma área que justifique. Quanto maior, naturalmente seria pior para a própria proposta, e seria injustificado, de fato.

Qual seria o risco da mudança no marco temporal?

Aqui eu vou me ater a dois temas, que são os mais graves e mais problemáticos, no meu ponto de vista: a mudança do marco temporal e a dispensa de vistoria, até o momento pelo menos, para imóveis superiores à área de quatro módulos fiscais.

Bom, como eu coloquei, o universo analisado, que estaria abarcado por este projeto de lei, é um universo muito pequeno – um universo muito pequeno –, cerca de 1%. Um por cento! Então, nós estamos aqui, há vários dias, fazendo um debate, com vários atores, com várias autoridades, para aprovar um projeto de lei para atender 1% de ocupantes ilegais na Amazônia.

Então, a alteração do marco temporal é um risco e não se justifica pela demanda, não se justifica por qualquer benefício que, hipoteticamente, poderia trazer para o agronegócio ou para as comunidades locais. E estaremos sinalizando a permanente anistia, com ocupações de terras públicas, por aqueles que não cumpriram a lei, ou seja, aqueles invasores que entraram na terra, sabendo que não deveriam e não poderiam; e não estava permitida a entrada na terra após o ano de 2008.

Reforço novamente, Srs. Senadores: nós temos lei e defesa para regularizar os 99% da demanda que se enquadrarem nos requisitos da Lei 11.952. Não é razoável essa mobilização e





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esse risco de alteração do marco temporal para agasalhar cerca de 1% dessa demanda, sinalizando a porteira aberta mesmo, para a ocupação de terras remanescentes na área da União, no momento em que nós não temos uma plataforma construída, estruturada, para a gestão das terras públicas na Amazônia, com indicadores de governança, com informações qualificadas sobre o território, com espaços adequados para discutir a destinação dessas terras e tudo mais.

Estaremos assumindo, Srs. Senadores, infelizmente, com esse processo, que o fato consumado, como disse aqui o Raul, para 1%, desses invasores, vale a pena. E, aqui, eu separo agricultor que está lá, que é objeto da regularização fundiária, de invasores. Essa separação é importante.

Então, estamos falando de 1% das ocupações por conta da alteração do marco temporal. Essa sinalização de que esse fato consumado vale a pena, de que eu entro, de que eu sou beneficiado economicamente por essa entrada ilegal, depois de a lei dizer que eu não posso entrar, inclusive com a valorização da terra, ao invés de ter algum tipo de punição, receber o título de propriedade, é muito perigoso. E, nos estudos que nós temos feito, Senadores – eu tenho coordenado o estudo agora em sete países da América Latina, pelas Nações Unidas –, eu não tenho encontrado nenhum processo, nenhum método ou proposta de alteração legal para a regularização das terras que preveja essa mudança de marcos temporais permanente e muito menos dispensa de análise em campo para a regularização das terras.

Bom, o Senador Contarato coloca a necessidade de nós apontarmos melhor o que fazer para que isso não ocorra, para que o fato consumado não valha a pena. Primeiro, não alterar o marco temporal da lei. Não é necessário correr esse risco por conta de 1% da demanda. E qual é a referência que nós temos no País, hoje, de mudança de lei de regularização fundiária, sem alterar o marco temporal, Senadores?

Na Lei 7.292, cuja formulação em 2019 eu tive a satisfação de coordenar, porque era necessária uma nova lei para a regularização fundiária no Estado do Piauí, não foi alterado o marco temporal – o marco temporal foi mantido, o marco temporal da lei anterior. E não houve pressão dos produtores rurais, da Aprosoja... Nós construímos essa lei – a única referência no País atualmente, reconhecida pelas Nações Unidas –, ainda na minuta, com todas as instituições envolvidas no tema: produtores rurais, OAB, Aprosoja, Comissão Pastoral da Terra, Federação das Comunidades Quilombolas, e saímos com a aprovação da lei sem alteração do marco temporal e sem pressão para isso. Nós precisamos, para não valer a pena o fato consumado, aplicar também as medidas previstas no Decreto 6.321 e na Resolução 3.545 do Banco Central. Nós não podemos, além de não regularizar, também permitir que esses usurpadores tenham benefícios de políticas públicas do Governo, como ter os seus dados em base de dados oficiais, por exemplo – não é possível, né? – e precisamos investir na retomada das terras públicas irregularmente. Nós estamos falando de 1%. Então, é um universo pequeno, com o qual é possível dialogar, buscar um ambiente de conciliação. Não estamos falando aqui em atropelar processo, expulsar pessoas, mas de ir lá, e dialogar, e construir esse processo de retomada, a partir de processos também participativos.

Aqui no gráfico se demonstra que os mecanismos, as fases do Programa de Prevenção e Controle de Desmatamento indicam que... Quando essas fases foram aplicadas, o gráfico demonstra que há uma redução do desmatamento. Então, nós precisamos investir nessas medidas.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, para ir encerrando, já nos últimos eslaides, a dispensa de vistoria para imóveis superiores a quatro módulos fiscais. Quando dizem que é o uso da tecnologia – e muitos colocaram aqui o porquê de nos últimos anos não ter avançado a regularização fundiária –, mesmo com instrumentos, é que nós precisamos manter uma continuidade na gestão daquilo que devidamente está funcionando. Então, há uma descontinuidade de 2017 para cá, infelizmente, Srs. Senadores. Nós tivemos nessa área responsável hoje pela regularização fundiária, de 2017 para cá, um diretor que foi envolvido em inquérito da Polícia Federal, foi afastado; outro também foi afastado. Houve a assunção depois do atual Governo, que implodiu o programa que existia de regularização fundiária sem nenhum planejamento de transição para esse processo. Agora, com o Decreto 10.592 e com a atuação do Presidente Geraldo, lá no Incra, é que se constroem políticas focadas mais no avanço desse processo de regularização fundiária.

Então, o uso de geotecnologias já é aplicado no Incra e deve continuar sendo aplicado para todos os imóveis rurais, pequenos, médios e grandes. Deve ser aplicado. Agora, é necessário, Senadores, que neste momento a gente teste as metodologias, que a gente faça e aplique uma metodologia combinada para os imóveis médios e grandes, combinada entre sensoriamento remoto e uma vistoria de confirmação dos dados declarados por esse cidadão ou agricultor que está enquadrado na lei. Então, é possível construir uma metodologia combinada aí para ser aplicada em campo.

É necessário enfrentar o problema dos títulos antigos expedidos pelo Incra. Esses títulos antigos impedem, trazem problemas às vezes de segurança, inclusive, para o servidor do Incra expedir novos títulos em glebas públicas federais, por conta do receio de estar sobrepondo áreas nessas glebas. Nós precisamos buscar alternativas. Nós podemos contribuir com isso que nós estamos propondo e buscar soluções adequadas.

Outro elemento, Senadores, é que a regularização fundiária não é e não deve ser uma política permanente e continuada. Ela tem um fim. O fim é a regularização de todos aqueles que ocuparam a terra até o ano de 2008. E o que nós estamos dizendo aqui é que, para a regularização daqueles que entraram até 2008, são 5% a 6% dessa demanda que exigem essa vistoria em campo. Eu estou propondo a metodologia combinada entre sensoriamento remoto e uma confirmação em campos para 5% ou 6%. Se nós assumirmos que o Estado brasileiro não tem capacidade de fazer esse trabalho em 5% ou 6%, é a falência do Estado.

Eu fiz umas cotas aqui. Para vocês terem uma ideia, se nós dividirmos isso em um ano, seriam 500 vistorias da demanda real que existe lá no Incra – por ano. Se se dividir isso por nove Estados, seriam 55 vistorias, no ano, para cada Estado. Isso significa quatro imóveis, por mês, vistoriados. Então, é razoável construir um plano.

E reforço aqui – já indo para o último eslaide, Senador –, o Senador Irajá Abreu foi um parceiro do Governo em buscar a solução, por exemplo, para a certificação de georreferenciamento, quando existiam milhares de processos parados e travados no Incra. Ele buscou uma solução, não foi mudando o marco temporal para a exigência do georreferenciamento. O Senador Irajá Abreu foi um parceiro buscando fortalecimento da capacidade institucional do Incra junto ao Ministério do Planejamento. Eu fui com ele em reuniões no Ministério do Planejamento para construir, empoderar e melhorar a capacidade operacional do Incra em parcerias com o Exército para resolver o problema, que foi resolvido; depois, nós aplicamos uma tecnologia de análise automatizada.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu estou dizendo é que é necessário, Senadores, a gente passar por essa transição. Penso eu que, durante um ano, é razoável a gente ir testando essas metodologias e ali na frente – todo mundo concluiu, através das instâncias de participação, que é possível adotar essa metodologia de forma segura – a gente vai embora e muda essa metodologia prevista na 11.952.

E aqui eu coloco um risco. Por exemplo: nós tivemos uma decisão judicial recente sobre a apreensão das madeiras no Amazonas. A perícia da Polícia Federal está dizendo que o crime foi indicado a partir de um trabalho de sensoriamento remoto e de análise de imagem de satélite. A decisão judicial diz o seguinte: "Essas imagens por si sós não são suficientes para nos conduzir à constatação de crime específico". Então, dá para ver que... Não estou julgando se a Polícia Federal e a juíza estão corretos aqui, estou dizendo que essa metodologia, essa forma de análise ainda tem alguns riscos. Se há dúvida entre a perícia e a decisão judicial, para a regularização fundiária também creio que seja necessária essa transição para 5%. Nós estamos defendendo a regularização e que ela seja feita de forma também por ganho de escala e com serenidade para a maior parte das pessoas.

E aqui são alguns encaminhamentos, Senador Contarato, de propostas de melhorias, como o senhor mesmo colocou no início da minha fala.

Nós precisamos construir uma plataforma de governança das terras na Amazônia. Essa plataforma precisa, naturalmente, ter um plano de gestão e arrecadar as terras devolutas, cujo estoque ainda é gigantesco – ali concentra um grande volume tanto de pobreza como de conflitos. O Estado precisa arrecadar essas terras para destiná-las. Não é possível regularizar essas terras se elas ainda são devolutas. Estamos dizendo aqui: o Governo Federal e o Governo do Estado...

Concluindo: o Governo Federal tem histórico de apoiar os Governos estaduais e precisa continuar apoiando os Governos estaduais e o instituto de terras para enfrentar esse problema e arrecadar as terras devolutas. Precisamos de um diagnóstico territorial preciso sobre a Amazônia. Há várias instituições de pesquisa que podem apoiar o Estado e trazer informações precisas sobre o uso e a ocupação para que todos nós tenhamos e saibamos qual é o nível de uso e de ocupação das terras na Amazônia atualmente, onde estão riscos, onde estão os conflitos, onde estão as comunidades e as posses que devem ser regularizadas.

Precisamos, Senador, da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais, para que as terras públicas a serem destinadas passem também por uma análise, e essa câmara com participação social, especialmente dos atores locais da região, com participação dos produtores rurais, enfim, das instituições e das entidades que representam as comunidades tradicionais na região; também constituir, como o Governo já indicou a participação dos Municípios, conselhos municipais de gestão territorial com essa participação social – nos Municípios, que conhecem a realidade de fato, que haja uma triangulação entre esses conselhos e a câmara de destinação.

Rastreabilidade. Nós não podemos permitir que produtos oriundos dessa ocupação ilegal sejam recepcionados no mercado. Nós não podemos manter essa lógica de que o fato consumado vale a pena. Então, nós não podemos permitir que essa ocupação ilegal de 1% dessa demanda toda seja beneficiada.

Uma solução para os títulos antigos, como eu já disse. Aqui, Senador, se há uma proposta do Governo, do Senador Irajá e de outros de que é possível fazer, através de uma declaração, a regularização fundiária, eu estou sugerindo que seja no método combinado. Eu





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sugiro o mesmo método, se há uma boa vontade para regularizar, o mesmo método através do mapeamento das comunidades tradicionais na Amazônia. O Ipam desenvolveu uma grande ferramenta, que é o automapeamento das comunidades tradicionais. O Ministério Público Federal recebeu recursos do Governo alemão agora, da GIZ, mais de 2 milhões de euros, salvo engano, para desenvolver a plataforma das comunidades tradicionais. Então, por que não, no princípio de isonomia, as comunidades também fazerem o trabalho de mapeamento, com o acompanhamento do Governo, e, através dessa metodologia e de sensoriamento remoto, trazerem para regularização?

Deve haver a retomada das terras necessárias, para ter medidas exemplares de que não vale a pena ocupar irregularmente essas terras, e desenvolver com urgência, Senador, um sistema dinâmico de identificação e monitoramento de conflitos. Quando a gente fala de conflitos, além dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, nós não temos uma base de dados e um instrumento que indique, momentaneamente, naquele momento, que o conflito está ocorrendo ali. Então, uma plataforma de monitoramento desses conflitos é fundamental.

E, para encerrar de fato – peço escusas e desculpas, Senador Contarato –, eu quero colocar uma problemática aqui para pensarmos: se há uma proposta para destinação de terra pública, para destinação de área acima de quatro módulos fiscais, cinco, e de áreas médias e grandes, se a proposta é dispensar a vistoria e fazer essa destinação através de uma autodeclaração, isso abre um precedente para que a incorporação do patrimônio privado ou patrimônio público também seja feita dessa forma. Que a desapropriação de terras para a reforma agrária seja feita através da análise da declaração no ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) e da declaração do cadastro do Incra e a análise em campo seja feita por sensoriamento remoto. Assim, os produtores rurais querem e desejam isso, que abra esse precedente de que a destinação do patrimônio público pode ser feita, mas a incorporação também pode e deve ser feita dessa forma. E, mais, existe o risco, Senador, de haver uma pressão por mudança e dispensa de cadastro e trabalho de campo para a regularização urbana. Não há pressão dos Prefeitos, por exemplo, para mudar nem o marco temporal, nem dispensar de fazer vistoria para regularizar os imóveis na área urbana, que são milhões, milhões. Só em São Paulo, seriam mais de 1 milhão de imóveis. Então, esse risco do marco temporal... problemas para nós.

E perdão pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado pela participação do Sr. Richard Martins. Só peço a compreensão porque nós temos que cumprir um tempo, até mesmo com relação aos demais convidados.

Imediatamente, eu passo a palavra ao meu querido e colega Senador Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal, para, em cinco minutos, fazer o uso da palavra e suas considerações.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, quero parabenizar pela iniciativa desta audiência.

Eu vou fazer rapidamente uma questão para o Raoni Rajão e comentários dos outros convidados. Na sua opinião, é possível melhorar a proposição para garantir a regularização fundiária e, ao mesmo tempo, evitar grilagem e desmatamento? É viável combater efetivamente o desmatamento sem promover a regularização fundiária? A legislação vigente é suficiente para





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

resolver o impasse entre as ocupações das terras públicas da Amazônia e a necessidade de redução do desmatamento?

Pergunto para o Ministro Herman Benjamin: V. Exa. vislumbra conflito de direitos com a regularização fundiária do PL 510, de 2021, que pretende implementar outros direitos fundamentais constitucionais positivados? O PL em questão se harmoniza com os fundamentos do nosso ordenamento jurídico e da nossa democracia, que são orientados à vida e à solidariedade intra e intergeracional?

Pergunto aos demais convidados: considerando a realização, nos últimos dias 22 e 23, da Cúpula do Clima, organizada pelo Presidente dos Estados Unidos, na qual o Presidente Jair Bolsonaro prometeu a neutralidade de emissões de gases de efeito estufa no Brasil até 2050, como se encaixa o PL 510 nesse contexto? A aprovação da proposição poderia afetar, de alguma forma, o compromisso assumido pelo Governo? Considerando as metas previstas na Contribuição Nacionalmente Determinada – NDC é a sigla em inglês – brasileira ao Acordo de Paris, quais são as implicações da aprovação do PL 510, de 2021? A última pergunta é: a aprovação da proposição poderia inviabilizar o alcance dessas metas? Como?

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Eu quero esclarecer a V. Exa. que tanto o Professor Raoni, como o Ministro Herman Benjamin, por questões de agenda, já se ausentaram, mas a equipe da Comissão de Meio Ambiente vai encaminhar todos esses questionamentos direcionados a esses dois participantes, para que eles respondam por escrito a V. Exa., em um período curto, para que V. Exa. tenha as respostas de acordo com o seu brilhante posicionamento.

Eu me senti até contemplado com os seus questionamentos, confesso a V. Exa., como sempre muito bem atuante, atuante na educação, atuante aqui com a responsabilização com o meio ambiente. Eu tenho certeza de que V. Exa. também é um defensor de que é possível, sim, caminhar, gerando economia, alavancando economia, mas tendo a economia verde, uma tributação verde, preservando o meio ambiente. O próprio agronegócio sabe da responsabilidade que nós temos. Nós temos a possibilidade de perder R\$57 bilhões por ano, como consequência do desmatamento que está acontecendo na Amazônia.

Então, quanto às perguntas que foram direcionadas ao Professor Raoni e ao Ministro Herman Benjamin, o senhor terá, em curto espaço de tempo, a resposta por escrito.

Aos demais participantes que se sentirem contemplados, eu pediria...

Antes de passar para a resposta, Senador Izalci, para não tomar muito tempo, eu queria prestigiar e dar a palavra ao meu querido Senador Wellington Fagundes, por quem eu também tenho admiração e apreço e que tem sensibilidade.

Nós aprovamos, junto com o Senado, projetos de autoria do Senador Wellington Fagundes, projetos de extrema importância. O Senador Wellington sabe o quanto eu fiz para pautar aquele PL com relação ao trânsito. Eu pediria a V. Exa. e ao Senador Izalci para que empenhassem esforços para que ele fosse aprovado na Câmara, porque nada mais justo, se um motorista bêbado mata no trânsito, que o custo do SUS seja pago por ele, e não por nós, não pelo trabalhador.

Eu quero aqui publicamente... Sempre que tenho oportunidade, faço isso, Senador Wellington, porque as coisas boas têm que ser ditas e repetidas. Às vezes, os políticos sofrem tantos ataques, só críticas, críticas, críticas, críticas, mas esse reforço positivo é necessário





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para que nós possamos sempre entender que nós estamos lutando pela redução da desigualdade, pela redução da pobreza, pela manutenção do meio ambiente.

Passo a palavra ao meu querido Senador Wellington Fagundes para, em cinco minutos, fazer as suas considerações.

Posteriormente, Senador Izalci, os convidados darão suas respostas para os dois Senadores que aqui se manifestaram.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpellar.) – Sr. Presidente, eu tenho aqui algumas perguntas.

Nós, eu e o Senador Izalci – eu sou o Relator na Comissão da Covid –, tivemos que nos dividir para participar das duas Comissões. Então, eu não consegui acompanhar toda a reunião. Pode ser que alguma pergunta aqui já tenha sido até respondida.

Eu quero cumprimentar o Senador Carlos Fávaro também, em nome de toda a Comissão, e o Senador Fabiano e trazer também o meu abraço, o meu agradecimento a V. Exa. É Contarato! Prometi que nunca mais erraria.

Quero agradecer principalmente por esse relatório, realmente, porque acho que quem pega um volante de veículo não pode transformar aquilo em arma. Penso que tem que ter responsabilidade. Realmente, o Brasil ainda é recordista em acidentes de trânsito no mundo. Então, nós temos que humanizar mesmo. Esse projeto de lei, com certeza, traz responsabilização a todos aqueles que pegarem um volante de um carro. Não pode beber. Se beber, não dirija! Agora, se alguém transgredir a legislação e comete um acidente e se isso leva a mais despesas para o Estado... O Brasil hoje tem um custo de investimento em hospital fruto de acidentes de trânsito muito grande. Então, esse motorista que esteja sob efeito de álcool ou qualquer droga teria que restituir as despesas ao SUS, porque, hoje, em grande parte, mais de 80%, 90% das pessoas são atendidas pelo SUS.

Eu vou aqui falar rapidamente, Sr. Presidente.

A ampliação do prazo de regularização de projetos de assentamentos trará algum inconveniente ao Poder Público?

É possível ao pequeno produtor obter crédito e investimento para a produção agrícola ou para a pecuária, e não apenas crédito de custeio, para que consiga desenvolver em sua área, sem ter o título de propriedade?

Existem 9.426 projetos de regularização fundiária criados e reconhecidos pelo Incra até 14 de dezembro de 2020. Esses dados constam do cadastramento do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Entretanto, ao mesmo tempo, esse sistema informa que os projetos de colonização deixaram de ser criados a partir da década de 1990. Indaga-se: como será possível atender às demandas dos projetos de colonizações mais antigos? Até quando deverão ser eles tutelados pelo Estado?

O Programa Terra Legal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apoia a titulação dos ocupantes de áreas públicas rurais da União e do Incra por meio de parcerias com os Municípios. Indaga-se: como são regidas essas parcerias? Existe algum documento ou convênio entre eles para que se possa subsidiar a regularização fundiária a ser realizada por esse meio?





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em se tratando da desafetação acima referida, a consulta à Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais seria conveniente e suficiente para instruir a presente questão?

Considerando as dimensões das parcelas nos antigos projetos de colonização e o tempo decorrido de suas implantações, não seria justa e necessária a competente titularização para a segurança jurídica e a garantia do livre arbítrio dos assentamentos?

Os ocupantes nunca puderam licitamente vender seus lotes advindos, é claro, da reforma agrária. Entretanto, como é do saber de todos, essas transferências ocorrem e ficam guardadas nas gavetas. A falta da regularização fundiária dessas terras não cria e oficializa a ilegalidade no País?

E, ainda, Sr. Presidente, nós temos, aqui em Mato Grosso, eu diria, mais de 80 mil famílias que vieram para cá, chamadas, principalmente na época do Governo militar, para ocupar a Amazônia, para não entregar a Amazônia. E a grande maioria dessas pessoas não tem até hoje o título. Temos como exemplo a cidade de Nobres, que tem o mesmo potencial de Bonito, em Mato Grosso do Sul – a gente fala que é mais do que Bonito; é Nobres –, mas que não tem como fazer investimento porque está exatamente em cima de um assentamento do Incra, e as pessoas sem documento não têm como contrair os financiamentos.

Eu quero ainda, Sr. Presidente, ao finalizar, dizer que amanhã eu terei o prazer de receber, na minha cidade natal, Rondonópolis, em Mato Grosso, o Ministro das Comunicações, Fábio Faria, bem como a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Eles vão estar lá, Sr. Presidente, exatamente junto com a FPA, com Deputados e Senadores. O objetivo dessa visita é mostrar aplicações de tecnologia do 5G no agronegócio. A demonstração acontecerá na fazenda-modelo Instituto Mato-Grossense do Algodão (IMAmt), na cidade de Rondonópolis, em parceria com a fabricante da rede Nokia e também da operadora TIM, com *drones* com vídeos em 4k, tratores autônomos e hologramas. É a conectividade rural com potencial para ampliar ainda mais a produtividade no campo.

Todos sabem – não é, Sr. Presidente? – que hoje o Brasil tem uma tecnologia da produção agropecuária e agricultura com tecnologia de ponta. Nós estamos no centro do Brasil, longe dos portos. Portanto, a nossa logística é o grande desafio. Mesmo assim, conseguimos uma alta produção e uma alta produtividade, concorrendo com países como os Estados Unidos.

Por isso, a implantação do 5G é emergencial, é importantíssima para o País, principalmente neste momento da pandemia, não só para a produção de alimentos, mas também para as pesquisas que podem ser desenvolvidas, principalmente se a gente tiver toda essa implantação... Além disso, atende toda a população brasileira. Estar hoje em uma cidade – às vezes, isto ocorre em Mato Grosso – a mais de mil quilômetros da capital, sem ter conectividade... Isso significa praticamente deixar essas pessoas isoladas, sem exercerem o papel da cidadania.

Então, eu agradeço imensamente esta audiência. Eu cumprimento, mais uma vez, o Senador Carlos Fávaro. Tenho certeza de que esta audiência está sendo mais uma das tão importantes que esta Comissão está fazendo.

Um grande abraço, Presidente! Muito obrigado pela generosidade de me conceder o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes. Mais uma vez, fico aqui lisonjeado com seu comparecimento, com sua preocupação.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Externo aqui meu abraço fraterno a Mato Grosso do Sul, a Mato Grosso, enfim, a todo o País e a todos aqueles que estão preocupados com a preservação ambiental e com a geração de emprego e renda.

Eu queria indagar ao Senador Carlos Fávaro, se ele se encontrar na sala, se ele gostaria de fazer uso da palavra, de fazer alguma consideração sobre o que foi dito e alguma manifestação, enfim, quero oportunizar a ele ter qualquer esclarecimento ou fazer qualquer abordagem que ele sentir necessário fazer. E aí, desde já, mais uma vez, agradeço ao Senador Carlos Fávaro por estar aqui, gentilmente, como Relator desse projeto, por estar participando da Comissão, ele que é preocupado com o tema e sabe da sensibilidade do tema. Eu não tenho dúvida da preocupação dele com esse tema. Eu quero passar a palavra ao Senador Carlos Fávaro, externando, desde já, o meu fraternal abraço.

Um abraço, Senador Carlos Fávaro! Fique à vontade.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para discursar.) – Bom dia, colega Senador Fabiano Contarato! É um prazer vê-lo – muito obrigado pela oportunidade –, assim como todos os demais Senadores que já passaram por esta audiência pública, o Presidente da nossa Comissão, Senador Jaques Wagner, que precisou sair, e todos os outros, Plínio Valério; Rose de Freitas; Wellington Fagundes, meu colega mato-grossense; Nelsinho Trad, colega, amigo de bancada do meu partido, o PSD; Izalci Lucas e Jean Paul Prates, que também vi; e os demais que posso não ter visto durante a audiência.

Também quero cumprimentar o Ministro Herman Benjamin, pessoa magnífica, que eu tive a oportunidade de conhecer, talvez, há dez anos, num fórum aqui no meu Estado, num grande evento em que nós tratávamos do agronegócio com sustentabilidade, lá no Município de Sorriso. Depois ele voltou para discutir os sistemas produtivos aqui, com respeito ao meio ambiente. Nós tivemos oportunidade de ganhar conhecimentos ao debater com ele, aprendi muito também. Ao cumprimentar, então, o Ministro Herman Benjamin, que esteve nesta audiência pública, cumprimento todos os outros palestrantes e demais membros deste evento.

Sr. Presidente, eu queria, antes de mais nada, fazer um breve relato. Agradeço todas as participações, todas as sugestões e críticas ao projeto de lei, para que nós possamos fazer dele, sim, um projeto de lei que venha a trazer efetividade na regularização fundiária deste País. É muito importante nós deixarmos claros os posicionamentos. A democracia e o crescimento das políticas públicas, o amadurecimento das políticas públicas se faz através do debate franco, verdadeiro, leal, com olho no olho. Eu gostaria de, antes de mais nada, fazer aos colegas que participaram desta audiência pública um pequeno relato da minha história, para saberem da minha sensibilidade com esse assunto.

Eu cheguei aqui no Estado de Mato Grosso há quase 40 anos, ainda um jovem, menino, junto com os meus pais, em um assentamento de reforma agrária. Naquele momento, depois do entusiasmo de um recomeço na vida, na busca de prosperidade e de oportunidade, descobri muito rapidamente a ausência do Poder Público, a falta do Poder Público com políticas públicas que visam a dar dignidade às pessoas, e não só o título da terra, o principal de todos – acredito que essa é a alavanca, a carta de alforria para que você possa ter desenvolvimento social e econômico na sua vida –, mas também a falta de estrada, de posto de saúde, de escola. Vivi na pele isso, e isso me fez, com o passar dos anos, trabalhar políticas públicas, ser líder de classe, trabalhar para que nós pudéssemos fazer um lugar melhor para se viver aqui no Estado do Mato Grosso, e, graças a Deus, isso aconteceu. Esta cidade, onde cheguei num assentamento de reforma agrária, é hoje uma próspera cidade chamada Lucas do Rio Verde, polo da





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

agroindústria, polo do desenvolvimento equilibrado, socialmente e ambientalmente correto do nosso Estado de Mato Grosso. Por isso, eu me sinto muito, muito, muito lisonjeado em ter sido designado para ser o Relator desta matéria.

Eu não encontrei até agora ninguém que fosse contra a regularização fundiária; todo mundo, apesar de divergências quanto ao projeto de lei e a forma, encontrei todos a favor desse instrumento de desenvolvimento do nosso País, desenvolvimento social e com preservação ambiental.

Também, Sr. Presidente, é importante eu relatar aqui algo que é muito latente na minha vida pregressa e que talvez se confunda com a minha história de vida, que é a questão de comprometimento com a preservação ambiental deste País. Alguns acham, por eu ser produtor, ser pecuarista, que eu viso somente ao lucro, que não estamos preocupados, que eu não tenho, na minha essência, a preocupação com a questão ambiental, o que é um erro muito grande.

Eu digo que, neste País, nós poderíamos dizer que este País, que é rico na produção de alimentos, de fibras, de carnes, que ele tem grandes ativos que fazem essa grandeza e este País grande produtor de alimentos. Um deles poderia ser terras propícias, que são um grande ativo, sim. Gente vocacionada é um outro grande ativo. Máquinas e tecnologias de última geração são um grande ativo usado aqui no Estado, no Brasil, especialmente no Estado de Mato Grosso, para ser esse recordista em produção. Mas nenhum, nenhum desses grandes ativos se compara ao meio ambiente, o meio ambiente sustentável, equilibrado. Chuva é o que faz nós sermos grandes produtores de alimentos. Portanto, destruir o meio ambiente é destruir o maior ativo que nós temos para produzir alimento. De nada adiantaria os outros se nós estivéssemos num deserto. E, por isso, nós temos que ter a consciência e o compromisso com a preservação ambiental, para que ela seja um indutor do desenvolvimento. Não podemos também excluir uma coisa contra da outra, preservar o meio ambiente e não gerar o desenvolvimento. Também não considero que seja o ideal; tem de fazer as duas coisas caminharem juntas.

E, nesse aspecto, Sr. Presidente, o Projeto de Lei 510 visa, sim, com toda a certeza... E o Senador Irajá, com muita competência, com muita dedicação, procurou fazer um projeto inovador, moderno, que traga um aspecto muito maior de gente a ser ampliado na regularização fundiária. Quero dizer aqui que tenho dialogado muito com ele, com todos os outros colegas, participando de audiências públicas. Este assunto está, sim, sendo bem debatido. Como disseram os colegas: "Ah, mas há um projeto de lei na Câmara dos Deputados que já tem poucos meses a mais de tramitação, que estava bem debatido". Ótimo! Esse é o sistema bicameral do nosso Parlamento, que permite a ampliação ainda mais do debate e da convergência de ideias, para que nós possamos fazer o melhor texto.

E, aí, eu só tenho uma crítica a fazer em todo o debate de hoje. Primeiro, eu não pactuo com imoralidade. O uso de termos como esse, dizer que o projeto é imoral, não contribui em nada para o projeto, não contribui em nada para a democracia. As pessoas que não conhecem minha índole, que não conhecem minha postura, a postura do Senador Irajá, não deveriam usar esse tipo de termo. Nós queremos fazer o melhor para o Brasil e para os brasileiros.

Eu não quero, Sr. Presidente, e não vou avançar, passar a mão na cabeça de grileiros de terras. Quanto à questão de mudança do marco temporal para a regularização fundiária, eu concordo que é um sinal ao mercado de que pode continuar invadindo, pode continuar grilando, e daqui a alguns anos vão mudar a lei de novo, e com isso vira um indutor do crime, um indutor





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do desmatamento. Por isso, eu já tenho um compromisso, uma convicção, de não mexer no marco legal que está vigente, mas precisamos estar atentos.

Não se trata só de um projeto de lei que trata para grandes, como estão dizendo. Eu tive a oportunidade, nesta relatoria, de conhecer casos muito graves, na região de Rurópolis, no Pará, parcelas de um módulo rural, pequenos produtores que, em 2008, data do marco legal atual, não estavam sobre a terra. Em 2010, tinham antropizado 5% do território da área de um módulo fiscal, 5%, tendo o direito, pela Constituição e pelo Código Florestal, de avançar até 20% sem cometer crime. Ele abriu 5%. É passível que ele faça a ocupação naqueles outros 15% do módulo fiscal, mas ele não pode ser regularizado, porque ele está depois do marco legal de 2008. Ele está em 2010. Eu posso comprovar isso com imagens.

É esse o aspecto que o Projeto de Lei 510 está dando na mudança do marco temporal, e já em um debate em uma outra audiência pública como esta, com o Senador Jean Prates, nós já combinamos, entramos em um entendimento, então que se trate a exceção como exceção. Não precisa mudar o marco temporal, mas que abranja esses pequenos, muito pequenos produtores, com direito à regularização fundiária, caso tenha ocorrido a sua entrada na terra depois de 2008. É a exceção ser tratada como exceção.

Outro assunto muito relevante de dizer: a regularização fundiária é um ativo a favor do meio ambiente, porque, ao identificar o proprietário, ele não vai conseguir produzir se não fizer o seu Cadastro Ambiental Rural. E, ao fazer o seu Cadastro Ambiental Rural, nós vamos poder detectar se ele tem passivo ambiental e, ao ter passivo ambiental, só há uma coisa a fazer: regularizar, recompor a floresta, recompor os crimes ambientais. Senão, ele fica embargado, não consegue produzir, nem captar recursos, financiamentos, custeios, e muito menos vender a sua produção. Ao regularizar, nós estamos fazendo um grande serviço ao meio ambiente também, Sr. Presidente.

E, por último, quero dizer com relação à ideia mal aventada de dizer que nós seremos favoráveis a grandes grileiros de terras. Já está no meu conceito, preparando para apresentar no relatório, que o projeto atenderá tão somente a pequenos e médios produtores deste País. Pequenos e médios produtores. Esse será o conceito que estará no texto, que quero apresentar como relatório para apreciação dos colegas Senadores.

No mais, tenho gratidão pelas contribuições, pelas relevantes oportunidades de aprender mais sobre o assunto. Vamos continuar debatendo.

Nos próximos dois ou três dias, teremos uma reunião com o autor do projeto na Câmara dos Deputados, também com o atual Relator, para que, juntos, consigamos aprimorar ainda mais o texto, apresentá-lo aos colegas Parlamentares das duas Casas e, enfim, muito em breve, colocá-lo na pauta do Congresso Nacional, Senado e Câmara, e, aí, teremos um instrumento de melhora das condições da regularização fundiária neste País, para o bem dos brasileiros e para o bem do meio ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de estar falando e ouvindo tudo o que ouvimos hoje em relação a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Carlos Fávaro, mais uma vez, pelos seus esclarecimentos.

Por questão de tempo, passo imediatamente a palavra ao Senador Jean Paul Prates, caso queira fazer uso da palavra, para mais uma vez contribuir e prestigiar esta tão valorosa Comissão de Meio Ambiente do Senado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente Contarato. Mais uma vez é um prazer vê-lo aqui conduzindo audiência, lembrando que tivemos em 2019 uma atividade bastante intensa na CMA.

Agradeço também ao Senador Jaques Wagner pela oportunidade, a todos, e ao Relator Carlos Fávaro, por estar aqui nos ouvindo. Aliás, acho que este é um agradecimento que todos devemos, todos que estamos aqui, os que palestraram, os que falaram também, que tivemos a oportunidade de sermos ouvidos pelo Relator. Acho que esse é o espírito deste tipo de audiência pública.

Este é um projeto, pessoal – para quem ainda está nos ouvindo a esta altura –, cuja existência e este discutir todo derivam, reputo, um pouco da confusão a que o próprio Plenário remoto e todo esse funcionamento nosso acabaram nos obrigando. Vocês vejam que temos um projeto um pouco conflitante ou até concomitante com outro, temos tido várias iniciativas, não só nessa área como em várias outras áreas que aparecem no nosso radar aqui do Colégio de Líderes para colocar em pauta. Quando você vai ver, acha outro projeto, e outro, e outro...

A questão da dinâmica do remoto também tem provocado um pouco esse *overlapping*, essa superposição de projetos às vezes, o que significa um desafio enorme, Carlos, para o trabalho do Relator. É que a intenção do autor às vezes é justamente cobrir uma demanda que surgiu inicialmente, que não existia, ou acelerar um ponto de um projeto mais complexo, como talvez tenha sido o caso da intenção do Senador Irajá ao propor este projeto. O fato é que, quando ele foi divulgado inicialmente, ele realmente passou a impressão que alguns que aqui palestraram mencionaram: parece que foi para beneficiar quem ultrapassou o marco temporal; parece que foi para quem já foi beneficiado por legalizações e quer ser de novo – quer dizer, criaria uma certa indústria, um mercado disso aí –; parece que ele é destinado apenas a grandes áreas, uma vez que as pequenas áreas já estariam cobertas e o Incra só não está fazendo porque não tem recursos suficientes ou não conseguiu chegar a esse contingente todo; parece que é feito para quem cometeu infrações ambientais etc.

Então, cabe ao Relator – e foi o que disse ao Carlos na última vez em que nós nos reunimos – tirar-lhe o rótulo, fazer o grande papel de retirar-lhe o rótulo que não foi o Senador Irajá que lhe impingiu. Apenas, talvez, no desejo de resolver problemas muito pontuais, muito específicos, tenha passado essa impressão e colocado na mesa um projeto que acabou sendo apelidado de PL da Grilagem. Então, ao Relator cabe retirar esse rótulo, o que é um grande desafio para o Senador Fávaro, mas ele vai conseguir, porque é o Relator mais apropriado, a pessoa que veio exatamente da situação que se quer ajudar e hoje vive uma situação que se quer desenvolver, que é o negócio, o desenvolvimento agrícola organizado e sustentável dessas áreas. Então, você é o próprio fruto desse processo. Não há nada mais adequado do que uma pessoa que conhece todos os lados da situação, conhece a Amazônia Legal, enfim, e está nessa difícil missão de retirar o apelido extremamente assustador que esse projeto acabou gerando.

Eu queria apenas lembrar... Pedi a palavra apenas para isso, não só para saudar a todos que estão nos ajudando a fazer esse projeto, eu achei muito rico que o Marcelo, o Richard, a Eliane, o Júlio, o Raul, enfim, todos, o Ministro, que estão nos ajudando a fazer a legislação. Isso é importante, mesmo em tempo de pandemia, mesmo com a questão remota. Eu diria que até é mais fácil hoje, com a questão remota, porque a gente tem oportunidade de ouvir muita gente que às vezes não conseguia viajar para Brasília, os especialistas estrangeiros a gente





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

está conseguindo ouvir agora remotamente, então, mal ou bem, a gente está conseguindo evoluir.

No caso, acho que foi a Eliane que falou, e eu quero reforçar esse ponto com o Relator, porque nós falamos dele também... A questão da definição de infração ambiental me preocupa muito. Eu queria que a gente revisasse isso lá, porque a gente já tinha acertado esse acordo. É muito perigoso quando a gente redefine coisas que estão numa lei específica. Existe uma lei de infração ambiental bem específica para todo o Brasil, ela trata em detalhes o que acontece, o que é infração ambiental, para onde vai etc. Quando a gente muda um conceito para apenas um setor, abre um precedente para vários outros setores começarem a fazer a mesma coisa. É aquele exemplo que eu dei: infração ambiental para fins de mineração agora é outra coisa; para fins de colonização e reforma agrária, etc., é tal... Então, você começa a ter vários tipos de infração ambiental e não é saudável para ninguém.

Eu quis só enfatizar isso para que a gente, como é Comissão de Meio Ambiente, justamente o conceito mais perigoso de mudar que essa lei fazia era mudar o conceito de infração ambiental. Não pode fazer isso de jeito nenhum. A questão de o processo ir até o fim, é óbvio que qualquer processo tem que ir até o fim para fazer os seus efeitos, mas poderia ser utilizado para entender o seguinte: só vai ser considerado desmatamento a partir do momento em que o cara foi julgado até a última instância, digamos assim. E isso não é o caso, não é o que a lei ambiental quer. Então, esse conceito é importante.

No mais, eu acho que o Relator ouviu e acolheu muitas das nossas sugestões, a maior parte delas conciliatoriamente. Essa questão da exceção para os casos, como Rurópolis, esses casos, eu acho que a gente vai ter que redigir bem. Não vi a redação final ainda, mas a intenção é excepcionalizar e não criar isso como regra. Então, isso é muito bom, muito saudável, e vamos manter um marco temporal, vamos manter uma metragem ou hectaragem, como se chama, uma área mínima razoável, para não falar que a gente está ajudando só os grandes, enfim, toda essa rotulação que foi feita o Carlos vai saber fazer, nosso querido Senador Carlos Fávaro vai conseguir fazer e tirar o apelido do projeto de lei, para que ele tramite tranquilamente.

E vai se juntar com outro projeto, eventualmente, na Câmara. Nós temos vários casos desse. Eu mesmo sou autor do projeto de energia eólica *offshore* e tem outro lá na Câmara, e a gente está correndo aqui para ver se chega lá e junta, apensa e faz um trabalho de revisão, traz de volta para o Senado e finaliza o processo. Acho que esse é o trabalho bicameral, como foi dito também.

Muito obrigado a todos. Parabéns a vocês todos e a nós pelo trabalho coletivo que é esse projeto, cujo Relator, Carlos Fávaro, vai nos brindar, ao final, com uma solução de consenso.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Eu não quero me alongar, porque quero imediatamente, após a minha fala, passar para os expositores fazerem os agradecimentos e suas considerações, dentro daquilo que já foi questionado a cada um dos senhores. Mas, como diria Platão, a sabedoria está na repetição e nunca é demais reforçar os pontos que me preocupam, particularmente, como Senador.

Eu já ouvi, por exemplo, durante tudo o que foi dito aqui e até mesmo na tramitação deste PL, frases do tipo: "Esta proposta corrige uma injustiça histórica com mais de 300 mil famílias de pequenos produtores rurais que aguardam há décadas esse título, por 20, 30, 40, 50 anos."





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Olha, isso não é verdade, porque ele modifica uma data-limite para regularizar a invasão de terras públicas. Pelo novo texto, quem ocupou e desmatou até 2014, pode se regularizar; isso está no art. 38, §1º, inciso I – então, ele vai obter o título de propriedade. Pela lei atual, isso não seria possível. Então, se o objetivo é resolver o problema de quem está há 30 anos, como se justifica a alteração desse marco temporal? Então, eu acho que, quanto a isso, o Relator já está sensível a esse tema.

Outro ponto que se suscitou aqui é que foi dito que nós não vamos abrir oportunidades para latifundiários, mas nós vamos, sim, dar oportunidade de regularização efetiva mais rápida, mais justa, a pequenos e médios produtores. Olhem, o projeto dispensa de vistoria presencial o processo de titulação de médios e grandes ocupantes, permitindo a utilização exclusiva de sensoriamento remoto para comprovar a ocupação de áreas imensas, de até 2,5 mil hectares; isso está lá no art. 13, inciso IV. Então, é um ponto sensível, e nós temos que ver isso. A legislação atual já dispensa a vistoria em 93% dos casos, que são justamente os pequenos produtores, o que está no art. 13. Então, nós vamos alterar a legislação para beneficiar um percentual mínimo? Não! A legislação tem que ser feita para atender a uma maioria, e não é esse o objetivo deste PL. Com toda humildade, é essa a consideração que eu faço, e faço questão de reafirmar.

Outra frase que foi muito dita ou no Plenário ou por Senadores é que "não encontrei, nesse projeto, uma única frase que precarize ou que ataque o meio ambiente.". Ao anistiar invasão de terras públicas feita após 2011 – isso está lá no art. 38, §1º, inciso I –, esse projeto vai premiar quem atuou contra a lei, algo que já está ocorrendo desde 2017. Então, esse projeto é um conflito, ele está mandando essa mensagem para a população: se você desmatar, não se preocupe, nós vamos regularizar.

Então, são esses pontos sobre os quais eu só queria falar aqui. Tomei a liberdade de falar mais uma vez, porque eu já sei que sobre eles já se debateu, mas para trazer também a minha preocupação com relação a esse PL, que acho sensível, acho problemático, acho que tem pontos sobre os quais nós temos que nos debruçar. E temos que ter a sensibilidade ambiental, a seriedade, a responsabilidade com a comunidade internacional e com a garantia constitucional expressa no art. 225, que diz que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Bom, muito obrigado a todos. E quero agora passar a palavra para os convidados, para fazerem suas considerações e responderem os questionamentos que lhes forem feitos.

Algun expositor que queira já se manifestar? Eu concedo a palavra. O Júlio José, não é isso? Com a palavra, Júlio, por favor.

O SR. JÚLIO JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR (Para expor.) – Isso, isso. Muito obrigado, Senador. Dado o adiantado da hora, eu tenho um outro compromisso, eu gostaria então de só fazer rápidas considerações.

Primeiramente, agradecer mais uma vez em nome do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Vilhena, pelo convite; coloco a PFDC à disposição desse debate. Quero dizer que é importante que a gente discuta e que a gente leve em consideração toda essa gama de argumentos e de pontos de vista que foram trazidos aqui e que têm sido um problema neste debate.

Este debate, no ano passado, nós vimos como isso foi complicado ao ter tido início a partir de uma medida provisória, que produziu efeitos. E aí, nós começamos a fazer essa discussão num contexto em que havia a medida provisória, e ela poderia ser convertida em lei,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e aí, por falta de acordo, por várias questões, no meio da pandemia, houve o seu decurso de prazo.

E, desde então, tem um pouco essa questão aparecendo, os projetos de lei que surgem, que são trazidos. E nesse ponto eu acho importante, não vou conseguir responder especificamente as questões, mas me coloco à disposição para oportunamente fazê-lo. Eu acho que é muito importante a gente não perder de vista essa dimensão macro e constitucional desse debate sobre a ordenação territorial das terras públicas.

Há a necessidade de que a gente pense a política de regularização fundiária dentro de um espectro bem específico, que não comporta esse tipo de abertura para futuras chancelas e novas mudanças de legislação, seja por conta do marco temporal, seja por conta dos sinais que, muitas vezes, a lei pode oferecer em relação a formas de abertura, de ocupação, de permanência e garantia de ocupação em determinados lugares ou mesmo de formas de atuação de fiscalização que não sejam suficientes, que indiquem e não deem conta desse problema e façam com que esse cenário se perpetue.

E outra forma importante, outro aspecto fundamental é a gente pensar num contexto em que as instituições, muitas vezes, sofrem erosão, que elas passam por um processo de desestruturação, o que atinge, muitas vezes, as próprias políticas. E que a gente pense, desde já – e sugiro isso, tomo a liberdade de sugerir essa discussão –, a questão ambiental, a questão socioambiental, a destinação dos territórios, das terras públicas para políticas de reforma agrária, para políticas de demarcação de territórios estejam extremamente atreladas a esse debate. É fundamental, é imprescindível que essa questão seja vista dessa forma.

E essa é a contribuição que o Ministério Público Federal, por meio PFDC, gostaria de fazer. Agradecendo mais uma vez, desejando a todos uma boa tarde e uma boa semana.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Júlio. E, mais uma vez, eu quero aqui publicamente agradecer sempre a atuação do Ministério Público Federal.

Eu lembro que todas as vezes em que eu fiz uma vistoria... Por exemplo, eu estive visitando os guaranis kaiowás em Mato Grosso do Sul, eu fui em Foz do Iguaçu, e a atuação do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União foi a de instituições que eu reputo assim de extrema importância dentro do fortalecimento do Estado democrático de direito. E eu quero aqui transmitir o meu agradecimento e a minha admiração ao Ministério Público Federal. Mais uma vez, obrigado por sua participação.

Nesse contexto, eu passo imediatamente, de forma objetiva, devido ao adiantado da hora, a palavra para a expositora Eliane.

A SRA. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (Para expor.) – Boa tarde já a todos e a todas.

Eu queria só passar por alguns pontos que eu acho que são necessários responder. Perdoe-me, Senador Fabiano Contarato, talvez pela repetição de alguns pontos, mas, como foram questionados a nós, eu acho que é importante ressaltá-los.

Esse projeto de lei beneficia essas pessoas atraídas, há trinta anos, para Amazônia, que foram levadas a ocupar a Amazônia naquele contexto, década de 60, década de 70? Não! Essas pessoas, o tema dessas pessoas já foi tratado pela legislação vigente hoje acerca de regularização fundiária. Esse projeto de lei efetivamente só se volta aos que, após a vigência do marco legal, deram continuidade. Então, ele não vai corrigir distorções, ele não vai incidir sobre, efetivamente, justiça social. Esse é um ponto que eu acho fundamental que a gente trate. Por





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

isso, eu respondo ao Senador Izalci, que nos perguntou se é realmente necessário: eu realmente, com todo o respeito e sem querer aqui me fazer mal compreendida, gostaria de ressaltar que não há necessidade. Nós temos hoje uma normativa que dá conta dessas demandas que existem.

Qual é o grande problema? Eu acho que é a esse equívoco que todos nós somos levados na realidade. Eu fui, durante oito anos, Promotora Agrária no Estado do Pará. Eu tive sob a minha atribuição 51% dos Municípios do Pará. Eu realmente conheço mais, talvez, do que eu gostaria de conhecer dessa realidade fundiária daqui, do Estado. E eu posso lhes afirmar: a grande questão é que existe, sim, como já mencionado aqui, uma falha de atuação dos órgãos públicos fundiários, o que nos leva a acreditar que existe uma demanda por alteração de lei. Não; a demanda é de uma boa gestão. Quando eu digo uma falha de atuação dos órgãos fundiários, eu não estou apontando o Governo A, B ou C. O que eu estou apontando é: os órgãos fundiários precisam ser bem estruturados e adequadamente estruturados para a demanda hoje existente. Não há norma que, ampliando tolerâncias, vá fazer com que eles atuem melhor se eles não têm orçamento, se eles não têm servidores. Eu, ao longo desses anos, vi diversos dos melhores servidores do Incra se aposentarem – e sem uma substituição adequada desse quadro. Então, a resposta ao problema tratado não está nessa ampliação de tolerância, por isso esse projeto de lei não responde à demanda que V. Exas., com justiça, percebem que existe no campo, do ponto de vista concreto.

Só mais um último ponto que eu gostaria de ressaltar, referente ao Relator: eu também compreendo, também tive a oportunidade de ver diversos produtores e produtoras rurais que têm um compromisso real com a questão ambiental. Não existe mais... Acho que o quadro, a cara desse setor mudou bastante. E a gente ultrapassa já esse debate de confronto entre a questão agrária e a questão ambiental, porque ela está definitivamente unida para quem quer sobreviver nesse mercado, vamos dizer assim.

Mas o que eu gostaria de ressaltar é: muito provavelmente, esse projeto de lei não vai atender essas pessoas, esse grupo de trabalhadores e trabalhadoras, os quais o Relator citou, preocupado, justamente preocupado com a situação deles, de que eles tenham um devido tratamento.

E digo-lhes mais: esse projeto de lei atinge 1%, beneficia 1%. Ele atua, como bem disse o Richard, beneficiando 1%, mas por outro lado, impactando 99% da questão ambiental da Amazônia e do Brasil, não é? Então ele atende a 1%, do ponto de vista fundiário, mas impacta 99%, do ponto de vista ambiental. É tão reduzido o número de beneficiários, que talvez, se V. Exas. solicitarem aos técnicos, como o Dr. Rajão, como técnicos do Inpe, que identifiquem nominalmente quem são, talvez vocês consigam identificar até, na realidade, grandes produtores que já são proprietários de áreas, empresas. Muito provavelmente, esse manto de proteção não vai recair sobre esses pequenos agricultores.

E quero ressaltar ainda só uma última coisa: a lei vigente já prevê alternativas na impossibilidade de privatização do imóvel, que é a concessão de direito real de uso. Ela tem condições de ser utilizada? Sim, mas ela tem critérios para ser utilizada. Então, só quero ressaltar, só estou citando um exemplo. Não é que a concessão de direito real de uso vai resolver todas as situações, vai acomodar todas as situações. Eu só quero dizer que o caminho desse procedimento de regularização fundiária é muito voltado a um público específico.

Já estou encerrando, perdão.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A um público específico. Mas existem outras modalidades. E, muito provavelmente, é possível atingir, de uma forma mais eficaz, essas demandas que ainda socialmente persistem com as normativas existentes.

Então são esses pontos que eu gostaria de ressaltar, agradecendo muitíssimo a todos e todas, na pessoa do Senador Contarato, que aqui nos coordena nesta Mesa. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Eliane. Transmito meus agradecimentos ao Ministério Público Estadual, à UFPA.

E neste momento, eu passo imediatamente a palavra ao Marcello Brito.

O SR. MARCELLO BRITO (Para expor.) – Senador Contarato, em sua pessoa, eu agradeço ao Senado pelo convite.

Fechando da forma que eu abri, em cima das oportunidades que temos aqui. No ano passado, conversando com um Senador, eu falei, eu fiz um comentário com ele, falei: "Por que é que o senhor insiste em levar essa lei adiante, se a entidade tal, aquela parte do Executivo não tem a menor estrutura para colocar essa proposta em ação?". E, na época, ele me respondeu que "cada macaco no seu galho"; a função dele era fazer a lei, e a do Executivo, de cumpri-la.

Eu concordo que a independência dos Poderes é constitucional, mas a interdependência dos Poderes é o que faz o funcionamento da Nação. E como já dizia Einstein, a gente tentar resultados diferentes fazendo a mesma coisa é insanidade. E nós estamos caminhando, num espaço de onze anos, para a terceira lei ambiental, esperando resultados diferentes, não é? Não deu certo nas duas anteriores, porque infelizmente o Incra, que é o órgão responsável por isso, não está preparado adequadamente para isso.

A quem nunca teve oportunidade de entrar numa unidade do Incra na Amazônia brasileira eu sugiro que o faça e veja como esses bravos funcionários públicos estão trabalhando e que estrutura eles têm lá dentro.

Nós estamos no momento ideal, o momento em que o mundo quer investir na Amazônia, quer participar. Nós temos dinheiro para colocar na Amazônia, nós temos dinheiro para incluir a pequena propriedade da Amazônia através de um novo agro moderno, em LPF, em sistemas agroflorestais, com pagamento de serviço ambiental, com projetos de carbono. O momento é ideal para que a gente faça a inclusão social na Amazônia. Então, eu espero que a gente não gaste muito tempo para fazer o que nós já temos condição de fazer neste momento, brindando centenas de milhares de pequenos produtores na Região Amazônica.

Muito obrigado e nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Marcelo, que é Copresidente da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. É sempre muito bom ouvi-los.

Desde quando eu fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente, eu quero aqui externar a minha gratidão pelo comprometimento que vocês têm, pela responsabilidade, por esse olhar humanizador, por essa empatia. E é isto mesmo: você ter a sensibilidade de se colocar na dor do outro, de estar lá. E aqui eu quero externar também os meus agradecimentos a todos os servidores do Incra, que, em situações assim deploráveis, estão tentando desempenhar sua função diante de um momento tão delicado pelo qual nós passamos.

Passo a palavra ao meu querido Raul Valle para suas considerações de forma objetiva e clara, tendo em vista o adiantado da hora.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE (Para expor.) – Obrigado, Senador Contarato.

Eu queria agradecer a participação aqui e o debate, que foi muito rico.

Eu queria só reforçar essa última mensagem do Marcelo Brito de que, se nós queremos, de fato, resolver a regularização fundiária no País, na Amazônia – e nós queremos –, é necessário fortalecer o Incra, é necessário dar condições físicas, materiais, financeiras. O Incra está com um orçamento baixíssimo, que tem caído nos últimos anos. Então, nós precisamos ter condições de fazer isso, o que é a parte mais difícil. No Brasil, nós temos a terrível mania de tentar resolver problemas com lei, e não resolvemos os problemas com lei. Nós temos que resolver os problemas com a prática, e infelizmente eu entendo, assim como os outros palestrantes aqui, que essa lei não vai resolver esse problema da forma como ela está.

O Senador Izalci fez uma pergunta sobre o que pode ser aprimorado e se essa lei, se aprovada, pode afetar os compromissos que o Governo brasileiro assumiu na Cúpula do Clima, ocorrida agora no mês passado e convocada pelo Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. E a resposta, Senador Izalci, é que sim, pode comprometer. Veja bem, atualmente, 40%, mais ou menos, do desmatamento na Amazônia é em função de grilagem, ou seja, em função de alguém que está invadindo a terra e a desmatando para dizer que é sua, mesmo sem necessidade, como aqui já foi falado. Esse processo especulativo, que é o processo da grilagem, que tem como objetivo lucrar com a venda da terra é que vem sendo o motor do desmatamento na Amazônia.

Se essa lei for aprovada do jeito que está, esse processo não vai parar; pelo contrário, ele vai continuar, ele vai aumentar, porque aqui o próprio Relator foi muito claro em dizer que vai passar a mensagem errada para a sociedade de que isso é fato consumado, de que a lei vem te abrigar e vem aqui passar a mão na cabeça de quem está errado, misturando os bons e os maus produtores. Então, não tenho nenhuma dúvida de que esse processo, se aprovada essa lei do jeito que está, vai, sim, vai aumentar o desmatamento. A gente não chega a 2025 com as metas que nós queríamos de acabar com o desmatamento ilegal, zero em 2030, e a gente não vai chegar à neutralidade até 2050.

Eu queria aqui, só para finalizar, dizer que, ouvindo atentamente o Senador Carlos Fávaro, concordo integralmente com os pressupostos da fala dele de que a chuva, o meio ambiente, são os principais ativos, sendo que os outros todos são fundamentais. A gente tem que ter tecnologia, a gente tem que ter produtor com vontade de produzir, a gente tem que ter outras condições para que se possa ter a produção que nós temos hoje. O Brasil é, sim, destaque mundial do agronegócio. Isso se deve a tudo isso, incluindo a chuva.

Senador Carlos Fávaro, essa lei, junto com algumas outras que hoje estão no Parlamento e que induzem a mais desmatamento, vai ser o que vai quebrar esse ciclo virtuoso que nós temos hoje. A sua cidade, Lucas do Rio Verde, já está sendo afetada por isso. Pode não se perceber muito, porque está começando a acontecer, mas isso vai aumentar. Todas as pesquisas indicam isto: se a gente não parar esse ciclo, agora, sim, vicioso de desmatamento especulativo na Amazônia, sendo que nós não temos necessidade como País, nós estaremos, sim, afetando a produção econômica hoje. E a sua história, de alguém que conseguiu se criar, vindo da reforma agrária, e pôde ser um grande produtor numa região que hoje tem bonança econômica, pode não se repetir nas próximas gerações. Então, é isso o que nós estamos trabalhando neste momento.

Gostaria, aqui, de reforçar o pedido de vários de que revisemos esse projeto. Esse projeto, do jeito que está, é um projeto que não interessa ao País, que não interessa à agricultura do





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

País, não interessa aos pequenos, aos médios nem aos grandes produtores do País. Nós estamos misturando alhos com bugalhos e isso não nos interessa. Façamos uma lei que possa, sim, separar o joio do trigo, que possa, sim, penalizar quem está entrando em área nova.

Então, o caso desse pequeno produtor que o senhor citou que entrou depois que o marco atual, que o marco temporal, permite... Por que isso está acontecendo? Porque hoje é muito mais barato e muito mais simples entrar em terra nova, invadir floresta, desmatar área nova. Não é isso o que nós queremos. Senador Carlos Fávaro, o que nós queremos é induzir a melhor ocupação das áreas que já estão abertas. A gente precisa de política pública para isso, precisa de recursos para isso, a gente já tem tecnologia para isso.

A gente precisa de legislação para isso. A nossa legislação tem que ser intransigente com novos desmatamentos especulativos e tem que ser muito favorável a quem quiser ocupar a terra já aberta. E por que esse pequeno produtor está entrando na floresta e não está entrando numa área de tantas pastagens degradadas, com tanta área já aberta que nós temos neste País?

Então, esse é o recado que deixo aqui. Eu tenho certeza de que a gente comunga, Senador Carlos Fávaro, dos mesmos princípios. Nós temos aqui, o que o senhor explicitou... São os mesmos princípios que eu tenho, que grande parte do movimento socioambiental brasileiro tem. O que a gente precisa é conseguir resolver agora as consequências desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Raul.

Imediatamente passo a palavra para o colega Richard Martins.

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Contarato. Quero agradecer o convite e reforçar o que foi colocado por todos os colegas pesquisadores, aqui.

Quero aproveitar o momento e prestar uma homenagem aos servidores do Incra que estão aí há muitos anos e, em que pesem as dificuldades, fizeram e desenvolveram o que o Incra tem disponível para operar a regularização fundiária. Faço aqui um destaque especialmente ao sistema. Numa das discussões, em que observei a fala do Presidente Geraldo, ele dizia que recebeu uma herança complicada de sistemas precários. Enfim, sim, porque houve uma descontinuidade enorme, especialmente de 2016 a 2020, na aplicação de recursos, especialmente para a melhora e manutenção das plataformas desses sistemas, inclusive da força de trabalho e do orçamento do Incra.

Mas é importante registrar que o Incra recebeu os dois principais prêmios de inovação na gestão pública com o desenvolvimento do Sigef. Essa é a herança que vem para a gestão do Incra e isso é o que está possibilitando, inclusive, o Presidente do Incra estar estimulando essa integração de base de dados e o desenvolvimento de novas plataformas.

Indo para a questão colaborativa, Senador Contarato, primeiro, quero reforçar de novo: eu li, reli, analisei, conversei com várias pessoas sobre o projeto e não consegui identificar até o momento qual, de fato, é o instrumento que esse projeto traz que inova, que apresenta, de fato, que é possível fazer uma regularização fundiária diferente do que está sendo previsto na Lei 11.952, além daquilo que é problemático.

Ela traz dois elementos que são negativos, que é alteração do marco temporal e a dispensa de vistoria para imóveis superiores a quatro módulos fiscais. Além desses dois





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

instrumentos, não há, eu não consigo enxergar na lei, lendo-a e relendo-a, a outra parte do discurso, de que essa lei, de fato, vai fazer avançar a regularização fundiária. Não vi, para além dos elementos que, inclusive, estão no Decreto 10.592, de 2020, que já indicam como fazer esse processo.

No debate com o Senador Irajá Abreu, com quem sempre tive... Fiz questão de discutir esses temas lá atrás e agora, recentemente, nós fizemos uma discussão sobre esse projeto de lei, e ele usou uma afirmação interessante. Ele disse o seguinte: se, em uma sala de aula, há 40 alunos e 39 estão indo mal, é porque o professor é o problema, e não os alunos, ou seja, o problema está na lei. Eu digo que não é isso, primeiro, porque essa não é uma comparação possível; segundo, que não é a lei. Está claro para todo mundo aqui que não é a lei, e nós temos uma demonstração clara disso, Senador.

Anos atrás, o Senador Sarney e o nosso Senador Romero Jucá, os dois Senadores, um do Amapá e outro de Roraima, construíram uma argumentação e pressionaram muito o Governo para transferir as terras públicas federais para os Governos do Estados de Roraima e do Amapá. Depois, pressionaram, e o discurso era de que essa transferência resolveria o problema fundiário nos dois Estados. Nós apontávamos, já naquela época, que a lei, por si, não resolveria o problema. Havia uma série de outros elementos que precisavam ser considerados, e mão na massa, trabalho dos órgãos fundiários, reforçar os órgãos fundiários para respeitar os requisitos para a regularização.

Qual o resultado hoje? Além de inquéritos policiais que envolvem, infelizmente, essa questão fundiária nos dois Estados, não há resultado, e a situação da regularização fundiária não foi resolvida. Então, a lei, por si, e a alteração da lei não resolvem isso.

Ainda na linha colaborativa, nós precisamos, rapidamente, desenvolver e, se possível, para a melhora do projeto de lei do Senador Irajá, incorporar a necessidade de desenvolvimento de uma plataforma para identificação e monitoramento dos conflitos fundiários pelo Estado, com participação do Ministério Público. Enfim, que seja dinâmico. E que seja, obviamente, construída, junto com isso, uma plataforma de gestão territorial das terras públicas. Plataforma não é tecnologia – não estou falando de sistema –, mas uma plataforma que seja um sistema de administração de terras que envolva ambientes de participação, ambientes de gestão e que, naturalmente, seja transparente e participativa, sobre, especialmente, além das áreas que vão ser regularizadas, aquelas ainda remanescentes.

O que fazer? Nós não podemos, daqui a dois ou três anos, estar discutindo o restante da área que não está ocupada porque foi ocupada novamente! O que, efetivamente, nós temos de proposta para destinação dessas terras ainda remanescentes na Amazônia? Precisamos construir aqui, através desse projeto – é uma oportunidade – uma plataforma de gestão. E estamos à disposição, Senador, para contribuir nesta construção.

Ao mesmo tempo, para ir encerrando, o projeto pode... Se está prevendo esta regularização fundiária dos agricultores individuais, que traga a necessidade de priorizar a regularização das comunidades tradicionais através de métodos, também, que sejam céleres, porque nós precisamos tirar essas comunidades da invisibilidade no País. Já existe uma tecnologia que se chama Tô no Mapa, desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. E o Ministério Público Federal, agora, com recurso do Governo alemão, está atuando na plataforma de comunidades tradicionais do Ministério Público Federal.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, colocar isso no projeto de lei, que se aplique essa ferramenta e que, pelo método combinado de automapeamento, sensoriamento remoto e vistoria, se possibilite a regularização, também, dessas comunidades de forma mais rápida.

Queria dizer que, para fortalecimento do Incra, o Fundo Amazônia prevê recursos para a regularização fundiária para órgãos públicos. Do que precisamos é adequar e fazer rodar o Fundo Amazônia, que está paralisado há muito tempo, e isso é possível para fortalecer essa força de trabalho.

E, para encerrar, de fato, sobre o risco do precedente, Senador, nós não podemos correr esse risco. Não é pelo imóvel que tem um hectare, dez hectares, mas é o risco do precedente da mudança do marco temporal, como eu coloquei antes. É possível abrir um precedente aqui, por exemplo, para mudar o marco temporal com a regularização urbana, com base nesses mesmos argumentos? Se isso passa, é possível, mas nós vamos fomentar a ocupação desordenada de milhares de hectares de terras urbanas no País com esse tipo de mudança, além da dispensa...

Concluo, Senador, com essas sugestões aí de possíveis melhoras no projeto de lei.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Desculpe, pela forma indelicada, mas tenho que interromper...

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... mas nós já temos três horas de audiência pública, eu tenho outros compromissos também e quero aqui oportunizar à colega Juliana Batista fazer as suas considerações e sua intervenção.

Desde já, na pessoa dela, prestigiando todas as mulheres, quero agradecer pelo comparecimento de todos vocês, agradecer pela participação de todos aqueles que deram as suas contribuições. Foram quase 300 participações no Portal e-Cidadania, mas, infelizmente, não há como ler aqui as intervenções. Nós temos que buscar desses profissionais, dos Senadores, de todos aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos nessa temática.

Quero, também, de antes de encerrar, agradecer à Comissão de Meio Ambiente, o que faço na pessoa do Secretário Ailton e toda a equipe, porque, sem eles, nada disso seria possível de ser efetivado. Saibam, essa equipe da Comissão de Meio Ambiente, que tenho muito orgulho de vocês. E podem contar comigo como um humilde conselheiro, humilde membro dessa Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Quero passar a palavra, imediatamente, para a Juliana, para, logo em seguida, declarar encerrada esta reunião sobre um tema tão importante e tão profundo.

Fico muito triste, porque eu também sou professor de Direito há 22 anos e é ruim quando você limita o raciocínio lógico de uma pessoa para falar, num tema tão delicado, que tem muitas nuances, que mexe com o caráter interdisciplinar, com interfaces num assunto de forma objetiva.

Daí a importância de se retirar esse projeto, para que as audiências fossem feitas, às vezes, com menor número de participantes, mas que o estivessem esmiuçando, e que o período da tarde, como eu sempre fazia, fosse um momento de debate só com os participantes, para dali sair, de uma forma efetiva, o resultado daquela audiência pública.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero aqui agradecer e pedir perdão por ter que interromper quando vocês estão falando, porque não é do meu agrado. Por mim, eu ouviria vocês o dia todo, porque é um assunto que me motiva, me fascina, me impulsiona.

Eu acho que, quando a gente se deixa contaminar e entende que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não é só uma garantia constitucional expressa no art. 225, mas um direito humano essencial dentro daquela hierarquização, daquelas gerações de direitos criadas pelo jurista tcheco Karel Vasak, inspirado nos princípios da Revolução Francesa, eu não tenho dúvida de que defender o meio ambiente é defender toda e qualquer forma de vida que ainda está por vir.

Com a palavra a Juliana Batista – e muito obrigado a todos vocês.

A SRA. JULIANA DE PAULA BATISTA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu gostaria de finalizar e encerrar a audiência pública pedindo a sensibilidade de todos os Senadores para os usos coletivos que são dados às terras indígenas na Amazônia, pedindo também o compromisso com a demarcação das terras indígenas, das terras de comunidades quilombolas e tradicionais. Essas terras, como dito muito bem pela Dra. Eliane Moreira, têm prioridade sobre qualquer outro tipo de ocupação.

Essas mudanças nos marcos temporais de 2004 para 2008 e agora com a lei propondo 2012 geram mais invasões dessas áreas, porque existe uma expectativa de que essas demarcações serão anuladas e de que, depois, esses invasores também poderão se regularizar via programa Terra Legal. Isso é um problema. Nós temos visto, durante toda esta audiência pública, que existe uma grande disponibilidade de áreas no País.

Eu peço, em especial, ao Senador Carlos Fávaro, que é de Mato Grosso – um Estado onde morei por muitos anos, conheço também muito bem a realidade, morei vários anos em Alta Floresta –, que a gente possa trazer uma solução para essas pessoas que hoje estão ocupando irregularmente terras indígenas e que a gente possa ser um modelo na solução de conflitos e de respeito aos direitos humanos. Isso só tem a agregar aos produtos e às *commodities* produzidas pelo País. Isso só tem a melhorar a nossa imagem no exterior. Isso só tem a trazer para o nosso País um exemplo de desenvolvimento, de acomodação de vários interesses e de um desenvolvimento econômico e social mais justo para a Amazônia e para todos que ajudam a construir uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária.

Por fim, agora, nos últimos minutos da audiência pública, nós do Instituto Socioambiental fomos informados da perda de um grande colaborador, vítima do Covid-19, um jovem de 35 anos. E, infelizmente, todos nós estamos passando por um momento em que estamos vendo a vida dos nossos jovens ser ceifada por uma doença para a qual já existe vacina. Isso é muito triste. E também quero pedir, Srs. Senadores, o compromisso de todos vocês para que isso possa ser encerrado o mais rápido possível e nos solidarizar com todas as famílias brasileiras, que, como nós, hoje, estão chorando muito a perda de seus jovens.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigada, Juliana.

Eu faço minhas as suas palavras e externo os meus sentimentos a todas as famílias brasileiras que estão enlutadas. Eu perdi uma cunhada de 44 anos, técnica de enfermagem, que estava na linha de frente, sem nenhuma comorbidade. Eu fico muito triste, porque, cada dia, quando eu vejo o noticiário dessas mortes, eu falo assim: "São mortes evitáveis, porque nós já temos vacina". O que falta efetivamente é uma gestão, um comprometimento com o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

principal bem jurídico, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde. Não basta nós termos na Constituição Federal, no seu art. 6º, que é um dos direitos sociais o direito à saúde; não basta estar lá no art. 196 expresso que a saúde pública é direito de todos e dever do Estado, quando, neste momento, infelizmente, o Brasil está dando uma demonstração de péssimo enfrentamento a essa pandemia de Covid.

Faço aqui minhas as palavras da Juliana para externar os meus sentimentos e me solidarizar com os familiares e amigos da pessoa a que você se referiu e que tão jovem perdeu a vida, e não só com ela, mas com as quase mais de 420 mil pessoas que perderam as suas vidas e com os mais de 15 milhões de contaminados com sequelas irreversíveis.

Eu quero agradecer humildemente a todos vocês, deixando claro a todos vocês que a Comissão de Meio Ambiente... Eu não a estou presidindo, mas tenho muito orgulho da Presidência atual, do meu querido amigo, Senador Jaques Wagner, titular, e do meu querido Senador Otto Alencar, Vice-Presidente.

Eu, atualmente, sou Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Quando eu falo, eu sorrio, porque, quando se fala em direitos humanos, eu estou falando em direito ao meio ambiente, em direitos das minorias, que não são minorias, mas a maioria minorizada. Quando se fala em minorias, temos de ter em conta que 52% da população brasileira é de mulheres, e, infelizmente, homens e mulheres não são tratados de forma igualitária. Nós temos que mais de 85% da população de Salvador é de pretos e pardos, e qual a representatividade dos negros, da população quilombola?

Muito foi dito aqui que nós estamos debatendo um PL tão sensível; contudo, em nenhum momento o Governo quer falar em demarcação de terras indígenas – em nenhum momento! –, em nem mesmo um centímetro quer demarcar uma terra indígena, e que são populações que estão sendo subjugadas e dizimadas.

Perdoem-me o desabafo, mas contem comigo, humildemente, como membro da Comissão de Meio Ambiente e como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Façam do meu mandato o mandato de vocês em defesa de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, para, quem sabe um dia, todos sejamos iguais perante a lei, independentemente da raça, da cor, da etnia, da religião, da origem, de ser portador de deficiência, do gênero sexual ou de ser uma pessoa idosa.

Agradeço a todos os Senadores que por aqui passaram e que deram a sua contribuição, fazendo um apelo a todos os Senadores e Senadoras para que leiam o projeto, para que não assimilem uma falsa verdade, porque, quando a gente fala que esse projeto não está beneficiando a maioria – e não está... Aliás, eu já fiz essa mesma fala – e aqui faço o desabafo –, porque, quando fui delegado da Delegacia de Trânsito, nós tivemos uma reforma no Código de Trânsito, que foi para beneficiar 2% de todos os maus motoristas. Ou seja, alterou-se a legislação não para beneficiar 98%, mas para beneficiar 2%. Eu tenho muito medo de que o mesmo ocorra com esse projeto, porque o discurso de que se vai corrigir um pleito de 20, 30, 40, 50 anos dos pequenos produtores, dos pequenos agricultores não seduz, pois não é isso que está escrito. Ele vai beneficiar aquele 1% ou 2% que, infelizmente, são aquelas pessoas que usurparam terras públicas, e nós vamos premiar, mais uma vez, a grilagem de terra e comportamentos que violam o direito ao meio ambiente, seja no aspecto administrativo, seja no aspecto civil, seja quanto à responsabilidade criminal, porque nós também temos, inclusive, responsabilidade penal para a pessoa jurídica, que foi uma inovação trazida com a Carta Constitucional de 5 de outubro de 1988. Então, nós temos lá a Lei 9.605, de 1998, que prevê





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vários tipos penais com responsabilização não só do preposto, mas da pessoa jurídica, como responsabilização criminal.

Eu espero que o Senado da República tenha a serenidade, a sobriedade, o equilíbrio emocional para se debruçar sobre o tema e para falar se esse projeto é viável para ser votado ou se não é o momento de amadurecê-lo, se já basta utilizar o que nós já temos ou pegar outros projetos que já estão numa discussão mais consolidada, e aí, sim, caminhar de uma forma mais justa para premiar efetivamente quem merece ter esse prêmio, no bom sentido da palavra, e não utilizar um discurso que vai contra 98% e vai beneficiar apenas 2% de pessoas que, infelizmente, praticaram condutas inadequadas perante a legislação não só ambiental, mas também a legislação penal e toda a legislação extravagante.

Quero agradecer, mais uma vez, a todos vocês, me colocar à disposição e colocar, em nome do Senador Jaques Wagner, meu querido Senador Jaques Wagner, a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal como uma porta de vocês, como uma voz das academias, da ciência, a voz das organizações não governamentais, a voz da população indígena, dos povos originários, das comunidades quilombolas, dos negros, dos índios. É para vocês que esta Comissão de Meio Ambiente estará sempre de portas abertas.

Eu finalizo aqui... Eu amo estar com vocês, mas, quando se fala muito em racismo, eu digo que nós temos racismo em todos os aspectos. Nós temos até um preconceito religioso quando se fala em religiões afro e a gente as discute aí. Eu sou independente: sou católico, mas sempre gosto de falar que a minha religião é o amor e o meu Deus é o outro.

Finalizo aí, quando se fala nesse racismo todo, com Manuel Bandeira, que fala assim:

Irene preta
Irene boa
Irene sempre de bom humor.
Imagino Irene entrando no céu:
– Licença, meu branco!
E São Pedro bonachão [diz]:
Entra, Irene. Você não precisa pedir licença.

E eu digo para vocês: vocês não precisam pedir licença. A Comissão de Meio Ambiente do Senado é a Casa de vocês.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

Declaro encerrada esta reunião da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 41 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

